

The background of the cover is a close-up, slightly blurred image of an old, yellowed map. A wooden ruler is placed diagonally across the bottom left corner of the map. The map shows various geographical features, including lines and text, though they are not clearly legible due to the blur and lighting. The overall color palette is muted, with greens, yellows, and browns.

ESTUDOS SOBRE OS  
**DESCOBRIMENTOS**  
E A **EXPANSÃO**  
**PORTUGUESA**

JOÃO MARINHO DOS SANTOS

IMPRENSA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS

Guerreando, comerciando ou missionando, navegando, viajando ou praticando a diplomacia, os portugueses de Quinhentos não podiam nem queriam alhear-se da “conversaço” (comunicação) com os “outros”. Observavam-nos física e culturalmente, procuravam saber deles (olhando, escutando ou lendo) o mais possível. Por simples curiosidade cultural, bem própria do espírito Renascentista de então? Sem dúvida, a que acrescia, entre nós, o interesse pré-científico ou a formação de um “humanismo prático”, já desdobrado em surpreendentes técnicas e interessantes saberes. Mas também o faziam por “dever”, tal como lho exigiam os interesses da Coroa/Estado, da Igreja e da Nação, numa tridimensionalidade que se ia concretizando em Império Moderno.



I N V E S T I G A Ç Ã O



**EDIÇÃO**

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: imprensa@uc.pt  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**CONCEÇÃO GRÁFICA**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**IMAGEM DA CAPA**

Imagem de Free-Photos via Pixabay

**INFOGRAFIA**

FIG - Indústrias Gráficas, SA

**INFOGRAFIA DA CAPA**

Raquel Aido

**PRINT BY**

KDP

**ISBN**

978-989-26-2088-6

**ISBN DIGITAL**

978-989-26-2087-9

**DOI**

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2087-9>

**OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE**



**CENTRO DE HISTÓRIA  
DA SOCIEDADE  
E DA CULTURA**



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
UIDB/00311/2019

ESTUDOS SOBRE OS  
**DESCOBRIMENTOS**  
E A **EXPANSÃO**  
**PORTUGUESA**

JOÃO MARINHO DOS SANTOS

IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

## ÍNDICE

Agradecimentos .....	7
Critérios utilizados na transcrição dos documentos.....	9
Apresentação .....	11
Navigation et Commerce dans la Formation des Açores .....	13
Melhorar com a Religião e o Comércio no Império Português .....	29
O Português como «língua de império» – Saber falar e escrever na Era de Quinhentos .....	61
O Corpo no Olhar dos Portugueses de Quinhentos .....	93
A Civilidade no Comer aos Olhos dos Portugueses de Quinhentos.....	127
A Doença e a Cura no Século XVI em Portugal e no Império.....	157
O Insigne Naturopata Amato Lusitano (1511-1568) .....	183
Crises do Império Português na Época Moderna .....	201
O Historiador Visconde de Lagoa .....	219

(Página deixada propositadamente em branco)

## **AGRADECIMENTOS**

Muito justa e penhoradamente, queremos agradecer:

À Doutora Irene Maria de Montezuma Vaquinhas, empenhada e digna Coordenadora Científica do Centro de História da Sociedade e da Cultura, pelo apoio e estímulo que nos prestou.

À Dr.<sup>a</sup> Sónia Nobre a dedicação, e até a afeição, colocadas na organização e revisão geral da obra.

À prestigiada Imprensa da Universidade de Coimbra, nas pessoas do Diretor – Professor Doutor Delfim Leão – e da Diretora-Adjunta – Dr.<sup>a</sup> Maria João Padez de Castro.

(Página deixada propositadamente em branco)

## **CRITÉRIOS UTILIZADOS NA TRANSCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS**

Optámos por aligeirar a ortografia, sem perder a sua matriz histórica. Assim:

- Desdobraram-se as abreviaturas, mas sem indicar graficamente as letras restituídas;
- Separaram-se as palavras indevidamente unidas e juntaram-se os elementos da mesma palavra;
- Atualizou-se o uso de maiúsculas e minúsculas;
- Converteram-se, quando se impunha, o i em j e o u em v (e vice versa);
- Reduziram-se a simples as consoantes geminadas;
- Eliminaram-se as cedilhas quando desnecessárias;
- Utilizou-se uma pontuação muito parcimoniosa, quando precisa para a inteligibilidade do texto.

(Página deixada propositadamente em branco)

## **Apresentação**

Guerreando, comerciando ou missionando, navegando, viajando ou praticando a diplomacia, os portugueses de Quinhentos não podiam nem queriam alhear-se da «conversaço» (comunicação) com os «outros». Observavam-nos física e culturalmente, procuravam saber deles (olhando, escutando ou lendo) o mais possível. Por simples curiosidade cultural, bem própria do espírito Renascentista de então? Sem dúvida, a que acrescia, entre nós, o interesse pré-científico ou a formação de um «humanismo prático», já desdobrado em surpreendentes técnicas e interessantes saberes. Mas também o faziam por «dever», tal como lho exigiam os interesses da Coroa/Estado, da Igreja e da Nação, numa tridimensionalidade que se ia concretizando em Império Moderno.

Para se relacionarem com esses «outros» tão diversos nas raças, nas culturas e particularmente nas línguas, não chegavam nem os gestos, nem o português falado e muito menos o latim, ainda que a latinidade na sua polissemia enformasse o legado clássico e cristão, de que se diziam portadores e que pretendiam transmitir, por mandato do seu Rei e do seu Deus Único. Entre as soluções para estabelecer a «conversaço», contar-se-ão o recurso aos «topazes» (intérpretes) e, melhor ainda, a aprendizagem das línguas dos «outros», resultando em certos casos miscigenações linguísticas que dão por nome «crioulos». Porém, também a língua portuguesa, convenientemente bem falada e escrita, como defendiam os gramáticos, pôde ser aprendida e apreendida pelos «outros», servindo, em muitas circunstâncias, de língua diplomática e comercial, isto é, de «língua franca».

Não se esqueça, pois, que a comercialização e a cristianização se afirmaram como os dois principais objetivos das Expansões Modernas, recorrendo quando necessário (e muitas vezes não o era) às guerras «justa» e «lícita» para, diziam os seus promotores, ganharem todos: os «cristãos» ou «civis», os «bárbaros» ou «selvagens» e os «bons gentios» ou «conversos». Os que abraçavam o cristianismo, além de aderirem a uma religião superior, promoviam-se sócio-culturalmente até níveis próximos dos «europeus», vivendo em paz e amor, todos formavam a desejável «Humanidade» sob o ceptro de Cristo. Nem mesmo deveriam ficar de fora do «rebanho cristão» os mouros e judeus, ainda que poucas esperanças houvesse quanto à sua difícil ou impossível conversão.

Diversos eram os domínios da cultura em que os «outros», para atingirem a «civildade», deveriam melhorar: o comer, o vestir, os cuidados com o corpo (defendendo-o da fome e das doenças), as relações familiares (evitando a poliginia e as separações), a humanização da guerra (convertendo os inimigos vencidos em escravos e não em objeto de antropofagia), os bons costumes... Compreensivelmente, os referentes da missão dos colonizadores europeus, em particular dos portugueses, serão os seus próprios, enquadrados pela fidelidade a Deus e ao seu Rei, ambos distantes mas presentes nos seus delegados religiosos e laicos. Que, ainda, qualquer anónimo cristão podia e devia concorrer, sobretudo pelo exemplo, para a difusão da Religião e da Civildade.

Coimbra, Primavera de 2020

João Marinho dos Santos

## NAVIGATION ET COMMERCE DANS LA FORMATION DES AÇORES<sup>1</sup>

L'étude géographique n'est pas le moyen le plus pertinent pour expliquer la formation des Açores, c'est à dire l'organisation sous la forme d'archipel, d'un ensemble d'îles et d'îlots, relativement distants, ayant une surface qui ne dépasse pas 2500 km<sup>2</sup> (plus ou moins la surface du Luxembourg). Malgré l'importance indéniable de la géographie, nous croyons que, dans ce cas, l'intervention de l'histoire, et plus particulièrement de la navigation et du commerce, est beaucoup plus significative. Nous essayerons de le démontrer tout au long de ces pages.

En effet, nous admettons que les Açores n'ont pas une situation très favorable au peuplement des hommes ni à la fixation de grandes communautés humaines. Du point de vue géographique, les îles ne permettaient que l'occupation par des groupes réduits et isolés. Ainsi, le petit village ou la paroisse est, depuis longtemps, la modalité de fixation la plus choisie. Les conditions géographiques opposent des obstacles non seulement à la fixation, mais aussi au déplacement et aux relations interpersonnelles. Par conséquent au XX<sup>e</sup> siècle beaucoup d'Açoriens méconnaissaient leur propre île.

Ce panorama suggère des difficultés diverses, expérimentées par

---

<sup>1</sup> Traduction française de la communication présentée à Lisbonne chez «Casa dos Açores» sur notre livre intitulé *Os Açores nos séculos XV e XVI*, 2 vols., Direção Regional dos Assuntos Culturais dos Açores, 1989.

l'homme en relation avec la nature. Donc, nous essayerons d'expliquer les principales implications des problématiques topologiques et géographiques dans la formation de l'archipel.

Gaspar Frutuoso, connu comme le «Grand Chroniqueur des îles», à la fin du XVI<sup>e</sup> siècle, décrit ce territoire à travers une allégorie. Notamment, à propos des îles de Saint Michel et de Sainte Marie, Gaspar Frutuoso dit que la première était le «Géant de Almourol» (signalant la paternité de son premier Capitaine), et la seconde le «Géant Cardiga», comme si les deux étaient un couple amoureux dormant du sommeil de la mort, perdu dans la «grande mer océanique»<sup>2</sup>. La même source signale les différences concernant les caractéristiques des deux îles orientales, particulièrement dans le domaine de la lithosphère: l'île de Saint Michel, ayant des manifestations sismiques et éruptives impressionnantes, semble extrêmement «nerveuse». En revanche, l'île de Sainte Marie, avec sa «pudeur de femme», est beaucoup plus tranquille.

En effet, presque tout l'archipel se présente encore comme un ensemble physique et écologique très instable. Il faut premièrement noter l'action du vent. Il est si fort, surtout dans les îles occidentales, qu'il faut adopter de nombreuses mesures de sécurité comme, par exemple, garnir les toits de pierre; parquer les animaux dans des enclos de pierre ou d'arbustes; protéger les premiers fruits et d'autres produits horticoles de l'air salé, etc. Enfin il impose aux Açoriens une philosophie de vie optimiste et pratique. À ce propos, les habitants de l'île des Fleurs disaient «Regardez ! Il fait beau. Du moins le vent ne souffle pas !».

D'un autre côté, le vent était fondamental pour assurer la bonne navigation, particulièrement la navigation de cabotage, entre les îles, en «Été» maritime, ce qui permettait partir en direction à la

---

<sup>2</sup> Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Liv. IV, vol. I, Ponta Delgada, Tip. do «Diário dos Açores», 1924, p. 246.

ville d'Angra (de l'Héroïsme) avec des vivres (*refresco*) et quelques biens industriels pour changer par les épices des «Indes Orientales» ou les métaux précieux des «Indes de Castille».

D'ailleurs, il faut ajouter aux vents (aussi bien favorables que redoutables) d'autres adversités: la pluviosité, haute et prolongée; l'humidité, constante et en progression en fonction de l'altitude; la sismicité et l'activité éruptive, même si elle est normalement peu signifiante et peu intense; le problème hygrométrique, la perméabilité du sol volcanique qui rend difficile sa rétention; l'ondulation maritime, particulièrement forte au nord et l'ouest des îles, etc... Naviguer entre deux îles, même proches, signifie presque toujours entrer en haute mer. De ce fait, aux XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles, même dans les voyages de courte distance, les naufrages étaient fréquents.

Malgré ces conditions géographiques défavorables, l'archipel a été peuplée assez vite en exploitant ses ressources naturelles. La fertilité du sol et la facilité d'obtenir un terrain (à soi ou cédé par autrui, sous la forme d'emphytéose ou d'amodiation) ont été des raisons d'attraction majeures.

Dans l'avant dernière décade du XVI<sup>e</sup> siècle, l'archipel des Açores comptait environ 65 000 habitants, ce qui permettait d'établir une densité de population de 28 habitants par km<sup>2</sup>. En comparaison, au Portugal continental et en Espagne, la densité n'était que de 17 habitants par km<sup>2</sup>. En revanche, en France et en Italie la densité de population était double.

Nous savons que la navigation en Été et le déplacement des populations étaient très importants, soit le long du littoral, soit vers l'extérieur (Madeira, Canaries, Cap Vert, Afrique du Nord, Royaume du Portugal, Indes Orientales, Indes de Castille, Brésil...). Ces raisons nous aident à comprendre le caractère, parfois, dispersif du peuplement açoréen ainsi que la difficulté à développer le milieu urbain. Voici l'un des traits de l'influence *atlantique*.

Malgré tout, ces caractéristiques n'annulent pas le caractère méditerranéen de l'archipel: la prédominance de la montagne, le sol pierreux et incliné, le volcanisme et les éruptions, l'existence des plantes de civilisation (sauf l'olivier), la persistance des techniques archaïques, la construction des habitations en pierre, la juxtaposition de l'agriculture et de l'élevage dans une relation étroite entre l'homme et la terre reçue...

D'un point de vue démographique, la croissance de la population et la natalité sont en lien direct avec l'espace cultivable, les moyens techniques et les infrastructures disponibles. Ainsi, au fur et à mesure du XV<sup>e</sup> et du XVI<sup>e</sup> siècles, au fur et à mesure que la population de l'archipel augmente, l'aménagement des îles par l'homme progresse (d'est en ouest) et ce jusqu'à 400 mètres d'altitude.

Dans un premier temps l'espace chaotique et inculte a provoqué une sensation d'étrangeté face au référentiel chrétien: les premiers habitants (les colonisateurs) ont cru y voir l'influence d'une force démoniaque. La toponymie nous renseigne sur la configuration chrétienne de la terre par le choix de désignations spirituelles. Nous signalons, par exemple, le cas du Saint Esprit, où a eu lieu la première messe dédiée au Sant Esprit, après le débarquement des colonisateurs à île de Sainte Marie. Tout l'espace habité par l'homme était symboliquement délimité et signalé par des repères du sacré: des églises, des chapelles, des croisées... Nous remarquons que dans cet Atlantique naîtra un *nouveau monde*, où les habitants avaient envie d'établir un dialogue privilégié et intime avec Dieu, à plus forte raison car les relations avec l'extérieur étaient difficiles.

Après le peuplement humain, la pratique d'activités comme la chasse, la pêche, la récolte et l'agriculture (orientée vers les premières nécessités de chaque famille) inaugure une période d'abondance générale qui devient mythique, et qui fonctionnera, dans une perspective diachronique, comme «l'âge d'or» par rapport à la

pauvreté vécue à la fin du XVI<sup>e</sup> siècle. À ces particularités économiques (par absence ou affaiblissement du marché), correspondent des relations sociales circonscrites aux cadres de la famille, du village ou de la paroisse. Ainsi, au sein de la communauté, le droit coutumier s'affirmait, alors, comme le principe régulateur le plus important.

Avec l'arrivée de plus en plus de colonisateurs et grâce à la croissance naturelle la relation de l'homme avec la terre s'altère: on observe une dissociation de la production et de la consommation. Autrement dit, la distinction entre producteurs et non-producteurs. L'élite dominante, qui appartient à la seconde catégorie, vivra préférentiellement de la location de la terre, c'est-à-dire un système basé sur le partenariat ou sur l'emphytéose. L'élite se consacrera également à jouer un rôle politique et administratif, ainsi qu'à orchestrer la guerre et le commerce avec l'extérieur. C'est par la médiation d'un groupe aristocratique que l'archipel des Açores va s'intégrer dans un complexe socioculturel plus vaste. En revanche, au moment d'analyser les effets du développement l'indice le plus décisif sera l'intensité du marché.

En tout cas, nous ne pouvons pas oublier la persistance du pouvoir individuel, toujours associé à la possession de la terre et à la tradition, dans l'établissement de règles dans les communautés locales, même si l'exercice du pouvoir se partage de plus en plus, notamment à la faveur des voyages des personnes les plus influentes. Parmi eux, on trouve des hommes cultivés ou des marchands qui entretiennent de bonnes relations avec la cour de Lisbonne.

La location de la terre conduit au développement et à la pratique d'une agriculture de subsistance diversifiée: le blé, l'orge, le vin, la canne à sucre, le lin, etc. Néanmoins, pendant la première phase de décollage du marché, qui nous pouvons situer dans le dernier quart du XV<sup>ème</sup> siècle, la «marchandise royale» ou d'exportation insiste sur la production des céréales (le blé surtout).

À notre avis, l'extension du grand commerce jusqu'aux îles des Açores a eu une origine principalement exogène, car il y aura une liaison étroite entre l'augmentation des prix en Europe et la vente d'excédents produits dans l'archipel. Par conséquent, les marchands venant de l'extérieur, avec l'État comme acheteur, jouent ici un rôle fondamental. En tout cas, il faut considérer aussi l'action des marchands locaux.

Nous savons que l'importation du blé par Madère a commencé seulement quand cette activité a été rentable, soit à la fin du XV<sup>e</sup> siècle. Mais certaines informations prouvent que les relations commerciales et culturelles entre les Açores et Madère ont commencé très tôt. Ainsi, «l'île du sucre» (Madère) vendra du vin, très apprécié aux Açores, et en échange recevra de grandes quantités de blé. D'ailleurs, les marins qui partaient de l'archipel açoréen à destination de l'Europe et qui redoutaient le mauvais temps ou la piraterie demandaient de l'hospitalité à Madère, où beaucoup d'entre eux avaient de la famille. De cette façon, circulaient les produits, les gens et les nouvelles entre les deux espaces.

La route Açores-Nord d'Afrique a été inaugurée pour des raisons d'ordre militaire et social. Beaucoup d'Açoriens avec une bonne capacité économique, ce qui leur permettaient de servir le Roi, ont obtenu des titres de noblesse, à travers le service militaire au Nord d'Afrique (territoires «d'outre-mer»). La récompense royale était l'attribution des grades d'écuyer et de chevalier.

Pendant «l'Été maritime» le blé açoréen est envoyé surtout pour l'approvisionnement de forteresses portugaises situées dans la région centrale et méridionale du Maroc, à savoir: Azamor, Mazagão, Safim, Santa Cruz do Cabo de Guer. Les forteresses au nord (Ceuta, Alcácer-Ceguer, Tânger et Arzila) reçoivent le blé de Castille, de la Sicile et de la Flandre, mais elles peuvent également être ravitaillées par les Açores.

Le trafic essentiellement céréalier établi entre les Açores et le Maroc crée une relation particulière que nous pouvons décrire en trois points: (i) le déplacement de blé açoréen était fréquemment fait hors saison, c'est à dire, pas dans «l'Été maritime» (mai-septembre); (ii) la grande oscillation annuelle du volume de céréales exporté pour Maroc; (iii) l'approvisionnement fait par l'État se révèle onéreux, peu organisé et propice à la corruption.

Bien que le blé soit alors le produit d'exportation principal, il n'est le seul à intéresser le Nord d'Afrique. L'orge et le pastel y trouvent aussi leur place. En échange, les Açores reçoivent des esclaves maures plus nombreux à partir de la troisième décade du XVI<sup>e</sup> siècle (surtout quand éclate au Nord d'Afrique la grande faim de 1520-1521); ils reçoivent de la laine (de Safim) et même de l'or.

Le flux de blé açoréen soutient aussi les échanges commerciaux et culturels avec les Canaries. Au XVI<sup>e</sup> siècle les groupes d'indigènes «armações de canariens» sont utilisés comme main d'œuvre esclave dans le défrichage de la terre et dans la garde du petit bétail. Les Canaries envoient l'orge (qui ne trouve pas aux Açores des conditions de production très favorables), mais aussi le vin, très apprécié.

La transaction de l'orge fait partie du commerce des céréales, dont le principal acheteur est le Royaume Portugais. À la moitié du XVI<sup>e</sup> siècle Lisbonne avait besoin de 10.000 muids d'orge par an<sup>3</sup>.

Ce n'est pas par hasard que le Royaume préférait le blé açoréen, quand il y avait d'autres alternatives, notamment le blé du Nord de l'Europe. Effectivement le «blé des îles» était plus favorable: au début les transactions n'étaient pas en argent comptant (d'attente» était une modalité de crédit très utilisée dans l'archipel) et les prix étaient plus bas.

---

<sup>3</sup> João Brandão de Buarcos, *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, na segunda metade do século XVI*, Lisboa, Livraria Ferin, 1923, p. 4-5.

Plus tard et grâce à la robustesse de l'économie marchande et monétaire en Europe la Couronne portugaise a des difficultés à faire face à la concurrence avec le secteur des particuliers. Pour cette raison, elle n'hésite pas à utiliser des mesures coercitives pour acheter le blé à crédit.

On compte aussi, entre les marchandises qui assurent les échanges commerciaux à partir du Portugal, l'huile, le sel, les draps, le vin, les vaisselles et certaines matières premières. Nous remarquons qu'à la fin du XVI<sup>e</sup> siècle, le sens du commerce du blé, parfois, s'inverse: les intermédiaires açoréens l'importeront depuis Lisbonne pour le vendre à haut prix aux Açores. Cette pratique a suscité l'intervention de la Cour portugaise.

Les étrangers (les flamands, castillans, italiens, anglais, français...) qui, peu à peu, se fixent dans les îles assument le commerce des plantes tinctoriales comme le pastel et l'orseille.

Toutefois, l'élite des citoyens açoréens ne renoncera jamais à contrôler ces activités commerciales. En ce sens, elle n'abandonnera pas le monopole du pastel dans les mains des étrangers, car, selon Gaspar Frutuoso, cette plante était une vraie «mine d'or<sup>4</sup>».

Dans les dernières décennies du XVI<sup>e</sup> siècle, ont été réalisées certaines enquêtes judiciaires, à fin de distinguer ceux qui possédait ou non «sang de vieux chrétien». C'était une tentative de l'élite se débarrasser des étrangers qui intervenaient dans le florissant commerce des teintures. Il régnait, à l'époque, une grande euphorie, surtout entre les anglais et les écossais, qui venaient acquérir les teintures, en échange de l'argent et de tissus. Même les interdictions commerciales avec les anglais décrétées par le Roi Philippe I du Portugal n'ont pas été des moyens efficaces pour les écarter de

---

<sup>4</sup> Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Liv. IV, vol. II, Ponta Delgada, Tipografia do «Diário dos Açores», 1926, p. 54.

ce commerce. D'autre part, utilisant des îles du groupe occidental comme refuge, des pirates anglais ainsi que français ont dominé les mers des Açores par la piraterie.

D'ailleurs nous signalons aussi la présence des flamands aux Açores qui, entre autres activités, s'occupaient du commerce du pastel. La crise européenne de 1545-1552, aussi courte que profonde, a beaucoup nuit à la commercialisation des teintures et à l'essor industriel d'Anvers en particulier. Surtout entre 1559-1568, les prix de ces produits, notamment du pastel, va s'élever à des niveaux jamais atteints; la situation s'aggrave à cause de l'intensification de l'activité des corsaires anglais et écossais.

La présence des marchands açoréens dans les mers du Nord et du Baltique est de plus en plus forte. C'est dans cet ensemble géoéconomique que les insulaires frètent et parfois achètent des embarcations dont ils ont besoin. Remarquons que les assurances maritimes ont été réalisées grâce à l'argent obtenu avec la commercialisation du pastel. Des produits divers, comme les draps, l'armurerie et la poudre à tirer, les tapisseries, l'étain ouvragé et les toiles d'argent arrivent aux Açores venus de la Flandre.

Jusqu'à l'organisation de l'«Atlantique des Espagnols», c'est à dire, jusqu'aux années 30 du XVI<sup>e</sup> siècle, la grande route qui passe dans l'archipel est celle des «Indes Orientales». Dans une première période, correspondante au premier quart du XVI<sup>e</sup> siècle, la «Route du Cap» semble préférer les ports de l'île de Saint Michel, particulièrement celui de Vila Franca. Mais le tremblement de terre de 1522 oblige au remplacement provisoire du port de Vila Franca par le port de Ponta Delgada, dont le fond bas en pierre ne permettait pas l'accostage des navires. En alternative, d'autres ports seront utilisés, notamment celui d'Angra, dans l'île Terceira, et les ports des îles du Faial (Porto Pim), de l'île de Saint George (Velas) et de l'île Graciosa (Praia). Ce seront ces ports (du «Canal») qui serviront la navigation, en revenant,

des «Indes Occidentales» ou «des Amériques».

Les pétitions formulées par la cour de Castille afin d'utiliser ces ports, sont antérieures à 1518, ce qui montre que l'archipel prête appui à la navigation espagnole très tôt. Selon les sources historiques, notamment une lettre royale datée du 21 novembre 1536, les marchandises de Castille qui passaient aux Açores devraient payer des droits. Pourtant, les relations de voisinage des deux pays et l'intérêt mutuel de ne pas exagérer les bornes de l'espace économique menaient à une certaine actualisation, mais aussi à une *promiscuité* fiscale. Dans une autre lettre datée du 30 mai 1561, on peut lire que, pour des raisons de sécurité, le roi de Castille sollicitait l'entrée dans les îles des Açores des marchandises venues des «Indes Occidentales», entreposées et exemptées du paiement de la dîme<sup>5</sup>.

Dans la deuxième moitié du XVI<sup>e</sup> siècle, les citoyens espagnols frétaient fréquemment des navires açoréens pour transporter des marchandises jusqu'à Séville (et d'autres villes), en payant le service en «reales de prata e moeda castellana» (en réaux d'argent et en monnaie de Castille). Normalement ils cherchaient à éviter d'acquitter les droits d'entrée en Espagne. Mais parfois, il s'agissait de marchandises légalement acquises à l'archipel, à savoir le pastel, les épices, les cuirs, la charpenterie fine et les esclaves africains par marchands de Séville, Málaga, Valence et Tolède. Au delà des appréciés réaux («reales») et des lettres de change, il arrivait d'Espagne de l'huile d'Andalousie, de la vaisselle de Málaga et de Talavera, des draps et de la soie, du cordage et des câbles de navire, du fer et du goudron de Biscaia, ce qui prouve la pratique aussi d'un commerce direct.

À la fin du XVI<sup>e</sup> siècle, la dimension de la flotte des «Indes de Castille», à laquelle s'ajoutait parfois des navires de «l'Inde Portugaise»,

---

<sup>5</sup> A.N.T.T.C.C., partie 2.<sup>a</sup>, m. 247, doc. 3.

était surprenante. En septembre 1591, par exemple, à la halte de l'île du Corvo, presque 140 embarcations se sont réunies<sup>6</sup>. Après faire la route de l'île des Fleurs («volta das Flores»), les navires ont été escortés jusqu'au port central d'Angra, où ils recevaient des aliments frais («refresco»). C'est aussi l'opportunité de faire des réparations. C'est dans cette place que se formait le convoi d'embarcations (les «armées») vers Lisbonne et San Lucar (Séville). Au-delà des grandes routes des Indes, d'autres routes touchaient les îles des Açores, comme celles de Saint Tomé, Cap Vert, Côte Occidentale Africaine et, bien sûr, du Brésil. Pourtant – ce que nous avons essayé d'éclairer et de justifier – la route des Indes de Castille était la plus importante et c'est elle qui a le plus contribué à la formation des «Açores».

La dispersion géographique de l'archipel se voit d'abord dans le nom «Açores» («vautours» en portugais), circonscrit initialement aux îles des groupes Oriental et Central, excluant les îles «Corvinas» ou les «Florenses», nommées après Groupe Occidental.

Malheureusement les Açoréens n'achevaient pas leur unité, ni du point de vue politique ni administratif. Le «régime seigneurial» était fondé et déterminé par le transfert ou sous rogations de larges compétences. Les capitaines et les donataires absentéistes (nommés par le Roi) et les ecclésiastiques (choisis par le gouverneur de L'Ordre de Christ) avaient des considérables attributions et des droits élargis. En plus, certaines îles avaient deux capitaineries.

À partir du royaume de D. Jean II, la Couronne a fait des efforts pour distendre la politique centralisatrice du Royaume à l'archipel, surtout par l'action du «corrégidor». Cependant, cet effort n'a jamais été suffisant pour dissoudre la structure seigneuriale (quoique chaque fois plus mercantiliste). Le rôle des personnes les plus influentes n'a fait que renforcer le localisme. Ainsi, le microcosme du village ou

---

<sup>6</sup> Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário. Viagem ou navegação para as Índias Orientais portuguesas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 355.

de la paroisse aussi bien que la stratification et la hiérarchisation basée sur le triptyque «ceux qui prient / ceux qui combattent / ceux qui travaillent» (sous le fort contrôle de l'élite dominante) ont miné les efforts du pouvoir royal, c'est à dire la *res privata* dérangeait la *res publica* (l'intérêt commun).

La diversité géoculturelle des colonisateurs portugais et étrangers et les attitudes contraires ou menaçantes de l'orthodoxie religieuse – quoique contrôlée – ont été facteurs de désunion. Ainsi, coupant le fil conducteur de l'échange d'idées et de sentiments, au lieu de s'ouvrir et de communiquer, les individus et les groupes s'isolaient, sans former une vraie «région».

Les îles des Açores se situent à peu près 1.500 km du Portugal, 1.800 de Cádiz et de San Lucar, et plus ou moins à 4.000 km de la côte américaine. De nos jours, on couvre la distance en deux heures en avion mais, au début du XX<sup>e</sup> siècle il fallait encore presque cinq jours en bateau, pour aller de Lisbonne à Ponta Delgada. Au XVI<sup>e</sup> siècle, nous pourrions traverser cette distance dans une petite caravelle qui faisait le trajet en six ou sept jours, seulement en Été. Toutefois même aujourd'hui, il arrive que le trafic aérien soit interrompu pendant des jours. On avait du mal à naviguer pendant l'hiver et le trajet pouvait durer vingt jours ou plus. Cet isolement physique a été aussi pernicieux pour l'unité de l'archipel, quoique partiel: les communications avec l'Afrique tropicale, l'Asie des moussons et le «Nouveau Monde» se faisaient par l'archipel et avaient un coût pour cette dernière. Les équipages exigeaient un approvisionnement en vivres (*refresco*), l'entretien d'infrastructures, une protection militaire, etc. Pour cela, au delà des appuis des particuliers, la Couronne/État a créé des institutions propres, comme par exemple la célèbre «Provedoria das Armadas e Naus da Índia», qui était à la charge du pourvoyeur «des armées et des navires de l'Inde», confiée pendant de nombreuses années à la surintendance de la famille «Cantos» de

l'île Terceira.

Évidemment, la contrebande est une pratique qui accompagne, aussi, l'activité marchande. Aux Açores, dès le début du XVI<sup>e</sup> siècle elle affecte la navigation de la Route du Cap («Rota do Cabo»). À partir des années 30-40, c'était le flux de l'or de la factorerie d'Arguim et Saint George da Mina et, bien sûr, du «Nouveau Monde» qui était menacé. Au tournant de la première moitié du siècle, la circulation de personnes et de biens (métaux précieux inclus) s'intensifie à l'axe des routes transatlantiques d'Amérique, Açores, Séville (Médine) ou Bilbao – Anvers/Bruges, sans oublier le segment illégal qui, partant de l'archipel, liait le Portugal à la France, à la Flandres, aux Îles de la Bretagne et à l'Allemagne du Nord. Bien que d'une forme indirecte, la recrudescence de la piraterie, surtout française, l'a confirmé. Nous savons que la relation entre la piraterie et la contrebande est proche.

La circulation des métaux précieux à travers les Açores, dans les années 60 et 70, était abondante, et les açoréens finissaient par en bénéficier légalement et illégalement, quoique bien peu. À propos, voici un témoin: aux environ de 1540, Sebastião Moniz, habitant d'Angra (Terceira), informe qu'il existe «[...] hy hum conto douro», une partie fondue et épurée à l'archipel. Cette constatation a suggérée l'idée de la création de la «Casa da Moeda» (Maison de la Monnaie) à Angra, par la Couronne Portugaise<sup>7</sup>. Mais, les açoréens du XVI<sup>e</sup> siècle, sont devenus très peu sensibles à l'or et à l'argent non monnayés et, aussi, aux célèbres «réales» castillans et aux « lettres de Change», quoique, Frutuoso, par exemple, se montre scandalisé devant la spoliation à laquelle les açoréens soumettaient les castillans en transit par les îles<sup>8</sup>. À cause de cela, les habitants des Canaries font tout pour dévier la navigation des Indes de Castille pour Las Palmas,

---

<sup>7</sup> In *Arquivo dos Açores*, vol. V., p. 136-137.

<sup>8</sup> Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Liv. VI, Ponta Delgada, Edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1963, p. 183.

au lieu de continuer à bénéficier Angra et d'autres ports açoréens.

Il est impensable de concevoir le fonctionnement d'un commerce international ou d'installer des entrepôts d'appui à la grande navigation, sans la toile de médiations régionales et locales qui les supporte. En effet, aux Açores se sont les ports internationaux, normalement élevés à la catégorie des villes, qui fonctionnent, parfois mal. En même temps, ils corporifient une sorte d'*estomac*, qui digère ce qui tombe dans son champ d'action, et une sorte de *cœur*, chargé de rediriger à l'extérieur une partie de l'énergie produite et transformée.

En continuant l'analogie – et en regardant la situation açoréenne – tout cet immense travail exige la participation d'organes, mobilise diverses catégories d'agents et demande l'installation d'un réseau de voies internes. En somme, il fonctionne comme un système ouvert duquel dépendent d'autres sous-systèmes. Grâce à la position périphérique des Açores, dans le champ d'action de *l'économie-monde européenne*, l'archipel a été plus *cœur* qu'*estomac*, en redirigeant l'énergie dont il disposait pendant l'époque où la navigation était possible, les armées incluses, c'est-à-dire en Été. En effet, quand l'été maritime commençait, à peu près en avril ou mai, avec l'arrivée des premiers navires des Indes et de Guinée, la grande machine des médiations (de biens, de services et d'informations) entrait en fonctionnement. Mais les hommes ne négligeaient pas le travail des champs, car les récoltes approchaient, surtout celles du blé et du pastel. C'était le temps pendant lequel les «*ilhas do mar*» (îles de la mer) pullulaient de vie et les Açoriens communiquaient plus entre eux, *s'approchaient*, autrement dit, en acquérant des liens qui pourraient avoir conduit à la formation d'une «conscience régionale».

Aux mois de septembre ou octobre, «l'hiver» s'installait de nouveau, en formant des «îles de terre» ou des *isolats*, avec le grand domaine des facteurs naturels. Il faut remarquer que la période d'été

était extrêmement courte et que les liens de solidarité, à l'échelle de l'archipel, avaient du mal à devenir robustes.

Charretiers ou charrieurs, conducteurs de mules et d'ânes, bateliers, maîtres d'embarcations avec le respectif équipage, tous ensemble constituaient le groupe des transporteurs toujours nécessaires pour faire circuler l'excédent agricole dans le labyrinthe des voies de court rayon. Plus régulier et intense que le transport interne, toujours en été, c'était le service de cabotage entre les îles principales et les secondaires (celles-ci étant sous dépendance économique, quand elle n'était pas aussi politique et administrative). Il s'agissait d'un vrai travail arachnéen, avec des agents et des embarcations qui tissaient inlassablement la toile des échanges. Angra, évidemment, s'affirme, à l'époque, comme *centre* à l'échelle de ce commerce régional.

Il faut répéter que c'était la construction de «l'Atlantique des Espagnols» qui a converti Angra en une ville commerciale d'importance transcontinentale. La raison est que Ponta Delgada *s'intériorisait*, c'est à dire, vivait *de* et *pour* la terre. Angra, par contre, privilégiait la mer, se viabilisant ainsi et se développant toujours, n'oubliant pas la production artisanale et industrielle et les services attachés au grand commerce.

La lutte pour la *possession* de l'Atlantique du Nord est arrivée à une période d'indéniable prospérité. Dans les années 80 du XVI<sup>e</sup> siècle commençait la dispute du Grand Océan entre l'Espagne, l'Angleterre et la France, les deux premières mises en évidence. L'île de Terceira et les autres «Ilhas de Baixo», pour des raisons claires, se sont placées à côté des nations maritimes et ont donné leur appui militaire à la «cause du Prior do Crato» l'un des concurrents à la couronne portugaise après la mort de D. Sebastião en 1578. Saint Michel (avec Ponta Delgada), en général, se prêtait à défendre les intérêts du roi Philippe II d'Espagne. En ce qui concerne la

possession de l'*entrepôt* açoréen dans l'économie-monde européenne, ce dernier profitait des échanges internationaux. Terceira et les autres «Ilhas de Baixo» ont beaucoup perdu. Au-delà des vengeances du Roi espagnol, les actions des corsaires anglais augmentaient et c'est la raison pour laquelle les grandes embarcations venaient chercher des routes atlantiques inusitées, s'éloignant forcément de l'appui logistique d'Angra. Cependant, ce trouble n'a pas été définitif et il n'a sûrement pas détruit le rôle attribué à l'archipel des Açores car la navigation à vapeur, qui bouleversera profondément les moyens de communication, est encore à cette époque un rêve lointain.

**MELHORAR COM A RELIGIÃO  
E O COMÉRCIO  
NO IMPÉRIO PORTUGUÊS**

A 11 de dezembro de 1485, Vasco Fernandes de Lucena, na «Oração de obediência» que em nome de D. João II proferiu perante o recém-eleito Inocêncio VIII, asseverava (em latim traduzido duzido para o nosso idioma): «Por meio deste castelo [o da Mina] estabeleceu [o monarca português] um comércio tão santo, tão certo e tão grande com aqueles gentios que o nome do Salvador, por completo desconhecido deles até então, agora se lhes tornou tão familiar com a frequência dos nossos que esses povos ferozes e bárbaros, dados à luxúria e à preguiça, sem caridade, sem sentimentos humanitários e que vivem como animais, já começam a melhorar com a religião»<sup>9</sup>.

O castelo que o orador referia fora acabado de edificar no ano anterior e destinava-se a funcionar como fortaleza-feitoria para os portugueses transacionarem ali o ouro do Sudão que, regularmente, chegava às cidades do Norte de África. O objetivo consistia em prover o Reino daquela e doutras valiosas mercadorias africanas e privar os mouros de algumas fontes de rendimento com as quais continuavam a fazer a guerra aos cristãos. Ou seja, o benefício que Portugal esperava encontrar na Mina redundaria, também, em proveito material e espiritual da «Cristandade», pelo que, como dirá,

---

<sup>9</sup> *Apud* A. Fontoura da Costa, «*As portas da Índia em 1484*», Lisboa, Imprensa da Armada, 1936, separata de *Anais do Club Militar Naval*, p. 79.

noutra «Oração de obediência», em 1493, perante Alexandre VI, o bispo de Ceuta, D. Fernando de Almeida, D. João II já alcançava «fama universal»<sup>10</sup>. Porquê? Porque descobrira mais «mundos» e novos homens do que os seus antecessores ou, por outras palavras, alargara, consideravelmente, os limites físicos do orbe e o conhecimento do «género humano». Mais, através da sua política *humanitária*, assente no aumento da cristianização, estava a concorrer para o recuo da barbárie, a ponto de obrigar a prostrarem-se perante ele os reis da «Etiópia» (África Negra). Enfim, convertera-se em «Rei de reis», ou seja, adquirira um *status* equivalente ao de um Imperador, ainda que com o inestimável e persistente apoio do papado, o qual também nunca fora regateado aos seus antecessores, pelo que se justificavam, cada vez mais, em termos diplomáticos, os protestos de obediência.

A fama dos portugueses ia, em todas as instâncias internacionais da «Cristandade» e da «Europa» em formação, em incontestável crescendo? A resposta é óbvia se, além do mais, tivermos presente a concorrência económica que o nosso País lograva suscitar, em particular com as Repúblicas Italianas, sobretudo depois da designada «Rota do Cabo» ou das especiarias passar a promover Lisboa. Concretamente, na carta em que D. Manuel comunica aos «Reis Católicos» a chegada da primeira armada do Gama, já estão bem expressos os objetivos a atingir com a descoberta da Índia: converter ou confirmar na fé os cristãos orientais e impedir «o trato da especearya e pedrarya que passa em m̃aos, que os mesmos descobridores viram e acharam, em grande cantydade e de grande grandeza a Mequa, e dhy ao Cairo, dhonde se espalha pelo mundo...» e de que toda a mourama daquelas partes se aproveitava<sup>11</sup>. Tanto será

---

<sup>10</sup> *Apud* Fontoura da Costa, *ob. cit.*, p. 104.

<sup>11</sup> In *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas*, por José Ramos Coelho, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 95-96.

Lisboa uma ameaça económica para alguns parceiros da «Cristandade» que já, em 1506, o embaixador veneziano Vincenzo Quirini elaborará, a partir de informação diversa fornecida por pessoas fidedignas, uma «relação» sobre «el viaggio di Calicut» e que poderia interessar a «questo Eccellentissimo Senato»<sup>12</sup>. Colherá, especificamente, notícias quanto: aos navios que o Rei de Portugal armava por ano para irem à Índia; à concorrência que já os lusos iam estabelecendo com os mouros no comércio das especiarias, em particular da pimenta; à importância de Malaca como entreposto oriental dos portugueses, pelo que fora nomeado ali feitor; à sua boa aceitação em Cochim e Cananor; ao levantamento dos preços de venda de algumas especiarias em Lisboa; à construção de fortalezas-feitorias no Oriente para o controle do comércio e da navegação sobretudo com destino ao Mar Vermelho e à Itália; à pouca probabilidade, por razões várias (no entender do Veneziano), dos lusos poderem continuar a viajar para a Índia; enfim (concluirá o Embaixador), era provável que os negociantes de Meca e de Adem, em conluio com o Samorim e com o apoio da artilharia italiana, pudessem travar a intervenção portuguesa no Oriente<sup>13</sup>.

Aumentavam, pois, os reparos à nossa participação na economia europeia, de tal modo que Damião de Góis teve de reagir aos escritos do italiano Paulo Jóvio, influenciado por um mercador genovês, esclarecendo: «Em boa verdade não somos [os portugueses] motivo de inveja, antes a todos [os cristãos] cumpre dar-nos auxílio em tão grande empresa [a da Expansão Ultramarina] comprando as nossas especiarias por melhor preço – que sempre vendemos mais barato do que outras nações as vendiam – e assim podermos com esse

---

<sup>12</sup> Quirini veio na comitiva de Filipe o Belo, Duque de Borgonha, a Espanha.

<sup>13</sup> In *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da India Portuguesa fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Asia e Africa Oriental desde o principio da conquista até ao fim do seculo XVIII*, por Julio Firmino Biker, Tomo XIV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, p. 63-94.

dinheiro, exterminar da terra a raça dos infieis e pacificamente pregar a Lei Santa, enquanto os demais príncipes cristãos esquecidos dos seus deveres se combatem uns aos outros»<sup>14</sup>.

Enfim, os tempos não eram já inteiramente favoráveis ao conceito «Cristandade», ainda que os «nossos» insistissem na sua ampliação, uma vez que, com crescente vigor, se iam afirmando as realidades mercantilistas da «Europa». Era o «tempo dos homens de negócio», ainda que já nele participassem muitos comuns, de que dará testemunho o cronista João de Barros. Declarará ele, com efeito, na obra moralista, teológica e filosófica (sob a forma de diálogo) intitulada *Ropicapnefma ou Mercadoria Espiritual*, por palavras assertivas da *Verdade*: «[...] o estado [status social] está no poder, e o poder no dinheiro, e o dinheiro no trato e o trato na cobiça que é ~ua perenal fonte donde todolos bens emanam»<sup>15</sup>. No que estará de acordo a figura *Tempo*, ao declarar que «verdade é que duas tenções levam a maior parte das obras: proveito em vida e fama na morte»<sup>16</sup>.

Com a multiplicação dos homens crescia, de facto, a cobiça; e à luta entre as grandes religiões não era, igualmente, estranha a concorrência económica. Especificamente, a guerra entre cristãos e muçulmanos tendia a *mundializar-se*, já que o objetivo político-religioso de cada contendor era angariar o máximo de prosélitos (aliados), sem dar lugar à legítima neutralidade dos «gentios». Exemplificaríamos com a guerra e a luta diplomática em que, logo após a viagem primeira do Gama, se envolveram, de um lado, o Samorim de Calecute e os «mouros» de Judá-Meca e, do outro, os reis de Cochim e Cananor apoiados pelos portugueses. Estava em

---

<sup>14</sup> *Opúsculos Históricos*, tradução do original latino pelo Professor Dias de Carvalho e prefácio de Câmara Reis, Porto, Livraria Civilização Editora, 1945, p. 88.

<sup>15</sup> *Ropica Pnefma*, reprodução fac-similada da edição de 1532, vol. I, leitura modernizada, notas e estudo de Israël Salvador Révah, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983, p. 68.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 83.

causa, sobretudo, o domínio do comércio da pimenta e do gengibre, com as melhores destas especiarias a afluir aos portos do reino de Calecute, pelo que a disputa pela sua mercantilização gerou uma contenda político-religiosa com fundamentação ética. É que, na opinião dos portugueses, o açambarcamento de bens e a prática do exclusivo eram inaceitáveis por manipularem o mercado, ou seja, por perversão do «justo preço», o qual deveria ser a resultante da livre relação entre a oferta e a procura.

Esclareça-se que tal relação tinha, e tem, uma considerável carga de subjetividade, ao depender do interesse conferido ao bem, ainda que, no caso daquelas especiarias, elas tanto valor tivessem para os muçulmanos como para os cristãos. Além disso, os «nossos» pretendiam *primícias* mercantis, justificadas, em seu entender, por serem participantes recentes no mercado de Calecute. Da luta económica rapidamente se resvalou para a apreciação de cada religião em confronto e para a classificação dos respetivos adeptos segundo o critério da *civilidade*, isto é, quem era ou não «infiel» e «bárbaro». O autor português (anónimo) de *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, obra redigida em 1577, ainda fará eco desta classificativa, enaltecendo, naturalmente, a condição dos portugueses<sup>17</sup>. Por sua vez, o muçulmano quinhentista Zinadim Benali Benhamede reiterará os dotes espirituais dos prosélitos do Islam no Oriente, ainda que reconhecesse: «Eles [os portugueses] pelo seu tacto e saber apoderaram-se de muitas cidades, construíram fortalezas [citas], e noutros portos numerosos em Ceilão, e penetraram até à China; o commercio nestes portos e noutros mais passou para as suas mãos, enquanto os commerciantes muçulmanos humilhados, submissos se comportavam com elles, como servos, não lhes sendo permitido o commercio senão de um pequeno numero dos generos com que

---

<sup>17</sup> *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, Lisboa, por Jorge Rodriguez, 1630, fl. 11.

desejavam traficar. Estas mercadorias, de que se auferiam grandes lucros, mas de que elles se reservaram o monopolio, excluindo absolutamente os mercadores muçulmanos, são...»<sup>18</sup>. Ou seja, o exclusivo tão condenado inicialmente pelos portugueses, acabou por, em muitos casos, ficar nas suas mãos e, deste modo, perverter a verdade dos negócios no Oriente.

Poder-se-á perguntar: se não fora o fator político-religioso a suscitar uma retesada competitividade, não seria de esperar, da parte dos contratantes cristãos e muçulmanos, a observância das «boas práticas» comerciais, ou seja, de uma negociação assente na ética e até na convivialidade? As fontes históricas confirmam que a diferenciação religioso-civilizacional agudizou a concorrência económica entre mouros e cristãos, pelo que, nestas circunstâncias, a religião não concorreu para melhorar os intervenientes, ainda que, pelo menos, do ponto de vista teórico, os mercantilistas viessem, já, defendendo que o êxito da atividade comercial deveria assentar na boa fé dos contratantes e na respetiva comunicação («conversação»). Assim, por exemplo, o luso-castelhano Duarte Gomes Solis (1562?-1632) preconizará que a «verdade en sus tratos» (associada à moderação nos gastos) poderia converter, em pouco tempo, os mercadores pobres em «ricos e acreditados»<sup>19</sup>. Este arbitrista discordará, porém, que a religião interviesse na salutar prática mercantil, tendo presente, sobretudo, a perseguição feita aos judeus na Península Ibérica. Argumentará, ainda, que no funcionamento do Império Português, cuja feição seria mais religiosa que mercantil, era de esperar maior «verdade» nos negócios, sobretudo com os «gentios», e que as diretivas da Coroa/Estado a recomendassem. Não eram inteiramente justas as

---

<sup>18</sup> *O presente dos defensores da fé* ou *O mimo do campeão da fé*, traduzido do árabe e publicado por David Lopes, sob o título *História dos Portugueses no Malabar*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, p. 72.

<sup>19</sup> Cf. «Advertencias sobre el comercio», in *Discursos sobre los comercios de las dos Indias, donde se tratan materias importantes de Estado y Guerra (1622)*, edição organizada e prefaciada por Moses Bensabat Amzalak, Lisboa, 1943, p. 23-25.

suas observações, como se depreende deste *item* do «Regimento» de D. Sebastião», de 27 de fevereiro de 1568, para orientação política do nomeado Vice-rei da Índia, D. Luís de Ataíde: «Vos encomendo muito e mando que grande e especial cuidado de se guardar a verdade nos tratos, vendas e compras que amtre minhas jentes e os mercadores da terra se fazem...»<sup>20</sup>.

Naturalmente, esta e outras determinações régias, com que politicamente se pretendia dar continuidade ao «comércio santo» preconizado desde finais de Quatrocentos, tinham, também, por objetivo estruturar pacificamente o Império Luso, a par de outros fatores, nomeadamente o ensino dos «gentios», o acesso à saúde e à justiça ou a prática dos «bons costumes». Por outras palavras, ideologicamente, que não tanto na prática, ia-se estabelecendo o nexó comércio-civilidade-pacificação, o qual será proclamado, por exemplo, pelo cronista João de Barros, ao apelar que os infiéis «leixassem suas idolatrias diabolicas, ritos, e costumes, e se convertessem á Fé de Christo, pera todos sermos unidos, e adjuntados em caridade de lei, e amor, pois todos eramos obra de hum Creador e remidos por hum Redemptor»<sup>21</sup>. Enfim, se se convertessem, particularmente os «gentios», ampliar-se-ia a «espécie humana» ao deixarem o «estado dos brutos» e, ao decidirem abrir as suas terras ao comércio (praticado segundo a verdade e as leis), concorreriam para ampliar a paz e o amor entre todos os homens.

Era um princípio (como veremos) renascentista, herdado da cultura greco-romana, este que considerava ser o comércio «o fundamento de toda a humana policia» ou civilidade. Associado à religião (cristã) passava a converter-se em «comércio santo», ou seja, reforçava a sua natureza e a sua eficácia, satisfazendo o

---

<sup>20</sup> Regimento para D. Luís de Ataíde, in *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente-Índia*, 10.º vol., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953, p. 439-445.

<sup>21</sup> *Da Ásia* de João de Barros e Diogo do Couto, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1778, Déc. I, Liv. V, Cap. I, p. 385-386.

duplo interesse mais relevante das monarquias mercantilizadas e cristãs, entre as quais se contava (e até se destacava quanto à religião) a portuguesa. Explicitemos. Com a crescente importância do mercado, em particular do «longo comércio» que, por ser mais desequilibrador da relação procura-oferta e, conseqüentemente, gerador de maiores lucros, os monarcas modernos passaram a conferir importância às questões mercantis, integrando-as, cada vez mais, nas suas iniciativas administrativas e diplomáticas. Deverá, neste sentido, ser entendida a valorização do papel dos missionários e de outros semeadores da palavra do Evangelho, ao reputarem-se como vendedores das mercadorias espirituais e, em última instância, das materiais, particularmente junto dos «gentios», isto é, ao fazerem a «obra da abelha: da frol da má erva tirar a pureza e doçura do mel»<sup>22</sup>. Invoquemos, a propósito, algumas situações históricas em que se deteta a associação do trato e da missionação.

Na «Guiné» da *troca desigual*, por o valor de uso dos bens permutados ser diferente para os contratantes brancos e para os negros, cedo a preocupação do «exclusivo» motivou a Coroa portuguesa. Principiou por decisão de Afonso V, a favor do Príncipe D. João, e foi recuperada por D. Manuel, quando, entre as tradicionais e severas ameaças punitivas, invocou a justificação de que os infratores se comportariam como membros separados da Santa Madre Igreja, equiparando-se aos «infieis»<sup>23</sup>. É que, concorrendo o trato (ou o dinheiro) para fazer a guerra santa contra os «mouros» e viabilizar a conversão dos «gentios», também «por ele» (trato) se servia a Deus. Tanto assim era que uma carta régia, de 22 de fevereiro de 1502, transcrevendo uma outra do Infante D. Henrique, concedia à Ordem

---

<sup>22</sup> João de Barros, *Rópica Pnema*, vol. II, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983, p. 25.

<sup>23</sup> In *Monumenta Missionaria Africana (África Ocidental)*, coligida e anotada pelo Padre António Brásio, vol. IV – suplemento aos séculos XV e XVI, Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1954, p. 113-114.

de Cristo a vintena do que era trazido da Guiné<sup>24</sup>.

Por outras palavras, vislumbra-se o nexó entre os *valores centrais* das sociedades europeias de Antigo Regime, em particular entre o proveito e a glória celeste, sem esquecer que a atividade mercantil, quando devidamente enquadrada pelo interesse do «bem comum», concorria para o crédito da Nação e do Estado, mesmo se realizada em privado, já que: «[...] os mercadores que nas necessidades acodem ao serviço del Rey com empréstimo de dinheiro, ou fazenda, e per qualquer via de si, ou per outrem lhe são proveitosos, são dignos e merecedores de todas as honras, que por tam boas obras merecem»<sup>25</sup>. Eis, pois, justificada, e alargada, a correlação de outros valores político-sociais, no caso a honra, a que se juntavam a fama e a glória terrena (vã glória). Naturalmente, a elaboração teórica escudava-se na prática ou na evolução da realidade, de que poderemos relembrar os seguintes traços.

A partir da segunda metade do século XV, particularmente a ocidente do Rio Elba, a «Europa» irá recuperando da «Longa Depressão», com a desmultiplicação ou diversificação das atividades económicas e das funções sociais, até então bastante espartilhadas no trinómio e na trifuncionalidade dos que «oram, combatem e trabalham». Assistir-se-á, designadamente, a uma maior imbricação da honra e do proveito, com este a assumir, cada vez mais, a forma de riqueza móvel. Tanto assim era que o *Entendimento*, como figura dialogante da obra *Ropicañefema* já poderia proclamar que «[...] nenhum [homem] vive sem comprar e vender»<sup>26</sup>. O dinheiro passará, pois, a pulverizar proeminências e privilégios, concorrendo para enfraquecer a velha nobreza em prol de uma outra militar e

---

<sup>24</sup> «Alvará de D. Manuel de 12 de Março de 1518», in *Monumenta Missionaria Africana*, segunda série, vol. II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963, p. 6.

<sup>25</sup> *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, fl. 86v.- 87.

<sup>26</sup> *Ob. cit.*, vol. II, p. 45.

administrativamente mais moderna e capaz. Por sua vez, o burguês enriquecido almejará o enobrecimento, apelando à deferência e à função singularizante dos monarcas para *trocar* dinheiro por prestígio social. Alguma dessa burguesia logrará obter autonomia económico-financeira e participar na realização dos principais objetivos nacionais, sobretudo através do grande comércio, em especial do tráfico ultramarino. É que, no dizer do boticário e grande viajante Tomé Pires, em começos do século XVI já se reconhecia ao comércio a função de ser «tam necessario que sem elle nom se sosteria o mundo; este hé o que nobreça os Regnos que faz grandes as jentes e nobelita as cidades e o que faz a guerra e a paz»<sup>27</sup>.

Coevo e admirador pessoal do Governador Afonso de Albuquerque, Pires, de acordo com o seu pensamento económico, também defendia que a estratégia primeva de D. Manuel para a «Índia» teria de ser substituída por outra mais pragmática. Se até na «Guiné», já tocada pelo expansionismo «mouro», a Coroa portuguesa vinha pugnando pela imposição do exclusivo de certas mercadorias, defendendo-as, também, da ganância de certos cristãos, mais se justificava na «Índia», a qual fazia parte do continente em que então mais riquezas desafiavam a cobiça dos homens, no que levavam vantagem os seguidores da religião de Maomé. Deveria, pois, constituir desafio para os cristãos ocidentais, particularmente para os portugueses, providos de meios técnicos e de vontade conquistadora, destroná-los, o que seria objeto de honra, proveito, fama e glória, tanto para o Reino, como para o Rei e respetivos súbditos.

Seria possível realizar o projeto luso sem recorrer à guerra e respeitando as normas do comércio internacional? O promotor ou o «descobridor», em última instância, da viagem Lisboa-Calecute pensou

---

<sup>27</sup> *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, leitura e notas de Armando Cortesão, Coimbra, por Ordem da Universidade, 1978, p. 132 (a partir de agora referida por Tomé Pires, *A Suma Oriental*).

inicialmente que sim, já que era um princípio geral da «gente civil» respeitar o «largar da mercadoria» ou o livre comércio. Governador de um Império que tinha por modelo o romano e titular de um Reino profundamente cristão, D. Manuel (sem esquecer alguns do seu Conselho) tinha presente, certamente, que a *libertas* era uma condição fundamental da *res publica* e que valores inerentes e referentes eram os de *pax, concordia e clementia*<sup>28</sup>. Mas seriam tais valores aplicáveis às relações com todas as sociedades, incluindo as de credo islâmico?

No Oriente, os mouros não estavam dispostos, como repetidamente lembrará o grande Afonso de Albuquerque, a respeitar a *libertas* no domínio comercial, pelo que (inferia ele politicamente) só pela guerra, nestas condições «legítima», os portugueses acederiam às melhores especiarias. Teve, porém, de insistir para ver aprovado, oficialmente, o seu «parecer», dado que D. Manuel, só em 1513, adotou mais claramente, como estratégia, a sugerida por Albuquerque, ou seja, que a formação e o funcionamento do «Estado da Índia» teriam de assentar na *guerra* contra os mouros e os gentios infiéis (entenda-se os que não estavam dispostos à conversão ao cristianismo)<sup>29</sup>. Com os outros deveria observar-se a *pax, concordia e clementia*.

Do *Livro das Cidades e Fortalezas [...]*, redigido em 1582, retiramos, com efeito, a notícia de que «Vendo pois ElRey Dom Manuel este odio grande dos Mouros, e geral alvoroço delles contra nos e que mais avia de valer acerca delles, grande número de náos e gente de armas que outra mercadoria alg~ua [...] ordenou de mandar alem de náos, que avião de tornar com a carga da especiaria, h~ua grossa armada de navios e gente de armas, com

---

<sup>28</sup> Cf. Maria Helena da Rocha Pereira, «Rome, un modèle commun dans la formation des mentalités», in *Estudos sobre Roma Antiga, a Europa e o Legado Clássico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 7-15.

<sup>29</sup> Cf. João Marinho dos Santos, «Políticas e estratégias nos primórdios do Estado da Índia», in *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa*, vol. II, Coimbra, Palimage, 2010, p. 151-163.

capitão mor e Governador, que ficasse nas ditas partes, e residisse nellas em favor dos ditos nossos amigos e aliados, e das feitorias que nellas tinhamos...»<sup>30</sup>. Repare-se que é também a *fides*, isto é, a fidelidade aos compromissos assumidos com os potentados amigos e aliados, que obriga os portugueses a recorrerem à «guerra guerreada» para os defenderem de agressões externas. Exigiam, em troca, o pagamento de «páreas» (tributos) como reconhecimento da suserania do protetor. Nestas condições (insista-se), praticamente impossível era que os «nossos» prescindissem da força das armas ou, pelo menos, da ameaça de recorrer a ela, ainda que continuasse a haver quem insistisse que melhor era que a coação desse lugar à aceitação. Seria, no entanto, minoritária tal corrente de opinião.

O autor de *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia* será um dos que defenderão a impossibilidade de evitarmos ali a guerra, argumentando: «Serem todos os infieis destas partes, geralmente falando, nossos inimigos não hé de espantar, pois o nós somos de toda a infidelidade, por onde não he muito pagarem-nos da mesma moeda. Se alguns são nossos amigos, ou são a isso forçados, ou he pello interesse que de nós pretendem»<sup>31</sup>. Assim, *universalmente*, mas em particular no Oriente, grupos havia, como os «mouros» e «judeus», que eram considerados inconversíveis por natureza, ainda que dos «gentios» se devesse esperar o mesmo, sobretudo por imposição sociocultural, conforme observará, por exemplo, Fr. António do Porto, em carta de Baçaim a 7 de outubro de 1548, para D. João III: «[...] hos quaes [gentios] todos são tão afeiçoados aos [seus] ritos que ho que se faz christão he tido delles por peor do que são de nos tidos hos hereges»<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> «Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia (1582)», in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1953, vol. XXI, (p. 13-144), p. 110-111.

<sup>31</sup> *Ob. cit.*, fl. 83v.

<sup>32</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 4.º vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1950, p. 60.

As questões militares não estavam, naturalmente, dissociadas, à escala do Império Português, das negociações e decisões diplomáticas. Na «Índia», com efeito, será quase emblemático o relacionamento agressivo entre o Samorim e os representantes do Rei de Portugal, em contraste com a atitude protetora para com os reis de Cochim e Canamor, permanentemente ameaçados por Calecute. Mas não faltam exemplos múltiplos de celebração da «pax» entre nós e os potentados orientais, mesmo por iniciativa do «belicoso» Albuquerque<sup>33</sup>. Já na África Negra, poder-se-á considerar caso típico o pedido do rei do Benim, ao solicitar, em 1515, sacerdotes para se «converter», quando a finalidade principal era opor-se aos seus vizinhos com o nosso apoio militar. Efetivamente, tendo enviado a Lisboa um embaixador, em carta de 20 de novembro desse ano, D. Manuel será claro: «Porque quando virmos que nas cousas da christyndice vos ponhendes como bõ e fiel christão, nam averá cousa em nosos Regnos com que nam follgareemos de vos aproveitar, asy de armas, como bõbardas e todas as outras cousas da guerra [...]. As quaees agora vos nam enviamos, como elle [o embaixador] nos requireo, porque a ley de Deus nollo defeende...»<sup>34</sup>. Entretanto, tal não impedia, segundo D. Manuel, que não pudesse abrir já «vosas feiras e fazer o trato livremente...».

Ao oportunismo de alguns reinos gentílicos quanto à pretensa aceitação do cristianismo, há a acrescentar o de algumas «conversões» individuais, como se infere deste «alvitre» (parecer) dos prelados portugueses, em 1563: «Na conversão dos gentios na Índia, Guiné, e mais senhorios de V. A. vai grande abuzo, e desprezo da fé,

---

<sup>33</sup> Cf. entre outros, por Julio Firmino Judice Biker, *Collecção de Tratados e concertos de pazes [...]*, Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881; António Vasconcelos de Saldanha, *Iustum Imperium. Dos Tratados como Fundamento do Império dos Portugueses no Oriente*, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004; João Marinho dos Santos e Maria Helena da Cruz Coelho, «A Diplomacia Manuelina – Uma Tipologia para o Espaço Ultramarino», in *Raízes Medievais do Brasil Moderno (Guerra e Diplomacia)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2019, p. 153-173.

<sup>34</sup> In *Monumenta Missionaria Africana*, vol. IV – suplemento aos séculos XV e XVI, p. 89-90.

porque muitos fingidamente se convertem somente pelo premio [recompensa], que por isso lhes dão, pelo que a tornão logo a renegar [...], a outros se faz força por que se convertão que não he para ouvir...»<sup>35</sup>. Além do conhecimento direto, os prelados apoiavam-se, por certo, em testemunhos como este, registado em carta de Goa a 10 de outubro de 1547 e assinada pelo P.<sup>e</sup> Nicolau Lanceloto: [...] los que se hacen cristianos, se hacen todos por puro interés temporale [...], los que son esclavos de moros y gentiles, se hacen christianos para alcanzar libertad, [...] y otros se hacen cristianos si alguno les da un bonete, una camisa o qualquiere poca cosa [...], otros para tener conversación con las mugeres cristianas; de manera que sea bendito aquel que por virtud se hace cristiano». Logo, segundo o mesmo informador, por regra a conversão era meramente formal, ou seja, realizava-se com pouca doutrinação e menos convicção, pelo que «muchos dellos se tornan à la gentildade o á la morisma»<sup>36</sup>.

E, a propósito das oferendas que em ambos os sentidos selavam a fidelidade ao domínio luso, retenha-se que, mesmo a título oficial, elas poderiam atingir valores elevados e serem de natureza variada. Sirva de exemplo «a protecção» concedida ao rei do Congo e *paga* com o envio de 78 escravos ao nosso D. Manuel, como é referido num alvará régio de 4 de outubro de 1515; já no ano anterior, se registara o desgarramento, para Vigo, de «hum navio noso que vinha do Manicongo com escravos» – lê-se numa carta régia de 13 de março de 1514<sup>37</sup>.

Como é sabido, o trato dos escravos interessava (e muito) a vários agentes e instâncias oficiais e privados, quase sempre sob a capa de os fazer cristãos, de que poderá ser indicador o seguinte

---

<sup>35</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa, cód. 2691.

<sup>36</sup> In *Selectae Indiarum Epistolae nunc primum editae*, Florentiae, Ex Typographia S. S. Conceptione, 1887, p. 24-28.

<sup>37</sup> In *Monumenta Missionaria Africana*, vol. I, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1952, p. 285 e 339. Cf. de Jorge Fonseca, *Escravos no Sul de Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Editora Vulgata, L.<sup>da</sup>, 2002, além de outras obras clássicas sobre a temática da escravidão.

registo: o vigário da igreja de Nossa Senhora da Conceição auferia um cruzado de ouro por cada navio de «negros que bautizasse», a fim de que «doentes e saões fossem factos christãos»<sup>38</sup>. A maior parte da escravaria nem receberia qualquer instrução catequética, embora posteriormente e, por certo, para observância das determinações do Concílio de Trento, a catequização dos escravos passasse a ser mais praticada. Pelo menos, passou a ser normativamente mais formalizada. Prova-o, por exemplo, um alvará régio, de 22 de março de 1556, ao estipular o vencimento de 20\$000 rs para cada «língua» (intérprete) que o bispo de S. Tomé ordenasse, «pera ensynar os scpravos que a ella [ilha] vierem os artigos da fee e mandamentos da ley de Deus»<sup>39</sup>. Em mais documentação da época, fala-se, igualmente, em «doutrina e baptismo de escravos», designadamente numa «Ordenação» de D. Manuel de 24 de Março de 1514, para que os senhores proprietários de «escravos da Guiné» fossem obrigados a «fazê-los cristhãos» até seis meses após a proclamação desse mandato régio, «sob pena de os perderem», excepto se os ditos escravos tivessem mais de 10 anos e se recusassem a fazê-lo<sup>40</sup>.

Mercadoria importante, insista-se, do «comércio santo» quinhentista, o escravo foi ganhando, contudo, alguma promoção social, sobretudo na condição de «forro» ou livre, enquanto o direito público, em certos casos, também o ia protegendo. Exemplifiquemos. Ainda que por interesse de povoar São Tomé, uma carta de D. Manuel confirmará, a 29 de Janeiro de 1515, serem livres as escravas que vivessem, maritalmente e em regime monogâmico, com os brancos da ilha, incluindo nessa liberdade os respetivos filhos<sup>41</sup>. Por morte de uma escrava, ainda que doente, o seu senhor, residente na ilha

---

<sup>38</sup> «Alvará régio, de 26 de junho de 1516», in *Monumenta Missionaria Africana*, segunda série, vol. II, p. 122-123 e 129-131.

<sup>39</sup> In *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1953, p. 124.

<sup>40</sup> In *Monumenta Missionaria Africana*, segunda série, vol. II, p. 69-70.

<sup>41</sup> In *Monumenta Missionaria Africana*, vol. I, p. 331-332.

do Fogo, foi criminalmente perdoado, mas teve de pagar 8\$000 rs à «Piedade» ou Monte Pio<sup>42</sup>. Queremos outras provas reveladoras da melhoria da situação dos escravos? A 20 de março de 1518, o monarca, a pedido da confraria de «Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Lisboa», atalhará, normativamente, o abuso de continuarem escravizados os «forros» deixados por herança<sup>43</sup>. E, a 26 de maio de 1546, os «moradores» ou «vizinhos baços» (mestiços), da ilha de S. Tiago do Cabo Verde alcançaram autorização para «emtrar nos ofícios do comcelho, pera servirmos nos ditos carguos, asy como os da Ilha de Sam Tomé...»<sup>44</sup>.

As práticas de desumanidade a que eram sujeitos os escravos deveriam ter por limite o interesse económico. É que, como é óbvio, ao proprietário do escravo não interessaria que ele se fosse debilitando, e muito menos que percesse, pelo que importava proporcionar-lhe condições alimentares e sanitárias mínimas, tanto para o utilizar como mão de obra, como para o rentabilizar no trato escravocrata. Documenta-o, por exemplo, um «Regimento do Trato de S. Tomé», de 8 de fevereiro de 1519, que obrigava a serem «bem providos de inhames e azeite de palma, quaroço e banana e algu~ua malagueta e seus paaos pera roer» os escravos que, a partir da ilha, tomassem o caminho do Reino. Os doentes ficariam nas «roças» até se restabelecerem<sup>45</sup>.

Com esta e outras referências não podemos, nem pretendemos, procurar *branquear* o impressionante fenómeno da escravização em todas as épocas e em particular na Moderna. Sabe-se que, para fazer funcionar as fontes da escravaria, com relevo para a da guerra, se verificou a convivência e até a participação direta de agentes e

---

<sup>42</sup> Carta régia de perdão, de 19 de maio de 1513, in *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, p. 59-60.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 151.

<sup>44</sup> «Carta régia de 26 de Maio de 1546», in *Monumenta Missionaria Africana*, segunda série, vol. II, p. 386-387.

<sup>45</sup> In *Monumenta Missionaria Africana*, vol. IV – suplemento aos séculos XV e XVI, p. 124-133.

institutos que, pela sua missão evangélica (religiosa e civilizadora), deveriam ser omissos e isentos nesta matéria. Mas, convirá não perder de vista, igualmente, a existência da escravatura em sociedades e tempos anteriores ao contacto com os europeus, como se regista, por exemplo, na *Breve Relação da Conquista de Angola (1594)* e que passamos a citar: «As cauzas e titolos mais usados por onde os Senhores [africanos] possuem, e vendem a outros pretos por cativos, são estes: primeiro quando algum vassalo faz traição ao Senhor, e se lhe quer levantar com o Estado ou comete crime com as molheres do Senhor, elle morre e toda a sua geração fica cativa. Segundo, assi os Reys como os Sobas tem todos certo numero de escravos repartidos por diversas aldeas, que seus antepassados lhes deixarão e elles vão acrecentando com guerras e compras. Dos filhos destes uzam por dinheiro [como para-moeda] e mandão vender nas feiras como está dito»<sup>46</sup>.

A diferença decisiva e assustadora assentou na intensificação e alargamento do fenómeno por exigência da economia de mercado e, também, por não ter encontrado suficientes resistências. Concretizemos, exemplificando.

Tendo-se dissipado, rapidamente, o projeto de criar, em Angola, um outro Brasil do açúcar, sobretudo por falta de meios financeiros e de resultados compensatórios em função do nível de investimento, Paulo Dias de Novais, em seu nome e no do Rei, passou a centrar a colonização na mirífica conquista das minas de prata de Cambambe e na apropriação dos escravos<sup>47</sup>. Era, para tanto, necessário desapropriar o «Ngola» (título do Rei dos Ambundos) de parte do seu território, sob o pretexto de ele não aceitar a suserania portuguesa, o que exigia recorrer à guerra. Para

---

<sup>46</sup> In *Monumenta Missionaria Africana*, vol. IV – suplemento aos séculos XV e XVI, p. 546-581.

<sup>47</sup> Cf. o nosso estudo «Angola na Governação dos Filipes – Uma perspectiva de história económica e social», in João Marinho dos Santos, *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa*, vol. I, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1998, p. 83-106.

que esta fosse «justa», necessário era que fosse defensiva para os portugueses, o que não era o caso. Seria «legítima», se o Ngola e os seus súbditos se recusassem a aceitar a evangelização, o que até então não sucedera. Discutido, por certo, o assunto a estratégia missionária foi conquistar, primeiro, e evangelizar, depois. Esclareceram-na várias informações dos agentes da Companhia de Jesus para os seus superiores, pelos anos 70/80 da Era de Quinhentos, como esta: «Com o augmento da conquista deste reino [de Angola], se foi tãoob~e estendendo o das almas, e se abrio mais larga porta aos que desejavam e pedião o baptismo, mas não se lhes concede tão liberalmente, porque convem que o reino todo se sogeite, pera mais seguramente e de raiz enformar esta gentilidade...»<sup>48</sup>. Comentemos.

Esperariam os jesuítas, em terra tão extensa e a espaços doentia, como era a do Reino do N'gola, instalar um domínio cristão suficientemente territorializado? Pensariam dispor de meios para isso, a avaliar pelas dificuldades materiais e pela falta de recursos humanos com que se viam confrontados? Pretenderiam os promotores (laicos e eclesiásticos) desse projeto fazer de Angola um outro Brasil ou apenas fornecer de escravaria a colonização da América Meridional? Escravaria essa que era absolutamente necessária no Brasil colonial, como se pode verificar por uma carta de junho de 1591: «[...] porque o año que falta a escravaria de Angola não há [para] lavrar asuqere e se faltar duas [dois anos] comesarão a fechar os ingenhos e se forem tres fecharão de todo, n~e averá gente pera cortar o páo [cana]»<sup>49</sup>. Em 1582, havia chegado à Baía mais um carregamento de escravos proveniente de Angola e dele faziam parte 4 «peças» (bons escravos) enviados pelos Padres da

---

<sup>48</sup> «Carta anua da Residência de Angola (1588)», in *Monumenta Missionaria Africana*, vol. III, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1953, p. 375.

<sup>49</sup> In *Monumenta Missionaria Africana*, vol. III, p. 430.

Companhia para os seus confrades do Brasil<sup>50</sup>. Já a sua reação à escravização do Índio é outra questão.

A *territorialização* da missionação a cargo dos jesuítas arrancará logo após a sua chegada ao Brasil, o que começou a preocupar o Governador Tomé de Sousa, como se colhe de uma carta sua, de 1 de junho de 1553, para o monarca decidir e alertar os Superiores da Companhia: «É que [os Inacianos] se quiserem entrar polla terra adentro que o fação dous e tres com suas linguoas [intérpretes] a pregarem ao gentio, mas yrem a fazer casa amtre elles me não parece bem por agora senão em nossa companhia...»<sup>51</sup>. Justificavam essa estratégia de fazer igrejas e residências bem próximas dos possíveis conversos com o facto de pretenderem defender, o mais possível, os índios da escravização que o açúcar e o tabaco exigiam. Não estaria, ainda, em curso o processo dos «aldeamentos», como estava já na América espanhola, ainda que fosse intenção da Coroa/Estado instalá-los, conforme dá conta este *item* do «Regimento para Tomé de Sousa», datado de 17 de Dezembro de 1548: «Porque parece que será grande inconveniente dos gentios que se tornaram christãos morarem na povoação dos outros e andarem misturados com elles e que será muito serviço de Deus e meu apartarem-nos de sua conversação vos encomendo e mando...»<sup>52</sup>. Esta decisão de deslocar os índios cristãos para perto das povoações que se iam criando nas capitánias era, contudo, diferente da iniciativa dos jesuítas se instalarem em aldeias e administrá-las autonomamente, por frustrar a pretensa unidade colonial que o Governo Geral perseguia.

Sem escravos não haveria Brasil, mas os Inacianos também não queriam índios mal escravizados. Depois de se informar, através

---

<sup>50</sup> «Certidão, de 7 de [mês ilegível] de 1582», in *Monumenta Missionaria Africana*, vol. IV – suplemento aos séculos XV e XVI, p. 346-347.

<sup>51</sup> In *As Gaetas da Torre do Tombo*, vol. IX, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, p. 208.

<sup>52</sup> In «Apêndice» do capítulo III da *História da Colonização do Brasil*, direção de Carlos Malheiro Dias, Conselheiro Ernesto de Vasconcelos e Roque Gameiro, Porto, Litografia Nacional, 1924, p. 350.

do Colégio de Coimbra, se a guerra seria «justa» (leia-se «legítima») contra algumas «nações» de índios mais guerreiros e inconversíveis, Manuel da Nóbrega adequará pragmaticamente a sua estratégia missionária à realidade da colonização ou à especificidade das situações que se iam vivendo, inclusive aos casos de canibalismo. Pelo que, citando-o, «Des que fui entendendo por experientia ho pouco que se podia fazer nesta terra na conversão do gentio por falta de não serem sujeitos, e elle [gentio] ser huma maneira de gente de condição mais de feras bravas que de gente rational, e ser gente servil...»<sup>53</sup>.

Além das diversas entorses da relação religião-economia que já foram apontadas, empecilhavam a missão dos «gentios» certas componentes sócio-culturais, com destaque para o peso tradicional dos «costumes». Reconhecê-lo-á Manuel da Nóbrega, em carta de 11 de agosto de 1551 para o P.<sup>e</sup> Simão Rodrigues: «Todos [os gentios do Brasil] querem e desejam ser cristãos, mas deixar seus costumes lhes parece áspero»<sup>54</sup>. E que «maus costumes», na apreciação dos missionários, teriam de deixar?

Para atingir a plena «humanitas» ou humanização, a Igreja de Roma, herdeira da «polícia» ou «urbanidade» dos gregos e romanos, exigia que os catecúmenos deixassem certas práticas altamente «bestiais», como a antropofagia e a escravatura dos vencidos, as guerras inter-tribais, a poliginia ou o divórcio fácil... No que diz respeito à cultura material, exigia-se, para se «ser homem», que os ditos «selvagens», candidatos à adesão ao cristianismo, passassem a usar vestuário decente, habitação sólida, alimentação preparada e consumida segundo normas básicas... Mas (insista-se) sobretudo ao mostrarem-se atreitos à guerra fácil, ao praticarem a antropofagia

---

<sup>53</sup> Carta da Baía em Agosto de 1557 in *Cartas do Brasil e mais escritos do Pe. Manuel da Nóbrega (opera omnia)*, Introdução e notas por Serafim Leite, S. I., Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1955, p. 257.

<sup>54</sup> In *Cartas do Brasil e mais escritos do Padre Manuel da Nóbrega*, p. 86.

dos vencidos, ao acreditarem em feitiçarias ou ao relevarem-se luxuriosos é que os índios se situavam, na opinião dos missionários, longe da «humanitas» (da «humanidade») como comunidade dos seres superiores. Dará também conta desta *infância* cultural o cronista Damião de Góis: «[...] sam tam barbaros que neh~ua cousa cr~e, nem adoram, n~e sabem ler, nem screver, n~e tem egrejas, nem usam imaj~es de neh~u genero, ante los quaes possam idolatrar, nem t~e lei, nem peso, n~e medida, n~e moeda, n~e Rei, nem senhor, obedecem somente áqueles que nas guerras, que tem h~us com hos outros, sam mais valentes, e destes faz~e cabeça [capitania] enquanto nam cometem covardia, andão nus, e se alg~us se cobrem sam hos nobres...»<sup>55</sup>. Contudo, foi a imagem do «bom selvagem», próximo da natureza, que acabou por se impor na Europa das Luzes<sup>56</sup>. Revisitemos outras culturas gentílicas.

Nos reinos do Congo e de Angola eram as guerras tribais e a antropofagia que, na opinião de alguns missionários, empecilhavam mais a conversão do que a poliginia e a separação fácil dos cônjuges. Esses eclesiásticos até compreendiam que estas últimas práticas tivessem raízes socioeconómicas, conforme dá notícia uma «Informação», em 1582, do P.<sup>e</sup> Baltasar Barreira, a respeito dos congueses e angolanos: «[...] além de o ter~e por estado hé o proveito que as molheres lhes dão, porque ellas quer sejam fidalgas quer não semeão e colhem os frutos da terra». Isto é, a agricultura, por costume, era uma tarefa feminina, enquanto aos homens cabia pescar, caçar ou guardar o gado<sup>57</sup>. Já o casamento entre parentes nobres e sanguineamente próximos merecerá do nosso D. João III, em carta de 20 de maio de 1552 para o seu embaixador junto da

---

<sup>55</sup> *Crônica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Parte I, dirigida por Joaquim Martins Teixeira e David Lopes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 119.

<sup>56</sup> Cf., entre outros, Maria da Conceição Dias Gonçalves, «O Índio do Brasil na Literatura Portuguesa dos séculos XVI, XVII e XVIII», Coimbra, Separata de *Brasilica*, vol. XI, 1961.

<sup>57</sup> In *Monumenta Missionaria Africana*, vol. III, p. 230-232.

Santa Sé, a recomendação de solicitar do Papa compreensão, «[...] por [os congoleses e angolanos] serem novos na conversão [...] e sendo muyto apertados [receava-se que] não somente se perca o fructo que hé feito, mas que de todo se afastem...»<sup>58</sup>.

No Oriente, era a estruturação social em castas que constituía difícil barreira para a aceitação do Cristianismo. Os catecúmenos, na generalidade, eram classificados de «impuros» pelos brâmenes («la gente más perversa del mundo», no dizer de Francisco Xavier) e o repúdio das mulheres conversas pelos maridos lançava-as em extrema dificuldade económica. Procurará atalhar esta situação, que levava algumas à prostituição para poderem sobreviver, uma carta régia, de 20 de junho de 1562, ao determinar que a cristã repudiada «aja todas as joias e vestidos de sua pessoa que tiver ao tempo que se converter, e assi a metade de toda a fazenda movel e de raiz, adquirida depois que casarão...»<sup>59</sup>.

Ideologicamente sempre, mas casuisticamente mais no período posterior ao Concílio Tridentino, a Coroa/Estado empenhar-se-á em proclamar e demonstrar o seu grande interesse no projeto da missão. Sirva de prova esta carta régia, de 11 de março de 1562, dirigida à cidade de Goa: «Huma das obrigações mui principal que ha Coroa de meus Reinos e Senhorios tem, e a que eu desejo muito satisfazer, he a conversão dos infies das terras de minha conquista e a conservação dos já convertidos e por isso especialmente nessas partes da India mando fazer muitas e grossas despesas há custa de minha fazenda, e procuro prover de perlados, e pessoas de muita confiança, e pera este intento, além dos religiosos que lá amdão...»<sup>60</sup>.

Quanto aos comportamentos dos missionários, havia quem

---

<sup>58</sup> *Ibidem*, vol. II, p. 3-4.

<sup>59</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 9.º vol., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953, p. 47-48.

<sup>60</sup> *Ibidem*, 9.º vol., p. 41.

procurasse corresponder plenamente à pureza das respetivas vocações e aos interesses da Igreja de Roma e do Estado português. Dará testemunho de tal empenho, por exemplo, o P.<sup>e</sup> Juan da Bera, em carta de Cochim a 7 de fevereiro de 1553: «[...] despues del servicio de Dios Nuestro Señor, una de las cosas que mas advertimos [na Companhia de Jesus], es attentar el servicio de Su Alteza»<sup>61</sup>. Outros, porém, preocupavam-se mais com o interesse pessoal, não sendo necessário documentar por tantos serem os exemplos.

Poder-se-á perguntar, no entanto, se haveria notórias diferenças na qualidade missionária dos eclesiásticos regulares e dos seculares. Quanto aos primeiros, a 20 de novembro de 1547, o bispo de Goa, em carta para o Governador D. João de Castro, fará votos que viessem muitos frades de bom exemplo e que não se enfadassem logo. Quanto ao seu número, o primeiro arcebispo de Goa, a 20 de novembro de 1564, também almejará que os bispos «enviem cá muitos, e nam deem licença para se hirem de cá relligiosos, sem legitima cauza...»<sup>62</sup>. A este respeito, a perseverança dos jesuítas na ida para o Ultramar e os apelos neste sentido aos seus companheiros do Reino ficaram quase proverbiais e suscitaram, quiçá, alguma injustiça em relação ao proselitismo de outras Ordens regulares. Os embarques, em Lisboa, dos Inacianos foram, efetivamente, quase anuais entre 1541 e 1566 (falharam os anos de 1542, 1545, 1547, 1552 e 1556), tendo saído 74 agentes, entre bispos, padres e irmãos, os quais redigiram, no referido período, quase centena e meia de «Informações»<sup>63</sup>. Muitos faleceram logo à chegada à «Índia», a avaliar por um registo do Vice-Rei D. Pedro Mascarenhas, em carta de 7 de janeiro de 1555, para o P.<sup>e</sup> Mestre Mirão: «O seu collegio de São

---

<sup>61</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Insulíndia?*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955, p. 82.

<sup>62</sup> «Carta para D. Sebastião», in *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 9.º vol., p. 315.

<sup>63</sup> Biblioteca Pública de Évora, cód. CXV-2-8, *Catalogo dos Padres e Irmãos que foram enviados a India por ordem de cada ano e começa no Ano de 1541 que he do principio da Companhia*.

Paulo [de Goa] achei desbaratado de padres, polos muitos que Nosso Senhor foy servido de levar para si»<sup>64</sup>. E não era só no Oriente que os «Filhos da Companhia» eram naturalmente vitimados; em Angola, por exemplo, entre 1560 e 1593, dos 26 que foram, 3 regressaram ao Reino, 12 residiam lá e 11 haviam falecido<sup>65</sup>. Prossigamos, no entanto, agora, em busca de imagens referentes aos eclesiásticos seculares.

Além das conhecidas rivalidades entre as Ordens missionárias, também as críticas aos comportamentos e condutas dos eclesiásticos seculares foram muitas e severas. Concretamente, é quase demolidora a imagem que Nóbrega transmite, superiormente, sobre os clérigos do Brasil, acusando-os de mau exemplo e de adulteração da doutrina de Cristo. Pormenorizará, referindo que eles: «[...] diziam publicamente aos homens que lhes é lícito estar em pecado com suas negras, pois que são suas escravas...»<sup>66</sup>. Na prática, o espírito reformador da Companhia fez estalar, imediatamente, aberta luta com os eclesiásticos seculares, o que levará Manuel da Nóbrega a desejar a ida de um bispo, «que proveja isto com temor, pois nós outros não podemos por amor»<sup>67</sup>. O primeiro prelado chegará a 22 de junho de 1552, de seu nome D. Pedro Fernandes Sardinha, que, embora tenha sido Vigário Geral da Índia, sentirá dificuldade em compreender e aceitar a metodologia catequética dos Inacianos. Explicitemo-la sumariamente.

Os «Padres» investirão, sobretudo, na catequização e na educação dos «moços», destinando, nos seus colégios, alguns dos melhores ao sacerdócio e os menos dotados para as letras ao exercício de ofícios

---

<sup>64</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] - Índia*, 6.º vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1951, p. 9.

<sup>65</sup> «História da Residência dos Padres da Companhia de Jesus em Angola, e cousas tocantes ao Reino e Conquista», in *Monumenta Missionaria Africana*, vol. IV – suplemento aos séculos XV e XVI, p. 578.

<sup>66</sup> Carta de Pernambuco a 11 de agosto de 1551, para o P.º Simão Rodrigues, in *Cartas do Brasil...*, p. 89.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 89.

mecânicos. Todos eles, porém, deveriam servir de mediadores na conversão dos pais, radicados em aldeias que iam sendo convertidas pelos jesuítas em paróquias. A estratégia catequética de privilegiar os filhos dos «gentios» quanto à catequização teve a aceitação e o encorajamento da Coroa, conforme consta do já citado «Regimento para Tomé de Sousa», de 17 de dezembro de 1548: «[...] e aos meninos porque nelles emprimiram melhor a doutrina trabalhareis por dar ordem como se fação christãos e que sejam insinados e tirados da conversão dos gentios...». Quanto à organização administrativa, centrada em bispados ou dioceses e desmembrada em paróquias, naturalmente este modelo era aceite pelo poder temporal, como extensível ao Ultramar português, conforme se depreende, por exemplo, de uma carta de 20 de maio de 1532, em que D. João III informa o Papa de que lhe iria solicitar «a nova criação do Arcebispado do Funchal e de algũus Bispados [...] que me parece que de novo se devem criar nas Ilhas Terceiras [Açores] e no Cabo Verde e na Ilha de S. Tomé e na cidade de Goa, para fiquarem os ditos Bispados sufreganhos ao dito arcebispado do Funchal, de que o Vigairo de Tomar dantiguamente tinha jurdição...»<sup>68</sup>. Recorde-se, a propósito, que era, com frequência, o monarca português a tomar a liberdade de impetrar ao Papa a nomeação dos prelados da sua preferência, como se poderá igualmente exemplificar com este «despacho» de D. João III, de 3 de agosto de 1540 e dirigido ao seu representante em Roma: «Eu queria que fose provido deste bispado de Cepta dom Diogo Ortis bispo que ora hé de Sam Thomé...»<sup>69</sup>. Assim, se bem interpretamos, havia a consciência pública e oficial da coesão do Império luso exigir também uma centralidade religiosa, vigiada a partir de Lisboa e traduzida, além do mais, na nomeação de titulares episcopais de confiança da Coroa/Estado, ainda que alguns, sendo

---

<sup>68</sup> In *Monumenta Missionaria Africana*, segunda série, vol. II, p. 230-231.

<sup>69</sup> In *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, p. 87.

absentistas, exercessem o seu múnus indiretamente através de «visitadores», «legados» e outros «enviados» às terras do Ultramar.

A difusão do cristianismo não devia ser, porém, uma tarefa recomendada, apenas, à realeza, ainda que, segundo o mito de Ourique, a satisfação dessa missão houvesse servido de justificativa para a eleição de Afonso Henriques como primeiro rei de Portugal<sup>70</sup>. A esta luz, compreende-se melhor também a proteção oficial que era dada aos missionários *professionais*, como consta, por exemplo, de um «parecer», dirigido a D. João III, com o título «Porque causas se pode mover guerra justa contra os infieis»<sup>71</sup>. Uma das justificações do arbitrista português (anónimo) era a possibilidade dos príncipes cristãos declararem guerra a um potentado que se recusasse a aceitar os missionários, já que eles eram «embaixadores de Deus e do comercio do ceo». Enfim, a justificativa tentava encontrar, como lembrámos, similitudes entre a realidade temporal e a espiritual, concretamente no que dizia respeito às práticas da religião e da mercancia, uma correlação que já, por exemplo, na *Ropicapnefma* João de Barros estabelecia<sup>72</sup>. Este insistirá, na qualidade de homem erudito e religioso do seu tempo, que, a partir das cousas materiais, nomeadamente do dinheiro, dever-se-ia alcançar «as imensas de Deos»<sup>73</sup>. Exigia-se, pois, à semelhança dos mercadores, «verdade» a todos os cristãos, em particular aos missionários nas respetivas condutas, já que a mensagem divina, por natureza, a continha.

Consequentemente, ao longo do século XVI, não faltarão as referências condenatórias dos maus exemplos dos cristãos,

---

<sup>70</sup> Cf. o nosso estudo «O Mito do Milagre ou a Ideologia do (Im)possível na Expansão Portuguesa – Séculos XV e XVI», in João Marinho dos Santos, *Estudos Sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa*, vol. II, Coimbra, Palimage, 2010, p. 25-36.

<sup>71</sup> Sem assinatura e data (mas, naturalmente, entre 1521 e 1557), in *As Gavetas do Torre do Tombo*, vol. II, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, p. 677 e segs.

<sup>72</sup> João de Barros, *ob. cit.*, vol. II, p. 6.

<sup>73</sup> *Idem, ibidem*, p. 130.

em especial dos que lidavam com os «gentios». O P.<sup>e</sup> Henrique Henriques, missionário na parte meridional do Decão, será um dos que denunciará que tais exemplos impediam «o fruto que se cá pode fazer»<sup>74</sup>. E, nas instâncias laicas, o autor de *Primor e Honra na Vida Soldadesca no Estado da Índia*, até pela clara intenção panegírica desta obra, não deixará de apelar aos soldados em serviço no Oriente para se distinguirem nos seus comportamentos e condutas, designadamente para «[...] não tomarem o alheio contra a vontade de seu dono, roubar-lhes os bazares, matar-lhes as vacas ou galinhas, destruir-lhes as ortas, devassar-lhes as casas, sujar-lhes tanques, poer-lhes mão em molheres, zombar deles, tratá-los com desprezo e sobrançarias, ou fazer-lhes outras cousas contra seus costumes e observancias»<sup>75</sup>. Repare-se que, mais do que o dolo em si, era a falta de respeito pela pessoa do «outro» que o autor condenava, uma vez que, à luz do Cristianismo e da Civilidade de então (insistimos), o nexó «cristão» e «homem civil» devia estabelecer-se natural ou espontaneamente. E em que espaços e circunstâncias tal relação teria mais ensejo de concretização e, a partir daí, difundir-se a todo o «género humano»?

Na Idade Moderna, e, por certo, já antes, as cidades afirmaram-se, pelo número de habitantes e pelo seu «enobrecimento urbanístico e civil», como lugares privilegiados de *encontro*, de comunicação ou de «conversação» dos homens e em circunstâncias marcadas pela maior afluência dos bens e das notícias. Assim, à força centrípeta da cidade contrapunha-se a centrífuga, o que quer dizer que a sua área de influência dependia, além de fatores geográficos, de componentes económicas e socioculturais favoráveis. Não se minimize, porém, o peso dos fatores geofísicos, já que eles condicionavam (e muito), por razões de salubridade (logo de habitabilidade) ou por favorecimento

---

<sup>74</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] Índia*, 5.º vol, p. 202-207.

<sup>75</sup> *Ob. cit.*, fls. 109 e 112.

dos transportes, o crescimento e o desenvolvimento das urbes. Era o caso das cidades-portuárias, servidas, essencialmente, por mar e, muitas vezes, também por rio. É que sem, pelo menos, um bom porto para a entrada e a saída de homens e mercadorias, «O Regno sem portos casa he sem portas», no dizer do quinhentista Tomé Pires<sup>76</sup>. Porém, de acordo com os princípios mercantilistas, era necessário, igualmente, dispor de suficientes embarcações, de experientes navegadores, de ricos mercadores e de «boa moeda» para as transações comerciais.

A riqueza e a civilidade associavam-se, nestas circunstâncias, mais facilmente. Contudo, quer na Europa quer na Ásia da Era de Quinhentos, cidades havia que, não estando embora muito mercantilizadas, eram mesmo assim «bem obradas e polidas», sobretudo devido à presença da corte. Entre outros, serão os casos da cidade de Champanel (a «dois dias de andadura» da litorânea Cambaia) ou da de Bisnaga (capital do reino de Narsinga e a 40 léguas da costa), logrando esta última atrair «muytos infinitos mercadores e grosos», a quem o rei local concedia plena liberdade para se movimentarem e «viverem em sua lei»<sup>77</sup>. Por outras palavras, antes da afirmação do fator económico (em particular do mercantil), já o político-administrativo se tornara decisivo ao impor um estilo de vida, designado por Norbert Elias, como o da «cortesia»<sup>78</sup>.

O termo significará, etimologicamente, o comportamento próprio dos que «seguiam» (frequentavam) a corte, sendo ela ainda bastante itinerante, tanto na Europa como na Ásia antes do século XVI. Ao fixar-se, logrará atrair, compreensivelmente, um maior número

---

<sup>76</sup> Tomé Pires, *A Suma Oriental*, p. 215.

<sup>77</sup> Duarte Barbosa, *Livro do Oriente*, Além-mar, Códice Casanatense, 1889, p. 70. Cf. João Marinho dos Santos, *Os Portugueses em viagem pelo Mundo. Representações Quinhentistas de Cidades e Vilas*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996.

<sup>78</sup> Über den Process Civilization Sociogenetische und Psychonetische Untersuchungen, em tradução castelhana, *El Proceso de la Civilización. Investigaciones Socio-genéticas y Psicogenéticas*, México - Madrid - Buenos Aires, 1988.

de cortesãos, como se verificará com a portuguesa na referência do cronista e poeta quinhentista Garcia de Resende: «Ha corte de Portugal/ vimos bem pequena ser, / depois tanto ennoblescer / que ãõ ha outra igual na christandade, a meu ver / tem cinco mil moradores...»<sup>79</sup>. Com uma população equivalente à de uma «polis», a corte lisboeta vinha formando homens «cortesês» e «civis» e ia, por isso, convertendo-se em centro de irradiação da «cortesias» e da «civilidade», tanto maior quanto, direta e indiretamente, a sua área de influência se distendia ao Império. Goa, concretamente, acabará por replicar ou mimetizar a corte lisboeta, sobretudo no governo de D. João de Castro.

Tanto será apreciado o papel sociocultural da corte portuguesa, que não apenas o político, que, durante a união das duas Coroas Peninsulares, o seu deslocamento de Lisboa suscitou um forte movimento saudosista e impôs o desejo de encontrar centros alternativos. Expressará, simbolicamente, esta situação a famosa obra de Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia e Noites de Inverno* (1619)<sup>80</sup>. Tratava-se, literariamente, de uma corte ideal, mas em que era desejável que a pureza dos costumes vividos no campo não desmerecesse do requinte citadino. Neste sentido dualista, a moradia rural com funções de corte pertencia a um antigo cortesão, dotado embora de capacidade cultural e mental para se ir adaptando às transformações, como as que já iam também cabendo, em termos de civilidade, à escola e à milícia. Estavam, pois, a alargar-se e a vulgarizar-se as circunstâncias e os espaços que proporcionavam a difusão da «civilidade», ainda que à cidade com corte e à urbe litorânea continuassem a caber as funções principais neste domínio. Concretizando mais, além do «bom ensino» adquirido

---

<sup>79</sup> Garcia de Resende, «Miscellania», in *Crónica de dom João II e miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, p. 377.

<sup>80</sup> Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na aldeia*, introdução por Maria Ema Tarracha Ferreira, Lisboa, Editora Ulisseia, 1990.

no tratamento de homens bem doutrinados por experiência da corte e da cidade, outros fatores e lugares circunstanciais favoráveis à cortesia eram, segundo Rodrigues Lobo, o encontro, a visita, a mesa e a conversação<sup>81</sup>. Teremos, em outros estudos, ocasião para explicitar como alguns deles se manifestavam na Era Quinhentista.

«Melhorar com a religião e o comércio no Império Português» é o tema deste ensaio. Que ideias principais se poderão colher da sua leitura? Naturalmente, que não foram apenas a religião cristã e o trato ou comércio a concorrerem para a melhoria «civil» ou civilizacional dos portugueses e dos «outros». Em alguns casos, como frisámos, os efeitos destes fatores até foram perniciosos e reprováveis. De qualquer modo, os ideólogos («arbitristas»), os decisores políticos e muitos agentes seculares e eclesiásticos ao serviço do Império luso procuraram ser homens do seu tempo, isto é, abertos às realidades *novas*, mas sem deixarem de ser colaboradores fiéis de um projeto nacional de forte tradicionalismo. Foram, por isso, conquistadores, descobridores, mercadores, missionários, colonizadores, viajantes observadores e estudiosos práticos... Interessados, principalmente, pelas cidades e pela vida urbana, não voltaram porém as costas aos campos, nem aos valores que eles representavam.

Por conquista e adequação ao serviço dos dominadores ou por criação em espaços *novos*, as cidades lusas ultramarinas constituirão, efetivamente, uma feira de dominação político-militar e de alguma concentração de colonos provenientes do Reino que, com o tempo, se converterão em moradores ou «casados». Naturalmente, sempre por decisão do monarca instalado na sua corte, mas atento à realidade externa, através da informação que lhe ia chegando, a outorga das cartas fundacionais e promocionais de vilas e cidades constituía um acontecimento administrativo destacado, por visar objetivos

---

<sup>81</sup> Francisco Rodrigues Lobo, *ob. cit.*, p. 230.

de relevo no presente e no futuro. Documentemos com a elevação da designada Povoação, na ilha de S. Tomé, à categoria de cidade, por razões que a carta régia da distinção resume assim: por haver crescido demograficamente; por se ter enobrecido socialmente; por apoiar a navegação internacional, ou seja, por ser entreposto do grande comércio; e, porque «semdo cidade e tendo os privilegios e liberdades que tem as outras cidades de meus Regnos, hainda muito mais nobrecida será»<sup>82</sup>.

Se a fundação ou a conquista de cidades, como espaços de atração e transação de riqueza (logo de cobrança de impostos), interessava às realezas, particularmente às mais mercantilizadas no século XVI, também a Igreja se mantinha apegada, então, à tradição de muito do seu apostolado e da sua administração se centrar nelas. Como é sabido, após as Invasões Bárbaras, foi o Cristianismo que procurou preservar o que de importante subsistia das cidades romanas, sob a designação genérica de «latinidade», entendida em sentido abrangente, que não apenas no domínio linguístico<sup>83</sup>. Compreensivelmente, os missionários mais cultos e outros cristãos eruditos procuraram mostrar-se fiéis a esse legado, transmitindo-o aos «outros» de forma a associar religião e civilidade. Por sua vez, os monarcas europeus, em particular os que estavam mais empenhados no descobrimento e na conquista de novas terras e gentes, abraçavam e promoviam a tarefa de os «outros» aceitarem voluntariamente a religião e o trato que lhes eram propostos, sob pena de se justificar a «guerra legítima» contra eles. Assim, parafraseando João de Barros, com «as comutações [trocas comerciais] os reinos que sua [do rei luso] amizade aceitavam, de bárbaros eram feitos políticos [civilizados], de fracos poderosos, e ricos de pobres; tudo à custa dos trabalhos

---

<sup>82</sup> «Carta régia de 22 de Abril de 1525», in *Monumenta Missionaria Africana*, vol. I, p. 453-454.

<sup>83</sup> Cf., por exemplo, *A Civilização Latina dos Tempos Antigos ao Mundo Moderno*, direção de Georges Duby e tradução de Isabel St. Aubyn, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.

e indústria dos portugueses. Nas quais obras el Rei, seu senhor, não buscava mais que a glória de acabar grandes cousas por [para] serviço de seu Deus e fama dos portugueses»<sup>84</sup>.

---

<sup>84</sup> *Ásia de João de Barros: «dos» feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Primeira Década, Lisboa, Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1945, p. 164.

## O PORTUGUÊS COMO «LÍNGUA DE IMPÉRIO» – SABER FALAR E ESCREVER NA ERA DE QUINHENTOS

Em 1492, ano em que se verificou a rendição do reino mouro de Granada e em que as naves de Colombo chegaram, pela primeira vez, a Cuba e ao Haiti, era dada à estampa a *Gramática de la Lengua Castellhana que hizo el maestro Antonio de Lebrija*<sup>85</sup>. Pretendia o autor promover uma «língua vulgar», isto é, considerada inferior às clássicas (latim, grego e hebraico), *fixando-a* por normas gramaticais, de modo a divulgá-la o mais possível na «Europa» em formação, incluindo, naturalmente, a Espanha. Para perdurar *ad aeternum* ou para, à semelhança das línguas clássicas, florescer (o que estava a acontecer) e, por fim, definhar? A opinião de Lebrija ou Nebrija a este respeito era bem clara: «[...] una cosa hallo y saco por conclusión mui cierta: que siempre la lengua fue compañera del imperio; y de tal manera lo seguíó, que juntamente fue la caída de entrambos»<sup>86</sup>. Assim, estando a língua castelhana a atingir o acme, «[...] mas se puede tener el descendimiento della, que esperar la subida»<sup>87</sup>.

Que circunstâncias estavam, pois, a concorrer para a promoção do castelhano e o que resultou? A resposta deu-a, entre outros, o

---

<sup>85</sup> Seguimos a edição sob o título *Elio Antonio de Nebrija, Gramática Castellhana*, introducción y notas de Miguel Angel Esparza y Ramón Sarmiento, Fundación Antonio de Nebrija, 1992.

<sup>86</sup> Do «Prólogo», p. 99.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 107.

estudioso Rafael Lapesa: «La unidad política nacional, la necesidad de comunicación con las demás regiones [de Espanha] y el extranjero, donde sólo tenía curso el castellano y el uso de este en la corte, que atraía a la nobleza de toda España, acabaron por recluir al catalán en los límites del habla familiar. No quedó apenas otra literatura que la escrita em lengua castellana...»<sup>88</sup>. Releve-se, uma vez mais, que a *universalidade* do castelhano, naturalmente, extravasou a própria «comunidad hispánica», alargada e reforçada então com a política interna dos «Reis Católicos», tendo-se o seu uso distendido a toda a Ibéria, ao resto da Europa e ao Ultramar. Em concreto, na América, o «espanhol», sobrepôs-se à multidão de línguas primitivas, verdadeira Babel em termos de diversidade. Foi, enfim, rigorosamente companheiro do Império, não no sentido estrito de se estabelecer uma relação vital entre a língua e o poder, mas no de se associar a uma forma de dominação *mundial*, ainda que espacialmente qualquer «Império» tenha sempre limites ou fronteiras físicas e, por vezes, não muito largas. E, temporalmente, a influência de um Império poderia (poderá) ser *ilimitada*, como proclamavam os humanistas italianos, escudados na glória da Roma antiga? Nebrija, paradoxalmente (insista-se), ainda que pretendesse perenizar a sua língua através de uma «arte» ou gramática, prognosticava-lhe morte inevitável, como a qualquer poder ou império<sup>89</sup>. Esta sua posição ou interpretação logrou encontrar réplica no movimento gramatical da época, inclusive em Portugal, como procuraremos explicitar.

Só em 1536, ou seja, 44 anos depois do aparecimento da *Gramatica de la Lengua Castellana*, foi publicada, no nosso País, a primeira *Grammatica de Lingoagem Portuguesa*, da autoria de Fernão de Oliveira. Com que finalidade, segundo ele? Para podermos

---

<sup>88</sup> Rafael Lapesa, *Historia de la lengua Española. Prologo de D. Ramón Menéndez Pidal*, Madrid-Buenos Aires-Cádiz, Editorial Escelcier, S. L., 1942, p. 156.

<sup>89</sup> Cf. Eugenio Asensio, «La lengua compañera del imperio», RFE, LIII, 1960, p. 399-413.

utilizar bem ou aplicar a «nossa antiga e nobre lingua», já que, por «mao costume não mais», muitos falavam «muito mal»<sup>90</sup>. Conhecia Oliveira, naturalmente, a «Arte» ou Gramática de Nebrija, até porque o cita, e, de certo modo, o acompanha quando se insurge contra a posição dos humanistas da época, ao defenderem que Grécia e Roma ainda viviam principalmente através das respetivas línguas.

Terminado o domínio político desses impérios, na opinião de Oliveira, era tempo de inverter a situação, relegando para segundo plano o classicismo linguístico. Citando-o: nós portugueses «[...] somos senhores porque melhor he que ensinemos a Guine, ca que sejamos ensinados de Roma, ainda que agora [ela] tivera toda sua valia e preço»<sup>91</sup>. Defendia, enfim, um nacionalismo linguístico, ao propor que «[...] nam trabalhemos em lingua estrangeira», e preconizava a coesão do nosso Império Ultramarino com o inestimável contributo de se falar bem o português: «[...] mas apuremos tanto a nossa [língua] com boas doutrinas [regras gramaticais] que a possamos ensinar a muytas outras gentes e sempre seremos dellas louvados e amados porque a semelhança é causa do amor e mays em as linguas»<sup>92</sup>.

Estava confiado, pois, às línguas vulgares o papel da formação e da defesa dos Impérios modernos sem a necessidade de recorrer ao latim. E, sob esta perspetiva, Oliveira ultrapassava o próprio parecer de Nebrija quando este, contrariando embora a supervalorização do latim, não eliminava a vantagem do seu uso, ou seja, pela correta utilização do castelhano ser possível conhecer, até, a sua principal matriz linguística – o latim<sup>93</sup>. Ambos coincidiam, no entanto, na convicção de que uma língua vulgar, bem normalizada, era um

---

<sup>90</sup> *Gramática da Linguagem Portuguesa (1536)*, Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção com um estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2000, p. 165-169.

<sup>91</sup> *Idem, ibidem*, p. 190.

<sup>92</sup> *Idem, ibidem*, p. 171.

<sup>93</sup> Lebríja, *ob. cit.*, p. 107.

excelente instrumento de poder público, capaz de suportar um Império ainda que não infinitivamente.

Pela mesma altura em que foi publicada a nossa primeira gramática, João de Barros dava à estampa, em 1540, *Diálogo em louvor da nossa linguagem* e, sem assumir o nacionalismo linguístico de Fernão de Oliveira, também preconizará que aprendêssemos bem a «própria linguagem, porque se fores bem doutrinado nella, levemente ô serás em as alheas»<sup>94</sup>. Além da língua portuguesa ser um bem ou elemento valioso do nosso património imaterial, pelo que, a par de outros, concorria para a imortalidade (glória) dos portugueses nas terras distantes do seu Ultramar: «As armas e padrões portugueses postos em África e em Ásia e em tantas mil ilhas fora da repartçam das três partes da terra, materiaes sam e pode-âs o tempo gastar; però nam gastará doutrina [religião], costumes, linguagem que os Portugueses nestas terras leixarem»<sup>95</sup>. Diferia, pois, das posições de Nebrija e de Oliveira, ao perfilhar o princípio da perenidade das línguas proclamado por alguns humanistas do Renascimento Italiano, entre os quais Lorenzo Valla, autor de umas *Elegantiae Laurentii* e frequentador da corte dos reis de Aragão. Mas relembremos, sumariamente, o que se passara com as «línguas clássicas», em particular com a perda da influência do latim.

É sabido que a língua oficial da Igreja foi o latim, «idioma enérgico de un pueblo «prático y ordenador» no dizer de Rafael Lapesa, acabando por adquirir graça e harmonia em contacto com a literatura grega»<sup>96</sup>. No processo de submissão e colonização dos bárbaros, o Cristianismo ajudou na latinização de várias regiões da Europa atual; porém, entre os séculos VI e X, particularmente

---

<sup>94</sup> *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, lettura critica dell'edizione del 1540, Modena, Società Tipografica Editrice Modenese, 1959, p. 83.

<sup>95</sup> *Idem, ibidem*, p. 85.

<sup>96</sup> Rafael Lapesa, *ob. cit.*, p. 33.

na Península Ibérica, já o latim se fracionava em diversos dialetos românicos, entre os quais o castelhano. Posteriormente, sobretudo no domínio do vocabulário, tanto o castelhano como o português garantirão outros contributos linguísticos, alguns de proveniência colonial. De qualquer modo, a matriz latino-helénica persistirá e será em busca das etimologias que os gramáticos dos séculos XV e XVI, na generalidade, assesterão a arma da vantagem da fidelidade ao classicismo linguístico. Sob esta perspectiva, se Fernão de Oliveira foi, de certo modo, um *renegado*, já, por exemplo, o Seiscentista autor de *Flores de España. Excelencias de Portugal*, António de Sousa Macedo, continuará a propagar: «Otra razon en su abono tiene la lengua Portuguesa, y es ser muy llegada a la Latina...»<sup>97</sup>. Enaltecerá também, entre nós, esta vantagem matricial ou o peso da etimologia o gramático João de Barros, ao defender especialmente a divulgação impressa de obras traduzidas a partir do latim, tal como iam fazendo castelhanos, italianos e franceses. «Este exercício – dirá ele – se ô usáramos, já tivéramos conquistada a lingua latina como temos África e Ásia, á conquista das quaes nos mais demos que ás treladações latinas»<sup>98</sup>. Justificava-se, à época, a importância do latim?

Recorde-se que o latim, para além de ser *língua da Igreja*, continuará a ser língua de ciência e *língua franca*, respetivamente para os homens cultos e para as relações internacionais, porém (e como estamos a verificar através de testemunhos dos *gramáticos*) a época impunha o pragmatismo, quer na comunicação falada quer na escrita. Por exemplo, Macedo (como confessa), por conveniência de aumentar o número dos seus leitores, optará pelos escritos em castelhano e Garcia da Orta, a darmos crédito ao prefaciador (o médico valenciano Dimas Bosque, residente então em Goa) dos

---

<sup>97</sup> António de Sousa Macedo, *ob. cit.*, Primera Parte, en Lisboa, Imprensa por Jorge Rodriguez, Año 1631, fl. 239.

<sup>98</sup> *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, p. 81.

*Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, pela mesma razão, terá preferido o uso do português em detrimento do latim. Dirá Bosque, a propósito: «[...] quis [Orta] que o curioso leitor em hũa ora, neste seu breve tratado, visse e entendesse; o qual teve começado em lingoa latina e, por [para] ser mais familiar a matéria de que escrevia, por ser emportunado de seus amigos, e familiares pera que o proveito fosse mais comunicado, detreminou escrevê-lo na lingoa purtugueza a modo de diálogo»<sup>99</sup>.

Já no que concerne ao empenho dos nossos gramáticos quinhentistas para se estabelecerem normas do português falado e escrito, o que terá resultado? Era justificada a sua preocupação? Sumariamente, às posições de Fernão de Oliveira e João de Barros sobre o mau estado da nossa linguagem, acrescentemos, agora, a de Duarte Nunes do Leão, autor da *Ortographia da Lingoa Portuguesa. Obra util, e necessaria, asi pera bem screver a lingoa Hespanhol, como a Latina, e quaesquer outras, que da Latina teem origem*<sup>100</sup>. O próprio título é suficientemente esclarecedor, mas acrescentemos-lhe: «E agora [em Portugal] teem-se tam pouco respecto ao boom, ou mao screver, como dão testemunho nossas cartas, nossas moedas, nossas divisas, nossas sepulturas, e todos nossos scriptos, onde não vai cousa em seu lugar»<sup>101</sup>. Não preconizava, contudo, que a ortografia fosse autónoma, antes devia associar-se à etimologia, fazendo essa recomendação na *Regra XX* da sua *Ortographia*: «A ultima regra, que na lembrança deve ser a primeira seja, que trabalhemos sempre, por investigar a origẽe dos vocabulos. Porque pela etymologia delles, se sabe a orthographia, e pela bõa orthographia a etymologia»<sup>102</sup>.

---

<sup>99</sup> Garcia da Orta, *ob. cit.*, reprodução fac-símile da edição de 1891, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

<sup>100</sup> Duarte Nunes do Leão, *Ortographia da Lingoa Portuguesa*, em Lisboa, per João de Barreira impressor del Rei N. S., 1576.

<sup>101</sup> *Idem, ibidem*, «Do Prólogo».

<sup>102</sup> *Idem, ibidem*, fl. 61.

Ainda quanto à avaliação dos resultados, lembremos que, anos mais tarde de haver publicado a *Ortographia da Lingoa Portuguesa*, Duarte Nunes do Leão dará à estampa a *Origem da Lingoa Portugueza [...] e*, no «Prólogo», datado de 8 de maio de 1606, encontramos o seguinte registo: «E porque não causão menos fealdade os erros que se cõmettem, escrevendo corruptamente que os que se cõmettem fallando, [...] cõpus em minha verde idade hum livro de orthographia da lingoa Portuguesa, em que reduzi a arte e preceptos [regras] o que nunca teve arte nem concertos, o qual de todos os homêns doctos foi bem recebido, e per que se muito melhorou a scriptura que entre nos andava mui depravada»<sup>103</sup>.

Releve-se que refere os progressos linguísticos dos homens doutos, não generalizando, portanto, o que foi comumente alcançado pelas regras gramaticais. Mais ainda: não diferencia falantes do Reino e do Ultramar, já que também havia doutos nas «conquistas» (colónias) portuguesas. Contudo, a propósito, tenha-se presente que os estratos socioculturais mais atraídos pela nossa Expansão Ultramarina foram, naturalmente, os económica e socioculturalmente desfavorecidos, se excluirmos os quadros da governação e da administração. Assim, das diferenças diastráticas, isto é, das categorias socioculturais, e das amplitudes disfuncionais, ou seja, dos fins a que a língua se destinava, terão dimanado variações linguísticas sobretudo ao nível da fala? Mais adiante retomaremos esta questão, preferindo, por ora, fazer outros considerandos.

O autor de *Flores de España. Excelencias de Portugal* opinará dever ser considerada «língua perfeita» a que revelasse possuir estas cinco qualidades principais: «[...] ser copiosa de palavras, buena de pronunciar, breve en el dezir, que escreve lo que dize, y

---

<sup>103</sup> *Origem da Lingoa Portugueza per Duarte Nunes de Liam Dezembargador da Casa da Supplicação, natural da Inclita Cidade de Evora. Dirigida a ElRey D. Philippe 2.º de Portugal, Lisboa, 1606.*

que sea apta para todos los estilos»<sup>104</sup>. Concluirá que a portuguesa tinha tais qualidades, mas, precavendo o reparo de ele escrever em castelhano e não em português, argumentará, como já se disse, ser mais conhecida a primeira na Europa e ele ter interesse em divulgar a sua obra<sup>105</sup>.

Porém, não estava Macedo alheado nem isolado quanto à elevação da língua portuguesa, podendo adicionar-se outras posições, algumas assumidas na centúria seguinte e de que é exemplo a do autor de *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*, Francisco Rodrigues Lobo<sup>106</sup>. No dizer de um dos interlocutores (o Doutor Lívio) dos diálogos em que está formalizada esta obra (publicada em 1619), a língua portuguesa teria «a pronunçiação da Latina, a origem da Grega, a familiaridade da Castelhana, a brandura da Francesa, a elegância da Italiana»<sup>107</sup>. Mais: a sua excelência revelava-se, ainda, por ser «grave para engrandecer, eficaz para mover, doce para pronunciar, breve para resolver e acomodada às matérias mais importantes da prática e escritura»<sup>108</sup>. Pena era que, «pelo pouco que lhe queriam seus naturais, a trazem mais remendada que capa de pedinte», o que confirma não terem sido suficientes os esforços dos gramáticos quinhentistas para a promover. Por outras palavras, não seria muito observado o rifão «cortesia e falar bem custa pouco e vale muito»<sup>109</sup>.

Destaque-se, pois, a relação que o bom uso da linguagem estabelecia com a «cortesia» e a «civilidade» ou, como dirá Duarte Nunes do Leão, entre a «arte das palavras» e a «polícia». É que, também para ele, estas aptidões eram «o toque [sinal] em que se vee o valor das pessoas, e a differença, que ha do nobre ao plebeio, do

---

<sup>104</sup> António de Sousa Macedo, *ob. cit.*, Primeira Parte, fl. 236 v.

<sup>105</sup> *Idem, ibidem*, fl. 235 v.

<sup>106</sup> Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia e Cortes de Inverno*, introdução por Maria Ema Tarracha Ferreira, Lisboa, Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1990.

<sup>107</sup> *Idem, ibidem*, p. 85.

<sup>108</sup> *Idem, ibidem*, p. 84-85.

<sup>109</sup> *Ibidem*, p. 228.

avisado ao indiscreto [néscio], e do vicioso ao bem instituído»<sup>110</sup>. Contudo, entre os interlocutores da *Corte na Aldeia* não faltará quem lembresse a conveniência de se estar calado em certas circunstâncias, seguindo o dito «que o néscio, calando, parece-se com o discreto [perspicaz ou inteligente]»<sup>111</sup>.

E, se tal recomendação se justificava até em ambiências de relativa familiaridade, que dizer quanto ao comportamento na estância mais adequada ao jogo de interesses para disputar atenções superiores, para concorrer à atribuição de cargos e benesses, enfim, para se ser distinguido social e politicamente, como era a corte? Calar e vigiar de perto os comportamentos e as condutas dos concorrentes era tanto ou mais útil quanto se expor e distinguir por uma «sentença» ou «dito». A «conversaço» (a comunicação) será, nas sociedades modernas europeias, a prática e a ocasião (o espaço), por excelência, das relações que travejavam o *centro* político-social designado «corte». Por outras palavras, a «conversaço» era o batimento social regular (quase uma forma de viver) da pequena comunidade cortesã. É que, sendo a palavra metade de quem fala e metade de quem a ouve, como dirá Montaigne, convinha que soasse bem, fosse regulada e controlada, para que agradasse e se dissesse só o necessário. Acabou, assim, por se estabelecer o que poderíamos designar por «voz de salão», ou seja, a fala adequada às categorias sociais dos frequentadores da corte, mas em que as atitudes e expressões corporais completavam (e muito) os respetivos códigos. Dos «salões», essas atitudes corporais ou gestuais integraram outras práticas de cortesia costumeira. E o que terão captado os «nossos» da «conversaço» (incluindo a comunicação gestual) dos «outros»?

De visita à China, o missionário Fr. Gaspar da Cruz haverá de

---

<sup>110</sup> «Do Prólogo» da *Ortographia da Lingoa Portuguesa*.

<sup>111</sup> Francisco Rodrigues Lobo, *ob. cit.*, p. 184. Cf., por exemplo, Jean-Jacques Courtine et Claudine Haroche, *Histoire du visage. Exprimer et taire ses émotions, XV<sup>e</sup> – début du XIX<sup>e</sup> siècle*, Paris, Rivage/Histoire, 1988.

apreciar a exuberância gestual dos «chinas», referindo que, para se saudarem afetuosamente, fechavam a mão esquerda na direita com vários batimentos, acompanhados de algumas palavras; e, se a saudação era reverencial, cruzavam as mãos sobre o peito, baixavam a cabeça ou até se punham de joelhos para beijar o chão<sup>112</sup>.

Já teremos deixado claro e justificado quanto a comunicação, na Era de Quinhentos, era importante do ponto de vista substancial e formal. Mas, entre a falada e a escrita, qual deveria ser mais aperfeiçoada? João de Barros inclinou-se para a segunda e justificou que «por beneficio de perpetuidade». É que, sendo embora (dirá) a fala animada, «[...] não tem mais vida, que o instante da sua pronunção, e passa à semelhança do tempo, que não tem regresso; enquanto «as letras, sendo huns caracteres mortos, e não animados, contem em si espirito de vida», conferindo-o a tudo o que é humano<sup>113</sup>. Mais: a afirmação da escrita, sobretudo com a imprensa, destronou o «discurso» em benefício do «texto», com este a revelar mais segurança, ainda que se não possa inferir que com mais *verdade*. De tal modo que os escribas portugueses de Quinhentos continuarão a sentir a necessidade de professar que eram transmissores de uma «verdade», naturalmente a *sua* verdade, por vezes bem difícil de admitir, já que estranhas «novidades» irrompiam constantemente com as Grandes Descobertas.

Cresciam e diversificavam-se, pois, as notícias e os saberes, a par de uma mais clara e intensa expressão das crenças e dos sentimentos, o que concorria para uma maior curiosidade dos destinatários. E, a propósito, poderá perguntar-se se a língua portuguesa teria suficiente aptidão para apresentar ou representar todos os aspetos da realidade

---

<sup>112</sup> Frei Gaspar da Cruz, *Tractado em que se contam muito por extenso as cousas da China, com suas particularidades, e assi do Reyno de Ormuz*, Barcelos, Portucalense Editora, 1937, p. 74.

<sup>113</sup> Do «Prólogo» da *Decada Primeira* (Parte Primeira) *Dos feitos, que ora os Portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras, e mares do Oriente* [Ásia], Lisboa, na Regia Officina Typografica [1778].

através dos correspondentes «estilos» ou géneros literários? Fernão Lopes de Castanheda, no «Prólogo» do Terceiro Livro da sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* e com dedicatória dirigida à rainha D. Catarina, haverá de contrariar «[...] ho engano que muytos tinham que na lingoa Portuguesa não se podia escrever quanto quisessem assi como nas outras, se ouvesse quem ho soubesse fazer. E ajudou-me a mostrar esta verdade aquele grande poeta Portugues de muyto grande erudição ho Doutor Francisco de Sá [de Miranda] com as obras que tem compostas na nossa lingoa em prosa e em verso»<sup>114</sup>. De qualquer forma, na opinião do Doutor Lívio da *Corte na Aldeia*, «o melhor modo de escrever são os diálogos escritos em prosa», por incitar «a prática e conversação dos homens». Contudo, ou pela distância dos lugares a que estão os comunicantes (ao ficarem impedidos de se ouvirem diretamente), ou pelo discurso do tempo (ao elegerem como destinatários os vindouros), o género epistolar foi outra forma que alcançou grande voga no século XVI, distinguindo-se pelo seu carácter confessional ou intimista. Exemplifiquemos.

Paulo Dias de Novais, empenhado na colonização de Angola, mas saudoso da família, não deixará de pedir, nas suas cartas, que «as senhoras minhas sobrinhas que me escrevão muito largo [cartas longas], porque nenh~u outro remedio n~e refrigerio tenho senão quando vejo suas cartas»<sup>115</sup>. E até mesmo o rei de Portugal exigia (aos seus oficiais da corte) e aos seus súbditos cartas pormenorizadas, naturalmente com finalidade político-administrativa, de que é exemplo esta referência de uma carta do Governador da Índia, Afonso de Albuquerque, datada de Cochim a 1 de abril de 1512 e dirigida a D. Manuel: «Vossa alteza me

---

<sup>114</sup> *Ob. cit.*, 3.<sup>a</sup> edição conforme a edição princeps, revista e anotada por Pedro de Azevedo, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

<sup>115</sup> «Carta de 2 de Janeiro de 1584», in *Monumenta Missionaria Africana*, vol. IV – suplemento aos séculos XV e XVI, Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1954, p. 422-423.

espreve meudamente [pormenorizadamente] em muitas cartas sobre o trato de qua, encarregando-mo muito...»<sup>116</sup>. Enfim, as missivas escritas, nas suas formas «breve» ou «longa», eram, então, bastante apreciadas, o que, além do mais, se compreende pela natureza da informação e pela intenção que se imprimia ao escrito. Pretendia-se uma epístola pública e oficial que refletisse o poder do soberano ou a autoridade de um seu representante? Então, a forma deveria ser breve ou curta, concisa e clara. Por sua vez, as «cartas longas», compreensivelmente com «meúdas» descrições e narrações, eram as que a nível institucional melhor serviam a informação e que acabaram por se converter em interessantes fontes históricas. Utilizaram-nas, especificamente, a Coroa/Estado e alguns institutos empenhados na missão. Nelas surgirão desenhadas estratégias, medidas a adoptar, «crónicas», «relações», «histórias»... Enfim, no século XVI o escrito cresceu quer na esfera pública quer na privada<sup>117</sup>. Mas, continuemos a documentar.

Quando o cronista João de Barros foi convidado a aceitar esse cargo, D. Manuel declarou-lhe que «desejava estas cousas das partes do Oriente serem postas em escritura» e não encontrava quem o fizesse, ainda que já dispusesse de algum material escrito. Guardava algumas cartas, particularmente as que «tinha escrito a D. Francisco d'Almeida, e a Affonso d'Albuquerque, que conquistaram, e governaram a India, encommendando-lhe[s] que miudamente lhe escrevessem as cousas, e feitos daquellas partes com tenção de as mandar poer [a] escrito»... Por sua vez, D. João III «com a mesma tenção o anno de quinhentos trinta e hum tambem o escreveo a Nuno da Cunha, que naquelle tempo a [Índia] governava»<sup>118</sup>. Faltavam,

---

<sup>116</sup> In *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que os elucidam*, tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, [1884], p. 45.

<sup>117</sup> Cf., entre outros, Judite A. Gonçalves de Freitas, *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2011.

<sup>118</sup> Do «Prólogo» *Da Ásia de João de Barros. Dos Feitos que os Portuguezes fizeram...*

enfim, os cronistas, sobretudo os laicos<sup>119</sup>.

Os jesuítas, quer na Índia, quer no Brasil, logo começaram a cultivar o género epistolográfico. Assim, Francisco Xavier, recebendo por certo ordens de Loiola, procurará estar em comunicação permanente (diríamos em comunhão) com os seus superiores e confrades, enquanto do ponto de vista político também acolherá o pedido de D. João III para escrever com regularidade, conforme registará em carta datada de Lisboa, a 18 de março de 1541: «El Rey me dixe quando del me depedi, que por amor de nuestro Señor le escribiesse muy a largo [extensamente] de la disposición que accá [na Índia] ay para la conversión de aquellas nobres ánimas...»<sup>120</sup>. E, Manuel da Nóbrega, em cartas dirigidas a destinatários vários no exterior do Brasil, será dos primeiros a satisfazer a curiosidade pela «Terra Nova» e a aferir o modelo de administração evangélica que a «Companhia» pretendia implementar ali. São, naturalmente, exemplos.

Quanto aos estilos literários destes dois «Apóstolos» do nosso Ultramar, sendo eles mais homens de ação do que de contemplação e estando mais centrados nas pessoas do que nas paisagens naturais, entende-se que os seus escritos sejam predominantemente narrativos, pelo que era mais difícil que atingissem valor literário. Corrobora esta nossa interpretação, no que concerne a Xavier, o estudioso da sua personalidade e obra, o professor de Filologia Portuguesa na Universidade de Salamanca, Eduardo Javier Alonso Romo. Citemo-lo: «Pensamos, pues, que no puede ser la literaria la perspectiva fundamental que el filólogo debe adoptar a la hora de acercarse a cualquier de los escritos del misionero navarro»<sup>121</sup>. Depois de abordar

---

<sup>119</sup> Cf. por exemplo, Leandro Alves Teodoro, *A escrita do passado entre monges e leigos. Portugal, séculos XIV e XV*, São Paulo, Editora Unesp, 2012.

<sup>120</sup> In *Epistolae S. Francisci Xaverii aliaque eius scripta*, editadas por Francis Xavier Saint, Georg Schurhammer e Josef Wicki, tomus I, Romae, Apud *Monumenta Historica*, Soc. Iesu, 1945, p. 81.

<sup>121</sup> Javier Alonso Romo, *Los Escritos Portugueses de San Francisco Javier*, Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, 2000, p. 21.

a formação do «Apóstolo das Índias» aos níveis linguístico, literário e filosófico, com inevitáveis manifestações na sua epistolografia em português, castelhano e latim, também Romero levantará a questão de Xavier não ter sido um bom cultor da língua portuguesa. Responderá, indiretamente, que ele a considerará imprescindível para a evangelização no Oriente, ainda que o bilinguismo luso-castelhano estructure os seus escritos<sup>122</sup>. Se, para Xavier, a língua portuguesa era difícil e havia que encontrar alternativas, para muitos outros agentes da Expansão Ultramarina portuguesa a dificuldade não era menor. O que fazer?

É sabido que o Império Português foi uma forma de dominação política de forte sentido ecuménico ou católico, a ponto do compromisso da difusão da mensagem evangélica, vazado na formação do mito de Ourique, ter justificado a própria independência da Nação. Ora, neste contexto, nem Portugal nem a Igreja de Roma poderiam aceitar o comprometimento da missionação por falta de meios materiais, humanos e técnicos. Quanto aos do primeiro tipo, a Coroa obrigou a Fazenda Pública; quanto aos humanos, além da responsabilização de qualquer cristão, apelava-se ao número e à qualidade do clero regular e secular; e quanto aos técnicos, recorreu-se aos meios de transporte e comunicação possíveis e mais adequados. Neste último domínio vingou, direta e indiretamente, a palavra dos evangelizadores, porém tanto a Igreja como o Estado necessitavam de utilizar a escrita. Elegendo, naturalmente, o português como língua oficial do Império, depressa se verificou, contudo, que este idioma não chegava para estabelecer a «conversação» com os «outros». E se os designados «gentios» eram numerosos e etno-culturalmente diversos!

Por outro lado, as línguas que poderemos designar por «exóticas»

---

<sup>122</sup> *Idem, ibidem*, p. 22.

não só eram difíceis de falar por parte dos colonizadores, como poderiam desvirtuar a mensagem. Exemplifiquemos. De Cochim, a 12 de janeiro de 1549 (chegara a 6 de maio de 1542), Xavier dizia que «la gente india», era «mui barbara» no falar e achava que «las lenguas destas partes son malas de tomar»<sup>123</sup>. Porém, teria que recorrer a elas ou a mediadores se pretendesse começar a colher os frutos da missão, pelo que o «Colégio de S. Paulo da Conversão à Fé» ou, simplesmente, «Colégio de Santa Fé», em Goa, nas palavras de Xavier, «Fué fundado para que ay fuessen ensenyados en la fe los naturales destas tierras y destes que fuessen de diversas naciones de gentes; y después que fuessen bien instruttos en la fe, mandarlos a sus naturalezas [nações] para que fructificassem...»<sup>124</sup>. Em 1556, frequentavam o referido colégio 19 portugueses (brancos), 10 castiços, 15 mestiços, 13 malavares, 21 canarins, 5 chineses, 5 bengalas, 2 pegus, 3 cafres, 1 guzurate, 1 arménio, 5 mouros, 6 abexins e 4 decânios (do Decão)<sup>125</sup>.

Uma das primeiras *línguas exóticas* que Francisco Xavier pretendeu usar na missão foi o malaio. Porque? «La lengua malaya, que es la que se habla en Malaca, es muy general por estas partes. En esta lengua malaya (el tiempo que yo estuve em Malaca) con mucho trabajo saqué [traduzi] el Credo, con una Declaración sobre los artículos, la confesión general, Pater Noster, Ave Maria, Salve Regina, y los mandamientos de la ley [de Deus], para que me entendian, quando les hablo en cosas de importancia»<sup>126</sup>.

Posteriormente, tendo em conta o interesse da «Companhia» em

---

<sup>123</sup> In *Epistolae S. Francisci Xaverii aliaque eius scripta*, tomus II, Romae, *Apud* «Monumenta Historica Soc. Icsu», 1949, p. 5-6.

<sup>124</sup> «Carta de Goa, a 20 de Setembro de 1542», in *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, 3.º vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1950, p. 37.

<sup>125</sup> «Informação de 1556», in *Documentação para a História das Missões do Padroado [...] – Índia*, 6.º vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1951, p. 101-106.

<sup>126</sup> «Informações enviadas de Amboino por Francisco Xavier», n.º 65 in *Documentação para a História...*

catequizar o litoral do Malabar, em particular a Costa da Pescaria e a ilha do Manar, o jesuíta P.<sup>e</sup> Henrique Henriques interessou-se em tirar algumas «cousas mas que antes em lingoa malavar, o que parece mui conveniente, porque como não podemos estar em todos os lugares, e necessario que aja doutrina in scriptis, pera que se lea os domingos aos homens, e aos sabados as molheres, e podem desta maneira melhor entender, ainda que convem crer e obrar; disto que temos tirado em lingoa malavar, se leu já algumas cousas nas igrejas»<sup>127</sup>. Principiara o trabalho um ano antes e do seu esforço resultou a composição de uma gramática ou *Arte da língua malabar em português*, o que levou o jesuíta a animar os seus companheiros do colégio de Coimbra com estas palavras: «Si quisieren aprender la lengua y a ler y escribir malavar, facilmente lo pueden hazer con la arte [gramática] que es hecha, y con el exercicio [prática] que hallarán [cá] de no hablar sino malavar»<sup>128</sup>. Esclareça-se que a *Arte da língua malabar em português* estabelece a equivalência fonética entre o alfabeto latino e o malavar, recomendando o Padre Henrique que «os que não souberem latim devem de ler pela gramatica portuguesa feita por João de Barros».

Para a África exemplificaremos, quanto ao processo da aculturação linguística, com a impressão, em 1556, de uma cartilha em português-quicongo, da autoria do franciscano Fr. Gaspar da Conceição, destinada a ilustrar e doutrinar a gente comum do Congo. Antes, os missionários já usavam, pelo menos no Benim, cartilhas editadas pela Coroa Portuguesa, como é referido numa carta datada daquele Reino, a 3 de agosto de 1539, e dirigida a D. João III<sup>129</sup>.

Já para a América portuguesa, a famosa *Arte de Gramática*

---

<sup>127</sup> «Carta do próprio, de Punicala a 5 de novembro de 1552», in *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 5.º vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1951, p. 202-207.

<sup>128</sup> «Carta de Henrique Henriques, de 12 de janeiro de 1551», in *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 5.º vol., p. 20.

<sup>129</sup> In *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1953, p. 79.

*da Lingua mais usada na Costa do Brasil, feita pelo P. Joseph de Anchieta, Theologo e Provincial que foi da Companhia de Jesu nas Partes do Brasil* foi dada à estampa em Coimbra, no ano de 1595, e adquiriu considerável fama.

Naturalmente, adivinha-se a grande dificuldade que era encontrar, para uma língua sem escrita, um alfabeto e, conseqüentemente, uma «arte» ou gramática, contudo também dependeria da aptidão do estudioso. Por exemplo, o P.<sup>e</sup> Francisco Vieira, em missão na ilha de Ternate (Molucas) por meados do século XVI, informará: «A lingoa [local] he a mais fácil que se pode achar; tem somente o tempo presente do infinitivo, e a primeira e segunda pessoa, eu e tu; para as demais há-de de usar de circunlóquio; he assaz copiosa, louçã e discreta; hum ou dous dos que viemos a falão e entendem muy bem, por se darem [dedicarem] muyto a ella»<sup>130</sup>.

Uma forma encontrada para satisfazer os interesses dos utilizadores das *línguas exóticas* foi recorrer a versões bilingues e até trilingues, tendo embora como referente principal o português. Para compreendermos as vantagens do bilinguismo, assinalemos, então, as características principais das «cartilhas». Continham duas partes distintas: uma breve, destinada ao ensino do alfabeto e da soletração; outra, mais desenvolvida, para se praticar a leitura. De qualquer modo, o objetivo era ensinar, por elas, a doutrina cristã associada à «civilidade», ou seja, ao mesmo tempo que a criança aprendia a ler também retinha alguns preceitos religiosos e cívicos. Concretamente, à aprendizagem das verdades da fé e das orações (catecismo) ajuntava-se, por exemplo, a prática da «bênção da mesa», o que confirma a intenção de relacionar língua, religião e civilidade. Do ponto de vista linguístico, como já se disse, a preferência ia

---

<sup>130</sup> «Carta de Ternate, a 9 de março de 1559», in *Documentação para a História das Missões [...]*, *Insulíndia*, 2.º vol., Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1955, p. 323.

para o ensino do português, assim enaltecido, com nítida intenção ideológica, nesta fala da personagem o «Pai» do *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, da autoria de João de Barros: «Certo é que nam á hy gloria que se possa comparar aquando os mininos ethiopes, persianos, indos d'aquém e d'além do Gange, em suas próprias terras, na força de seus templos e pagodes, onde nunca se ouviu o nome romano, per esta nossa arte [gramática] aprenderem a nossa linguagem com que possam ser doutrinados em os preceitos da nossa fé, que nella vam escritos»<sup>131</sup>.

Voltando, porém, à importância das «cartilhas», a primeira que se conhece está datada de Lisboa e de 1534, tendo-se mantido inalterável ao longo do século XVI o modelo deste instrumento de aprendizagem<sup>132</sup>. Outro exemplo foi a publicação, em 1554 e também em Lisboa, da *Cartilha que contẽ e brevemente ho que todo christão deve aprẽder pera sua salvaçam. A qual el-rei dom Joham Terceiro deste nome nosso senhor mandou imprimir e lingoa Tamul e Portuguez cõ ha decreaçam do Tamul por cima do vermelho*<sup>133</sup>. A propósito, Maria Leonor Carvalhão Buescu observará que esta obra parece denunciar uma «notável complexidade» pela convergência, além do mais, dos seguintes «estruturantes linguísticos»: a língua tamul («em cima em letra grossa»), a língua portuguesa (em duas versões, correspondentes à tradução e à declaração, em letra miúda) e a língua latina (a finalizar a *Cartilha*, com um breve guia da missa ordinária)<sup>134</sup>. Em data anterior, a 12 de outubro de 1556, os Franciscanos mandarão imprimir em quicongo e português uma outra cartilha, sob o título *Cartilha da Doutrina Christã em lingoa*

<sup>131</sup> João de Barros, *Diálogo em Louvor...*, p. 85.

<sup>132</sup> Cf. Fernando Castelo-Branco, «Portugal Quinhentista visto através das Cartilhas para ensinar a ler», in *Anais*, II série, vol. 21, Lisboa, 1972, p. 291-315.

<sup>133</sup> Cf. Fernando Almeida, *Cartilha em Tamul e Português*, e, ainda, a Introdução, de Mariana Saldanha, à obra de Tomás Estevão, *Doutrina Cristã em língua Concani* (Rachol-Goa, 1622), Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1955.

<sup>134</sup> Maria Leonor Carvalhão Buescu, *O Estudo das línguas exóticas no século XVI*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, p. 73.

do Congo, de que fora autor um frade da referida Ordem, Gaspar da Conceição, conforme dão conta duas minutas de cartas régias<sup>135</sup>.

Já referimos que as cartilhas usavam o bilinguismo e até o trilinguismo, podendo concretizar-se esta vantagem com o plano missionário de Nóbrega, desenhado nos seus escritos e, particularmente, numa carta de 5 de julho de 1559 para o ex-Governador do Brasil, Tomé de Sousa: «Des que nesta terra estou, que vim com Vossa Mercê, dous desejos me atormentaram sempre: hum, de ver os christãos destas partes reformados em bons costumes, e que fossem boa semente tresplantada nestas partes que desse cheiro de bom exemplo; e outro, ver disposição ao gentio pera se lhe poder pregar a palavra de Deus, e eles fazerem-se capaces da graça e entrarem na Ygreja de Deus»<sup>136</sup>. Enfim, para que a coesão etnocultural se soldasse no Brasil colonial, principalmente através da religião, buscava-se a «reforma dos costumes» com a reconversão dos brancos e a conversão dos índios. Conversão que, além da aceitação da nova religião, deveria ter por objetivo criar aptidões sócio-culturais próprias de um catecúmeno, como a adoção de modos de vida sedentários centrados nas práticas da agricultura e de algumas artes e ofícios, na constituição de famílias monogâmicas, na pacificação das relações tribais ou no estiolamento da antropofagia.

Tal plano exigia o recurso à «linguagem brasílica», para comunicar com os índios, e ao bom uso do português, para reconverter os colonos. Neste sentido, as escolas jesuíticas do Brasil exerceram um destacado papel, não só em ensinar a língua portuguesa (em alguns casos também o latim) como em promover o idioma tupi, o mais *falado*. Deste trabalho, diretamente ou por meio de intérpretes («línguas»), se foram encarregando alguns missionários, sendo

---

<sup>135</sup> In *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, p. 391-393.

<sup>136</sup> In *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega (opera omnia)*, introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite, Coimbra, por Ordem da Universidade, 1955, p. 318.

apontado o padre Juan de Azpilcueta Navarro como o primeiro jesuíta que procurou registar gramaticalmente o tupi. Ele próprio o declara, em carta, de Porto Seguro a 19 de setembro de 1553, para os companheiros em Coimbra: «Dexo al Pe. Ambrozio Perez e al Hermano Brasques todas las oraciones em lengua de Brazil con los mandamientos y peccados mortais etc, con una confesión general, principio do mundo, incarnación y do juízo, y fin do mundo para se mandar allá [Europa]. Quanto a modo de arte [gramática] no alcancé aún para se hazer, ni me parece tienen [os índios] sino ciertos vocablos qui sirven en general, que para outro tiempo dexo que [quando] estuvier más devagar que agora»<sup>137</sup>. Contudo, como se disse, só em 1595 foi publicada a *Arte* da autoria de José de Anchieta, ainda que outros contributos linguísticos se verificassem entretanto, como o do P<sup>e</sup>. Leonardo do Vale, que foi lente da «língua brasílica» no Colégio da Baía entre 1572-1574 (faleceu em 1591) e redigiu *Um Vocabulário da Língua Brasílica* com edição em 1937, mas sem nome do autor. Outros exemplos do empenho de alguns missionários do Brasil no domínio linguístico podiam ser dados como a elaboração do primeiro catecismo em tupi, assim apresentado no respetivo frontispício: «Catecismo na Lingoa Brasilica, no qual se contem a summa da doctrina christã. Com tudo o que pertence aos Mysterios da nossa Sancta Fé e bõs costumes. Composto a modo de Dialogos por Padres Doctos, e bons lingoas da Companhia de Jesu. Agora novamente concertado, ordenado, e acrescentado pello Padre Antonio de Araujo Theologo, e lingoa da mesma Companhia. Em Lisboa, por Pedro Crasbeeck, ano 1618. À custa dos Padres do Brasil».

Além da catequese lida ou decorada por meio do canto, o teatro desempenhou no Brasil um papel igualmente importante na missionação de brancos, índios e negros, tendo sido escritos, pela

---

<sup>137</sup> In *Monumenta Brasiliae*, vol. II (1553-1558), Roma, «Monumenta Historica Societatis Iesu», 1957, p. 9-10.

primeira vez ou adaptados, autos, élogos, comédias, tragicomédias, dramas e diálogos em português, castelhano e tupi. Do ponto de vista literário, o referente poderá ter sido o teatro de Gil Vicente, ensaiado por José de Anchieta e Manuel da Nóbrega no *Auto da Pregação* Universal, escrito em português e tupi entre 1567-1570 e reconhecido como a primeira peça do teatro brasileiro.

A título comparativo, procuremos aferir, brevemente, o que terão tido de inédito e de comum do ponto de vista linguístico e literário as missionações portuguesa e espanhola no «Novo Mundo». Quer numa quer noutra, adotaram-se estratégias e meios semelhantes, como iremos documentar com algumas decisões e ações que tiveram lugar durante o reinado de Filipe II de Espanha. Sirva de exemplo a publicação de «ordenanzas» do «Consejo de las Indias», para que «Los que fueren a descubrir por mar y tierra procuren llevar algunos indios intérpretes [...] y por su medio hablen y platiquen con los de la tierra, procurando entender sus costumbres, calidades y formas de vivir, y de los comarcanos...»<sup>138</sup>. Buscava, compreensivelmente, o poder político uma informação sistematizada, pelo que López de Velasco elaborará, no último terço do século XVI, um questionário com 50 perguntas ou curiosidades que servisse de modelo aos exploradores do «Novo Mundo». Tinha o título «Instrucción y memoria de las relaciones que se han de hacer para la descripción de las Índias»<sup>139</sup>. E, tal como se verificou com os nossos missionários, também os espanhóis se interessaram pelo conhecimento direto das línguas dos «outros», estudando-as e elaborando gramáticas («artes») e vocabulários, de que são exemplos a *Arte de la lengua mejicana y castellana* (de Frei Alonso de Melina, México, 1571) e o *Vocabulario trilingue, castellano, latino, mexicano* (de Bernardino de Sahagun,

---

<sup>138</sup> *Apud* Gonzalo Menéndez- Pidal, *Imagen del Mundo hacia 1570 según noticias del Consejo de Indias y de los tratadistas españoles*, Madrid, Consejo de Hispanidad, 1944, p. 5-6.

<sup>139</sup> Reprodução in *Imagen del Mundo...*, p. 8-9.

1583). E, já em outro continente, foi também um jesuíta espanhol, Juan Fernández, quem compôs o primeiro vocabulário luso-japonês e a primeira gramática da língua japonesa, que desapareceram num incêndio. Retenha-se, para concluir este breve apontamento, que, apesar de haver rivalidades de fronteiras na missão, a cooperação também se verificava sob o lema de uma Igreja una e universal, recorrendo a práticas e métodos comuns. Naturalmente, da satisfação da maior parte dos objetivos eclesiásticos não se alheavam os poderes imperiais, incluindo o português. Era o caso da informação, para uso da Igreja e dos Estados.

A preocupação de qualquer poder instituído com a recolha de informação não carece ser demonstrada. No caso português, à medida que se avançava na descoberta do desconhecido mais se impunha essa preocupação. Documentam-na a recolha das primeiras notícias da Costa da Guiné, mais propriamente sobre o Rio do Ouro, quando o Infante D. Henrique terá recomendado a Afonso Gonçalves Baldaia, segundo a reconstituição do cronista Gomes Eanes de Zurara, «[...] vos encomendo que vades o mais avante que poderdes e que vos trabalheis de haver língua [intérprete] dessa gente, filhando algum, por que o certamente possaes saber; que não seria pequena cousa, segundo o meu desejo, haver alguma pessoa por que d'isto possa ser em conhecimento». E esclarece Zurara que ficou ali um João Fernandes, «escudeiro», [...] a fim de saber de todas as cousas daquela terra, assim grandes como pequenas, para nos informar delas, segundo sabe que é nosso desejo...»<sup>140</sup>. Avancemos no tempo e demos outro exemplo: o de Tomé Pires, chegado à Índia durante a governação do «muy manifiquo e ingente cavaleiro» Afonso de Albuquerque»<sup>141</sup>. Disposto a auxiliar o Governador, por

---

<sup>140</sup> Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Guiné*, Livraria Civilização, Nova Edição, p. 57.

<sup>141</sup> *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Leitura e notas de Armando Cortesão, Coimbra, por Ordem da Universidade, 1978, p. 130.

trazer ele «levantadas suas bandeiras» em terra e no mar, isto é, fazendo guerra geral, não sendo embora um gramático, considerou a vantagem da delimitação das fronteiras e da identificação de cada «linguagem», pelo que se prestou a assinalá-las através da sonoridade das respetivas falas. Foi assim que, por exemplo, a linguagem do reino de Sião lhe pareceu semelhante à do Pegu<sup>142</sup>.

Além da recolha direta, a ocupar um número considerável de agentes oficiais e privados (entre os quais eclesiásticos), durante o século XVI o recurso a intérpretes intensificou-se tanto no domínio temporal como no espiritual. Punha-se, naturalmente, a questão da qualidade do serviço. Vantajoso era, pois, quando um português cristão se prontificava a servir de intérprete aos missionários e melhor era se fosse poliglota, como confessará um residente em Mascate: «Eu, há 18 annos que vim de Portugal, e sey muitas lingoas, a saber, arabio, persio, decani, e guzurate, muyta parte do malavar, e ysto muito bem, em que may não seja ao menos farey companhia aos apóstolos [missionários] e serey sua lingoa»<sup>143</sup>.

Contudo, dificilmente se podia prescindir, por razões várias, dos serviços dos «gentios». Documentemos com uns «Apontamentos» apresentados a D. João III, possivelmente em novembro de 1545, por Miguel Vaz, ex-Vigário Geral da Índia. Registam a seguinte *verba*: «Tambem averey por serviço de Deus e de V. A., trabalharem os governadores de ter portugues ou christão e outro pera lingoa das cartas que lhe[s] vem e esprev[em], por [para] nam passarem todolos segredos e cousas de muyta importancia por mão dum gentio...»<sup>144</sup>. A sugestão foi aceite pelo Rei, já que em carta, de 8 de março de 1546, recomendará ao Governador D. João de Castro: «Pellos grandes inconvenientes que se podem seguir a meu serviço

---

<sup>142</sup> Tomé Pires, *A Suma Oriental*, p. 237.

<sup>143</sup> Carta de um morador de Mascate para o P.º Mestre Gaspar, de 8 de setembro de 1550.

<sup>144</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 3.º vol., p. 206.

de ser gentio o lingua que tendes pera as cartas que vos vem de fora, e vós escreveis ei por bem que daqui em diante o dito lingoa seja portugues, podendo ser...»<sup>145</sup>. Que a diferença de apreço entre o serviço prestado por um «língua» gentio e o fornecido por um cristão se verificava prova-o o desnível de vencimentos. Por exemplo, na nossa fortaleza-feitoria de Ormuz, em meados de Quinhentos, a Fazenda Real pagava, a um intérprete brâmane, 10\$500 rs. de vencimento anual e, a um português, 125\$590 rs<sup>146</sup>.

Melhor era, como já foi dito, aprender a língua dos «outros», pelo seu estudo ou pela sua prática. Na Guiné, ficou famoso um João Fernandes, natural do Crato e que acabou por casar com uma filha do «rei» dos Fulas, o qual era conhecido pelo «Ganagoga» ou homem falador de muitas línguas<sup>147</sup>. De alguns destes «lançados» por conta própria e à margem da lei se aproveitarão, em finais do século XVI, os nossos concorrentes franceses e ingleses para comunicarem com autoridades nativas, de que, naturalmente, resultavam perdas para nós portugueses: «[...] e se vai de todo acabando o que com eles tínhamos» – lembrará o Capitão André Álvares d'Almada<sup>148</sup>.

Ainda quanto às vantagens dos próprios missionários dominarem as línguas nativas, poderemos documentar com o testemunho do Irmão Jesuíta Ambrósio Nunes, em carta de 19 de junho de 1549 (?): «Hos Irmãos [Jesuítas] todos aprendem a lingoa [malavar] e vay grande differença em saber bem a lingoa e falar por topaz [intérprete] que troção ho que dizemos, e não nos entendem»<sup>149</sup>.

Muitas vezes, quase sem se suspeitar, o português divulgava-

---

<sup>145</sup> *Ibidem*, p. 324.

<sup>146</sup> Cf. Simão Botelho, «Tombo da Fazenda das Fortalezas do Estado da Índia (1554)», in *Collecção de Monumentos Inéditos para a Historia das Conquistas dos Portuguezes em Africa, Asia e America*, tomo V, 1.ª série, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1868, p. 95 e 104.

<sup>147</sup> Capitão André Álvares d'Almada, *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde*, Edição Nova por Luís Silveira, Lisboa, 1946, p. 18.

<sup>148</sup> *Idem, ibidem*, p. 18.

<sup>149</sup> In *Documentação para a História das Missões [...]*, Índia, 4.º vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1950, p. 313.

se e persistia sob diferentes formas. Explicitemos. David Lopes, autor de um estudo intitulado *A Expansão da Língua Portuguesa no Oriente durante os Séculos XVI, XVII e XVIII*, no «Preâmbulo» enunciou e sintetizou os fundamentos teóricos e práticos em que o nosso idioma se difundiu e, em alguns casos, persistiu naquelas paragens<sup>150</sup>. Da sua investigação dá conta o respetivo sumário: «Nos capítulos que formam este estudo, pretende-se mostrar que a língua portuguesa foi durante três séculos de uso corrente entre as populações marítimas de grande parte do Oriente. Mostra-se com as referências dos viajantes estranhos que visitaram aquelas paragens nesse tempo ou ainda com documentos oficiais especiais; mostra-se com o vocabulário português que passou para muitas das línguas vernáculas daquelas partes e com as obras de carácter didático publicadas para ensino do português concorrentemente com as línguas do país; e mostram-no finalmente a formação de crioulos portugueses e as numerosas impressões em língua portuguesa que os missionários protestantes de Batávia, Colombo, Trangambar e Vepery fizeram para exercerem a sua acção doutrinal».

De qualquer modo, com maiores ou menores dificuldades, afigura-se ajustada a avaliação do autor de *Flores de Espanha. Excelencias de Portugal* ao afirmar que, em começos do século XVII, a língua portuguesa não estava menos difundida que a castelhana<sup>151</sup>. Teria em conta as similitudes dos respetivos Impérios, particularmente a capacidade para as suas influências chegarem a culturas recônditas e de baixos níveis civilizacionais. Exemplifiquemos. Em finais do século XVII, os macuas da África Oriental, além do árabe, falavam a língua portuguesa, sendo compreendida «por todos», ainda que há mais de

---

<sup>150</sup> David Lopes, *A Expansão da Língua Portuguesa no Oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII*, 2.ª edição, obra revista, prefaciada e anotada por Luís de Matos, Porto, Portucalense Editora, 1969. Cf., igualmente, Quirino da Fonseca, «O conhecimento das línguas africanas e orientais, auxiliando a expansão do Império Português», Separata de *Memórias*, Lisboa, 1938.

<sup>151</sup> António de Sousa Macedo, *ob. cit.*, fl. 239 v.

cem anos ali fora divulgada<sup>152</sup>. E, em Malaca, ainda recentemente se falava o português antigo em um bairro de pescadores, sendo conhecido por «papiá cristão»<sup>153</sup>. São exemplos da divulgação da língua portuguesa em locais inusitados. Aliás, os holandeses e os ingleses, sendo embora mais exímios mercadores do que os peninsulares, com frequência os transportavam nos seus navios» para mediar as comunicações com os nativos. Assim, situações havia em que o português era utilizado como «língua franca» de comércio e, até, de diplomacia, como foi o caso de um tratado celebrado no último lustro do século XVI entre os holandeses e um chefe do reino de Banta, em Java<sup>154</sup>.

Já, individualmente, o interesse e a maior ou menor dificuldade na aprendizagem da nossa língua dependiam do respetivo falante. Por exemplo, o japonês Angero, que se encontrou, em Malaca, com Francisco Xavier e mantinha contactos comerciais como os «nossos», sabia falar razoavelmente o português, «de manera [dirá o «Apóstolo»] que el me entendia todo lo que yo le dezia, y yo a él lo que me hablava»<sup>155</sup>. E Xavier informará, igualmente, que «El Rei de Maluquo [uma das ilhas das Molucas] es moro y vassallo delrei de Portugal y honrase mucho de lo ser y quando en elle habla lo llama elrei de Portugal my sñor. Habla este Rey muy bien portugues...»<sup>156</sup>.

Anteriormente, relevámos o esforço dele, Francisco Xavier, em aprender (bem) a nossa língua. Por simples purismo ou para atender as recomendações dos gramáticos não seria. O seu apelo aos Companheiros de Religião para que dominassem o nosso idioma

---

<sup>152</sup> *Apud* David Lopes, *ob. cit.*, p. 44, citando Plácido Francesco Ramponi, de passagem por Moçambique, em 1698, a caminho de Goa.

<sup>153</sup> *Apud* Benedicto Silva, *A Língua Portuguesa na Cultura Mundial*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida e Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1992, p. 26.

<sup>154</sup> *Apud* David Lopes, *ob. cit.*, p. 37.

<sup>155</sup> «Carta de Francisco Xavier, de Cochim, a 20 de janeiro de 1548», in *História das Missões do Padroado Português... Insulíndia*, 1.º vol., Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1954, p. 544.

<sup>156</sup> *Idem, ibidem*, p. 540.

aponta para uma finalidade prática, ou seja, para a satisfação dos objetivos da missão: «Si de nosa Compañia vieren algunos estrangeros que não saben falar portugues, he necessario que aprendan a falar, porque de outro jeto não habrá topaz [intérprete] que os entenda»<sup>157</sup>. Voltemos a lembrar que o Colégio de Goa superou, mas só em parte, essa necessidade ao ensinar, por níveis, a aprendizagem da nossa língua, pelo que, em carta de 15 de janeiro de 1544, já Xavier informava: «El año passado escrivi cerca de un collegio que se haze en la ciudad de Goa, en el qual ay ya muchos estudiantes, y son de diversas lenguas, y todos de generacion de infieles, entre ellos dentro del collegio (donde ay ya muchos edificios hechos) ay muchos que estudian latin, y otros que deprenden a ler, y escribir» (o português)<sup>158</sup>. Esta informação será corroborada, no ano seguinte, por Juan da Bera, em carta datada de Goa a 20 de novembro: «En este colegio llamado casa de Santa Fe hay bien sessenta mozos de diversas generaciones, que son de nueve lenguas diferentes y muy apartadas unas de las otras; los mas dellos leen y escriben nuestro vulgar [o português], y tambien saben ler y escribir sus lenguas; algunos entienden razonable latin...»<sup>159</sup>. Contudo, a formação ministrada em Goa era mais para os colegiais gentílicos, pelo que os missionários chegados da Europa já deviam dominar o português. O próprio Francisco Xavier preocupou-se em ter uma aprendizagem prática e diatrática da nossa língua durante os cerca de dez meses em que esperou o embarque para a Índia, ao contactar com representantes das diferentes classes sociais do nosso País, desde o Rei e os cortesãos, aos presos no cárcere da Inquisição ou aos camponeses das lezírias de Santarém»<sup>160</sup>.

---

<sup>157</sup> «Carta de 8 de maio de 1545», in *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 3.º vol., p. 167.

<sup>158</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>159</sup> In *Selectae Indiarum Epistolae nunc primum editae*, Florentiae, Ex Typographia S. S. Conceptione, 1887, p. 7-9.

<sup>160</sup> Cf. Eduardo Romo, *ob. cit.*, p. 74.

Da aculturação das línguas locais com o português e outros idiomas estrangeiros resultou, no Oriente e particularmente na Índia, um substrato linguístico complexo, quase mistifório, na apreciação de Sebastião Rodolfo Dalgado: «Em toda a parte [da Índia] reinam os mesmos arcaísmos portugueses enquanto às palavras, formas e significações; os mesmos termos orientais aportunados; as mesmas locuções portuguesas indianizadas; os mesmos vocábulos estrangeiros introduzidos»<sup>161</sup>. Não se referiria aos «crioulos», já que Serafim da Silva Neto os considerará como falares «bastardos, irremissivelmente identificados com a mísera situação dos falantes». E esboçará uma quase definição: «O crioulo é, portanto, um conjunto de representações individuais que depois se coletivizam, tornando-se, por encontrarem ambiente favorável e corresponderem a uma necessidade, o meio de expressão a um grupo inteiro»<sup>162</sup>. Partindo do princípio de que uma «fala» é a realização individual de uma norma, podendo mudar, portanto, de indivíduo para indivíduo, de situação para situação, e aplicando a sua interpretação à realidade sociolinguística da Goa Quinhentista, este estudioso estabelecerá três níveis: o crioulo português da gente baixa; o português diversificado ou semicrioulo dos indianos mais cultos; e a «língua padrão», com muitas palavras e expressões asiáticas, da gente portuguesa.

Jorge Morais Barbosa terá, por sua vez, em conta que tanto o português falado em Macau como o do Brasil, por estarem permanentemente a ser renovados com a participação de falantes, conservaram uma maior aproximação ao português padrão do Reino, não devendo ser considerados, por isso, crioulos<sup>163</sup>. Já o «papiá cristão de Malaca» era um crioulo, como muitos outros indo-portugueses

---

<sup>161</sup> Sebastião Rodolfo Dalgado, *Dialeto Indo-Português de Ceilão*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 53.

<sup>162</sup> Serafim da Silva Neto, *História da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Presença, 1979, p. 434-435.

<sup>163</sup> Jorge Morais Barbosa, *A Língua Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1969, p. 111 e segs.

ou afro-portugueses. Mas, ainda que sucintamente, reconstituamos as circunstâncias históricas que terão concorrido para a formação de crioulos na «Guiné».

Na «Alta Guiné» (entre o Rio Senegal e o cabo das Palmas) e na «Baixa Guiné» (a sul), mas principalmente na primeira região mais tocada pela presença da iniciativa privada a cargo de mestiços e escravos de confiança dos mercadores, acabou por se verificar um destacado fenómeno de aculturação linguística em que participou o português falado nas ilhas do Sotavento de Cabo Verde (principalmente nas de Santiago e do Fogo) e as línguas guineenses. Releve-se que o idioma português interventor não era reinol, pelo que, como deixou registado Baltasar Lopes da Silva, no estudo intitulado o *Dialecto Crioulo de Cabo Verde*, o crioulo falado na Guiné não é uma criação resultante diretamente do conteúdo indígena com o homem português, antes com falantes do Sotavento e, em que, com o tempo, as línguas nativas se foram diversificando e adquirindo características próprias<sup>164</sup>. O Barlavento, explicitamos nós, ficou afastado desta aculturação, porque a sua colonização foi mais à custa de escravos alforriados e «pretos fujões» aos seus senhores, que acabaram por se dedicar à exploração da pequena propriedade, sob a forma de «aforamentos» cedidos pela Coroa a troco do pagamento de pensões muito leves. Ao invés, sobretudo, do Sotavento (insistimos) zarparam as embarcações dos interessados nas apreciadas mercadorias dos escravos, do ouro e das especiarias africanas (com relevo para a malagueta), apesar da repressão movida pela Coroa/Estado, preocupada como estava em garantir o exclusivo do trato regional. Concretamente, um alvará de D. Manuel, datado de 5 de janeiro de 1518, estabelecerá que todos os cristãos «que se

---

<sup>164</sup> Baltasar Lopes da Silva, *Dialecto Crioulo de Cabo Verde*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. Cf., entre outros, Mathias Perle, «Acerca de alguns aspetos do português crioulo em África», in *Biblos*, vol. III, 1982; e Manuel Ferreira, «Comentários em torno do bilinguismo Cabo Verdiano», in *Colóquios Cabo-Verdianos*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1959, p. 53-80.

lançavam em Guyné cõ hos negros» perdiam as fazendas, já que tratavam ilegalmente<sup>165</sup>. Continuou a haver, contudo, apesar dos impedimentos legais, «lançados», brancos e negros<sup>166</sup>.

Enfim, com finalidades várias, em que a menor não era por certo o estabelecimento de trocas comerciais, a «conversação» ou a comunicação através de uma língua falada era conveniente, mas não imprescindível, já que a gestualidade poderia substituí-la. A propósito, documentemos com esta estrofe (28, canto V) de *Os Lusíadas*: «Torvado vem da vista, como aquele / Que não se vira nunca em tal extremo; / Nem ele entende a nós, nem nós a ele, / Selvagem mais que o bruto Polifemo. / Começo-lhe a mostrar da rica pele / de Colcos o gentil metal supremo, / A prata fina, a quente especiaria; / A nada disto o bruto se movia.» O interesse, do «outro», nesta situação, não era económica e muito menos mercantilista.

No presente bosquejo sobre a afirmação, no século XVI, do português como língua reinol e imperial, procurámos ter em conta, sobretudo, as funções que o idioma desempenhou a título oficial quer ao serviço da Coroa/Estado, quer da Igreja de Roma, ainda que ambas as instituições se mostrassem estreitamente imbricadas na formação e no funcionamento de um Império cristão. Porém, desde cedo, ficou claro para os promotores deste projeto político que a língua portuguesa não chegava, embora fosse conveniente usá-la corretamente, de acordo com as regras gramaticais, quer na forma escrita, quer falada. Em algumas situações a língua oficial da Igreja, ou seja, o latim, pelo peso que a latinidade lograva manter, colmatava a insuficiência do português, sobretudo para os contactos político-diplomáticos. Contudo, a diversidade cultural dos povos

---

<sup>165</sup> In *Monumenta Missionaria Africana*, segunda série, vol. II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963, p. 324-325.

<sup>166</sup> Cf. *Regimento*, de 16 de dezembro de 1517, para o Corregedor e Contador da ilha de Santiago, *ibidem*, p. 139-141.

integrantes do Império e destinatários da evangelização era enorme, pelo que o mais seguro, em termos de garantia da veracidade da mensagem, era recorrer, diretamente, às línguas nativas, prescindindo mesmo do papel dos «topazes» ou intérpretes. Foram, para tanto, estudadas e exercitadas. À margem, mas sincronicamente, os privados satisfaziam os seus interesses também através do idioma luso, bem ou mal falado.

(Página deixada propositadamente em branco)

## O CORPO NO OLHAR DOS PORTUGUESES DE QUINHENTOS

Como é vulgar dizer-se, «o corpo fala» e pode falar muito sobre o homem e os homens. São múltiplas, com efeito, as implicações ou relações que o homem estabelece ao nível corporal, desde as necessidades fisiológicas à higiene, ao controlo dos movimentos e gestos, à preocupação com o vestuário, ao embelezamento, às reações à nudez, à vivência isolada ou partilhada da sexualidade... Procuraremos, neste ensaio, captar imagens da corporalidade humana aos olhos dos portugueses de Quinhentos, tendo presente que, a partir dessa centúria, eles tiveram mais oportunidades para se apreciarem e apreciarem «os outros».

Quanto à contextualização histórica, recordemos que, à medida que se foi recuperando da «Longa Depressão» do século XIV e da primeira metade do seguinte, os «europeus» foram readquirindo o gosto de viver, incluindo os prazeres do corpo<sup>167</sup>. Por sua vez, com o início dos Descobrimentos e da Expansão Ultramarina, particularmente os «nossos» puderam cotejar comportamentos ou práticas corporais à escala *mundial*, tendo resultado, por certo, dessa alteridade uma maior egocentricidade individual e coletiva, até porque, por norma, usavam os próprios referentes, o que indicia

---

<sup>167</sup> Cf., em particular, *História da Vida Privada*, vol. 2, *Da Europa feudal ao Renascimento*, dir. de Philippe Ariès e Georges Duby, Lisboa, Edições Afrontamento, 1990.

estarmos perante outra importante via para os conhecermos e nos conhecermos. Mas encetemos, então, a descoberta do(s) corpo(s), principiando pela visão estética.

Na apreciação do boticário Tomé Pires (os seus registos escritos datam de c. de 1514), os persas ou turcomãos do «Reino do Xequé Ismael» (Pérsia) eram muito parecidos com os portugueses nas feições, na cor da pele e na disposição geral do corpo, porém não explicita estes e outros atributos dos seus patrícios<sup>168</sup>. Quanto à dificuldade de estabelecer referentes corporais naquela centúria, particularmente do ponto de vista estético, ela não será específica do caso português, já que mesmo no Renascimento Italiano a objetividade descritiva neste domínio esbate-se perante a subjetividade do observador. Deste modo, o «belo» renascentista altera-se consoante as oficinas e escolas, com destaque para as pictóricas<sup>169</sup>. Entre nós, a parcimónia das fontes ainda mais agrava uma geral caracterização corporal dos coevos de Quinhentos, o que é confirmado por Vitorino Magalhães Godinho nestes termos: «O século XVI não nos lega senão um pequeno número de retratos portugueses, todos dos altos círculos sociais, alguns religiosos [...]». É certo (continuará ele) que «o século XVII multiplicou os retratos [...]», porém, «sem o correspondente alargamento social e sem que a qualidade esteja a nível médio aceitável. O que demonstra que o retrato não nos revela aqui uma sociedade individualizadora, nem deixou de ser forma de expressão secundária»<sup>170</sup>.

Assim, se é verdade que a nossa pobreza pictórica é notória,

---

<sup>168</sup> *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978, p. 152 (a partir de agora, só Tomé Pires, *A Suma Oriental*).

<sup>169</sup> Cf. de Sousa Viterbo, «Notícia de Alguns Pintores Portuguezes e de outros que, sendo estrangeiros, exerceram a sua arte em Portugal», in *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, nova série, tomo VI, parte II, Lisboa, Typographia da Academia, 1892, p. 1-191, com o autor a lembrar que pintores flamengos e italianos se fixaram no nosso País e que um deles, Antonio Moro, retratou D. João III e sua esposa; e *História da Beleza*, dir. de Umberto Ecco, tradução de António Maia da Rocha, Lisboa, Difel, 1982.

<sup>170</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar (séculos XIII-XVIII)*, Lisboa, Difel, 1990, p. 579.

a descrição física dos «nossos» quinhentistas também é (insista-se) parcimoniosa, a ponto de apreciarmos que, vagamente, um estrangeiro, talvez clérigo e embaixador em Portugal, nos deixou nestas notas: «Os homens são de mediana estatura, mais sobre o pequeno do que sobre o alto, mais sobre o moreno do que sobre o louro, de aspecto triste, ao que ajuda ainda o facto de, sendo por lei proibido vestirem panos de seda, envergarem trajes de baeta [pano de lã grosseiro] e de outros tecidos semelhantes que não conferem bom aspecto, tanto mais que usam sempre o chapéu com os borzeguins [botas altas]»<sup>171</sup>. E António de Sousa Macedo, autor de *Flores de España Excelencias de Portugal*, em começos do século XVII registará também parcamente: «Son los Portugueses ordinariamente muy bien dispuestos de cuerpo, lo qual no es necesario provar con argumentos...»<sup>172</sup>. Mostra-se impreciso, como já se revelara, por exemplo, o cirurgião Mestre Afonso, quando em viagem da Índia para Portugal, pela «via da Pérsia», em 1565, observou que as mulheres de Tabriz eram «muy formosas» e semelhantes às portuguesas<sup>173</sup>. Onde encontrar, pois, um referente para o nosso ideal de formosura? Seria o geral, o do Renascimento? Mas, mesmo para aí (insistimos) falta um modelo-tipo, ainda que saibamos prevalecer então a designada «Grande Teoria» que defendia estar a beleza na proporção das partes ou na harmonia corporal<sup>174</sup>. E que mais registaram sobre os atributos corporais dos «outros» os portugueses de Quinhentos?

Duarte Barbosa, que terminará os seus registos do designado *Livro do Oriente* em 1516, destaca na apreciação física que faz das

---

<sup>171</sup> «Ritratto et Rverso del Regno di Portogallo» (tradução), in A. H. de Oliveira Marques, *Portugal Quinhentista (Ensaio)*, Lisboa, Quetzal Editores, 1987, p. 139.

<sup>172</sup> António de Sousa Macedo, *Flores de España. Excelencias de Portugal*, Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1631, fl. 44.

<sup>173</sup> «Ytinerario de Mestre Affonso», in *Itinerários da Índia a Portugal por terra*, revistos e prefaciados por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, p. 192.

<sup>174</sup> Cf., por exemplo, Geneviève Leroy, Vivian Muguette, *Histoire de la beauté féminine à travers les âges*, Paris, Acropole, 1989.

companheiras dos brâmanes do Guzerate o seguinte: «[...] muy fermosas, deliquadas y de muy bons corpos, saom baças quasy branquas»<sup>175</sup>. Qual o seu ideal de formosura? Se tentarmos relacionar estas escassas referências sobre a cor da pele e a delicadeza do corpo com o «modelo harmónico» da mulher renascentista, obteremos que ele se aproxima do estereótipo: cabelos louros (de «ouro»), olhos suaves e claros, riso calmo, belos dentes, mãos ebúrneas, seios maduros, gestos graciosos, pouco ou nada maquilhada. Importante era que à «suma beldade» correspondesse a «suma honestidade». Como se foi processando esta relação?

É sabido que os nus medievais já estão impregnados de vergonha, contudo a corporalidade passará a expressar-se livremente na literatura e nas artes plásticas durante o período inicial do Renascimento Italiano, para, no final de Quinhentos, a honestidade ser um valor que não admite a *exibição* do corpo. Assim, a mulher reveste-se, torna-se dona de casa, educadora e administradora, desaparecendo do retrato os traços sensuais e as poses passionais. Efectivamente, na literatura, Michel Eyquem de Montaigne (1533-1592) declarará, nos seus *Ensaïos* que «qualquer mulher que não seja a nossa nos parece de bom convívio», mas «a mais útil ciência, a mais honrosa ocupação, para uma mulher é a da economia doméstica. Conheço entre elas [prosegue] algumas avaras, boas administradoras, pouquíssimas. É numa mulher a qualidade principal...»<sup>176</sup>. Enfim, conferia aos predicados de uma mulher a primazia da sua capacidade para gerir um lar.

Retornando, porém, ao tema da honestidade ou da «honradez» feminina, depreende-se da leitura de fontes descritivo-narrativas que, também entre nós (e mais ainda pelo peso da tradicionalidade), a nudez

---

<sup>175</sup> Duarte Barbosa, *Livro do Oriente*, Além-Mar, Códice Casanatense 1899, p. 58.

<sup>176</sup> *Ensaïos – Antologia*, prefácio e tradução de Rui Bertrand Romão, Santa Maria da Feira, Relógio d'Água Editores, 2016, p. 258.

exibida publicamente era tida por desonra civil, independentemente das causas e das circunstâncias. Poderemos exemplificar com relatos de naufrágios, recolhidos por Bernardo Gomes de Brito sob o título *História Trágico-marítima*, ainda que já algo distanciados do tempo dos acontecimentos, como o que ocorreu em 1552 na terra do Natal (África do Sul) e de que foram vítimas, entre outros, o capitão Manuel de Sousa Sepúlveda e sua mulher Dona Leonor. Com a ressalva desses relatos não terem conservado toda a fidelidade, ficou, no entanto, para a posteridade a imagem da mulher de Sepúlveda, Dona Leonor, resistir aos «cafres» (negros da terra), para que a não despissem: «[...] às punhadas e às bofetadas se defendia, porque era tal que queria antes que a matassem os cafres que ver-se nua diante da gente...». Forçada a despir-se (continua o relato), «lançou-se logo no chão e cobriu-se toda com os seus cabelos, que eram muito compridos, fazendo uma cova na areia, onde se meteu até a cintura sem mais se erguer dali...»<sup>177</sup>. Interpretemos.

Descontando a possível exuberância literária do relator, poder-se-á perguntar se terão sido, apenas, o pudor e a vergonha de se desvendar ao grupo que suscitaram a reacção da naufraga. Lembremos que do grupo faziam parte portugueses e nativos, estes considerados «selvagens» e que, durante o designado período da «Civilidade», a nudez era um inequívoco sinal de «bestialidade» ou «selvajaria»; vestir-se era passar do reino animal para o nível da cultura. Ora, Dona Leonor considerava-se polida ou «civil», logo, sentir-se nua era perder a sua identidade humana e social e situar-se ao nível animalesco. Por outras palavras, menos por razões éticas, a nudez renascentista foi evoluindo para o nível da «afronta social». A favor desta interpretação transcrevemos de um outro relato de naufrágio, temporalmente bem próximo daquele, o da nau São

---

<sup>177</sup> Seguimos a edição anotada por António Sérgio, vol. I, Editorial Sul Limitada, 1955, p. 38.

Bento, ocorrido em 1554: «[...] nenhuma outra informação pudemos ter, mais que serem cafres de cor bem negra e cabelo revoltado, que andavam nus, com mais aparência de selvagens que de homens racionais»<sup>178</sup>.

Retenha-se, ainda, que a citação anterior estabelece notória concordância de significado entre «cafre» e «selvagem», porém nem sempre ela se verificava. «Cafres» eram designados, em particular, os negros da África austral, os quais podiam ser mais ou menos «selvagens» consoante estivessem ou não abertos a contactos externos com que iam evoluindo; por sua vez, «selvagem» era alguém que vivia isolado no interior da selva e que, por isso mesmo, não se comportava civilmente, ou seja, entre outros indicadores, pelo seu isolamento físico e sociocultural não praticava uma religião superior, não dispunha de casa sólida, não andava vestido, não ingeria alimentos previamente preparados... Enfim, pela aparência física animaléscia, notória na cor da pele escura ou na disposição revolta do cabelo e até dos pêlos corporais, pela revelação de uma razão reduzida e pela débil modificação dos costumes, os «selvagens» constituíam uma *persistência antropológica* da Humanidade. Obrigação era dos «civis» ou «polidos», em particular daqueles a quem o «*Verdadeiro Deus*» se revelara, convertê-los e promovê-los à civilidade, nem que fosse necessário, usando a justificativa de Gomes Eanes de Zurara, cativar-lhes os corpos para lhes salvar as almas<sup>179</sup>. Mais: aos inconversíveis, logo tidos por «maus selvagens», era lícito que os «polidos cristãos» lhes fizessem «guerra lícita».

Regressando à questão da nudez poderemos interrogar, agora, como é que os portugueses de Quinhentos reagem a ela. Com ingenuidade, com repúdio ético, com concupiscência

---

<sup>178</sup> *Ibidem*, vol. II, p. 63.

<sup>179</sup> Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos Feitos de Guiné*, vol. II – Texto, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949, cap. XXV, p. 124-127.

ou com afrontamento social? A título de exemplo, invoque-se o testemunho da ingênua nudez dos índios (machos e fêmeas) do Brasil. No dizer de Pero Vaz de Caminha, eles surgiram totalmente despídos perante os «nossos», «com tanta inocencia como teem em mostrar o rosto...», e os descobridores, efetivamente, apreciaram-lhes os rostos (de narizes «bem feitos») e a cor da pele (parda-avermelhada)<sup>180</sup>. Mas não deixaram de olhar atentamente três ou quatro «moças bem moças e bem jentiis com cabelos muito pretos compridos pelas espadoas e suas vergonhas tam altas e tã çaradinhas e tam limpas das cabeleiras...»<sup>181</sup>. Comentará Caminha que os «nossos» não ficaram envergonhados, mas não as terão desejado? Prossigamos.

Com o processo da cristianização dos gentios brasileiros em marcha, por concupiscência dos brancos e por princípio geral da Igreja ao exigir que todo o catecúmeno se apresentasse vestido em particular nos templos, houve que contrariar a nudez dos índios brasileiros. Concretamente, recém-chegado à Baía (a 29 de março de 1549), pouco depois em carta de 9 de agosto desse ano, o P.<sup>e</sup> Manuel da Nóbrega solicitará aos seus superiores em Portugal que fizessem peditório de roupa, «para entretanto cobrirmos estes novos convertidos, ao menos huma camisa a cada molher, polla honestidade da religião christã...»<sup>182</sup>. Insista-se que essa «honestidade» no domínio do vestuário tinha como referente universal para os catecúmenos de qualquer latitude o traje completo do Ocidente Cristão. Porém, no Oriente, o P.<sup>e</sup> Gaspar Dias, em carta datada de Goa, a 30 de Setembro de 1567, parece discordar da obrigação de um batizado se ter de apresentar vestido «com ceroulas,

---

<sup>180</sup> *Carta do Achamento do Brasil, de Pero Vaz de Caminha, dirigida a D. Manuel, in Os Sete Únicos Documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940, p. 69.

<sup>181</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>182</sup> In *Cartas do Brasil e mais escritos do Padre Manuel da Nóbrega (opera omnia)*, interpretação e notas de Serafim Leite, Coimbra, por ordem da Universidade, 1955, p. 18-28.

camisa, roupeta curta e gibão, além de sapatos e chapéu ou gorra», já que pelas condições climáticas até mais pesavam «huns calções do que la [em Portugal] se trazem que todo o vestido junto de qua»<sup>183</sup>. Concordaria que a nudez era uma «afronta social», mas que o vestuário à moda europeia era um constrangimento geocultural.

Naturalmente, a geografia dos que costumavam andar nus ou quase coincidia com as regiões tropicais, porém, mesmo ali, raramente a nudez era total. Por exemplo, na Guiné, os Bijagós, segundo informação de finais de Quinhentos, «andam nus; não trazem mais que uma maneira de calças que eles fazem de folha de palmeiras, que escassamente cobrem suas vergonhas...»<sup>184</sup>. Já na Costa Oriental Africana, só as mulheres solteiras cobriam as suas «vergonhas» com panos de algodão, enquanto as casadas e com filhos tapavam também os peitos. Como interpretar esta diferença de estados? Sinal de maior exigência quanto à «honestidade» das casadas? Confirma, de certo modo, esta interpretação *universal* o princípio que se ia reforçando na Europa, sobretudo nos países mais cristianizados, ao estabelecer-se uma estreita relação entre a decência no traje e a conduta moral, como registará, por exemplo, o autor de *Flores de España*: «El traje de las mugeres es argumento grande de su honestidad, ó de la falta della...»<sup>185</sup>. E, deste ponto de vista, o autor testemunhará que, quer no plano do quotidiano vivido, quer no figurativo ou simbólico, as portuguesas eram apontadas como modelos de um vestuário honesto e tradicional, mostrando-se, portanto, em geral pouco atreitas à inovação ou moda<sup>186</sup>. E como vestiam as mulheres dos «outros»?

---

<sup>183</sup> In *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, 10.º vol., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953, p. 245-249.

<sup>184</sup> Capitão André Álvares d'Almada, *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde [...] Ano de 1594*, Edição Nova por Luís Silveira, Lisboa, 1946, p. 53.

<sup>185</sup> *Ob. cit.*, fl. 128 v. Cf. *La catégorie de l'honnête dans la culture du XVII<sup>e</sup> siècle*. Actes du Colloque International de Sommières II, Saint-Étienne, Université de Saint-Étienne, 1985.

<sup>186</sup> António de Sousa Macedo, *ob. cit.*, fl. 129.

Vestiam ao «modo das portuguesas» as mulheres chinesas, quando usavam saias compridas e acintadas ou saínhos de mangas largas e de linho branco, sendo a seda reservada para as cerimónias<sup>187</sup>. Deste modo, pelas descrições das peças de vestuário, além da importância económico-social, é possível chegar-se à sua funcionalidade, particularmente se concorriam ou não para a facilidade da pessoa se vestir e para a suficiente proteção, enfim, para uma adequação prática e uma função semiótica<sup>188</sup>. Lembremos, a propósito que, no mundo Ocidental, a partir do século XI, pelo menos, a indústria têxtil irá converter-se num importante factor de crescimento económico, e não apenas no domínio do vestuário, porque a decoração das casas também se fará muito à base de tecidos. Era a comodidade, e até o luxo, a marcar esse primeiro Renascimento, enquanto no sector da tinturaria várias espécies de plantas e drogas se imporão, com preferência pelos tons azulados (celestiais), verdes (primaveris) e dourados (estivais).

A estética esteve e continua, sem dúvida, a estar estreitamente associada à riqueza, podendo documentar-se com o facto de os trajes mais belos (os de «festa») serem em geral os mais caros, sem esquecer que a adesão à moda começa, em regra, pelos que têm poder de compra. Porém, sobretudo no que concerne aos trajes tradicionais, apegada à estética andava a semiologia ou simbologia. Não passaram despercebidas, aos olhos dos portugueses de Quinhentos, também, algumas simbologias cromáticas com que eram identificadas categorias etno-sociais, como leprosos, prostitutas, loucos, judeus e heréticos...<sup>189</sup>. Por exemplo, deram conta que os arménios cristãos costumavam trazer toucas azuis e, até, de outras cores, excepto brancas. Estas estavam reservadas aos turcos

---

<sup>187</sup> Frei Gaspar da Cruz, *Tractado em que se contam muito por extenso as cousas da China, com suas particularidades, e assi do Reyno de Ormuz*, Barcelos, Portucalense Editora, 1937, p. 83.

<sup>188</sup> Cf., entre outros, Yves Delaporte, «O vestuário nas sociedades tradicionais», tradução, in *História dos Costumes*, direção de Jean Poirier, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, p. 53-97.

<sup>189</sup> Cf. Michel Pastoreau, *Figures et Coleurs*. Étude sur le Symbolique et la Sensualité Médiévales, Paris, Le Léopard d'Or, 1986.

e «mouros» (muçulmanos) e, se alguém infringisse esta prática, era «gravemente castigado». Por sua vez, os judeus, residentes no Império Turco, usavam, por distintivo, toucas amarelas e azuladas<sup>190</sup>.

Teremos oportunidade, neste estudo, de tipificar o vestuário masculino e o feminino de acordo com as categorias socioprofissionais, em particular no Porto e sua comarca, podendo avançar, desde já, que nos parece justificada esta interpretação do antropólogo André Leroi-Gourhan: «No homem o valor protector do vestuário não é mais importante do que a sua forma: é a partir dele e dos acessórios decorativos que o acompanham que se estabelece o primeiro grau do reconhecimento social. Logo, a perda dos trajes nacionais e profissionais constitui o sinal mais flagrante de desintegração étnica...»<sup>191</sup>.

Entre alguns dos «outros», verificaram os «nossos» a observância do mesmo princípio, podendo exemplificar-se com o que registaram no «Reino do Preste João» ou Abissínia. Ali, havia uma categoria («geração») de gente que, por dignidade, não podia usar senão vestuário de pano, enquanto a comum recorria mais ao couro, como informará o P.<sup>e</sup> Francisco Álvares, o qual partiu para este reino em 1515 como capelão da embaixada presidida, primeiro, por Duarte Galvão e, depois, por Rodrigo Lima<sup>192</sup>.

Não minimizemos, contudo, a função protetora do vestuário nem o seu contributo para a estética corporal. Assim, ainda na Etiópia, as mulheres casadas traziam «muy pouca cobertura»<sup>193</sup>. Tapariam os

---

<sup>190</sup> Mestre Afonso, *ob. cit.*, in *Itinerários da Índia a Portugal por terra*, p. 207.

<sup>191</sup> *O Gesto e a palavra. 2 – Memória e Ritmos*, tradução de Emmanuel Godinho, Lisboa, Edições 70, 1987, p. 162 e 164. Lembrando que «O vestuário é comunicação», cf. Umberto Eco, «O hábito fala pelo monge», in *Psicologia do vestir*, tradução de José Colaço, Lisboa, Assírio e Alvim, 1982, p. 7-20.

<sup>192</sup> *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, Lisboa, Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1943, p. 23. O título original é *Ho Preste Joam das Indias. Verdadeira informação das terras do Preste Joam, segundo vio e escreveo bo padre Francisco Alvarez capellão del rey nosso senhor*. Em 1531, já havia notícia de ter sido editada, tendo sido novamente publicada em Lisboa, em casa de Luís Rodriguez livreiro de Sua Alteza, 1540.

<sup>193</sup> *Ibidem*, p. 36.

peitos? Quem andaria com, ainda, menos roupa eram as solteiras, esclarecendo o eclesiástico que traziam «as mamas até a cinta, e descoberto seu corpo galante cheio de continhas por cima dele» para atrair, naturalmente<sup>194</sup>.

Deixemos as regiões quentes, onde o clima permitia a exibição regular do corpo e entremos na Pérsia, mais propriamente na cidade de Xirás. Aqui, ao invés, segundo António Tenreiro, «todos vestem panno de lenço acolchoado no inverno e de muito algodão, e forros de peles ricas, os que as podem alcançar, porque valem muito nesta terra, e o [povo] comum as trazem de cordeiros, e raposas. Calsão ceroulas, meias calsas do giolho pera baixo com sapatos ferrados nas solas com muitos preguinhos; trazem capas de grã [escarlate], e de pannos roxos, e azuees, que nesta terra val muito»<sup>195</sup>. O frio persistente assim obrigava, a ponto de mercadores russos negociarem, ali, bastantes curtumes e peles. Por sua vez, o cirurgião mor Mestre Afonso, também em viagem pela «via da Pérsia», confirmará que as mulheres de Tabriz vestiam ceroulas de seda branca e sobre elas calças de pano escarlate, além de uns roupões de mangas estreitas e compridas forrados de peles de arminhos, martas, raposas ou cordeiros consoante as posses<sup>196</sup>.

Se o vestuário concorria (e muito) para a identidade individual e para a pertença social, conforme estamos a relevar, como se sentiriam, entre nós, os mais necessitados, ao terem, que envergar, por herança ou doação, peças de roupa usadas, algumas já bastante gastas? A pobreza era tanta que, com frequência, os filhos pequenos da gente mais humilde andavam, mesmo no inverno, pouco enroupados e descalços. Retratá-la-á, quase de forma jocosa, no século XVI, o

---

<sup>194</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>195</sup> *Ob. cit.*, p. 17. Por terra, de Ormuz para Portugal, Tenreiro chegou em 1529, sendo recomendado pelo Duque de Bragança em carta de 23 de maio desse ano (in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, p. 78).

<sup>196</sup> *Ob. cit.*, p. 192.

autor de *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*, ao referir que, em Paço de Sousa, dos seis filhos de um pobre homem «o melhor arroupado, se tinha camisa, não tinha pelote e, se pelote, sem mangas; e se mangas, sem fralda, e todos descalços e sem barrete nem coifas»<sup>197</sup>. E, se quisermos insistir mais no tema, poderemos evocar o testemunho de Frei Gaspar da Cruz ao afirmar que os chineses «todavia não vivem tam pobres e tam maltratados no trajo como os que vivem pobremente em Portugal»<sup>198</sup>. Aliás, recorde-se que este missionário acabou por encontrar semelhanças entre algumas peças do vestuário chinês e do português. Ao descrever, concretamente, os «pelotes [ou peliças] de pregas compridos ao nosso bom modo antigo», estaria a pensar nos de linho ou sarja, que eram atados na ilharga e tinham as abas muito largas, sendo de seda os dos mais ricos<sup>199</sup>. Registe-se que a qualidade do nosso vestuário de linho tinha, então, fama no estrangeiro.

Mas ensaiemos, finalmente, a identificação social pelo vestuário, tipificando-o quanto ao traje masculino e feminino no Portugal de Quinhentos<sup>200</sup>. A principal fonte histórica que utilizaremos, datada da segunda metade da centúria, respeita à cidade do Porto e sua comarca (como dissemos) e tem como informador o Licenciado Francisco Dias<sup>201</sup>. Seria legítimo alargá-la a todo o País?

Sobre o traje da gente idosa, naturalmente a mais tradicionalista, mesmo assim Francisco Dias anotou que tempo houve em que os homens usavam calças cortadas ou golpeadas de alto a baixo e de cor preta, capuzes frisados, barretes negros e chapins ou sapatos

---

<sup>197</sup> Gonçalo Fernandes Trancoso, *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo* (Texto integral conforme a edição de Lisboa, 1624), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974, p. 35.

<sup>198</sup> *Ob. cit.*, p. 52.

<sup>199</sup> *Ibidem*, p. 73.

<sup>200</sup> Para a Europa, cf. Carl Köhler, *História do vestuário*, editada e atualizada por Ema von Sichart, São Paulo, Martins Fontes, 1993; Renato Sigurtá, «Delineamentos psicológicos da moda masculina», in *Psicologia do vestir*, p. 21-35.

<sup>201</sup> Licenciado Francisco Dias, *Memórias Quinhentistas de um Procurador del-Rei no Pôrto*, Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1937.

de veludo com solas de cortiça; depois, as calças encareceram por serem de veludo ou cetim, passando a adquirir grande voga as chamadas «calças imperiais» (com enchimentos por dentro), as quais combinavam com gorras grandes e altas forradas a seda<sup>202</sup>. Tratava-se de traje do homem cidadão, porque «o homem do monte» vestia ceroulas, pelote de pregas, capa, barrete de cores e calçava botas<sup>203</sup>. Já as mulheres camponesas trajavam toucas ou trunfas de pano de linho que enrolavam na cabeça, saias e saínhos de mangas não muito largas e vestidos de burel (de lã grosseira) às cores, apresentando-se as mais delas descalças<sup>204</sup>.

Diferenciadamente, para melhor, se mostravam as «mulheres dos oficiais mecânicos» do Porto, ao envergarem saias com dobras em roda, saínhos às cores, beatilhas (toucas de tecido branco e fino), mantos de pano preto (por regra, de Londres) e meios véus, calçando socos e, mais tarde, pantufos<sup>205</sup>.

Quanto ao vestuário das «donas nobres» e casadas, distinguiam o uso de «fraldas» e mantos pelos ombros, com coufas de seda para suportar os toucados, enquanto as moças, quando saíam à rua, se embrulhavam em lenços e cobriam os ombros com capas (como os homens); apreciavam os sombreiros<sup>206</sup>.

Foram, curiosamente, as «mulheres dos cidadãos» ou da burguesia as que mais depressa mudaram os trajes. Concretamente, deixaram as «fraldas» e passaram a envergar vestidos redondos, saias com muitas barras, roupões (alguns de ricas sedas), mantos de estamemha,

---

<sup>202</sup> *Ob. cit.*, p. 14 e 17.

<sup>203</sup> *Idem, ibidem*, p. 23. Em 1534, um «criado» do Rei do Congo foi vestido e calçado, em Portugal, com capa, gibão de cetim, calças de «trafim», borzeguins (botas altas) e barrete redondo. (cf., alvará de D. João III, de 27 de Junho de 1534, in *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1953, p. 20).

<sup>204</sup> Licenciado Francisco Dias, *Memórias Quincentistas...*, p. 10 e 23.

<sup>205</sup> *Idem, ibidem*, p. 10.

<sup>206</sup> *Idem, ibidem*, p. 9.

vasquinhas de seda e gibões altos como os dos homens<sup>207</sup>.

Francisco Dias associará ao requinte do traje outros sinais de distinção no porte, particularmente o transporte das damas em andor, que, segundo ele, era «um traje» [sic] da Índia<sup>208</sup>. Eram as célebres «cadeirinhas» deslocadas aos ombros de dois homens e reservadas à gente nobre e burguesa. Enfim, o «bem parecer» ou a moda (diríamos hoje) interessava o estrato burguês, mais endinheirado e adepto de uma vida requintada ou «civil», o que significa que pouco valiam as leis anti suntuárias, com uma delas a ser publicada logo nos começos do reinado de D. João III, mais propriamente em 1524. Era a crise económico-financeira a revelar-se com mais força, mas a não encontrar grande sensibilidade social para a contrariar, sobretudo da parte dos estratos nobiliárquico e burguês.

O *status* acompanhava, como se disse, a moda e exigia dinheiro, o que não significava que atentasse contra a honestidade. A este respeito, o que efetivamente recolhemos é que a «honradez», captada através do traje, do recato habitacional e de outros sinais de civilidade, parece ter marcado toda a sociedade portuguesa de Quinhentos, concorrendo para o seu tradicionalismo. Duarte Nunes do Leão, por exemplo, em registo do ocaso da centúria, continuará a defender: «E porque a castidade e limpeza é o maior ornamento que as mulheres podem ter [...], as donzelas deveriam ser criadas «em encerramento» nas suas próprias casas e as casadas não deveriam sair à rua sem o conhecimento dos maridos, sob pena de aparentarem infidelidade<sup>209</sup>. Recorde-se que, na Grécia Antiga, também as mulheres não saíam senão vigiadas, sendo a casa o lugar adequado para a permanência

---

<sup>207</sup> *Idem, ibidem*, p. 11.

<sup>208</sup> *Idem, ibidem*, p. 36.

<sup>209</sup> *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Por Jorge Rodrigues, 1610. Utilizámos a edição do Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 288-289.

tanto das casadas como das solteiras, sem esquecer a sua grande dependência em relação ao elemento masculino<sup>210</sup>.

Quanto aos «outros», o que retiveram os portugueses a este respeito? Duarte Barbosa, sobre os habitantes de Cambaia, dirá que eram «muyto ciosos» das suas mulheres, a ponto de as fazerem deslocar em «carretas de cavalos todas cobertas que ninguem pode ver quem vay dentro» e, indo a pé, tapavam os rostos, «asy como has mulheres em nossas partes se cobrem em seus mantos»<sup>211</sup>. Talvez ainda mais exigentes seriam os bengalas, porque, tratando embora «muyto bem» as esposas, as mantinham «muy enseradas [encerradas] em casa, não saindo senam de noute ha visitarem h~uas ha outras, honde fazem muytas festas...»<sup>212</sup>. Por sua vez, os jaus (habitantes de Java) de maiores posses contratavam «capados» para vigiarem as suas mulheres e também as resguardavam das vistas alheias<sup>213</sup>. Ao invés, em Reinel (no Guzerate), as muçulmanas andavam «muyto por fora de dia, negoçando [tratando] ho que lhes cumpre, com ho rosto descoberto...»<sup>214</sup>.

Voltemos ao espaço reinol para procurarmos captar imagens da aparente ou real «desonestidade» das mulheres portuguesas. Já invocámos o parecer de Duarte Nunes do Leão quanto às saídas das mulheres casadas, em particular sobre uma possível má fama das que tinham os maridos cativos ou ausentes no Ultramar<sup>215</sup>. O seu reparo não seria infundamentado, já que serviu de tema ao teatro Vicentino, concretamente à «farsa» ou rábula do *Auto da Índia*. Nele se procede à reconstituição da partida de uma armada para o Oriente, «quando o sangue novo atixa», com a personagem

---

<sup>210</sup> Cf., por exemplo, H. D. F. Kitto, *Os Gregos*, tradução do inglês e prefácio de José Manuel Couceiro e Castro, Coimbra, Arménio Amado Editor, 1980, p. 365 e segs.

<sup>211</sup> Duarte Barbosa, *Livro do Oriente*, p. 58-59 e 62.

<sup>212</sup> *Idem, ibidem*, p. 101.

<sup>213</sup> Tomé Pires, *A Suma Oriental*, p. 301.

<sup>214</sup> *Idem, ibidem*, p. 63.

<sup>215</sup> Duarte Nunes do Leão, *ob. cit.*, p. 294.

«Ama», ainda o marido da senhora mal saíra da barra, a combinar um encontro amoroso na casa dela com o «Castelhano» (o amante): «Aas nove horas e nõ mais / e tiray h~ua pedrinha / pedra muyto pequenina / ha janela dos quintaes. / Entonces vos abrirey / de muyto boa vontade...»<sup>216</sup>. Assim, com a convivência da criadagem e, até, da família próxima, a «desonestidade» ou «desonra» (quando publicitada) poderia ter lugar na casa da donzela ou da casada. Sujeita a primeira, por regra, a uma mais apertada vigilância, queixava-se também mais do encerramento, tal como sucederá com a *Inês Pereira*, da respetiva «farsa»: «Coytada assi ey d'estar / encerrada nesta casa / como panela sem asa / que sempre estaa num lugar...»<sup>217</sup>. Enfim, para a sociedade de então, o refúgio na domesticidade poderia acautelar a honestidade da esposa e mãe, seguindo o princípio de «marido ausente, porta fechada».

Estava reservado, então, às de mais baixa condição cuidarem, diretamente, do marido e dos filhos, enquanto às de estatuto social elevado era confiada (lembramos a recomendação de Montaigne) a honrosa ocupação da administração da «casa», em particular a direção da «corte» dos criados e serviçais<sup>218</sup>. Deveriam, mais especificamente, dirigir o seu «gineceu» ou pequeno centro artesanal, em domínios como a culinária (com destaque para a doçaria), os bordados e o vestuário; mas também se deveriam ocupar das obrigações sociais referentes a receções e visitas. Deste modo, não teria justificação esta queixa de Michel de Montaigne: «É ridículo e injusto que a ociosidade das nossas mulheres seja sustentada com o nosso suor e o nosso trabalho»<sup>219</sup>.

---

<sup>216</sup> In *Obras Completas de Gil Vicente*. Reimpressão Fac-similada da Edição de 1562, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1928, fl. CXCVI.

<sup>217</sup> *Ibidem*, fl. CCXIII v.

<sup>218</sup> Cf., entre outros, Margaret Wade Labarge, *La mujer en la Edad Media*, tradução de Nazaret de Teran, Madrid, Nerea, 1984.

<sup>219</sup> *Ob. cit.*, p. 258. Sobre a querela quincentista da valorização ou não da mulher europeia, cf. o capítulo primeiro de *La Mujer en la Historia de Europa*, por Gisela Bock, direção de Jacques Le Goff, Tradução castelhana de Teófilo de Lozoya, Barcelona, Crítica, 2001.

Foi, portanto, e compreensivelmente, com os valores próprios da sociabilidade europeia de Quinhentos que os portugueses viajantes, guerreiros, colonos ou comerciantes observavam os «outros» e formavam juízos, corretos ou deformados, sobre os comportamentos e as condutas das mulheres alógenas. Concretamente, atentaram em casos em que a esposa mantinha tal «fidelidade» (leia-se subordinação) ao marido que era enterrada viva com ele; ou puderam verificar situações em que a aparente permissividade sexual delas era total. Em relação ao enterramento das viúvas, a reação dos «nossos» será quase de incredulidade<sup>220</sup>. Diferente era, contudo, para eles a situação das chamadas «viúvas de observância», em que elas voluntariamente *morriam* para as coisas do mundo, encerrando-se permanente e definitivamente em casa, por certo em analogia com a vida cenobita na Europa Cristã.

Tentemos abordar, agora, mais estritamente o domínio da sexualidade, lembrando antes que, no Ocidente Europeu, se estava a valorizar a privacidade no lar. Efectivamente, o quarto ir-se-á convertendo num lugar mais íntimo, sobretudo entre as classes superiores, ao deixar de ser um compartimento aberto, isto é, de receção de estranhos, como sucedia até então. Essa individualização verificar-se-á mesmo a bordo das embarcações de longo raio e de maior tonelagem, com os «notáveis» a disporem de «câmaras» ou camarotes singulares e, quando coletivos, a serem partilhados por poucos. No caso de oferecerem bom «agasalhamento», algumas câmaras estavam providas de varandas ou, pelo menos, de «resfolgadouros». Ao invés, a gente comum ocupava, promiscuamente, o convés ou os porões («cobertas»), onde faltava o ar e persistia o mau cheiro. Será preocupação, por isso, dos missionários embarcados retirar os enfermos dos dormitórios coletivos e arranjar-lhes espaço em lugares

---

<sup>220</sup> Cf. Tomé Pires, *A Suma Oriental*, p. 294, por exemplo.

arejados, até porque eram conhecedores do que a medicina de então preconizava como princípio sanitário básico: respirar bom ar.

A privatização do camarote poderia proporcionar, porém, condutas reprováveis, como as práticas da prostituição e do «abominável pecado», ou seja, da sodomia<sup>221</sup>. Detectadas a bordo, as prostitutas passavam a ser vigiadas, quando não podiam ser desembarcadas em porto de escala; já os praticantes da sodomia arriscavam a própria vida, como se documenta por este excerto de um relato do Capitão da armada que chegou a Goa em 1548. Datada de 27 de outubro desse ano e dirigida ao Rei, regista a respetiva carta: «Semdo a seys amdados de Julho, estando recolhido na minha camara [da embarcação], no quarto de prima, foy ter comigo Dom Manoel Telo e me dixey que dous criados seus lhe descobrirão naquela ora que hum Dioguo Ramires, castelhano, hos cometera de pecado da sodomia, e por ser cousa tao abominavel ante Deus [...], judicialmente procesey tanto no caso por inquirições, perguntas e outras deligencias necessarias que mandey fazer, comfforme as leys e ordenação de Vosa alteza, e por me constar do caso totalmente, ho condeney ha morte natural [...] e morreo bom cristão»<sup>222</sup>.

A propósito, retenha-se que a prática da sodomia, na Europa, estava então bastante divulgada, sem esquecer a sodomia conjugal como processo contraceptivo. No Ultramar, os portugueses de Quinhentos referirão que a prática era, por vezes, aberta e frequente, designadamente nos reinos de Ormuz, Bengala e Pérsia. No primeiro destes reinos, havia homens ricos que traziam «sempre consigo escravos, moços capados com que dormem», pelo que eram «malquistos das mulheres», ainda que a maior parte desses «delicados, perfumados e gentis» maridos, pelo menos em Ormuz, fosse muito

---

<sup>221</sup> Cf., por exemplo, *Amor e Sexualidade no Ocidente*, introdução de Georges Duby, tradução de Ana Paula Faria, Terramar, 1998.

<sup>222</sup> In *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, 4.º vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1950, p. 82.

ciosa de suas esposas»<sup>223</sup>. Acrescentará Duarte Barbosa que os mercadores mouros da cidade de Bengala iam «muytas vezes polo certam a comprar meninos gentios a seus pais e mãys, e outros que furtaom e capam-nos, que ficaom de tudo razos», morrendo muitos desta bárbara operação. Educavam os restantes e vendiam-nos por elevados preços, já que eram muito apreciados para *guardar* as mulheres bengalas e «pera outras vilezas»<sup>224</sup>. Por sua vez, os «turcomãos», assim designados nas fontes portuguesas, ou persas do Reino do «Xeque Ismael» achavam tão natural a homossexualidade que se riam dos «nossos», quando «lhes acriminamos [recriminamos] a torpeza deste pecado»<sup>225</sup>. Naturalmente, para eles não era pecado, como não era para outros orientais, muito mais livres do que os europeus cristãos quanto à vida sexual.

Já a prática do lesbianismo, no Brasil, será assinalada por Pero de Magalhães de Gandavo, dizendo que as praticantes eram identificadas por usarem os cabelos cortados como os homens, acompanharem-nos na guerra e na caça, mas não se «ajuntarem» com eles, «ainda que por isso as matem», por preferirem viver com outra mulher, «com quem dizem ser casadas, e assim se comunicam e conversam como marido e mulher»<sup>226</sup>. O jesuíta Pero Correia, em carta de 20 de Junho de 1551, já avançara estas informações ao referir haver, nessa colónia, mulheres guerreiras e artífices que eram casadas com outras e que consideravam a maior das injúrias serem tratadas como mulheres<sup>227</sup>.

Para aumentar o prazer sexual, eram conhecidos rituais e técnicas

---

<sup>223</sup> Duarte Barbosa, *ob. cit.*, p. 54-55 e Tomé Pires, *ob. cit.*, p. 152.

<sup>224</sup> Duarte Barbosa, *ob. cit.*, p. 100.

<sup>225</sup> Tomé Pires, *ob. cit.*, p. 235.

<sup>226</sup> «Historia da Provincia de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil», Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858, in *Collecção de Opusculos Reimpressos Relativos à História das Navegações Viagens e Conquistas dos Portuguezes*, Academia Real das Sciencias de Lisboa, T. I, Lisboa, Typographia da Academia, 1875, p. 48.

<sup>227</sup> In *La Mission Jésuite du Brésil. Lettres et autres documents (1549-1570)*, introduction et notes de Jean Claude Laborie, Paris, Éditions Chandeigne, 1998, p. 99-100.

no Oriente que também não passaram despercebidos aos «nossos». Concretamente, Duarte Barbosa assinalou a crença fetichista de que o uso de pulseiras com pedras de calcedónia controlava a «libido», mas também procurou saber como alguns povos a estimulavam<sup>228</sup>. Apurou que, para suscitarem maior prazer à mulher, os pegus mais ricos inseriam nos sexos, entre a pele e a carne, até uma dezena de cascavéis redondos, feitos de metal e do tamanho de uma ameixa, sendo alguns mesmo de ouro e prata. Os portadores jactavam-se de os usarem, pois, ao andarem, faziam «grande som», isto é, funcionavam como guisos, acrescentando Barbosa, que muitas mulheres «nom querem homeins que hos nom tenhaom»<sup>229</sup>. Esta prática da intumescência do sexo masculino será também registada por Tomé Pires, explicitando que, no Sião, os homens mais ricos chegavam a usar, além dos cascavéis, «diamantes de pomtas e outras pedras ricas em suas naturas, segundo a pessoa ou fazemda asy traz a pedra»<sup>230</sup>. Estranho era este costume na Europa, o que levará Garcia de Resende a versejar deste modo: «Ha tambem costumes taes / em Pegu, que homêns cômpetem, / o qual deles terá mais / em seus membros genitais / cascaveis, onde os metem, / a sua carne cortando; / e por tempo se soldando / ficam dentro entremetidos; / dizem que sam mais queridos / das femeas assi usando»<sup>231</sup>.

A mesma função de atrair o sexo oposto, embora sob formas mais discretas, tinham (têm), entre outros, os odores perfumados, os tingimentos corporais e os adornos. A voga do uso dos perfumes impor-se-á, no Ocidente Europeu, a partir das Cruzadas e durante o Renascimento Italiano, com a mulher nobre e a burguesa (a «dona») a recorrerem à arte da cosmética, a perfumarem-se e a

---

<sup>228</sup> Duarte Barbosa, *ob. cit.*, p. 63.

<sup>229</sup> *Idem, ibidem*, p. 102.

<sup>230</sup> Tomé Pires, *A Suma Oriental*, p. 238.

<sup>231</sup> *Miscellanea*, ed. *Crónica de dom João II e miscellanea por Garcia de Resende*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, p. 349.

alindarem o cabelo pintando-o de um louro que podia resvalar para o vermelho<sup>232</sup>. Claro está que o processo e o gosto não se confinaram à Itália, já que, a este respeito, também os portugueses nos deixaram registos das suas observações. Por exemplo, Tomé Pires dirá, dos Persas, serem dados ao uso de «muitos perfumes», pelo que adquiriam «produtos cheirosos de valor»<sup>233</sup>. Por sua vez, os brâmanes do Guzerate recorriam a tintas para barrar os corpos, conferindo preferência à mistura de sândalo branco, cânfora, aloés, almíscar e açafão, moendo-os e diluindo-os em água de rosas<sup>234</sup>. E, se dos espaços da «civilidade» passarmos para os da designada «selvajaria» ou da «bestialidade», verificava-se ser comum e intensa a prática do tingimento do corpo. Concretamente, nas mentes de Pero Vaz de Caminha e companheiros, ficou bem impressa a imagem dos corpos tingidos dos índios do Brasil. Pintavam-se com argila vermelha e furavam os beiços, introduzindo neles três búzios, ossinhos ou pedrinhas<sup>235</sup>. Também certas comunidades da Costa Oriental Africana procediam do mesmo modo<sup>236</sup>. Já nestas paragens, os nautas da primeira armada do Gama haviam verificado que as moças apresentavam os beiços furados em três sítios, onde enfiavam argolas de estanho<sup>237</sup>. Também as mulheres mais ricas do Guzerate perfuravam as ventas do nariz e introduziam nelas um fio de ouro com um pendente, que poderia ser pérola, safira ou rubi<sup>238</sup>. Eis o embelezamento a diferenciar-se quanto à riqueza e ao nível cultural das respetivas sociedades. Continuando a exemplificar, no litoral do Monomotapa, particularmente em Quíloa, Pemba, Mânfia e Zanzibar,

---

<sup>232</sup> Cf., por exemplo, Georges Matoré, *Le vocabulaire et la société du XVII<sup>e</sup> siècle*, Paris, PUF, 1988.

<sup>233</sup> *Ibidem*, p. 152.

<sup>234</sup> Duarte Barbosa, *ob. cit.*, p. 58.

<sup>235</sup> Cf. *Carta do Achamento do Brasil...*

<sup>236</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>237</sup> Cf. Álvaro Velho, *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama (1497-1499)*, prefácio, notas e anexos por A. Fontoura da Costa, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940, p. 19.

<sup>238</sup> Duarte Barbosa, *ob. cit.*, p. 71.

as mulheres alindavam-se com jóias de «muito bõo ouro» e de outros metais, ostentando manilhas nos pés e nos braços, braceletes, cadeias de trazer ao pescoço e brincos<sup>239</sup>. Outro tanto faziam as mulheres guzerates<sup>240</sup>. Estranharam, contudo, os portugueses verem brincos pendurados nas orelhas dos homens do Cabo de Comorim (no extremo da Península do Industão), esclarecendo que «se não sam de ouro ou de grãos de aljôfar [pérolas miúdas] não nos trazem»<sup>241</sup>.

A mesma gente de Comorim, tanto homens como mulheres, fazia galanteria em deixar crescer os cabelos e untá-los «com azeite por [para] luzirem e então os enrodilhão pola cabeça e os atão com hum cordão vermelho com huma borla que lhe fica atada na coroa, e isto soamente trazem os homens»<sup>242</sup>. Os brâmanes (religiosos) do Guzerate deixavam também crescer o cabelo, como «has mulheres em nosas partes», trazendo-o apanhado à maneira de trunfa e cobrindo-o com uma touca, onde metiam flores e outras matérias cheirosas<sup>243</sup>. Sem usarem touca, mas tratando as cabeleiras do mesmo modo, costumavam as mulheres do reino de Narsinga<sup>244</sup>. Ao invés, as do Camboja cortavam os cabelos «polas orelhas por gentileza»<sup>245</sup>. E os índios do Brasil, preservando embora os pêlos da cabeça, arrancavam os da barba e de outras partes do corpo, enquanto as mulheres e filhas prezavam muito os seus cabelos, mantendo-os compridos, limpos e penteados<sup>246</sup>. Já os pegus, no registo de Tomé Pires, deixavam crescer, apenas os do coruto da cabeça<sup>247</sup>. O mesmo informador, antes de partir definitivamente para a China, apurará

---

<sup>239</sup> *Idem, ibidem*, p. 44-46.

<sup>240</sup> *Idem, ibidem*, p. 58.

<sup>241</sup> Carta do jesuíta Baltasar Nunes, de 1551, in *Documentação para a História das Missões [...] Índia*, 5.º vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1951, p. 46.

<sup>242</sup> *Idem, ibidem*, p. 46.

<sup>243</sup> Duarte Barbosa, *ob. cit.*, p. 58.

<sup>244</sup> *Idem, ibidem*, p. 71.

<sup>245</sup> Tomé Pires, *ob. cit.*, p. 247.

<sup>246</sup> Pero de Magalhães de Gandavo, *ob. cit.*, p. 47.

<sup>247</sup> Tomé Pires, *A Suma Oriental*, p. 236.

que as chinesas eram parecidas com as castelhanas e usavam os cabelos compridos e enrodilhados, enquanto os homens, «ao jeito d'alemães», aparavam a barba deixando cerca de três dezenas de cabelos<sup>248</sup>. Mais diretamente, e portanto melhor informado (partiu para a China em 1556 e regressou em 1569), o dominicano Fr. Gaspar da Cruz registará num tratado célebre que os «chinas» comumente eram feios, «tendo olhos pequenos, e rostos e narizes esmagados e eram desbarbados, mas preservavam, de facto, h~us cabelinhos nas maçãs da barba»<sup>249</sup>.

Estes exemplos já indiciam sobre o tratamento que muitas culturas, independentemente de serem tidas por «bárbaras» ou por «polidas», conferiam aos cabelos humanos. Confirma a importância cultural deste enfeite, por exemplo, o excerto de uma carta (anónima), datada da Mina a 29 de setembro de 1572, em que o português redator defendia dever-se contrariar o costume dos negros cuidarem tanto das suas cabeleiras, «porque he cousa de molícia [moleza] e bargantaria, e não pode ser senão que lhes ocupe muito tempo»<sup>250</sup>. Para se compreender, antropológicamente, a função simbólica do cabelame, atentemos nesta interpretação do etnógrafo Frei João dos Santos a respeito dos negros da Costa Oriental Africana: «Todos trazem a cabeça cheia de cornos por galanteria, os quaes fazem do mesmo cabello, torcidos, e direitos para cima como um fuzo, e dentro nelles metem uns paus delgados [...] Zombam muito dos homens que não trazem cornos, dizendo que andam como mulheres, porque o homem como macho hade ter cornos, comparando-se nisso com os silvestres animaes...»<sup>251</sup>.

Outras práticas coletivas e estruturadas em costumes

---

<sup>248</sup> *Idem, ibidem*, p. 252-253.

<sup>249</sup> Frei Gaspar da Cruz, *ob. cit.*, p. 73.

<sup>250</sup> In *Monumenta Missionaria Africana*, vol. III, Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1953, p. 108-109.

<sup>251</sup> Frei João dos Santos, *Ethiopia Oriental*, Lisboa, Bibliotheca de Classicis Portuguezes, 1891, p. 81-82.

diferenciavam, então, os «polidos» dos menos «domésticos», designadamente no casamento e nas relações entre os sexos. A este respeito julgamos, igualmente, interessante transcrever o parecer de Michel de Montaigne, ao criticar as relações rotineiras dos esposos: «Qualquer mulher que não seja a nossa nos parece de bom convívio. E cada um sabe por experiência que o ver-se continuamente não pode proporcionar o prazer causado pelo separar-se e reunir-se a intervalos. Tais interrupções enchem-me de um renovado amor pelos meus e tornam-me mais agradável o voltar a estar em casa; a alternância aviva-me consecutivamente o apetite num e noutra sentido»<sup>252</sup>. Este comportamento evitaria fugas às obrigações maritais? E como se revelaria útil, neste domínio, a poliginia? É sabido que ela enformava os costumes tradicionais de muitas comunidades humanas de então, enquanto a monogamia exigia a fidelidade, sobretudo da esposa. Diferenças sócio-culturais se observavam quanto à fidelidade e à virgindade. Concretizemos.

As mulheres da casta dos «tuías» (escravos agrícolas) e dos «monqueres» (pescadores e pequenos mareantes) da Índia praticavam a prostituição por necessidade, logo com o consentimento dos maridos<sup>253</sup>. Já na China, as cegas eram obrigadas a prostituírem-se para não se converterem num fardo social e as filhas das viúvas indigentes eram compradas por homens ricos que as ensinavam a cantar, tocar e dançar, mercantilizando os seus dotes consoante a mestria que revelavam. Por norma, as «escravas sexuais» ou «mulheres de partido» chinesas viviam nos arrabaldes das cidades e em ruas próprias, sendo, para todos os efeitos, cativas, embora constituísse grave crime que elas ou os irmãos masculinos fossem vendidos a um estrangeiro<sup>254</sup>. As mulheres naires da Índia, por sua vez, praticavam

---

<sup>252</sup> *Ob. cit.*, p. 258.

<sup>253</sup> Duarte Barbosa, *ob. cit.*, p. 87-88.

<sup>254</sup> Frei Gaspar da Cruz, *ob. cit.*, p. 84-85.

o amor livre, exceto com homens das castas mais baixas (fazendo-o, incorriam na pena de morte), e quantos mais amantes tivessem por mais honradas se consideravam e eram tidas. Se gerassem filhos, eles ficavam a cargo da mãe, porém os vários amantes concorriam para o mantimento do agregado familiar<sup>255</sup>. Que tal liberalidade sexual chocava, igualmente, as mentalidades dos «nossos» prova-o o registo desta estrofe da «Miscellania» de Garcia de Resende: «Ha outras [mulheres] tam desviadas, / muyto perto destas taes, / que sendo muy bem casadas, / honradas, e abastadas, / sam a todos muy geraes: / lança-se com quantos quer~e, / sem lhe os maridos tolher~e / quantos querem escolher, / deixam-lhe tudo fazer, / sem lhe nada reprimir~e»<sup>256</sup>.

Como o próprio poeta também reconhece, a liberdade amorosa não estava ao alcance da maioria das mulheres orientais. Sociedades havia em que as esposas, além de poderem ser social e maritalmente punidas pela prática de adultério, só saíam veladas para evitarem os olhares, já que no dizer de António Tenreiro, a respeito das mulheres persas e árabes de Ormuz, a maior parte delas eram «muito formosas e muito dadas à sensualidade»<sup>257</sup>. Inferirão os portugueses que «muita luxúria» haveria em Calecute, pelo facto de (citamos) «moças de 8 anos ja conhecem homem, vendem h~ua virgindade por um fanão que val 17 reaes», isto é, por muito pouco<sup>258</sup>. Contudo, para garantirem a castidade das filhas, na designada «Arábia Feliz», mais propriamente junto do Mar Vermelho e em que se destacavam Maçua e Zeila, as mães tinham por costume coser-lhes os grandes lábios das vaginas, logo à nascença, «[...] da qual maneira andaom sempre até que casaom e as entregaom a seus maridos; entam

---

<sup>255</sup> Duarte Barbosa, *ob. cit.*, p. 84 e Tomé Pires, *ob. cit.*, p. 178.

<sup>256</sup> Garcia de Resende, «Miscellania» in *Crónica de dom João II e miscelânea por Garcia de Resende*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, p. 349.

<sup>257</sup> António Tenreiro, «Itinerário» in *Itinerários da Índia a Portugal por terra*, p. 4.

<sup>258</sup> Cf., por exemplo, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Coimbra, Junta de Investigação do Ultramar, 1974, p. 12.

lhe tornaom a cortar aquela carne, que está soldada como se asy nascêra»<sup>259</sup>. Esta prática, pela sua invulgaridade, também teve registo na «Miscellania» de Garcia de Resende: «Diferentes maravilhas / de uso e variedade, / que as mãis em tenra hidade / em Meçua cosem has filhas / por guardar a virgindade. / Fica a carne tam soldada, / que, quando vem ser casada, / com faca se ha-de romper, / sem doutra arte poder ser / ha tal virgem violada»<sup>260</sup>.

Em contraste, no reino de Narsinga, verificava-se a intervenção das mães na perda da virgindade das filhas, ocorrida, por norma, na passagem da menina a mulher, o que acontecia aos 12 anos. Segundo Duarte Barbosa, o ritual consistia em as filhas serem levadas a um mosteiro ou casa de oração, na companhia de parentes e amigos, onde tinha lugar uma cerimónia festiva similar à do casamento. A desfloração realizava-se num espaço fechado por cortinas e em cima dum poio de pedra, em que estava implantada uma outra, tudo «de altura de hum omem curvado, que tem no meio hum buraco onde estaa metido hum pao muyto agudo. Com o uso deste pau a filha perdia a virgindade»<sup>261</sup>. Resende descreve assim esta prática: «E moças vam prometer / a ydolos virgindade, / e se vam offerecer, / e por si mesmas corromper / em sinal de castidade, / em h~uas lajeas polidas, / muyto limpas, muy luzidas, / em h~u corno muy polido, / que no meo está metido, / se rompem nelle sobidas»<sup>262</sup>. O costume estaria, no entanto, mais circunscrito à gente plebeia, já que a alta nobreza, pelo menos a do Malabar, fazia perder a virgindade às moças, chamando oficialmente aos seus palácios um mancebo estrangeiro, «de linhagem de fidalgos que laa ha asinados pera isto, mandando-lhe dinheiros e dadivas...»<sup>263</sup>. O mancebo

---

<sup>259</sup> Duarte Barbosa, *ob. cit.*, p. 47.

<sup>260</sup> Garcia de Resende, «Miscellania»..., p. 349.

<sup>261</sup> Duarte Barbosa, *ob. cit.*, p. 74.

<sup>262</sup> *Ob. cit.*, p. 349.

<sup>263</sup> Duarte Barbosa, *ob. cit.*, p. 77.

permanecia alguns dias e oferecia à desflorada uma pequena jóia de ouro, que lhe punha ao pescoço, podendo ela, a partir de então, ter relações sexuais com qualquer brâmane. E o informador português acrescentará: «[...] toma quantos quer, e destes ha hos filhos»<sup>264</sup>. Tratando-se de meninas naires, o costume não exigia a participação de um estrangeiro, apenas de um estranho da mesma casta, a quem as mães rogavam que fizesse perder a virgindade às filhas, porque tinham «por cousa çuja e quasi vileza» casar com mulher virgem<sup>265</sup>.

Quanto à prostituição, a imagem que se colhe da leitura das fontes históricas portuguesas de Quinhentos era ser uma prática espacialmente alargada, embora associada, quase sempre, à pobreza. Em Portugal, naturalmente, os bordéis também existiam, sendo conhecidos por «casas de mancebia». É, contudo, difícil dimensionar, quantitativamente, a prostituição entre nós no século XVI, ainda que possamos referir que a colonização de certos espaços contou com a participação de «meretrizes», algumas inscritas na «Casa das Convertidas» de Lisboa. Eram levadas ao Ultramar sob as ordens de uma «merceeira», a quem a Coroa/Estado, como a designação indicia, atribuía mercês por tal serviço<sup>266</sup>. Já o embarque clandestino de prostitutas, conforme foi lembrado, estava sujeito a denúncia e vigilância. Os missionários, alertavam os capitães das embarcações para a existência delas a bordo e para que fossem tomadas medidas, como é referido, por exemplo, pelo jesuíta P.<sup>e</sup> Henrique Henriques, em carta, de 12 de novembro de 1546, para os seus confrades de Coimbra: «Os que vierem com ajuda do Senhor sempre tenham aviso buscar nas naos em que elles veem, se ay algumas molheres, pera as fazer deitar fora, porque casi sempre as trazem escondidas. Duas

---

<sup>264</sup> *Idem, ibidem*, p. 77.

<sup>265</sup> *Idem, ibidem*, p. 84.

<sup>266</sup> Cf. o estudo de João Marinho dos Santos, «Angola na Governação dos Filipes. Uma perspectiva de história económica e social», in *Revista de História Económica e Social*, dir. de Vitorino Magalhães Godinho, 3, Jan.-Jun., 1979, p. 53-76.

se acharam na nossa, quando entramos, e fizemos com o capitão que logo as enviasse; assim o fez. Pollo caminho adiante achamos outras duas, mas nunca pudemos aparta-las de quem as levava; não faltou diligencia pera isso»<sup>267</sup>. Como entreposto naval e comercial do Golfo da Guiné (incluindo Gabão, Congo e Angola) e da ilha de S. Tomé, particularmente a Povoação, era muito frequentada por prostitutas, a ponto de um alvará de D. Sebastião, datado de 9 de novembro de 1559, as obrigar a não saírem da ilha, a viverem ali recatadamente e a não trazerem «daqui ~ e diante as sayas e panos abertos por diante, da sintura pera baixo, como até ora alg~uas delas os costumão vestir e trazer a modo de gentios»<sup>268</sup>.

É tempo de concluirmos estas breves notas sobre a corporalidade, vivida e observada pelos portugueses de Quinhentos, insistindo na nota que os referentes dos registos, ou seja, das fontes históricas são os dos próprios observadores, ainda muito marcados pela tradicionalidade cristã, enquanto a moral vigente noutras culturas era bastante liberal. Em Portugal prevalecia (insista-se) a moral «castiça», defendida, entre outros, pelo quinhentista Rui Gonçalves, lente jurista e autor de *Dos privilegios e praerogativas que ho genero feminino t~ e por direito com~ u e ordenações do Reyno mais que ho genero masculino* (1557). Apoiando-se nos autores sagrados, dirá que, depois da idolatria, o maior pecado era o da «incontinencia e sensualidade, a qual castidade os antigos capitães e exell~etes hom~es guardaram em extremo»<sup>269</sup>. Nesta virtude, considerava que as mulheres suplantavam os homens, ainda que ambos os géneros

---

<sup>267</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 3.º vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1950, p. 381.

<sup>268</sup> *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1953, p. 443-445.

<sup>269</sup> Edição fac-similada, apresentação de Elisa Maria Lopes da Costa, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1992. Cf., a propósito, de Dulce Amarante dos Santos, «O Corpo Cristianizado sob os cuidados da Escolástica Médica (século XIII)», in *Cuidar do Espírito e do Corpo entre o Velho e os Novos Mundos (séculos XIII – XVIII)*, organização de Susani Silveira Lemos França e Ana Carolina de Carvalho Viotti, Universidade Federal de São Carlos – Brasil, Edufscar, 2019, p. 293-306.

deveriam guardar o amor conjugal com muito empenho.

Manter a pureza da alma e do corpo ou *lavá-lo*, simbólica e realmente, constituiu um ritual antigo e persistente que não apenas no mundo cristão. Referindo-se aos gentios das Molucas, observará a propósito o jesuíta António Marta, em carta de 1588: «Lavam-se quantas vezes lhes vem a vontade, e nisto algumas vezes por superstição»<sup>270</sup>. E já Duarte Barbosa se havia mostrado atento, igualmente, ao carácter simbólico da água entre os brâmanes do Guzerate, registando que eles e as suas mulheres se lavavam duas vezes ao dia: «[...] dizem que como se acabaom de lavar se haom por salvos de quantos pecados tem feito até aquela ora»<sup>271</sup>. Tais crenças e ritos ajudam a compreender a presença vulgar de tanques de água nas casas mais abastadas dos orientais, mas não se perca de vista também as funções decorativas e, até, económicas destes depósitos, ao servirem para a rega de pomares e jardins e para a criação de peixes. Quanto à higiene corporal dos orientais ou à falta dela, o anónimo autor de *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia* observará: «[...] passaom a vida tão pobre e sujamente que é um nojo falar nisso»<sup>272</sup>. E, se voltarmos a focar o simbolismo da água, na monofisista «Terra do Preste João» (Etiópia), verificava-se a mesma função purificadora, como se poderá inferir da devoção das «freiras» do Mosteiro de Dofarfo, que acolheram o P.<sup>e</sup> Francisco Álvares e os companheiros, virem à noite lavar-lhes os pés e «beberem da água depois de lavados e lavavam o seu rosto com ela dizendo que éramos santos cristãos de Jerusalém»<sup>273</sup>.

No complexo cultural do Mediterrâneo Oriental, já a função da água estava mais orientada para a higiene corporal, persistindo,

---

<sup>270</sup> «Informação de 1588», in *Documentação para a História das Missões [...] – Insulindia*, 5.º vol., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958, p. 92.

<sup>271</sup> Duarte Barbosa, *ob. cit.*, p. 58.

<sup>272</sup> *Ob. cit.*, fl. 9v.

<sup>273</sup> P.<sup>e</sup> Francisco Álvares, *ob. cit.*, p. 115.

portanto, as práticas balneares e os usos das águas medicinais, a que os romanos e alguns povos por eles dominados recorriam, como é sabido. Entre os cristãos, o apreço pelos «banhos» decresceu, mas não tanto que obliterasse a frequência das «caldas» ou termas, como algumas fontes históricas medievais, designadamente os «Costumes e Foros Leoneses», acabaram por registar<sup>274</sup>.

Alargando a abordagem temática da higiene pública e privada na Era de Quinhentos, poderemos lembrar que de Ormuz para Bassorá, em 1528, o viajante António Tenreiro encontrou em Tabriz «[...] muitas casas de banho muito bem lavradas, onde se banhão em o inverno e verão, com que fazem a gente muito alva, e muito delicada...»<sup>275</sup>. Um sinal de «civildade»? Mas, em plena «selva», os índios do Brasil também se lavavam, com frequência, nas ribeiras, particularmente as mulheres e os filhos recém-nascidos: «[...] e ficam tão bem dispostas, como se nam pariram»<sup>276</sup>. Ao invés, um viajante quinhentista observará que Paris cheirava mal, escorrendo em muitas ruas um contínuo fio de água fétida proveniente das casas<sup>277</sup>. Não se interprete o indicador como ausência total de casas de banho. Em algumas moradias, ainda que se tratasse de alcovas, já havia espaços destinados exclusivamente às necessidades fisiológicas. Estamos a falar da capital da França, porém, até praticamente ao século XIX, manter-se-á o costume de, mesmo em muitos espaços urbanos, se atirar pela janela as águas sujas, as urinas e as fezes, ainda que com o aviso prévio de «água vai».

Numa tentativa de sumariar o que de mais relevante considerámos neste estudo, poderemos reter, quanto ao objeto, o seguinte: os

---

<sup>274</sup> Cf. designadamente, João Marinho dos Santos, *Costumes e Foros de Castelo Bom*, Lisboa, Edições Colibri – Academia Portuguesa da História, 2018.

<sup>275</sup> *Ob. cit.*, p. 29.

<sup>276</sup> Pero de Magalhães de Gandavo, *ob. cit.*, p. 48.

<sup>277</sup> Cf. Roger-Henry Guarrand, *Las Latrinas. Historia de la higiene urbana*, tradução do francês, Valência, Ediciones Alfons El Magnànim, 1991, p. 16.

viajantes portugueses da Era de Quinhentos não se alhearam da observação dos corpos dos «outros», incluindo as relações sexuais, porém, «por honestidade», alguns não falaram (escreveram) livremente sobre o assunto. Curiosa se nos afigura, a este respeito, a decisão de Tomé Pires esclarecer que, no Malabar, a fêmea durante o coito tinha, por norma, os olhos postos na cama e o macho no telhado, ou seja, que a mulher copulava deitada em cima do homem, o que indicia ser esta posição ainda pouco comum na Europa Ocidental, já que, comentará o informador, não lhe parecia «feo»<sup>278</sup>.

Curiosos se mostraram os «nossos», igualmente, sobre o uso de drogas afrodisíacas ou excitantes, informando que o bétele e o anfião tinham essas funções no Oriente. Di-lo-á o jesuíta P.<sup>e</sup> António Marta, em carta datada de 1588 e tendo por objeto de observação os homens das Molucas: «[...] tomão quantas molheres querem, e por [para] este fim comem afiã e betre, todo o dia, mas esteriormente [aparentemente] são bem acostumados nem mostrão desordem nesta materia»<sup>279</sup>.

Podendo estar alterada, pelo juízo ético dos informadores, na sua maioria missionários, a objectividade da informação, em particular neste domínio da corporalidade, escusado será recomendar uma leitura cautelosa ou crítica das fontes. Documentemos essa cautela com a leitura desta carta do P.<sup>e</sup> Nicolau Lanceloto, datada de Couião a 3 de dezembro de 1550: «Digo isto polos portugueses, os quais se lançam aos vícios e costumes da terra muy desemfreadamente, por ser este mau costume de comprar manadas de escravos e escravas, asi como de ovelhas, grandes e piquenas, acham-se muytos e muytos que compram manadas de mossas e dormem com todas elas e depois as vendem; sam muytos e muytos casados que tem quatro, outo e

---

<sup>278</sup> Tomé Pires, *A Suma Oriental*, p. 175-176.

<sup>279</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Insulíndia*, 5.º vol., p. 93.

dez escravas e dormem com todas, e se sabe isto publicamente»<sup>280</sup>. Seria este, com efeito, um comportamento geral dos portugueses? É preciso lembrar a quase absolutização da virgindade e da castidade à luz da moral cristã? Ainda que se deva reter que a aculturação, no Ultramar português, ia alterando comportamentos e condutas, mesmo assim talvez não se deva exagerar. Por exemplo em Ormuz, seguindo o costume local, parte da pequena comunidade portuguesa terá acabado por ser também atreita ao «pecado da sodomia», com a agravante de alguns dos participantes serem de etnias diferentes e de credos religiosos antagónicos, o mesmo sucedendo quanto à prostituição com mulheres não cristãs. Esta situação deixou preocupados os vigilantes da ordem moral e política, obrigando-os a intervir, como confessará o P.<sup>e</sup> Gaspar Barzeu: «É tam devasso aqui [em Ormuz] os portugueses pecarem com as mouras, que me foy necessario requerer ao ouvidor [português] que andasse vigiando e que os mandasse queimar, que eu os acusaria de hereticos...»<sup>281</sup>.

Enfim, se nas práticas alguns portugueses já se iam mostrando mais abertos ou até devassos, quanto à reformulação dos princípios dificilmente ela se ia alterando, porque continuavam a pesar a tradicionalidade e a vigilância, quando viável, da hierarquia político-eclésiástica. Assim, a infidelidade masculina era aceite, que não a feminina e, menos ainda, a poliandria. Por exemplo, considerarão os «nossos» um indício de «mao viver» haver entre os súbditos do Samorim, o costume de uma mulher ter «oyto e 10 maridos»<sup>282</sup>. Mas já o quinhentista Zinadím Benali Benahmede, como muçulmano, compreenderá o costume dos naires do Malabar se ajuntarem «[...] dois, quatro ou mais com uma só mulher, indo cada um deles

---

<sup>280</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 7.º vol., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952, p. 37.

<sup>281</sup> Carta do próprio, de Ormuz a 1 de dezembro de 1549, *ibidem*, 4.º vol., p. 383.

<sup>282</sup> Anónimo da segunda metade do século XVI, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Coimbra, Junta de Investigação do Ultramar, 1974, p. 9.

alternadamente passar a noite com ella, do mesmo modo que o muçulmano faz com as suas esposas, sem que daí advenha inimizade ou discordia entre elles»<sup>283</sup>. Duarte Barbosa confirmara, já, esta informação de Zinadím, ao observar que a poliandria existia entre os «naires» e os «caletes» do Malabar. Concretamente, entre os últimos, reduzidos quase à escravidão, com frequência dois irmãos partilhavam a mesma esposa, dormindo ambos com ela «sem ho estranhar»<sup>284</sup>.

Enfim, no Ultramar, continuava a prevalecer, entre os portugueses, o caráter monogâmico do casamento cristão, embora *exigindo*, quando possível, a escolha de uma mulher branca para esposa. Por as outras serem consideradas, naturalmente, lascivas? A seguinte petição do P.<sup>e</sup> Manuel da Nóbrega, em carta endereçada a D. João III, da Baía em julho de 1552, parece confirmar a hipótese: «[...] mande V. A. muitas orfãs e, se não ouiver muitas, venhão de mestura dellas, e quaisquer porque são tão desejadas as molheres brancas cuá, que quaisquer farão quá muito bem á terra, e ellas se ganharão e os homens de quá apartar-se-ão do pecado [da mancebia]<sup>285</sup>. O «Apóstolo do Brasil» não deixava de associar a brancura da pele à brancura da alma ou à honestidade religiosa e moral, como claramente expressa o anterior pedido e outros do mesmo género: «[...] porque casaram [casarão] todas muy bem, contanto que nom sejam taes que de todo tenham perdida a vergonha a Deus e ao mundo»<sup>286</sup>.

---

<sup>283</sup> David Lopes, *História dos Portugueses no Malabar por Zinadím* [autor de *O mimo do campeão da fê*], traduzido do manuscrito árabe do século XVI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, p. 28.

<sup>284</sup> *Ob. cit.*, p. 88.

<sup>285</sup> Cf., por exemplo, carta do P.<sup>e</sup> Manuel da Nóbrega, redigida na Baía em julho de 1552 e dirigida a D. João III, in *Cartas do Brasil e mais escritos (opera omnia)*, por Serafim Leite, Coimbra, por Ordem da Universidade, 1955, p. 114.

<sup>286</sup> Carta de Nóbrega, da Baía a 9 de agosto de 1549, para o P.<sup>e</sup> Simão Rodrigues, *ibidem*, p. 30.

(Página deixada propositadamente em branco)

## A CIVILIDADE NO COMER AOS OLHOS DOS PORTUGUESES DE QUINHENTOS\*

Além de ser o conceito mais utilizado pelas fontes históricas da época quinhentista, mesmo hoje o «comer» (em vez de dieta ou «alimentação», por exemplo) afigura-se-nos manter suficiente significância quanto ao que se come e como se come<sup>287</sup>. Assim, estaremos atentos, através de exemplos, à natureza dos alimentos consumidos então e à escala do «Mundo» conhecido, à sua preparação, ao modo como eram servidos, aos cenários técnicos (com o uso ou não de mesas, toalhas e talheres), à ambiência social dos repastos coletivos... Inferiremos, igualmente, que o comer consubstancia(va) e representa(va) uma larga quota dos costumes da maior parte das comunidades humanas, afirmando-se como fenómeno evolutivo (embora nem sempre gradativo), pelo que será conveniente saber-se como o homem e os homens foram modificando, historicamente, os seus comportamentos alimentares<sup>288</sup>. É que cada modificação foi-se objetivando, por regra, num costume (traduzido muitas vezes em adágios ou provérbios), que, para além da possível alteração dos gostos (não tanto das substâncias alimentares), foi enformando comportamentos sociais que contribuíram para a crescente adoção

---

<sup>287</sup> O termo grego «dieta» era um conceito de ampla significação, ao abranger tanto uma alimentação correta como um ambiente adequado para os exercícios físicos, banhos, horas de sono ou autodomínio emocional (...) que tinham influência no processo alimentar (cf. Juan Cruz Cruz, *Dietetica medieval*, Huesca, La Val de Onsera, 1997, p. 14-15).

<sup>288</sup> Cf., entre outros, Jean-Louis Flandrin et Massimo Montanari, *Histoire de l'Alimentation*, Paris, Fayard, 1996.

da «polidez» ou «civildade». Com efeito, o comer, em particular o «estar à mesa», tenderá a ser, cada vez mais, uma manifestação de sociabilidade. Por outras palavras, será um ato simultaneamente privado e público, isto é, de controlo pessoal do comensal quanto aos seus impulsos animais ou «bestiais» e quanto à sua comunicação com os outros.

Será, pois, sob o fundo de uma grande diversidade cultural e «civil» com que os portugueses do século XVI se iam deparando, mas sem esquecerem os referentes dos seus próprios costumes, que iremos tentar captar imagens sobre o comer dos «outros».

Adiante-se, porém, que os «nossos» não eram considerados, então, os mais evoluídos na culinária à escala europeia, sendo-o, na opinião de Tomé Pires, os franceses e os flamengos<sup>289</sup>. Contudo, ter-se-ão na conta dos mais «polidos»<sup>290</sup>. Enfim, reforçando a perspetiva básica, à época, da diferenciação dos estádios «bestial» ou «selvagem» e «polido» ou «civil» (o conceito «civilizado» será posterior), focaremos o comer como satisfação de uma necessidade fisiológica, mas também como *arte* quanto à «cozinha» ou ao modo de preparar os alimentos e (insistimos) como manifestação de sociabilidade quanto ao consumo. Tal apreciação dependerá dos estádios «civis» dos intervenientes, mas igualmente das funções e circunstâncias do ato alimentar, já que ele poderá ser fator de agregação ou de separação, logo diferente quando realizado no aconchego de um agregado familiar, no convívio de uma comunidade de «vizinhos» e amigos ou no cerimonial de um banquete de convidados notáveis.

A sociabilização da comida foi-se, portanto, ampliando e apurando através de diversas práticas, de que resultarão, por exemplo, a tomada

---

<sup>289</sup> *A Suma Oriental de Tomé Pires e o livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, por Ordem da Universidade, 1978, p. 148 (passaremos a referir por Tomé Pires, *A Suma Oriental*).

<sup>290</sup> Cf. outros temas sobre a cortesia e a civildade in João Marinho dos Santos, *Estudos sobre os Descobrimientos e a Expansão Portuguesa*, vol. II, Coimbra, Palimage, 2010.

de refeições regulares e a horas e a individualização ou a igualdade no uso dos pratos e talheres, pondo de lado os estatutos sociais próprios de cada «ordem» e introduzindo normas gerais neste domínio. Recorde-se que a partir do período da «cortesia», entre os séculos XI e XIII, teve lugar a divulgação das normas alimentares, muito centradas nos princípios básicos da higiene e da convivência social para tornar mais «civis» e agradáveis os repastos. Concretizando, o frade e poeta lombardo Bonvesin da la Riva recolherá, no século XIII, meia centena de normas de «cortesia» já instituídas no seu «País» (Região) e procurará divulgá-las para servirem de modelo de comportamento social. Surgirão sob o título *De Quinquaginta Curialitatibus ad mensam* e por elas se vê que eram recomendadas, sobretudo, a moderação no comer e a convivialidade. Além do respeito pelos comensais, sugeria-se não praticar a embriaguez, não dizer mal da comida, servir primeiro as damas, não falar com a boca cheia, não mastigar com ruído, não apoiar os cotovelos na mesa, mostrar-se bem disposto e afável, lavar as mãos antes e depois das refeições, benzer os alimentos, lembrar-se dos pobres...<sup>291</sup>. Registe-se que apenas estamos a exemplificar a existência destes códigos<sup>292</sup>.

Compreensivelmente, essa evolução de sentido *civilizacional* no Ocidente Europeu, ainda que lenta (insista-se), estava a ser suportada por transformações económicas e sócio-mentais inovadoras, algumas no domínio das técnicas. Não as recordaremos neste estudo, por serem conhecidas e por não virem tanto a propósito, pelo que, sem mais delongas, principiemos a acompanhar os portugueses nos périplos que iam realizando pelo(s) Mundo(s), sobretudo pelo Oriente, um espaço onde encontraram sociedades em estágio

---

<sup>291</sup> Bonvesin da la Riva, divulgadas por James Dauphiné, in *Actes du Colloque de Nice*, tome 2, *Cuisine, table, régimes alimentaires*, Centre d'Études Médiévales de Nice, Les Belles Lettres, 1984, p. 7-43.

<sup>292</sup> Cf., a propósito, de Armando Martins, «Sabor e Ética à Mesa dos Mosteiros Medievais Portugueses (séculos XIII-XV)», in *Cuidar do Espírito e do Corpo entre o Velho e os Novos Mundos (séculos XIII-XVIII)*, organização de Susani Silveira Lemos França e Ana Carolina de Carvalho Viotti, Universidade Federal de São Carlos – Brasil, Edufscar, 2019, p. 307-322.

civilizacional mais avançado. Assim:

Duarte Barbosa, um dos primeiros que registaram os costumes dos asiáticos (chegará à Índia em 1500), dirá, mais por ouvir dizer do que por conhecimento direto, que os chineses eram os que se mostravam mais próximos dos «ocidentais» quanto ao serviço da mesa. Concretamente, especificará que «[...] comem em mesas altas como nós, com suas toalhas muy alvas; pera quantos ham-de comer ha h~ua mesa põem h~ua faca, bacio guardanapo, e h~um copo de prata; nom tocaom com a mam ho que comem, chegaom muyto ho prato ha boca, e com h~uas tanazes de prata ou páo, metem ho comer na boca muy ha meudo, porque comem muyto depresa...»<sup>293</sup>. Por sua vez, o missionário cristão que, no século XVI, mais directamente terá conhecido os chineses e de que deixou pormenorizado registo escrito, Frei Gaspar da Cruz, informará que os «chinas» ou «chins» de elevada condição usavam à mesa de «muytas cortesias»<sup>294</sup>. A comida era previamente preparada e trinchada, para que cada um se servisse do que mais lhe agradasse, com distinção entre pratos de carne e de peixe, ainda que a gente comum tivesse por costume misturar os dois tipos de alimentos<sup>295</sup>. Tendo ocasião de participar em banquetes oferecidos por dignitários chineses, o missionário descreverá o cenário de um deles: «A casa em que se dava [o banquete] era sobradada [de andares] e muito linda com muito galantes janelas e adufas, e toda era h~u brinco; estavam as mesas postas em três lanços da casa, pera cada convidado h~ua mesa muito linda, e sua cadeira dourada, ou prateada, e cada mesa tinha em frente h~u frontal de damasco ate ho chão; nas mesas nam avia toalhas nem guardanapos [mas conheciam-nos] assi porque

---

<sup>293</sup> Duarte Barbosa, *Livro do Oriente de Duarte Barbosa* (redigido no essencial, até 1516) *Além-mar*, Códice Casanatense, 1889, p. 109.

<sup>294</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado em que se contam muito por extenso as Cousas da China, com suas particularidades e assi do Reyno de Ormuz* (1562), Barcelos, Portucalense Editora, 1937, p. 75.

<sup>295</sup> *Idem, ibidem*, p. 75-77.

as mesas sam muito lindas, como porque comem tam limpamente que nam tem necessidade destas cousas»<sup>296</sup>. Efetivamente, a higiene passava (e muito) pela utilização dos *pauzinbos* ou das «tenazes» metálicas, em vez dos garfos, acrescentando Gaspar da Cruz que alguns chineses deixavam criar as unhas bastante e, com elas «muito limpas» se serviam para comer<sup>297</sup>. Demos outro exemplo da «civildade» no comer ainda referente aos chineses. Tendo entrado em contato com três juncos, provenientes da China e fundeados no porto de Malaca em setembro de 1509, Diogo Lopes de Sequeira e os companheiros portugueses foram convidados para comerem num deles. Encontraram nove mesas postas, porém sem toalhas, tendo-lhes sido servidos manjares de galinhas, adéns, porco assado e cozido, além de bolos fritos com mel e açúcar e diversos frutos em conserva. O «vinho» era de palmeira. Repararam estes portugueses que os seus anfitriões utilizavam guardanapos, colheres de prata e os tais *pauzinbos*<sup>298</sup>.

Ao invés, muito estranho aos costumes dos lusos foi o banquete oferecido, no «Reino ou País do Dangote» (do Império Etíope), pelo respetivo senhor. Chocou principalmente os «nossos» a falta de civildade que se verificou em diversos aspetos do comer, observando: «[...] veio a água e lavámo-nos e não veio toalha para alimpar as mãos, nem menos pera pôr pão sobre ela senão nas mesmas gamelas [bacias] veio pão de diversas maneiras [...]. Antes que começássemos de comer, mandou o Angoterás [senhor da região] pôr ante si bolos daquele pão somenos, e sobre cada bolo uma posta de vaca crua [...]. Nisto fizemos a bênção ao nosso uso [...] e vierão as iguarias e foram estas: três salsas ou potagens, que bem se podiam dizer salsa de Palmela, um dente de alho, outro não sei de quê. Nestas

---

<sup>296</sup> Gaspar da Cruz, *ob. cit.*, p. 76.

<sup>297</sup> *Idem, ibidem*, p. 77.

<sup>298</sup> Luís de Albuquerque, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Coimbra, Junta de Investigação do Ultramar, 1974, p. 196-197.

potagens entrava lixo de vaca, e o fel que nesta terra hão por muito estimado manjar, e o não comiam senão grandes pessoas. Estas salsas vinham em salserinhas pequenas de barro [...] e mandou o embaixador [português] vir o nosso comer que tínhamos muito bem feito, porque não podíamos comer suas viandas, nem eles comiam das nossas. O vinho [de mel] era a rodo...»<sup>299</sup>.

Eis a «civildade» portuguesa a ser cotejada com a «bestialidade» de alguns dos «outros», em particular quanto à natureza e ao modo de preparar os alimentos, quando entre nós até a milícia já estava a funcionar como escola de educação, pelo que os nossos bons costumes no que concerne ao comer se iam popularizando. Com efeito, ao soldado português de Quinhentos já era exigido que fosse temperado no comer e «polido» à mesa, mesmo quando no mar, onde havia menos condições. Deste modo proclamava-se, ainda que com intenção ideológica, que os nossos soldados poderiam ter orgulho da sua civildade. É o que o anónimo autor de *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia* (1577) deixou registado, particularmente no capítulo intitulado «Da torpesa e barbarismo das honras, comeres, alfayas dos infieis». Citemo-lo: «[...] não costumam [os muçulmanos e outros orientais] usar mesa nem cadeiras, toalhas, nem guardanapos, garfos, nem colheres, nem menos lavar [as] mãos antes de comer; e ainda que as lavem, não tem toalhas a que as alimpem; as [em] que comem são de couro, ou panos pintados, as quaes estendem no chão e eles sentam-se ao longo dellas, em esteiras ou alcatifas»<sup>300</sup>. A este respeito, Duarte Barbosa observará que mesmo a «mesa» do rei de Ormuz não dispunha de mobiliário, sentando-se o monarca no chão e tomando os alimentos com a mão direita, enquanto com a esquerda segurava um gomil da água.

---

<sup>299</sup> P.º Francisco Álvares, *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, Lisboa, Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1943, p. 145-146.

<sup>300</sup> *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, Lisboa, Ed. Jorge Rodrigues, 1630, fl. 9.

Porém, já se lavava, antes e depois das refeições<sup>301</sup>.

Comer, então, com as mãos, ainda que só com os dedos, não era tanto um ato anti-higiênico; era, sobretudo, inestético ou *desagradável* à vista (retenha-se a primazia deste sentido), pelo que também pouco «cortês» e «civil». Recorde-se, a propósito, que o uso do garfo só se divulgou na Europa por influência da civilização bizantina e a partir do século XVI, embora esta peça importante do talher já fosse conhecida, seguramente, no Ocidente em finais do século XV, mas só nas «mesas senhoriais»<sup>302</sup>. Nas «mesas camponesas», sem qualquer surpresa, continuará a comer-se, efetivamente, durante séculos tosca e rapidamente, sobretudo ao «jantar» (almoço), já que era preciso voltar depressa ao trabalho. Mais: a frugalidade era característica da gente rural e de poucas posses, o que abreviava as refeições, devendo lembrar-se que, entre nós e no século XVI, os mais pobres comiam pão e cebolas (por vezes, assadas), sendo quase um luxo terem acesso à sardinha; à ceia (no Norte do País), a refeição podia constar de broa e castanhas, quando não só de papas ou de pão torrado embebido em vinho<sup>303</sup>. Forçada na gente mais pobre, a temperança também enformava os comportamentos dietéticos de muitos já tocados pela civilidade. É que comer muito, além de ser sinal de baixo nível por ser próprio dos animais, os cuidados com a saúde já exigiam (como veremos) um regime alimentar substancialmente equilibrado e regular. Que tal princípio estava padronizado entre os portugueses de Quinhentos prova-o o facto de, no referido Reino do Dangote, eles estranharem que só fosse tomada uma refeição diária<sup>304</sup>.

<sup>301</sup> Duarte Barbosa, *ob. cit.*, p. 79-80.

<sup>302</sup> Cf. Giacinto Manuppela e Salvador Dias Arnaut, Notas de «O «Livro de Cozinha» da Infanta D. Maria de Portugal», in *Acta Universitatis Conimbricensis*, Coimbra, por ordem da Universidade, 1967, p. LXXIX (Primeira Edição Integral do Códice I. E. 33 da Biblioteca Nacional de Nápoles).

<sup>303</sup> Concretamente, em dezembro de 1565 foi capturada muita sardinha no litoral próximo do Porto, segundo o Lic.º Francisco Dias, *Memórias Quinhentistas de um Procurador del-Rei no Pôrto*, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1937, p. 26.

<sup>304</sup> P.º Francisco Álvares, *ob. cit.*, p. 85.

E como eram preparados, então e no Ocidente europeu, os alimentos? Nas sociedades mais polidas, as refeições integravam alimentos que, na sua maior parte, eram cozidos, fritos ou assados, pelo que, sendo pouco ou mal cozinhados, revelavam sinais de «selvajaria». Os abexins, por exemplo, comiam cruas certas carnes, ainda para mais acompanhadas de um molho de excremento de vaca, o que, na opinião dos «nossos», concorria para os aproximar dos «selvagens». Só não os integravam inteiramente nessa categoria por eles acreditarem num Deus único e tido por verdadeiro. Selvagens eram, sem dúvida, os tártaros, os quais ingeriam a carne crua, amaciando-a sob as selas dos cavalos, para melhor a digerirem; além disto, untavam-se com o sangue dos animais abatidos, para «se fazerem mais fortes e robustos»<sup>305</sup>. E poderíamos dar outros exemplos de selvajaria como o dos jalofos da Guiné por consumirem a carne mal assada e «[...] porque muitas vezes cozem as aves chamuscadas, com as tripas e pés sem as depenarem, e os miúdos das rezes com a bosta». Porém, já usavam uma beberagem, dieteticamente rica, a saber: água misturada com leite azedo de vaca ou «deitando nela farinha de um milho, a que chamam *maçaroca*, mantimento de mais substância quantos há em Guiné» e tão bom «quase como o trigo»<sup>306</sup>.

Outra diferença cultural assinalada pelos «nossos», no domínio do comer, era a sua variedade ou não. Assim, na opinião do autor de *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, o comer dos orientais era próprio de gente «bárbara», por quase só constar de *bringe* (caldo de arroz) e arroz de caril. Não sabiam preparar a galinha (esfolavam-na), nem o carneiro (pelavam-no), rejeitavam a carne de vaca que tivesse osso (para os ocidentais a mais

---

<sup>305</sup> Frei Gaspar da Cruz, *ob. cit.*, p. 22.

<sup>306</sup> Capitão André Álvares d'Almada, *Edição Nova do Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde*, Lisboa, Oficina Gráfica Limitada, 1946, p. 11 e segs. Cf. sobre a alimentação dos «outros», particularmente sobre os da Africana Negra, de Michelle Souza e Silva, «Rituais Alimentares Africanas na mira dos Portugueses (século XV)», in *Cuidar do Espírito e do Corpo...*, p. 175-190.

saborosa), preferindo a de cabra (considerada seca). Quando doentes, consumiam apenas água com açúcar e uma ou outra mezinha pouco substancial, faltando-lhes as nossas amendoadas e tisanas (infusões de ervas medicinais), bem como os apistos (caldos apurados)<sup>307</sup>. Generalizava e exagerava por razões ideológicas.

A gente do campo, na Índia, Indochina e China Meridional, alimentava-se, com efeito, quase exclusivamente à base de arroz, nem sempre do melhor, sobretudo no litoral do Coromandel. Arroz mal cozido será o «pão» dos orientais e esta *monotonia* dietética exigia a participação de especiarias<sup>308</sup>. Porém, não se hiperbolize a dominância do consumo do arroz na Ásia. Em carta, datada do Cabo de Comorim (sul da Península do Indústão) e do ano de 1551, o irmão Baltasar Nunes, jesuíta, esclarecerá os seus confrades em Portugal que «[...] o comer comum da gente da terra, e dos que nela estão, é aros [arroz], muitas galinhas, peixe, leite, manteiga, isto nunca falta e todo este mantimento muito barato; he gente que de maravilha [quase nunca] come carne [de mamíferos], asi reis como grandes senhores»<sup>309</sup>. Tal imagem aponta, pois, para uma dieta rica e até diversificada. Os que frequentavam o Colégio da Santa Fé, em Goa, segundo um regulamento aprovado a 27 de junho de 1546, não prescindirão de refeições à base de arroz, caril e peixe, mas já tomadas a horas regulares<sup>310</sup>. Regiões havia no Oriente (convirá não esquecer) em que o arroz andava associado ao trigo e à cevada.

Também os chineses acediam a uma alimentação diversa e rica em proteínas animais, já que consumiam carnes variadas e muito pescado. A propósito, Frei Gaspar da Cruz não se mostrará

---

<sup>307</sup> *Primor e Honra...*, fl. 36.

<sup>308</sup> Cf., por exemplo, Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar (séculos XIII-XVIII)*, Lisboa, Difel, 1990, p. 395-401.

<sup>309</sup> In *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, coligida e anotada por António da Silva Rêgo, 5.º vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1951, p. 46.

<sup>310</sup> In *Documentação para a História das Missões...*, *ob. cit.*, 1950, 3.º vol., p. 358.

impressionado por a «gente baixa» da China comer carne de cão, informando que, em Cantão, viu uma rua com estalagens, em que se vendiam «cães feitos em quartos, assados e cozidos e crus, e com as cabecinhas peladas e com suas orelhas, porque os pelam todos como leitões [...] e vendem-se vivos pela cidade em gaiolas»<sup>311</sup>. Os chineses apreciavam, ainda, as carnes de rã, búfalo, vaca e porco, sendo a deste animal considerada muito salutar, pelo que era servida aos doentes. Por sua vez, o Brasil irá tomando o gosto à «carne de sol» (carne de vaca seca) ou «carne do vento», segundo uma técnica bem portuguesa na opinião de Luís da Câmara Cascudo<sup>312</sup>. Assim, os colonos brasileiros deixarão de preferir a carne de galinha tão apreciada pelos portugueses noutras estâncias do seu Império, designadamente na África Oriental<sup>313</sup>.

Ictiófagos, aos olhos dos «nossos» de Quinhentos, eram os «japões», sem que deixassem de apreciar, igualmente, os legumes e as leguminosas, como se colhe deste excerto de uma narração-descrição do século XVI: «Esta terra de Japão hé toda aproveytada; dá cada ano tres novydades desta maneira: em novembro sameão tryguo, cevada, nabos e rabãos e outras ervas como acellguas, que comem; em março semeão paymço, mylho, mumgo [um legume], grãos, feyjões, patequas, pepinos, melões; [em] julho semeão arroz, inhames, alhos, cebolas [...]; em allg~uus lugares nem há hy porquos nem cabras nem carneyros nem galynhas senão muy poucas e [de] muy roim carne pera comer, estas galynhas; e há na terra veados [...], e comem os veados e matão-nos às frexadas e asy os coelhos; [...] e aly o mar tem muyta maneyra de pescados de nosa terra:

---

<sup>311</sup> Gaspar da Cruz, *ob. cit.*, p. 70.

<sup>312</sup> *História da Alimentação no Brasil*, vol. I, p. 24.

<sup>313</sup> Frei João dos Santos, *Ethiopia Oriental e vária história das cousas notáveis do Oriente*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p. 87-88. Sobre o informador (etnógrafo), cf. Victor Santos, *O missionário quincentista Fr. João dos Santos e o seu livro Etiópia Oriental*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1951.

sardinhas, saveys, savelhas e muyto marysquo...»<sup>314</sup>.

E, do distante Japão, passemos ao que comiam os «cafres» do Monomotapa ou súbditos do «Quiteve», como era designado o respetivo monarca. Verificamos, igualmente, o acesso a alimentos vários ou a um pragmatismo omnívoro, registado pelo missionário Frei João dos Santos, em finais do século XVI: «O mantimento ordinário dos cafres é milho, legumes, fructas do mato e pescado, que tomam nos rios em covões e caniços, e todo o genero de animaes que matam pelos matos, e brenhas, como são bogios [macacos], cães, gatos, ratos, cobras e lagartos, assim da terra como dos rios, a que elles chamam gouas e nós corcodilos, de modo a que nenhuma carne perdoam»<sup>315</sup>.

Já na «Guiné» (em sentido lato), o tubérculo inhamé servia de «pão» ou de alimento básico, pelo que era embarcado com as carregações de escravos. Proveniente da Índia, Insulíndia e China, terá entrado na África Negra por via de Madagáscar.

Registe-se, pois, que o regime alimentar concorria para arrumar uma sociedade nas categorias de «bárbara» ou de «civil» e, como facilmente se depreenderá, a colonização portuguesa teve dificuldades no que remete para a adaptação aos hábitos alimentares dos «outros», mesmo quando as respetivas culturas dispunham de cereais de pragana (trigo, centeio e cevada) e até de milho para o fabrico do tão apreciado «pão» à europeia<sup>316</sup>. Esclarecerá, a propósito, Frei João dos Santos que «o pão ordinário que se come em Sofala» é de milho e arroz misturado, de que fazem uns bolos a que chamam mocates, enquanto estão quentes são sofriveis, mas depois de frios

---

<sup>314</sup> Adelino de Almeida Calado, «Livro que trata das Cousas da Índia e do Japão», in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, s.n., 196, vol. XXIV, p. 100-101.

<sup>315</sup> Cf. Frei João dos Santos, *ob. cit.*, p. 52.

<sup>316</sup> Sobre o «pão à europeia», cf., entre outros, António de Oliveira, *Capítulos de História de Portugal (1580-1668)*, vol. II, Coimbra, Palimage, 2015, p. 835-846.

nom ha quem os possa comer»<sup>317</sup>. Na Europa e particularmente em Portugal, a par do «pão», a introdução, no século XVI, do milho maiz e da batata doce, pela sua produtividade e elevada riqueza alimentar, assinalou o começo de uma etapa importantíssima no combate à fome<sup>318</sup>. Exemplos de outros tubérculos cuja afirmação se verificará no Império luso serão o Inhame e a mandioca.

Se quisermos debuxar uma alargada geografia alimentar de tipo dominante, em jeito de síntese, talvez se possa reter o seguinte: a África Oriental negra subsistia com os cereais, os animais selvagens e domésticos e alguns frutos e legumes; a Central e a Ocidental privilegiavam a mandioca e a banana; a Abíssinia consumia poucos vegetais, mais carne e produtos lácteos e mel; a Arábia e o Golfo Pérsico integravam-se, alimentariamente, no complexo da África Oriental; a Índia, a Indochina e a China Meridional mantinham-se com a orizicultura, a que se juntavam as tâmaras; a Pérsia, o Norte da Índia e da China apreciavam o trigo e outros cereais de pragana<sup>319</sup>. E, se quisermos contemplar o Brasil nesta geografia, a mandioca será, no dizer de Câmara Cascudo, «a camada primitiva, o basalto fundamental», conhecendo-se mais de uma centena de espécies deste tubérculo<sup>320</sup>.

Nem tudo, porém, o que fugia ao regime alimentar dos colonizadores portugueses era rejeitado por eles. Cozinhado de modo diferente ou associado a outro alimento, um produto inicialmente esquisito alterava-se no gosto e passava, por vezes, a ser apreciado. Refira-se, nomeadamente, a farinha de mandioca que, com açúcar

---

<sup>317</sup> Frei João dos Santos, *ob. cit.*, p. 88.

<sup>318</sup> Com o título, «Sobre a introdução e a difusão do milho maiz em Portugal», cf. Luís Ferrand de Almeida, *Páginas Dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, p. 229-259.

<sup>319</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 395.

<sup>320</sup> *Ob. cit.*, vol. I, p. 96-97. Cf., ainda, João Marinho dos Santos e Maria Helena da Cruz Coelho, «A Acluturação Alimentar no Império Luso-Brasileiro», in *Brasil e Portugal. Unindo as duas margens do Atlântico*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2013, p. 53-72.

ou leite de côco, resultará num verdadeiro mimo para os brancos do Brasil quinhentista. De qualquer modo, o mais importante era evitar a fome e se ela atormentava com bastante frequência! Presenciá-la-á entre os soldados lusos, por exemplo, Miguel da Cunha, conforme relata em carta datada de Baçaim a 30 de maio de 1546 e dirigida a D. Álvaro de Castro: «[...] aos tres dias de estada aquy asemei tabola a dar mesa; achei a gemte tam famymta ao comer que não pude al fazer [...]. Fa-lo-ey ate gastar ho que em casa ha porque não he homem mais hobrygado»<sup>321</sup>. Em tais circunstâncias, os colonizadores viam-se, sim, obrigados a adaptar os sabores (insistisse) e até a comer o que consideravam ser próprio de «bárbaros» ou «selvagens» ou o que lhes era religiosa e culturalmente interdito. Além disso, conferirão importância aos condimentos locais, tanto quanto à sua participação nos sabores como na preservação dos alimentos. Recordaremos, a seu tempo.

Insistindo na explicitação de certas associações alimentares, sobretudo quando conseguidas de forma natural ou tradicionalmente, o conhecimento prévio das respetivas economias poderá ajudar a estabelecê-las com facilidade. Exemplifiquemos com o Reino de Fez. Aqui, os «oceanos de cereais» (trigo e cevada) proporcionavam o fabrico do pão e do «cuscus», enquanto o restolho e outras pastagens asseguravam, em regime ambulatorio (muitas vezes), a criação dos gados ovino, bovino e cavalari. Da associação do «cuscus» e da carne de borrego nasceu o prato nacional.

Também algumas economias da Etiópia eram, estruturalmente, do tipo agropastoril, de acordo com a orografia e o clima dominantes. A cerealicultura, à base de trigo, cevada e milho, ocupava as terras mais baixas, vicejando, ali, igualmente, algumas fruteiras (citrinos, pereiras, figueiras e pessegueiros), certas hortaliças e ervas de cheiros.

---

<sup>321</sup> In *Colecção de São Lourenço*, vol. II, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1975, p. 49-50.

Um indicador de que esta agricultura se mantinha fruste era o facto de estar sujeita a frequentes e impressionantes devastações naturais, ainda persistentes nos nossos dias, como as que as enormes pragas de gafanhotos provocavam. Citemos, a propósito, o P.<sup>e</sup> Francisco Álvares: «[...] e vimos a destruição que [os gafanhotos] fizeram, pasaria a largura de tres legoas em que nam ficou casca em arvore; e nam parecia a terra ser queimada, mais [mas] muito nevada com [a] alvura dos paos e com [a] sequidam das ervas»<sup>322</sup>. Na banda do Mar Vermelho, esta economia itinerante ou em «aduares» garantia, singularmente, a sobrevivência de trinta ou quarenta famílias. Associada à pecuária andava a apicultura intensa (do mel faziam excelente «vinho»), enquanto a caça e a pesca quase não eram praticadas, pelo que mamíferos selvagens, aves e peixes proliferavam. Voltemos a citar, a propósito, o Padre: «Digo-o que ninguem caça nem pesca, nem tem engenho, nem maneira, nem vôtade pera o fazer; por isso he a caça muito bõa de matar»<sup>323</sup>.

Recordemos, ainda, sobre as culturas abexins que, com a chegada dos cristãos monofisistas e dos muçulmanos, se entrou localmente num «processo civilista», ainda que bastante marcado pela «barbárie», de que os «nossos» darão testemunho bastante ao nível do comer. Ao que já reconstituímos historiograficamente, ajuntemos esta descrição da «mesa» do «Imperador», deixada por alguns portugueses que, entre 1547 e 1552, permaneceram na Etiópia e daí regressaram após a fracassada expedição de auxílio militar sob o comando de D. Cristóvão da Gama. Do que deles ouviu o P.<sup>e</sup> Gaspar Barzeu, Vice-provincial da Companhia de Jesus, colheu o seguinte: «El Rey [o Preste] em seu comer não tem nenhum modo de estado [...] não tem meza nem copa somente h~ua trempem no chão e em cima h~ua gamella de páo [...], sem nenh~ua toalha nem guardanapo

---

<sup>322</sup> Padre Francisco Álvares, *ob. cit.*, p. 34.

<sup>323</sup> *Ibidem*, p. 24.

[...]. Não tem clerigo nem frade que lhe benza a mesa, dá graças ao Senhor quando se levanta da mesa [...]; o seu comer são galinhas as quais hamde ser mortas per mãos de hom~es e [a carne] ade ser esfolada e afogada em manteiga, e o carneiro desta maneira cõ pimenta e cebola [...]. A vaca em se elle asentando à mesa a matão e trazem-lhe a quantidade necessaria crua em gamellas de pão e cortam-lhe della muito meuda [...]. Esta carne crua come-a cõ fel da mesma vaca e cõ esterco da tripa mais delgada e cõ pimenta e alhos pizados [...]. Põem-lhe dez e quinze pães deles de trigo e delles mesturados cõ grãos [...] e alimpa as mãos e os dedos cõ h~u meolo de pão e torna-o pôr na meza pera comer. Bebe cerveja feita de cevada e depois vinho de mel...»<sup>324</sup>.

Generalizando, bem presentes iam ficando, aos olhos dos portugueses de Quinhentos, alguns sinais ou indicadores da «civildade» e da «barbárie» no que ao comer dizia respeito, até porque, em muitas sociedades, designadamente na nossa, alimentação e religião se relacionavam e, por vezes, de forma bastante estreita, ao conferir-se sentido sagrado a alguns alimentos ou ao considerar-se impuros outros. Assinale-se que os «nossos», quando tinham dificuldade em compreender certas abstinências dos «outros», inferiam que eles, às escondidas, as infringiam, de que é exemplo este reparo do jesuíta Baltazar Nunes, em missão no Cabo de Comorim: «Estes brâmanes não comem carne nem cousa de sangue, salvo leite, manteiga, e todo ho demais são hervas; e bem tenho para mim que às escondidas a comem»<sup>325</sup>. A propósito, a explicação para a proibição dos malavares matarem o gado *vacum* encontrou-a o nosso Tomé Pires no facto de os antigos brâmenes terem enjeitado, por decisão própria, o consumo da carne desses animais, que não o

---

<sup>324</sup> In *Documentação para a História das Missões...*, *ob. cit.*, Carta de Gaspar Barzeu, de Goa a 12 de janeiro de 1553, 1952, p. 187.

<sup>325</sup> In *Documentação para a História das Missões...*, *ob. cit.*, Carta de 18 de novembro de 1548, 1950, 4.º vol., p. 126.

leite, de que «[...] procedeo tanto a estima nas vacas que em muita parte de gentios adorã a vaqua como cousa santa»<sup>326</sup>. Por sua vez, Fr. Gaspar da Cruz, ao equacionar a possível adesão dos chineses ao Islamismo, considerá-la-á muito difícil por quase todos eles gostarem de comer carne de porco e beber vinho, o que estava vedado pela «seita de Mafamede e seus costumes»<sup>327</sup>.

É sabido que havia, e continua a haver, ideologias alimentares e simbologias religiosas associadas aos alimentos. Concretamente, nas economias pastoris, vigorava o princípio de os animais domésticos serem considerados puros. Aconselhável era, no entanto, não aderir ao consumo excessivo de proteínas animais, pelo que, como sucedia nas terras do Preste, havia vários jejuns e abstinências ao longo do ano. E, no tratamento de algumas enfermidades, os malvares abstinham-se de comer qualquer carne, sendo curioso associarem à cura a vantagem de ouvir música durante dois ou três dias<sup>328</sup>. Passemos dos alimentos básicos aos condimentos.

É conhecida a participação relevante das especiarias em certas sociedades, o que atraiu também a atenção dos portugueses. Verificou, por exemplo, a larga participação delas nas funções corporais dos orientais o jesuíta P.<sup>e</sup> António Marta, referindo, em particular sobre os habitantes das Molucas e nos finais do século XVI: «He esta gente no comer muy parca, e geralmente não comem nas suas casas mais de huma vez, à noite, sustentando-se o de mais tempo com betre [bétele], e arrega [areca], que todo o dia estão mastigando. O seu comer é bredos, peixe, sagu, fructas, e alguma galinha, mas muitas poucas vezes»<sup>329</sup>. Com esta alimentação de baixo poder calórico, compreende-se o uso regular de estimulantes e até de excitantes,

---

<sup>326</sup> Tomé Pires, *A Suma Oriental*, p. 175.

<sup>327</sup> Frei Gaspar da Cruz, *Tractado em que se contam...*, p. 155-156.

<sup>328</sup> Tomé Pires, *A Suma Oriental*, p. 175.

<sup>329</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Insulíndia*, 5.º vol., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958, p. 92.

ainda que o mesmo produto pudesse ter ambas as funções.

Sobre a proveniência das especiarias, convirá não hiperbolizar o papel da Ásia, em particular da «Índia», embora esta região se impusesse no século XVI, como versejará Garcia de Resende: «Ha nella toda avondança / de maçãs, cravo, canela / noz, gengibre em abastança, / e pimenta de si lança...»<sup>330</sup>. É que também a Europa, a África e as Américas participavam na oferta, ainda que, numa tipificação quanto à fama, se distinguissem a pimenta do Malabar, a noz moscada de Banda, o gengibre de Bengala, a canela do Ceilão, o cravo das Molucas, o açúcar da Madeira, de S. Tomé e do Brasil, o cacau da Amazónia, o açafraão de Itália, a pimenta de rabo da Guiné... Quanto ao consumo, por meados de Quinhentos, a Flandres recebia imensa malagueta, proveniente da região do Cabo das Palmas e comerciada pelos portugueses, a qual, juntamente com o marfim e os escravos, concorria para valorizar como entreposto as ilhas de Cabo Verde<sup>331</sup>. Já a pimenta do Índico chegava a Lisboa em grandes quantidades, pelo que, em algumas parcelas do Império, era conhecida por «pimenta do Reino».

De tal modo cresceu o consumo das especiarias na Europa e se rentabilizou o respetivo comércio que, em 1621, o mercador luso-castelhano Duarte Gomes Solis ainda vaticinava: «Que~e fuer señor de las especiarias de la India, como generos singulares y necesarios para todo el mundo, todos los potentados del mundo seran mas sus amigos...»<sup>332</sup>. Daí valorizar, politicamente, mais as «Índias Orientais» que as «Índias Ocidentais» dos metais preciosos, numa clara demonstração dos produtos alimentares se poderem tornar raros e caros.

---

<sup>330</sup> Garcia de Resende, *Miscellanea*, ed. *Crónica de dom João II e miscellanea por Garcia de Resende*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, p. 345.

<sup>331</sup> «Informação da Mina (Anónima), de 29 de setembro de 1572», in *Momumenta Missionaria Africana*, vol. III, Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1953, p. 95.

<sup>332</sup> Duarte Gómez Solís, *Discursos sobre los comercios de las Indias*, Lisboa, Gráfica Lisbonense, 1943, p. 90-91.

Importante condimento, vulgar e de boa qualidade em vários espaços litorâneos da Europa, em particular no nosso País, era o sal, com Duarte Nunes do Leão a lembrar deste modo o quanto ele era essencial: «Porque quasi a todos os mantimentos que Deos para nos criou parece-lhes ficou hũa falta de temperamento e graça que quis depositar no sal fazendo-o sabor de todos os sabores para com elle a suplirem»<sup>333</sup>. Na Época Quinhentista, Setúbal era, entre nós, a localidade que mais sal exportava, principalmente para o Norte da Europa, seguindo-se Alcácer do Sal, Aveiro e vários lugares do Ribatejo e do aro de Lisboa. Sociedades havia em que era enorme o apreço pelo sal, como os portugueses puderam verificar, por exemplo, nos «reinos» dos jalofos e dos fulas da Guiné. Aqui, não o podiam comprar «senão o Rei, ou Senhores das terras somente, nem o comem todos senão os grandes e suas mulheres e filhos, e se dá a troco dele ouro, escravos, panos finos, e o mais que querem»<sup>334</sup>.

O azeite, além de servir de óleo de iluminação, era outro excelente condimento. Para a Flandres, Alemanha, Galiza, Castela-a-Velha, Brasil, Índias Orientais e Ilhas Atlânticas, exportava, então, Portugal bastante azeite<sup>335</sup>. Apreciavam-no, igualmente, muitos portugueses reinóis espalhados pelo Império, ainda que, compreensivelmente, só os de maiores posses a ele pudessem aceder. Os outros tinham, por via da necessidade, de se satisfazer com os óleos locais, ainda que o de palma fosse entrando facilmente na dieta dos brancos, como testemunhará da Guiné um arbitrista: «[...] ao menos azeite bem se poderá não trazer [do Reino], porque o de palma se pode muy bem comer, de que eu tenho experiencia»<sup>336</sup>.

Suplemento alimentar reconhecido era o mel. O termo de Lisboa,

---

<sup>333</sup> Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 186.

<sup>334</sup> Capitão André Álvares d' Almada, *ob. cit.*, 15, p. 14.

<sup>335</sup> Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, p. 187-189.

<sup>336</sup> «Informação da Mina, de 29 de setembro de 1572», in *Monumenta Missionaria Africana*, vol. III, p. 94.

devido aos seus laranjais, oferecia, por essa altura, mel alvo e de excelente qualidade, sendo igualmente afamado o das circunscrições de Évora, Torres Vedras, Abrantes, Ourique e Algarve<sup>337</sup>. Estava já, entretanto, o mel (como é sabido) a sofrer a concorrência do açúcar, até porque também à sacarose iam sendo atribuídos efeitos terapêuticos, de que é exemplo a dissolução de açúcar em água quente como excelente mezinha para a cura do fígado<sup>338</sup>.

E passemos ao uso das frutas, sobretudo das secas, sendo estas, naturalmente, de mais fácil conservação. Por serem nutritivos, diuréticos e laxantes (já segundo os gregos), os figos secos tinham largo consumo a bordo e nas fortificações militares, a par das uvas secas. Serão exportados para a Flandres e outros países europeus, destacando-se, no que remete para a produção, o Algarve, como observará em 1577 Frei João de São José. Citemo-lo: «As principais fazendas do Algarve são os figueirais e deitam-se os homens mais a eles que a outra cousa, porque se dão em toda a terra e é novidade de cada ano e mais certa que o pão [trigo]...»<sup>339</sup>. Claro está que a qualidade dos figos variava; porém, na generalidade, os algarvios concitavam grande procura interna e externa, particularmente em Marrocos, pelo que chegavam a ser objeto de roubo por parte de piratas do Norte de África. Aos figos e às uvas passadas, o Algarve juntava a produção da amêndoa, sendo melhor a «molar»<sup>340</sup>.

De grande variedade de plantas silvestres e domésticas, assim como de frutas, dispunha o nosso País, distinguindo-se, no dizer de Duarte Nunes do Leão, além das uvas, os citrinos e os legumes.

---

<sup>337</sup> Duarte Nunes do Leão, *ob. cit.*, p. 191.

<sup>338</sup> Cf. Giacinto Manuppela e Salvador Dias Arnaut, *O «Livro de Cozinha» da Infanta D. Maria*, p. 5.

<sup>339</sup> Manuel Viegas Guerreiro, Joaquim Romero de Magalhães, «Corografia do Reino do Algarve. Duas descrições do Algarve do século XVI», in *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983, p. 110.

<sup>340</sup> Cf. Maria Helena da Cruz Coelho e João Marinho dos Santos, «Os Alimentos Identitários do Reino do Algarve: d'aquem para além mares (séculos XIII – XVII)», in *Raízes Medievais do Brasil Moderno. Do Reino de Portugal ao Reino de Portugal, Brasil e Algarves*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2016, p. 227-246.

Quanto aos vinhos, o mesmo informador elegerá os do Algarve, do Alentejo (sobretudo os designados «peramanca»), da Estremadura, de Cantanhede, Lousã e Figueiró dos Vinhos<sup>341</sup>. Contudo, uma outra fonte histórica de começos do século XVI considerará como os melhores «vinhos vermelhos» (tintos) os do termo de Lisboa e do Ribatejo<sup>342</sup>. Entretanto, a viticultura difundira-se pelas «Ilhas», particularmente pela Madeira, e estava a ser experimentada no Brasil<sup>343</sup>. O melhor vinho era, compreensivelmente, engarrafado, enquanto o comum era metido em pipas e tonéis para ser consumido a retalho. Especificamente, nos «regimentos» das embarcações de longo raio, o *item* sobre a «Regra dos vinhos» registará que os «mareantes e companha» tinham direito a receber diariamente, logo pela manhã, três quartilhos de vinho por cabeça. Embora estivesse estabelecida a entrega de uma «canada» (4 quartilhos ou 2 litros), esta quantidade não era observada porque se contava com as «quebras», em que entravam os roubos.

Eram mais sumos fermentados os que os portugueses designavam por «vinhos dos outros». Da sua produção e do seu consumo deixaram os «nossos» abundante informação. Concretamente, os habitantes das Molucas produziam um «vinho», a que chamavam «quilão», de sumo de canas de açúcar, «e cozem aquele çumo por tempera que não fique açucar; e botando-o em jaras, lhe botão lonçoaz e pimenta longa, pera os esquentar; e huma casqua de pao, pera lhe dar cor, e assi ferve por vinte dias; e pasados, o coão e temperão com oraqua pera o aquestar e durar...»<sup>344</sup>. Já o «vinho de mel» era

---

<sup>341</sup> *Descrição do Reino de Portugal*, p. 190.

<sup>342</sup> «Informação da Casa da Guiné, de 5 de outubro de 1509», in *Monumenta Missionaria Africana* – suplemento aos séculos XV e XVI, vol. IV, Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1954, p. 52-57.

<sup>343</sup> Cf., por exemplo, Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, p. 166.

<sup>344</sup> Gabriel Rebelo, *Informaçam das cousas de Moluco*, in *Documentação para a História das Missões [...] – Insulíndia*, 6.º vol. (1595-1599), por Artur Basílio de Sá, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical – Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1988, p. 188.

praticamente universal, sobretudo nas economias e sociedades pecuárias. Mas, em Xiraz (na via principal que atravessava a atual Síria), produzia-se e consumia-se mesmo excelente vinho, sobretudo em banquetes e convívios de gente afamada, conforme deixou registado António Tenreiro, nos anos 20 do século XVI: «Em esta cidade fez o governador della ao embaixador [português] hum solemne convite à sua maneira, que por ser estranho contarey. Começão logo pela manhã a beber sobre cousas de appetite, e dura até meia noite ou junto de madrugada se o que o [banquete] dá, não cahe de todo; até que se embebedão não cessão de beber e sempre anda o copeyro em roda viva deitando vinho...»<sup>345</sup>. Em outras regiões do Mediterrâneo, menos frequentadas oficialmente pelos portugueses, também existiam vinhos afamados.

Sendo, naturalmente, bebida imprescindível (logo comum), a água, quanto à qualidade, já poderia constituir um indicador de civilidade, sobretudo atendendo à temperatura a que era servida. Em Tabriz, terra muito cálida no verão, os ricos mandavam guardar, nas caves das suas casas, «caramelo» (gelo) para o adicionarem à água natural, sendo trazido das serras próximas e comercializado pela gente pobre<sup>346</sup>. E a bordo, mesmo quente e salobra, a água podia ser *melhorada*, retirando-a das pipas para jarros de barro. Porém, mais eram as vezes em que não se olhava à sua qualidade, antes à quantidade. É, efetivamente, conhecido o drama da falta de água nas viagens de longo raio e sem oportunidades para se fazer «aguada». Relembavam e recomendavam os «regimentos» que se evitasse o drama da falta de água, mas nem sempre era possível observá-los. Impressivos ficaram, com efeito, os «relatos» de naufrágios ou as «cartas» missivas dos passageiros, como as dos missionários jesuítas e

---

<sup>345</sup> Itinerário de Antonio Tenreyro [...], in *Itinerários da Índia a Portugal por terra*, revistos e prefaciados por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, p. 18-19.

<sup>346</sup> «Itinerário de Mestre Afonso», in *Itinerários da Índia a Portugal por terra*, revistos e prefaciados por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, p. 191.

até as dos «oficiais» régios. De um deles, Lopo de Azevedo, recolhemos a seguinte informação, registada em carta datada de Cochim a 10 de dezembro de 1527, quando acabava de chegar do Reino: «E de asy adoecer esta gente e morrer foy muita causa ha sede e pouco repairo que se faz aos doentes neste caminho»<sup>347</sup>. Porque assim sucedia, não surpreende que, mesmo mau, o «precioso líquido», quando principiava a escassear a bordo, chegava a ser vendido por elevado preço, como se verificou na viagem que o jesuíta P.<sup>e</sup> Domingos Alvares fez, em 1567, de Lisboa para Goa, justificando: «porque agoa he cousa que na nao mais se estima». E concretizava que, passados apenas 20 dias, já um almude de água era vendido por uns exorbitantes 480 réis<sup>348</sup>.

«Água» saborosa, a que os «nossos» depressa se acostumaram, era a dos cocos, conforme dá notícia o jesuíta Baltasar Nunes em carta para os seus confrades de Coimbra: «Estas chanhas [cocos em crescimento] darão cada huma hum cortilho e meo de agoa que não faz nenhum mal, mas muito boa e sadia e logo bebo duas, tres juntas e não faz nenhum nojo»<sup>349</sup>. Eram igualmente úteis a bordo, sobretudo nas viagens de curto raio, por não se degradarem. Entre os «outros», por opção, gente havia que consumia pouca água, como era o caso dos jalofos da Guiné: «[...] bebem muito pouca água, porque há muitos negros deste sertão que em muitos dias a não bebem, e quando a bebem, não ha-de ser água pura, senão por muita necessidade, bebem-na misturada com leite azedo de vacas [...]; ou deitando nela farinha de um milho...»<sup>350</sup>.

Uma bebida praticamente desconhecida então na Europa era

---

<sup>347</sup> In *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. X, prefácio de António da Silva Rego, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1974, p. 564.

<sup>348</sup> «Carta do próprio, de Goa a 20 de novembro de 1567», in *Documentação para a História das Missões e do Padroado Português do Oriente* – Índia, 10.º vol., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953, p. 264.

<sup>349</sup> In *Documentação para a História das Missões...*, Carta do Cabo de Comorim, a 18 de novembro de 1548, 1950, 4.º vol., p. 125.

<sup>350</sup> Capitão André Álvares d' Almada, *ob. cit.*, p. 11.

o chá, preparado à moda oriental e muito vulgar na China. Aqui, constituía deferência social oferecê-lo a amigos e desconhecidos respeitáveis. Citemos, a propósito, o missionário Frei Gaspar da Cruz: «Qualquer pessoa ou pessoas que chegam a qualquer casa de homem limpo [polido] tem por costume oferecerem-lhe em hũa bandeja galante hũa porcelana ou tantas quantas sam as pessoas, com hũa agoa morna a que chamam chá, que he tamalaves vermelho e muy medicinal...»<sup>351</sup>. Refira-se que os «chinas» ou «chins» combinavam muito o comer e o beber, ou seja, procediam à ingestão alternada de alimentos e pequenas quantidades de chá ou «vinho»<sup>352</sup>. Desta imagem terá resultado a convicção, na Europa, de que eram gente «muito dada a comer e a beber», conforme será divulgado, entre outros, pelo P.<sup>e</sup> M. Belchior, designadamente numa carta datada de Macau a 23 de novembro de 1555, ainda que a sua observação incidisse mais sobre os habitantes da cidade de Cantão<sup>353</sup>.

Já o café, originário da Pérsia ou da Etiópia, só será mais vulgar nos espaços muçulmanos durante o século XVI. Chegará a Veneza em começos da centúria seguinte para obter largo consumo a partir do século XVIII. Quanto ao cacau, terá sido conhecido em Espanha por volta de 1520 e por via das Américas, em particular do Peru. O Brasil adoptou-o largamente e será introduzido na Ilha do Príncipe em começos do século XIX.

Deixemos de focar os alimentos líquidos ou «bebidas» e voltemos a fixar a atenção no que se comia e como se comia a bordo e nos espaços em que era mais densa a presença portuguesa no século XVI. Lembremos que foi o grande apreço pelo pão de cereal, peixe, alguma carne, hortaliças, azeite, vinho e fruta ou doce, que

---

<sup>351</sup> Frei Gaspar da Cruz, *Tractado em que se contam...*, p. 75.

<sup>352</sup> *Idem, ibidem*, p. 77 e *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, p. 196-197.

<sup>353</sup> Padre M. Belchior, «carta de 23 de Novembro de 1555», in *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Nova série, tomo VI, Parte II, Lisboa, Typhographia da Academia, 1892, p. 82-90.

divulgou e afamou a alimentação mediterrânea. Contudo, a par da natureza dos alimentos, também se prestava atenção à ordem da sua ingestão, com a gente de estatuto elevado a procurar respeitar, igualmente, as horas de refeição. Que certos princípios ou costumes já tinham regular e vulgar observância, prova-o o facto de Francisco Álvares e os companheiros estranharem que os abexins «principais» comessem carne sem pão e que o molhassem em água em vez de ser no vinho<sup>354</sup>. Básica era, pois, no comer dos portugueses de Quinhentos a associação pão e vinho, o que se verificava, como explicitaremos, até a bordo.

Foi efetivamente o grande apreço pelo «pão» (dos cereais de pragana) que exigiu, entre nós, a presença do «biscoito» tanto nas viagens de longuíssima distância como mesmo nas de curto raio, ainda que nestas se pudesse recorrer mais facilmente ao «pão de dias». Para que pudesse ser consumido por bastante tempo, a técnica de fabrico do biscoito não estava ao alcance de qualquer fabricante e, nas embarcações de longo raio, para o preservar e guardar, era reservado um vasto espaço, por regra um paiol que à ré ia de bordo a bordo. Quando não chegasse, ocupava parte das câmaras do mestre e do piloto. O melhor era o de farinha de trigo e do seu largo consumo falam as «quintaladas», enquanto, individualmente, por um alvará de D. João II, datado de 13 de outubro de 1490, se possa estimar que a ração diária rondava os 700 grs.<sup>355</sup>.

Ao fim de uma semana de viagem, muitos dos alimentos frescos ainda se mantinham em razoável estado, mesmo algumas hortaliças<sup>356</sup>. Por pouco mais tempo, porém, passando a impor-se

---

<sup>354</sup> *Verdadeira Informação...*, p. 36.

<sup>355</sup> In *Monumenta Missionaria Africana (África Ocidental)*, vol. II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1952, p. 75.

<sup>356</sup> Frédéric Mauro, «Le Brésil au XVII<sup>e</sup> siècle», in *Brasília*, vol. XI, Coimbra, 1961, p. 19-68. Trata-se de uma espécie de diário rico em informação que não descaramos, estando embora datada de começos do século XVII (1639), sob o título *Relaçam da viagem do socorro que o Mestre do Campo D. Diogo Lobo levantou nas ilhas dos Açores e levou, em 16 navios a cidade da Babia, e das cousas mais notaveis que, neste caminho socederam, principalmente na Nao Nossa Senhora de Guadalupe*.

então o consumo dos salgados, fumados, temperados com especiarias e os secos ao ar, como eram os casos dos toucinhos de porco, da carne de vaca em salmoura, do peixe seco, das sardinhas em conserva, dos presuntos, dos chouriços e paios, dos queijos, das lentilhas, das favas e dos grãos, das azeitonas, das avelãs, das nozes, dos figos e uvas em passa, além das compotas e marmeladas. Pelos sabores, destacavam-se os sáveis da foz do Tejo, as sardinhas de Setúbal e Sesimbra, as lampreias e enguias do Mondego, os atuns e as corvinas do Algarve, os solhos do Guadiana, o bacalhau da Terra Nova... Quanto ao «fiel amigo», uma «carta de sentença», de 28 de julho de 1540, reiterará pertencerem exclusivamente ao monarca os direitos («dízimos») dos «muytos bachallaos» que entravam pela foz do Tejo e eram trazidos da Terra Nova «por muytos naturais destes regnos»<sup>357</sup>.

Preferindo os portugueses as carnes de galinha e de porco, nem por isso a de vaca, embarricada como salmoura nos Açores ou na Inglaterra, deixou de ter largo consumo a bordo, ainda que também pudesse putrefazer-se ao fim de pouco tempo. Documenta o consumo da carne bovina a informação de Álvaro Velho de que, na Angra de S. Brás, alguns companheiros do Gama, durante a primeira viagem à Índia, adquiriram por troca de três manilhas um boi negro, «o qual jantámos ao domingo; era muito gordo e a carne dele era saborosa como a de Portugal»<sup>358</sup>. Entre a carne e o peixe, a preferência ia para a primeira categoria destes alimentos, o que diz bem (insistimos) sobre a matriz cultural dos nossos embarcações e colonos, isto é, de tradicionalmente integrarem economias agropecuárias e sociedades do tipo senhorial-camponês. O apego a uma alimentação carnívora terá ditado, por certo, a curiosidade e o lamento desta primeva

---

<sup>357</sup> In *As Gavetas da Torre do Tombo*, *ob. cit.*, 1962, vol. II, p. 627-632.

<sup>358</sup> Álvaro Velho, *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, vol. I, fac-similada do Códice original, transcrição e versão em grafia atualizada, Porto, Livraria Civilização Editora, 1945, p. 8.

informação de Pero Vaz de Caminha sobre os índios do Brasil: «[...] eles ão lavram nem criam nem ha aquy boy nem vaca nem cabra nem ovelha nem galinha nem outra neh~ua alimarea que costumada seja ao viver dos home~es...»<sup>359</sup>. Foi necessário, pois, que a colonização introduzisse na América portuguesa o gado bovino, a partir de Cabo Verde, para que se passasse a divulgar, como se disse, o gosto pela «carne do vento» ou «carne do sertão».

Por carência de alimentos frescos a bordo, o peixe afirmava-se como um excelente contributo logístico e daí que fosse assinalada, em alguns *Roteiros*, a localização de pesqueiros pingues e, por tal famosos, ainda que tivessem a desvantagem de alterar as rotas. De qualquer modo, tais desvios estavam previstos, já que, pela leitura dos «regimentos», se recomendava que, «ao fim de cada mês, o capitão da embarcação deveria fazer uma avaliação dos mantimentos e da agua, «[...] pera saberdes asy o que foy gastado, como pera alvydrardes o tempo que vos podera abastar o que vos fica, e, achando vos delle mingado, verdes onde e com menos risco e despesa vos poderês prover, e o fazerdes»<sup>360</sup>. Mas também se pescava a bordo, sendo sempre apreciada a presença de bons pescadores. A Madeira, os Açores e Cabo Verde eram não só regulares locais de abastecimento, mas também viveiros de gente experimentada nas artes piscatórias. Lembraríamos, para documentar, que na frota primeira do Gama, depois de se passar as Canárias e antes de se chegar ao Rio do Ouro, houve, a bordo, «pescaria obra de duas horas»<sup>361</sup>.

Quanto às técnicas piscatórias, por três processos se fazia em viagem a captura de espécies de grande porte: por arpão, por fisga

---

<sup>359</sup> «Carta do achamento do Brasil, de Pero Vaz de Caminha e dirigida a D. Manuel», in *Os Sete Documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940, p. 87.

<sup>360</sup> «Regimento para Fernão Soares, capitão da armada para a Índia em 1507», in *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 162.

<sup>361</sup> *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, p. 1.

de «bicheiro» e por anzol grosso. O primeiro era já então usado nas «Ilhas», particularmente nas dos Açores e Cabo Verde, para a captura dos cetáceos. O bicheiro era um gancho de ferro bem pregado na ponta de uma vara grossa e comprida, com que era fígado o peixe pelas ilhargas e alçado para o convés. O anzol, quando grande, era envolvido em postas de vaca ou peixe a fim de servir de engodo e atado a uma cadeia de ferro que funcionava como «linha», presa a um calibre ou grossa trave. Esta sumária descrição técnica diz já bastante sobre a dimensão e o peso das espécies que poderiam ser capturadas a bordo, designadamente os cachalotes ou botos, as cacharras, as albicoras (que chegavam a pesar 80 kg), as toninhas (algumas de 50 kg) e os tubarões. Os bonitos ou peixes judeus e os dourados (entre 7 a 10 kg) eram considerados como de tamanho médio, mas eram, pelos seus sabores, bastante apreciados. Enfim, a pesca, para além do contributo alimentar (com o peixe a poder ser assado, frito ou preparado de caldeirada), afirmava-se como distração no curso das longas e monótonas viagens, principalmente em tempo de «calmaria». A tanto chegava o interesse pela pesca que se procedia à troca de água ou vinho por linhas e anzóis.

Em tempos turbulentos, o balanço da embarcação não só impedia a pesca como até perturbava o comer dos viajantes, já que os fogões (caixas de areia) que não estivessem suficientemente fixos poderiam deslizar largo tempo pelo convés. Havia *fogões comuns*, mas também *fogões de estados e classes*, como o «fogão dos marinheiros», o «dos soldados», o «dos eclesiásticos», o «dos honrados» e o «dos fidalgos». Além da falta de lenha, os cheiros e os fumos concorriam para tornar desagradável a tarefa de cozinhar, como dá conta este relato do jesuíta espanhol Gaspar Barzeu: «En este medio todos mis Hermanos [jesuítas] se marearon [enjoaram], y así fueron algunos [días] mareados y sin poder comer; ni teníamos quien nos lo heziese de comer en el fogón, por lo qual me fué necesario tomar la cruz

a cuestras; y despuseme luego a hazer de comer en el fogón, donde ninguna cortezia me tenian [davam] las órdenes [eclesiásticas]; y quando de alli escapé sin bofetadas, que los grumetes me querían dar, y del grande humo que avía, no hize tan poco»<sup>362</sup>. E, se o fumo era desagradável, maior era o inconveniente da embarcação pegar fogo, o que era avisado ou encomendado nos «regimentos».

Em dias festivos, de acordo com o calendário litúrgico ou para sinalização de um especial evento (como a passagem da linha equinocial pela primeira vez), era costume os viajantes de maiores posses presentear os marinheiros e soldados, sobretudo os que também eram cantores e bailadores, com mimos alimentares. A oferta de um carneiro vivo, de queijos, salmouras, barris de sardinhas e azeitonas, vinho engarrafado, doces, «bocetas» (tigelas) de marmelada e confeitos marcava essas situações.

Comendo em mesas separadas, a alimentação dos privilegiados não se distinguia apenas pelo arranjo, mas, igualmente, pelo consumo de iguarias e bons vinhos, como o «picado de carneiro», o arroz de carne, a vaca cozida ou o caldo de galinha. Atentemos, especificamente, no *menu* de um «jantar» (almoço) considerado moderado e servido a alguns notáveis no castelo da popa de uma embarcação militar que se dirigia ao Brasil: caldo de galinha, galinha assada (meia para cada comensal), carneiro cozido, carneiro assado, arroz de galinha, marrã, presunto, chouriço do Alentejo, paio, queijo, azeitonas, biscoito, limões e limas, peras, melão, perada, bolos, confeitos e vinhos (peramanca e outros). No final, contaram-se «estórias» e exibiram-se os bailadores e cantores. Especifiquemos, para cotejo, que a «ração» diária de um soldado no Oriente e em meados de Quinhentos, garantida pela Coroa/Estado, constava de um arrátel (459,5 g de carne), outro tanto peso de biscoito e duas

---

<sup>362</sup> «Carta datada de Goa, a 13 de dezembro de 1548», in *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 4.º vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1950, p. 153.

«medidas» de arroz. Mensalmente, havia um reforço de uma canada (1,5 litros) de manteiga, um arrátel de açúcar, um quartilho de azeite português, outro de vinagre e 16 peças de limões<sup>363</sup>.

Eis o esboço, não de uma história do «comer» em Portugal e no seu Império durante o século XVI, mas de algumas notícias referentes a este domínio, sob a perspectiva da coeva dicotomia entre os estádios da «barbárie» e da «civilidade». Os observadores e narradores da informação foram os portugueses de então, não tanto os que estariam culturalmente mais próximos dos ditos «selvagens» e que, por tal, melhor poderiam compreender os seus costumes (esses não escreveriam), antes alguns dos que, viajando ou servindo a Coroa/Estado no Império, já haviam encetado o longo processo da «civilidade» a caminho da «civilização». Um processo que, na Europa de começos do século XVII, a avaliar pelo testemunho do autor da *Corte na Aldeia*, tinha um historial em que «as regras são muitas, porém [já] mito ordinárias e conhecidas»<sup>364</sup>.

---

<sup>363</sup> «Livro do Tombo da Fazenda das Fortalezas do Estado da Índia (1554)», in *Collecção de Monumentos Inéditos para a Historia das Conquistas dos Portugueses em Africa, Asia e America*, Lisboa, Typhographia da Academia Real das Sciencias, 1868, tomo V, p. 248.

<sup>364</sup> Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia*, introdução por Maria Ema Tarracha Ferreira, Lisboa, Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1990, p. 232-233.

(Página deixada propositadamente em branco)

## A DOENÇA E A CURA NO SÉCULO XVI EM PORTUGAL E NO IMPÉRIO

Com Portugal a distender-se, surpreendentemente, pelos continentes Africano, Asiático e Americano (sem esquecer as múltiplas ilhas adjacentes) e com a população do Reino a não dar sinais, ainda na Era de Quinhentos, de crescer o suficiente para responder ao desafio da colonização, compreende-se, por razões demográficas e militares, a preocupação do Poder Central em combater a doença<sup>365</sup>. A este magno objetivo político associava-se, de acordo com a modernização em curso, a defesa crescente do bem comum, enraizado na tradicional solidariedade das «sociedades camponesas», de que a portuguesa era exemplo, ao cultivarem um forte espírito de família e de vizinhança com a partilha frequente de atos de caridade. Recorde-se, muito sucintamente, a este respeito, que o principal promotor do Império, D. João II, logrou associar à centralização hospitalar, sobretudo, através da criação do Hospital de Todos os Santos, a inestimável contribuição das Misericórdias, com múltiplas réplicas no Ultramar português. O seu sucessor, D. Manuel, incrementou a assistência sanitária também de acordo com o projeto imperial.

Assim, se a Coroa/Estado não podia, nem queria, alhear-se do

---

<sup>365</sup> Também, no seu todo, a população europeia não terá aumentado mais de 25% no século XVI, para, na centúria seguinte, ter crescido somente 15%. Por volta de 1530, o nosso País só contaria 1.400.000 habitantes. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975.

problema da saúde, por tradição (insista-se) e por escassez de meios oficiais a comparticipação dos privados, quer a título individual quer institucional, continuava a ser imprescindível. Documentemos com excertos de dois «Regimentos».

O primeiro, sem data, mas outorgado por D. Manuel entre 1509 e 1515, teve como destinatário Gonçalo de Sequeira, capitão-mor de uma frota prestes a partir para a Índia, e nele se lê: «Item a cura dos doentes [a bordo] vos encomendamos muito que se tenha delles boom cuidado e que se faça o melhor que se poder fazer e que asy ho encarreguees da nosa parte a todollos capytaees das naus...»<sup>366</sup>. O segundo está datado de Lisboa, a 27 de fevereiro de 1568, e foi entregue a D. Luís de Ataíde, na qualidade de indigitado Vice-rei da Índia, recomendando-se: «Das casas [das] misericordias e ospitales dessas partes [...], convem muito terem muy grande lembrança, asi para particularmente saberdes o que em cada huma delas se faz, e os officiaes se servem bem, e verdadeiramente seus carreguos, e a maneira que them em gastar suas esmollas, como em serem bem providos do que lhe[s] dou de minha fazenda, e inteiramente paguo, do que lhe dam ou deixam por seus falecimentos algumas pesoas»<sup>367</sup>. Eis reiteradas, respectivamente, a obrigação e a devoção da realeza e dos privados em matéria de saúde.

Antes, porém, de concretizarmos algumas vertentes da política do combate à doença no Império Ultramarino português durante o século XVI, será conveniente remeter para a leitura da já mais que consagrada *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*, de Maximiano Lemos, particularmente para: a importância conferida à utilização de sangrias, como recurso que desde a Idade Média era preventivo e terapêutico de grande número

---

<sup>366</sup> In *As Gavetas da Torre do Tombo*, Introdução de António da Silva Rego, vol. V, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, p. 507.

<sup>367</sup> In *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, 10.º vol., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953, p. 440-441.

de enfermidades; o papel das albergarias como primevos «hospitais», sendo «Santa Maria de Roca-Amador» a primeira congregação, entre nós, a dedicar-se a essas instituições; o elevado nível atingido pelo Hospital de Todos os Santos, fundado por D. João II, a 15 de Maio de 1492, e com réplicas (como veremos) no Ultramar; o interesse dos municípios, sobretudo a partir de meados do século XV, pelos serviços dos boticários ou farmacêuticos; a importância das águas medicinais, que não apenas dos tradicionais balneários públicos; a criação dos estudos cirúrgicos no Hospital de Todos os Santos, sem esquecer o funcionamento nesta instituição de um recolhimento para crianças enjeitadas («criandário») com amas pagas; o prestígio de alguns estudiosos e práticos (ainda que poucos) nos domínios da medicina, da cirurgia e da botica em Portugal e no seu Ultramar...<sup>368</sup>.

Mas, para melhor tocarmos a realidade sanitária, reconstituindo-a no essencial, *embarquemos*, em Lisboa, numa das naves da «Rota do Cabo». Vai provida, pela Coroa/Estado de alguns recursos humanos e materiais, mas longe de serem suficientes. De qualquer modo (insista-se), os cuidados sanitários estarão oficialmente assegurados, no mínimo, para as grandes viagens ao Ultramar português, partindo do pressuposto de que as saídas assumiam ou deviam assumir a forma da «colonização», nunca a da «emigração». Concretizemos.

Por regra, as embarcações dispunham de alguns agentes bem ou mal preparados na ciência e na arte de curar<sup>369</sup>. Quanto ao número, mesmo para embarcações que chegavam a transportar, por unidade, mais de meio milhar de passageiros, a provisão normal não ia além de um «físico», um «cirurgião», um «barbeiro» e um «boticário». Tendo presente que já se verificava alguma especialização no domínio da

---

<sup>368</sup> *História da Medicina em Portugal*, 2 volumes, Lisboa, Manoel Gomes Editor, 1899.

<sup>369</sup> Sobre o conceito «curar» numa perspectiva restrita e histórica e numa outra mais alargada (a observação médica), cf. Jorge Borges de Macedo, «Observação, Cultura Científica e Descobrimientos», in *Portugaliae Historica. Portugal no Mundo*, Lisboa, Instituto Histórico Infante Dom Henrique – FLUL, 2.ª série, vol. I, 1991, p. 139-168; *vide*, ainda, Georges Matoré, *Le vocabulaire et la santé du XV<sup>e</sup> siècle*, Paris, PUF, 1988.

saúde, retenhamos que o primeiro destes agentes diagnosticava, receitava e *acompanhava* o doente; o segundo operava, podendo também «sangrar», ainda que as sangrias estivessem mais a cargo do barbeiro; ao boticário ou farmacêutico cabia preparar e ministrar as «mezinhas». Esta distinção não era, contudo, rígida e exigia colaboradores voluntários, que dessem cristéis, purgassem, curassem as chagas, preparassem os caldos, as tisanas ou as amendoadas e, sobretudo, participassem nos cuidados de higiene.

Nesta assessoria, acabarão por se distinguir os missionários, como se poderá confirmar pelas cartas dos jesuítas, sem dúvida os mais diligentes em relatarem as suas viagens e os de maior preparação científico-cultural para poderem acompanhar os agentes especializados nas visitas diárias que eram feitas aos doentes. Tomavam notas sobre o que era receitado, em particular no domínio da «dieta», e procuravam satisfazer os cuidados preconizados, tanto quanto era possível. Um deles, em discurso realista, contará: «A mym me coube naquela nao algumas vezes [ser] infirmeyro, ao qual officio he anexo lançar cristeis, ir debaixo da cuberta primeyra [a inferior] e segunda; na primeyra onde estavam os doentes, donde se sofria tam grande fedor que traspassava as entranhas por estar aly com elles o [ao] fazer suas necessidades, he os que podião fazião-nas em um 4º [quarto] de pipa [ceirão], e os outros onde estavam...»<sup>370</sup>.

Além da melhoria que se foi verificando na formação dos agentes de saúde por serem sujeitos a *exame* académico, é possível que a assessoria dos missionários tenha concorrido também para a maior profissionalização dos «físicos» (médicos) e boticários, sobretudo dos que rumavam ao Ultramar. Desconhecemos, a este propósito, se os judeus, convertidos ao cristianismo, tiveram permissão de D.

---

<sup>370</sup> «Carta do P.<sup>o</sup> António de Herédia, de 3 de novembro de 1552», in *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, 5.<sup>o</sup> vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1951, p. 208.

Manuel para curarem nas embarcações como físicos e cirurgiões, porém é indubitável que o seu saber continuava a ser apreciado e reconhecido pelo Poder régio, como se depreende de uma carta de 30 de maio de 1497, em que o soberano autoriza que os que não soubessem latim fizessem uso de «livros d'artes em abraico»<sup>371</sup>. E bem se justificava que a autorização fosse depois extensível ao Ultramar, por se verificar, de início, uma geral impreparação dos agentes de saúde que a Coroa/Estado mandava designadamente à Índia. Este excerto de uma carta datada de Cochim, a 16 de dezembro de 1505, do primeiro Vice-rei para D. Manuel, peremptoriamente confirma: «Senhor, daes grandes soldos a çologriães e físicos que ca vêm e quimteadas [quintaladas de especiarias] e seria melhor nom virem porque nom sabem nada...»<sup>372</sup>.

Quase um século depois, o erudito Frei Amador Arrais, ainda que considerasse a medicina do seu tempo uma ciência e uma arte (isto é, um saber teórico e experiencial), continuará a lastimar que se soubesse tão pouco sobre ela. Defenderá, coerentemente, uma atitude estoicista perante a doença, sugerindo que os enfermos deveriam resignar-se a sofrer com ânimo as suas dores, porque, além de naturais, as enfermidades até poderiam concorrer, pelo sacrifício, para melhorar os males do espírito, estes bem mais gravosos do que os do corpo<sup>373</sup>. Da primazia conferida aos males da alma, dará igualmente testemunho João de Barros, na sua *Ropicapnefma* (ou *Mercadoria Espiritual*), obra redigida em 1531 e publicada no ano seguinte. Mas não desdenhará a medicina. Citemo-lo: «[...] três [cousas] foram dadas aos mortais pera se conservar[em] e sustentar[em] em sociedade, paz e saude: lei divina que tem jurdição

---

<sup>371</sup> In *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IV, p. 172.

<sup>372</sup> In António Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias (Dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. II, Lisboa, Editorial Ática, 1939, p. 107.

<sup>373</sup> Amador Arrais, *Dialogos de Dom Frey Amador Arraiz, Bispo de Portalegre: Revistas e acrescentadas pelo mesmo Autor nesta segunda impressão*, em Coimbra na officina de Diogo Gomez Loureyro, Impressor da Universidade, 1604, fl. 49 v.

universal, lei humana que ampara a vida e fazenda, medicina que ministra a saúde corporal»<sup>374</sup>.

Regressando, porém, à revisitação do pensamento de Amador Arrais, retenhamos que ele tinha conhecimento das celebridades médicas das escolas helénica, helenística e muçulmana. Curiosa se mostra, a propósito, a sua opinião de que toda a «mezinha» suscitava efeitos secundários perniciosos, pelo que, profilaticamente, preconizará a abstinência e o jejum como formas de evitar a doença e alongar a vida<sup>375</sup>. Caindo doente, devia o enfermo recorrer, primeiro, a Deus e aos seus santos, sem pôr de lado, contudo, o recurso aos medicamentos que ele criou, «nem os médicos que elle manda honrar», devendo tomar cuidado, no entanto, com os interesseiros<sup>376</sup>. Avancemos, sem esquecer que, em reconstituição histórica, *embarcâmos* numa nave quinhentista que se dirige à Índia.

Mal a embarcação deixou a barra de Lisboa e já o enjoo se está a apoderar da maior parte dos passageiros, manifestando-se em fortes vômitos, dores de cabeça e até febres, ainda que a sua intensidade vá variando consoante a predisposição física do indivíduo e a comodidade («agasalhado») da sua instalação a bordo. Poderá durar meses o enjoo, contudo, por regra, abrandará ou cessará passados 15 a 20 dias; quase nunca antes de se atingir a altura da Madeira. Aos enjoados serão servidos caldos de galinha e marmelada, mais água e melhor biscoito, além de outros regalos, de acordo com o estatuto social do embarcado ou da caridade que lograva concitar.

Com efeito, para combater o enjoo e evitar outros males ou doenças, importante era ter acesso a uma alimentação saudável, embora fosse difícil, porque, decorrida uma semana após o

---

<sup>374</sup> *Ropica Pnema*, reprodução fac-similada da edição de 1532 e leitura modernizada, notas e estudo de Israel Salvator Révah, vol. I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983, p. 124.

<sup>375</sup> Amador Arrais, *ob. cit.*, fl. 28 v.

<sup>376</sup> *Idem, ibidem*, fl. 15.

embarque, já o «refresco» estava praticamente esgotado. Começava cedo, compreensivelmente, o processo de putrefação dos alimentos, intensificando-se nas zonas mais húmidas e quentes, como era o caso das designadas «calmarias». Aqui, no entanto, com o tempo (demasiado) bonançoso, o comer poderia melhorar com a captura de algum pescado. Comia-se parte dele assado ou de caldeirada e fritava-se ou guisava-se o restante para ser consumido depois. Por solidariedade, cabia a todos uma «ração», quando o pescado era abundante; se não, era o dinheiro ou a caridade do pescador que imperava.

À medida que a viagem se vai prolongando, os mais abastados podem mandar abater alguns animais vivos, como galinhas e carneiros, sustentados com restos de cozinha. Mas também a «despensa de el-rei» poderia prover, durante algum tempo, os doentes mais pobres e necessitados. Infelizmente, na nossa nave não deixa de aumentar o número dos atingidos pela doença, a que não é alheia (insistase) a falta de uma alimentação suficiente e sadia, principalmente quanto a vegetais e frutos. Já paira, com efeito, a ameaça de certas doenças muito mortíferas, sobretudo por escassez de vitamina C.

Por «doença crua e feia / a mais que eu nunca vi» (*Lusíadas*, c. V, est. 81) será referenciado pelo «Poeta» o escorbuto, o qual continuará a manifestar-se a bordo, com grande intensidade ainda em finais de Quinhentos. O primeiro relator da viagem inaugural de Vasco da Gama à Índia, Álvaro Velho, dirá que no Rio dos Bons Sinais (já no Índico), «[...] nos adoeceram muitos homens que lhes inchavam os pees e as mãos e lhes creciam as gengivas tanto sobre os dentes que os hom~es não podiam comer»<sup>377</sup>. Nem comer, nem sequer falar, porque a muitos eram-lhes retirados os dentes e pedaços de carne putrefacta da boca. Seriam conhecidas, já então, as causas?

---

<sup>377</sup> Álvaro Velho, *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, fac-símile do Códice original, transcrição e versão em grafia atualizada, vol. I, Porto, Livraria Civilização Editora, 1945, p. 16.

Por certo o eram em meados de Quinhentos, como o revela este excerto de uma carta do P.<sup>e</sup> Manuel de Morais, datada de Cochim a 25 de novembro de 1551: «E assim [com esmolos, sobretudo de galinhas] sustentámos os doentes [a bordo] que não percessem de todo, porque alguns deles não erão doentes, senão de pura fome, e outros das gengivas e das pernas que quasi a todos inchão no Cabo de Boa Esperança, onde ja todas as cousas de comer não tem sustancia...»<sup>378</sup>. Não seriam embarcados e dificilmente se conservariam os citrinos, no entanto as laranjas, embora poucas e más, já eram abundantes no Reino<sup>379</sup>. Em Quiloa, com bom porto e onde será erguida logo uma fortaleza, encontrarão os primeiros portugueses, além de outros víveres, «laranjas muito doces e muito boas milhores que has de Portugall»<sup>380</sup>.

Além do escorbuto, na Era de Quinhentos, outra *doença ultramarina* afetará grandemente os «nossos» na era de Quinhentos. Referimo-nos à malária (paludismo), assim referenciada pelo autor de uma relação intitulada *Navegação de Lisboa á Ilha de S. Thome, em meados do século XVI*: «Os habitantes brancos da Povoação [principal aglomerado de São Tomé], ordinariamente em todo o anno, todos os outo ou dez dias sofrem uma especie de sezão, isto he, primeiro o frio depois a febre, e em duas horas passa tudo [...]; porem os estrangeiros que alli vêm com navios, a primeira febre que os acomete é mortal [violenta] e costuma-lhes durar 20 dias; sangrão-se sem conta [...], tirando da vêa do braço quasi hum pichel [jarro pequeno], e como estão sangrados, lhes fazem huma sopa de pão em agoa [açorda], sal e hum pouco de azeite [...]; à proporção que lhes vai diminuindo a febre, assim lhes vão acrescentando a

---

<sup>378</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 2.º vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1949, p. 40.

<sup>379</sup> Cf. José Tavares de Macedo, «Estudo Histórico sobre a cultura da laranjeira em Portugal e sobre o commercio da laranja», in *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Typographia da Academia, 1855, nova série, tomo I, parte II, 24 p.

<sup>380</sup> Álvaro Velho, *ob. cit.*, p. 26.

comida, com carne de frango, e no fim dão-lhes carne de porco»<sup>381</sup>. Também os primeiros portugueses a fixarem-se em Luanda serão muito atingidos pelo paludismo e por outras doenças (escorbuto, erisipela, bexigas, beribéri...), das quais resultava, frequentemente, elevada mortalidade.

Esclareça-se, ainda, que, nesta importante, mas pouco salutífera colônia, os cargos de físico e até de barbeiro quase sempre estavam vagos. Valia o conhecimento de algumas plantas e drogas locais, como o pau-muzunda (para tratar a amigdalite e a dor de dentes), o inquefo ou pimenta de rabo (para as cólicas e as pontadas), o pau-gungo (para o inchaço das pernas e dos pés)<sup>382</sup>. A medicina naturalista africana estava, porém, longe de ombrear com a nossa em remédios e técnicas utilizadas. Por carta, de 18 de outubro de 1526, o Rei do Congo, já depois de haver conhecido o nível de «civilidade» dos portugueses, solicitará a D. João III que lhe fossem enviados 2 «físicos» (médicos), 2 boticários e 1 cirurgião, de modo a poder atalhar, com mais sucesso, algumas enfermidades locais, já que os seus súbditos dificilmente se curavam «com ervas e paos e outras maneiras de sua antiguidade»<sup>383</sup>.

Voltemos a *embarcar* no navio que se dirige à Índia, verificando, agora, a dificuldade que os viajantes têm em *matarem* o tempo. Sujeitos a uma sociabilidade que privilegiava o valor da honra, com frequência se verificavam graves brigas a bordo, das quais resultavam ferimentos e até mortes. Esclarecem, a propósito, as fontes históricas que, onde quer que se fixassem, os portugueses tinham tendência a reagirem fisicamente, envolvendo quase sempre também os «gentios». Confirmará tal tendência, por exemplo, uma carta ânua, datada do

---

<sup>381</sup> In *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas...*, tomo II, n.º 2, Lisboa, Na Typografia da Academia Real das Ciências, 1812, p. 102.

<sup>382</sup> Cf. João Marinho dos Santos, «Angola na Governação dos Filipês», in *Estudos Sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa*, vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras, 1998, p. 83-106.

<sup>383</sup> In *Monumenta Missionaria Africana (África Ocidental)*, coligida e anotada pelo Padre António Brásio, vol. I, Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1952, p. 488-489.

Colégio de Coulão, a 20 de dezembro de 1566: «Ha nesta terra muitas vezes brigas e diferenças, assi entre os portugueses como em gente da terra, porque como os homens nestas partes da Índia estejam comumente mais dependurados da honra que doutra cousa, que não estimão por ella morrer...»<sup>384</sup>. A esta propensão não era alheia, igualmente, a má formação moral de muitos dos embarcados, a ponto dos «regimentos» recomendarem que fossem vigiados pelos capitães dos navios. Poderemos documentar, também, com este testemunho, colhido de uma carta do Pe. Gaspar Dias, datada de Goa a 30 de setembro de 1567: «Avia-se embarcado nesta não [em Lisboa] muita gente pobre e mal acostumada [de maus costumes], e asi faltavão muytas cousas, [de] que se queixavam muitos que os roubavão»<sup>385</sup>.

À ambiência social pouco favorável à convivência, em boa parte suscitada por diferenças estatutárias, juntava-se o mal-estar físico, ora devido ao grande calor, ora devido aos intensos frios. Com efeito, em poucos dias podiam verificar-se acentuadas alterações climáticas, com reflexos nos humores e nas condutas dos embarcados. Concretamente, ao largo da Costa da Guiné, que levava cerca de um mês a percorrer, a «quentura» era insuportável, para, na passagem do Cabo da Boa Esperança (um trajeto mais curto mas muito tempestuoso), se verificar uma dolorosa «frialdade». A propósito, de forma realista o P.<sup>e</sup> D. Gonçalo da Silveira, em carta de Cochim e de janeiro de 1557, descreverá assim o contraste: «Nunca se virão suores de morte como os que se suão na Costa da Guiné. Nunca se virão membros frios como os que cortão os da Boa Esperança. Nunca se virão desmaios mortaes como os que se passão nos balanços que as naos fazem neste cabo...»<sup>386</sup>.

---

<sup>384</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 10.º vol., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953, p. 181.

<sup>385</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 10.º vol., p. 221.

<sup>386</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 6.º vol., p. 189.

Desenhado, a traço grosso, o quadro da grande instabilidade física e psíquica que afetava quem, rico ou pobre, se aventurava nas viagens marítimas de longo raio, é tempo de frisarmos quanto a fome e a doença constituíam os maiores tormentos. Di-lo-á, por exemplo, o P.<sup>e</sup> Manuel de Moraes, recém-chegado a Cochim em 1551: «[...] nenh~u, por rico que seja, se a viagem he comprida como a nossa ha que não padeça trabalho ou por doença ou por fome»<sup>387</sup>. Poderia, mesmo assim, ser debelado o sofrimento a bordo? Cristóvão de Mendonça, capitão da nau Santiago, em viagem para a Índia, observará em carta de 4 de janeiro de 1528 para D. João III: «[...] aos quaes [doentes] eu nam tenho poder de remediar por mingoa de mezinhas que dizem nam estar em costume as naaos da viagem as trazerem no que parece aver grande erro porque sam cousas de pouco custo e que muyto pera os taes tempos aproveitam pera saude e salvação dos homens no que peço a Vosa Alteza por merce queira ter lembrança pera o mandar remediar...»<sup>388</sup>.

Explicitam as fontes históricas que os doentes por embarcação eram, quase sempre, às dezenas, chegando a verificar-se casos em que havia mesmo falta de tripulantes por essa razão. Insista-se, porém, que muitos já embarcavam doentes ou mal alimentados, abrindo, portanto, a porta para a mortandade começar logo no início da viagem. E não estamos a considerar apenas a fome como uma privação absoluta ou quase, convindo não esquecer a sua relatividade, já que ela não é uma necessidade fisiológica que se satisfaça com qualquer alimento. Assim, o desejo de uma ou mais substâncias alimentares traduz-se em sensação de fome, com efeitos negativos físicos e psíquicos. Era o que se verificava, por exemplo, nas sociedades agrícolas ou camponesas (caso da portuguesa)

---

<sup>387</sup> Carta de 25 de novembro desse ano, in *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 2.º vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1951, p. 40.

<sup>388</sup> In *As Gavetas da Torre do Tombo*, ob. cit., vol. X, 1974, p. 541.

quando, faltando o pão à mesa, se dizia que a família estava a passar fome, ainda que pudesse ter acesso a outros alimentos. Ora, a bordo crescia essa apetência relativa.

Não havia, igualmente, nas grandes viagens, em sentido oposto às recomendações dos físicos mais esclarecidos, nem lugar para se evitar uma alimentação *indigesta*, nem para a prática da atividade física (passeios, desportos, banhos, fricções...). Quanto aos exercícios, eles eram fundamentais para abrir os poros, arejar o corpo e facilitar, enfim (dizia-se), a passagem dos «bons espíritos»<sup>389</sup>. Porém, a prescrição não deveria ser generalista, muito menos *cega* ou mistifória, já que deveria ter em conta os estados, regulares ou pontuais, dos próprios elementos físicos (se eram quentes, frios, secos ou húmidos) e os que melhor se adaptavam ao «temperamento» de cada pessoa. E sem nos alongarmos voltemos a lembrar a importância do comer.

Além da natureza dos alimentos e da sua preparação, a designada «Escola de Salerno» preconizava que se atendesse, igualmente, à ordem da sua ingestão, começando pela sopa e acabando no doce. Especifiquemos que uma sopa substancial poderia integrar farinha, mel, figos e alguns condimentos. Eram considerados alimentos *básicos* ou mais nutritivos o pão, certas carnes, os ovos frescos e o vinho. Entre os nocivos ou indigestos contavam-se a carne salgada, alguma caça (como a de lebre), o leite e os picantes. Estes, além de inflamarem os olhos, eram responsáveis pela redução do esperma e gerarem febres, podendo colher-se estas e outras informações em obras como a do «físico» espanhol Francisco Nuñez de Coria, editada em 1562, com o título *Avisos de sanidade que trata de todos los generos de alimentos y del regimento de la sanidad*<sup>390</sup>. Mas explicitemos, por se relacionar com a saúde, o que era tido,

---

<sup>389</sup> Cf., por exemplo, Jacques Le Goff (Dir.), *As Doenças têm História*, Lisboa, Terramar, 1991 (tradução em português).

<sup>390</sup> Cf. Augustin Redondo (Coord.), *Le corps dans la Société Espagnole des XVIIe et XVIIIe siècles*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1990.

então, por «comer bem» no Ocidente Europeu e, implicitamente, no Portugal de Quinhentos.

A associação pão-carne-vinho parece ter funcionado como básica, de que dá testemunho o seguinte aforismo: «Pão de ontem, carne de hoje e vinho de antão [velho] trazem o homem são». Quanto às carnes, no que concerne à natureza e à ordem do seu consumo, a preferência ia para a de vaca, depois para a de carneiro e em terceiro lugar para a das aves. Já o vinho deveria ser tinto e de encosta, reservando-se o branco apenas para acompanhar os pescados. Sendo forte, era aconselhável misturar-se-lhe água, o que os portugueses, por regra, observavam. A respeito da qualidade do nosso vinho, conta Damião de Góis que, num banquete oferecido pelo xeque Ismael da Pérsia à embaixada promovida, em 1515, por Afonso de Albuquerque, o anfitrião presenteou os «nossos» com algumas garrafas de «xiraz», vinho localmente muito apreciado. Depois, provou o português, que diplomaticamente também considerou excelente, acabando, no entanto, por declarar que «queria mandar um par de cargas do de xiraz [a] Afonso d'Albuquerque, pera ver qual era melhor»<sup>391</sup>. Ora, para relevar a excelência do vinho na saúde, uma das personagens dos *Diálogos de Dom Frey Amador* preconizará, seguindo o conselho de Galeno, que o vinho «se venda em as boticas». Portugueses e espanhóis consumiam-no abundantemente na Era de Quinhentos, ainda que, em Espanha, talvez por maior comunicação com os flamengos e os alemães, se principiasse a beber cerveja<sup>392</sup>.

Voltemos a *embarcar* para lembrar, agora, que, no tratamento dos doentes a bordo, a receita dos jesuítas, quanto aos alimentos possíveis e desejáveis, era a seguinte, nas palavras do P.<sup>e</sup> Sebastião Gonçalves: «[...] pellas menhãs, almoçar, a huns, açuquer rosado e a outros marmelada e, algumas vezes, passas e do nosso biscoito, que

---

<sup>391</sup> *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, parte IV, Imprensa da Universidade, 1926, p. 23.

<sup>392</sup> Amador Arrais, *ob. cit.*, fl. 18.

elles achavã muito bem. E pera a noite, lhe[s] coziãmos um caldeirão de lentilhas ou grãos ou papas que lhes davão a cear com ho nosso biscoito...»<sup>393</sup>. Contudo, nenhuma mezinha alimentar substituía o caldo de galinha, com a vantagem desta ave ser conservada viva e ser abatida à medida das necessidades, como deixará registado o P.<sup>e</sup> Manuel de Moraes, em carta de 25 de novembro de 1551, ao referir a difícil situação que, a meio da viagem de Lisboa para a Índia, se vivia na passagem do Cabo da Boa Esperança, «[...] onde já todas as cousas de comer não tem sustancia, senão ha galinha. E os que se ahy achão com galinhas de maravilha as dão a nynguem, e não se achão [compram] menos de cruzado huma, he as vezes, [a] seis tostões he dous cruzados»<sup>394</sup>. Retenha-se o carácter mercantilista que, até internamente, ia assumindo a «Rota do Cabo».

*Desembarquemos*, por fim, na «Índia», onde a adaptação aos vários espaços poderia levantar problemas, desde o domínio alimentar até a um conjunto de fatores físicos e psíquicos que acabavam por intervir na «harmonia de vida». Garantiam essa «harmonia», concretamente, a qualidade do ar, a salubridade dos lugares de residência, os estados do tempo (as estações) e a prática ou não dos exercícios físicos... Especificamente, segundo os técnicos da época, a marcha e o passeio eram importantes, porém não deveriam ser praticados em dias e horas muito quentes ou frios. Realizá-los antes das refeições resultava mais, até porque, logo após o comer aconselhava-se o descanso de cerca de uma hora. Desta recomendação até o célebre colono João Ramalho, natural do termo de Coimbra e residente no Brasil, tinha conhecimento, afirmando Tomé de Sousa que ele, apesar da idade, «Não tem cãa na cabeça nem no rosto e anda nove leguas a pe

---

<sup>393</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 9.º vol., Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1953, p. 62.

<sup>394</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 2.º vol., p. 40.

antes de jantar [almoçar]»<sup>395</sup>. Recomendava-se, igualmente, que o intervalo das refeições não fosse muito prolongado, para não privar o corpo do calor natural suscitado pelo trabalho do estômago, e que, para eliminar as excrescências corporais, como os suores, eram favoráveis as massagens e os banhos mornos e breves, seguidos de um curto período de repouso.

No que concerne à qualidade do ar, era de evitar os lugares de forte humidade. Por exemplo, Goa não era uma boa cidade pela sua insalubridade e também por, com frequência, surtos de doenças provocados por águas inquinadas, comidas muito apimentadas e falta de higiene. Assim, a cólera terá surgido em 1543, 1563, 1570 e 1588 com bastante intensidade. Em 1545 terá grassado, igualmente, uma devastadora epidemia de varíola de que morreram inúmeras crianças<sup>396</sup>. Contudo, em termos experienciais e de manifesta subjetividade, nem sempre as condições climáticas eram interpretadas do mesmo modo. Voltando ao exemplo de Goa, na opinião de alguns informadores, outras terras havia no «Estado da Índia» ainda mais desfavoráveis para se viver, como se depreende do seguinte parecer: «[...] que me parece que os ares desa terra [Goa] tem poder pera sarar muyto maiores doenças do que são os que Dio causa. Ao menos de alguns certos pasos dela [Goa estava dividida por passadiços] estes me parece a mim que me sararão mais hasinha [depressa] que os desta tera [Baçaim] que a dou hao diabo...» – confessará D. João de Ataíde em carta para D. Álvaro de Castro<sup>397</sup>.

Habitar zonas quentes em excesso era concorrer, igualmente, para que, segundo a conceção mecanicista da época, o sangue, os humores e os «espíritos» se inflamassem com o ar, suscitando

---

<sup>395</sup> «Carta, da cidade do Salvador a 1 de Junho de 1553, para o monarca», in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IX, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, p. 203-208.

<sup>396</sup> Cf. Alberto Carlos Germano da Silva Correia, *O ensino de Medicina e Cirurgia em Goa nos séculos XVII, XVIII e XIX*, Bastorá, Índia Portuguesa, Tipografia Rangel, 1941.

<sup>397</sup> «Datada de Baçaim a 15 de agosto de 1517», in *Colecção de São Lourenço*, vol. II, p. 28-29.

enfermidades agudas e estados de cólera. Dissipar o calor natural do corpo também não era saudável. Conhecedores ou não dos princípios teóricos da relação entre o clima e a saúde, mas experimentando, no dia a dia, dificuldades de adaptação, com frequência os portugueses, em missões religiosas ou laicas no Ultramar, pediam autorização aos superiores para abandonarem os lugares desfavoráveis, quando não eram as próprias autoridades a tomarem a iniciativa. Atente-se, para documentar, nesta carta de Filipe I dirigida ao Vice-rei da Índia D. Duarte de Meneses e datada de 1 de março de 1585: «Tambem me escreveo o dito arcebispo [de Goa] que pela casa de Sam Domingos estar em sitio muy doemtio, e serem falecidos nela muitos religiosos, comvinha passarem o colegio e estudo, que tem, pera outra parte...»<sup>398</sup>.

Poderá, pois, perguntar-se se, na generalidade, era difícil ou não, a adaptação dos portugueses às «novas» terras. Sob o intuito de responder adequadamente, depara-se-nos pertinente reiterar que a colonização lusa mostrou preferência pelas terras tropicais e sub-tropicais, por se situarem ou se julgar situarem-se nelas muitas das economias e sociedades mais ricas, como o próprio mito-utopia do *El Dorado* o sugere, ao fazer coincidir a existência do ouro com o sol intenso.

Mas a dificuldade de adaptação não poderá ser apreciada exclusivamente do ponto de vista físico. As fontes escritas falam da «saudade» que, com frequência, minava o ânimo de muitos dos colonos. Documentemos com este desabafo de Brás de Araújo, Vedor da Fazenda na Índia, em carta de Goa a 24 de Julho de 1546, para D. Álvaro de Castro: «De hũa cousa pode Vosa Merce ser certo que sempre os que ficam tem a vantajem aos que vam na saudade e em mim se entedera ysto mais porque fico muy soo e mais com a

---

<sup>398</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Insulíndia*, 5.º vol., Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1955, p. 26.

desposisam [doença] que Vosa Merce sabe»<sup>399</sup>. Porém, não mataria tanto como a guerra e outros fatores impeditivos e desgastantes no que concerne à fixação dos europeus. Exemplifiquemos com o caso de Angola. Dos 2340 indivíduos que, a partir de 1575, e pelo período de 17 anos, a colónia recebeu, terão morrido 450 na guerra (cerca de 1/5), 330 permaneciam lá em 1592 e os restantes ou tinham buscado outras paragens ou falecido naturalmente. A propósito do clima adverso de Luanda para os brancos, um anónimo Seiscentista classificará o lugar como um espaço «onde o sangue puro o clima gasta e consome, / o gesto roe e a cor come o ar [...] / Parte malvada e infesta, / horrenda, triste e escura / dos homens vil sepultura...». Mesmo assim a adversidade climática de Angola, em particular de certas regiões mais húmidas, não se comparava à da «Guiné», incluindo o arquipélago de S. Tomé e Príncipe, como confirmará o P.<sup>e</sup> Diogo Mirão: «Es tierra la más enferma que ay de todas las que naviegan los portugueses»<sup>400</sup>. Em suma: pensamos que desde a falta de alimentos e de uma dieta adequada até à ausência de hábitos de higiene e ao desconhecimento das doenças locais e dos meios para as combater, a adaptação dos «nossos» às *novas* terras não foi fácil, em muitos casos.

Difícil era, efetivamente, viver e até sobreviver em certas condições, que não apenas por razões naturais. Além do mais, faltavam os meios para contrariar a doença. A 13 de fevereiro de 1558, escrevia das Molucas (Ternate) o Pe. Francisco Vieira: «E a terra, que he a mais estremada para padescer, que [não] vy outra, sem medico nem cousa por elle, senão Deos; Elle nos cure. Tivemos huma surriada de bexigas, de que falecerão muytos; ja vam abrandando»<sup>401</sup>. E, numa outra missiva, datada também de Ternate, a 9 de março de 1559,

---

<sup>399</sup> In *Colecção de São Lourenço*, vol. II, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1975, p. 42.

<sup>400</sup> «Carta de 17 de setembro de 1554», in *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, p. 351.

<sup>401</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Insulíndia*, 5.º vol., p. 308.

o mesmo informador citará, entre «as grandes enfermidades que a terra de si daa, tolhimento de peis, mãos, e de todo o corpo, o que chamão bere-bere, e muy agudas febres e dores de cabeça graves, com incomparaveis pontadas...»<sup>402</sup>. Pensamos estar perante os sintomas do paludismo, que o primeiro colonizador de Angola, Paulo Dias de Novais, combaterá recorrendo às costumeiras sangrias, especificando que «Sumo de limõis cõ que muitos coitados se costumão a embarcar não presta, sem as muitas sangrias, he ellas serv~e s~e enxaropes n~e purgas, per si somente bastão, sem mais outro nenh~u remedio»<sup>403</sup>.

Queremos surpreender a doença a grassar e a afetar o projeto colonizador, ainda que pontualmente? Atente-se na seguinte informação de uma carta de um oficial régio, António de Brito, datada de Ternate, a 13 de fevereiro de 1523, e referente à ocupação das Molucas: «Senhor [rei], estando eu em terra, numa fortaleza de madeyra, a mays forte que eu pude fazer, averya obra dum mes, me adoeço toda a gente; que de duzentos homens que trazya nestas naos de Vosa Alteza, fequey com cynquoenta sãos, e destes [200] me morreram bem sesenta omens [...], que quando [os contrários] me viram toda a gente doente, estavam cada dia para dar em mym»<sup>404</sup>.

Uma vez contraída a doença, impunha-se combatê-la depressa e o melhor possível, contando-se, por práticas correntes, como se disse, as sangrias, as purgas, os cristéis, o lançamento de ventosas e um variado conjunto de mezinhas, algumas de natureza alimentar. Assim, para purgar e «encarnar» chagas, estimular o fluxo sanguíneo e aliviar os humores estomacais, o célebre boticário Garcia da Orta preconizará o uso do aloé oriental, sendo o melhor, em sua opinião, o de Socotorá. Mantinha-se fiel, portanto, à terapêutica à base

---

<sup>402</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Insulíndia*, 5.º vol., p. 315.

<sup>403</sup> «Carta de 2 de janeiro de 1584», in *Monumenta Missionaria Africana*, vol. IV, suplemento aos séculos XV e XVI, p. 423.

<sup>404</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Insulíndia*, 1.º vol., Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1954, p. 136.

de plantas, o que resultou num valioso contributo para o estudo científico da muito variada e rica farmacopeia de Quinhentos<sup>405</sup>. Pelo grande saber como físicos (médicos) e boticários, merecem relevância os judeus e «árabes», alguns deles nascidos em «Espanha», isto é, na Península Ibérica<sup>406</sup>. Com efeito, é sabido que as escolas «árabes» designadamente as estabelecidas em Granada, Córdova e Toledo, se afirmaram como grandes centros da «Escola Hipocrática» (grega e helenística), distinguindo-se os estudos ou *tratados* de Hipócrates, Galeno, Dioscórides e Rufus de Éfeso. Orta, naturalmente, foi seguidor desta prestigiada escola, mas logrou corrigir pela «experiência» parte do «saber antigo», em particular o de Plínio. Retenha-se que a designada «Escola Hipocrática» se caracterizou por utilizar a *prognosis*, isto é, a deteção das causas das doenças através da observação e a *diagnosis*, ou seja, a aplicação dos remédios tidos por adequados, introduzindo na medicina maior racionalidade (entenda-se saber teórico-prático), enquanto à «cirurgia» estava reservada a intervenção prática.

Outro importante naturopata português da era de Quinhentos foi João Rodrigues de Castelo Branco, o qual se afirmará também como herdeiro do legado de Hipócrates e seus pares<sup>407</sup>. Adoptará como metodologia a casuística patológica, que consistia em registar, descrever e entender casos ou «curas» (no dizer dele) suscetíveis de servirem como referentes ou modelos, devido à sua tipologia abrangente, conforme, a seu tempo, explicitaremos.

Mas, como era compreendida e explicada, então, a doença?

---

<sup>405</sup> Cf., por exemplo, Alfredo Margarido, *As Surpresas da flora no tempo dos Descobrimentos*, Lisboa, Elo-Publicidade, Artes Gráficas, 1994, 136 p.

<sup>406</sup> García de Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* (1563), Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, reprodução fac-simillada da edição da Academia Real das Ciências de Lisboa de 1891, 1987, p. 31. Sobre García da Orta e os seus *Colóquios*, cf. Jorge Borges de Macedo, *ob. cit.*, p. 139-181 e Maximiano Lemos, *ob. cit.*, p. 223 e segs.

<sup>407</sup> Entre outros quinhentistas, distinguiram-se os médicos portugueses Álvaro Nunes e Rodrigues de Castro (cf. Sousa Viterbo, *Notícia sobre alguns médicos portugueses ou que exerceram a sua medicina em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893 e Maximiano Lemos, *ob. cit.*, vol. I, p. 210 e segs).

Fundamentalmente, considerando-a um desequilíbrio humoral, pelo que competia, sobretudo, ao «físico» restabelecê-la, conferindo particular importância, de acordo com um manual de medicina árabe do século XV, à existência de quatro «humores»: a bÍlis (produto do calor e da seca), o sangue (combinação do calor e da humidade), a pituíta ou linfa (composto de frio e humidade) e a atrabÍlis ou bÍlis negra (associação de frio e seco). Os centros destes humores eram, respectivamente, a vesícula biliar, o fÍgado, os pulmões e o baço. E como funcionariam ou combinar-se-iam os humores?

De acordo com a sua combinação (embora diferente em cada indivíduo), eles determinariam o bem-estar ou o mal-estar, podendo encontrar-se cinco «temperamentos»: o bilioso, o sanguíneo, o linfático, o melancólico e o misto. Esta «teoria humoral» predominará até ao século XVIII e, ainda que sumariamente, poderemos esclarecê-la mais, apoiando-nos em Carmen Sánchez Tellez, que transcreveu e estudou o designado *Códice Zababuru de Medicina Medieval* (Universidade de Alcalá – 1997). De acordo com a «teoria cosmológica», retomada dos clássicos «antigos», os elementos de que eram feitas todas as coisas eram a terra, a água, o ar e o fogo. Quanto à natureza de cada um destes elementos e ao seu domínio anual: a terra (fria e seca) impunha-se entre setembro e novembro; a água (fria e húmida) entre dezembro e fevereiro; o ar (quente e húmido) entre março e maio; e o fogo (quente e seco) entre junho e agosto. Quanto aos efeitos dos humores, o domínio da terra gerava melancolia; o da água, fleuma; o do ar, sangue; e o do fogo, cólera.

Compreensivelmente, os desregulamentos, traduzidos em doenças, seriam provocados por elementos básicos e suas associações, devendo ser curados pelos seus opostos. Por exemplo, os reumatismos e as rouquidões, suscitados pelo frio húmido entre setembro e fevereiro, reclamavam a ingestão de produtos quentes, como gengibre, canela, pimenta e orégãos. Outro exemplo: as sangrias deviam ter lugar,

de preferência, quando predominava o ar quente e húmido, isto é, na primavera.

Depreende-se, pois, destas teorias que a climatologia mereceu particular atenção. Entre nós, o famoso Amato Lusitano exemplificou o interesse deste saber com o cotejo que estabeleceu entre os climas de Lisboa e Roma ou de Castelo Branco e Guarda. Destas últimas duas cidades dirá: «Sabemos que em todos os climas há lugares temperados e destemperados, pois Castelo Branco, minha pátria [terra dos pais], a que Ptolomeu faz referência, a igual distância de Lisboa e de Salamanca (a universidade mais célebre de toda a Europa), é de clima temperado. A cidade da Guarda, porém, perto daquela [Castelo Branco] é tão fria que até as pessoas o sentem no pico do verão. Isto vem-lhe da alta montanha hoje chamada Serra da Estrela...»<sup>408</sup>.

Registe-se, a propósito, que, pelo menos desde o século XIV, Castelo Branco dispunha de um hospital criado por um particular<sup>409</sup>. Não sendo caso único, porque à assistência se foram dedicando os privados, a maior parte destes hospitais medievais não passavam de albergarias ou asilos para indigentes e sobretudo para peregrinos. Houve, portanto, que percorrer um longo caminho até se chegar à assistência oficial, de que será emblemática a fundação do Hospital de Todos os Santos, em Lisboa<sup>410</sup>. D. João II obteve, efetivamente, do Papa autorização para «poder tomar em hum soo Esprital todolos Espritaes de Lisboa, que erão muytos, e assi os de Santarem, e Evora»; o seu sucessor, por um «regimento» de 1501, exigiu «uma

---

<sup>408</sup> Amato Lusitano (João Rodrigues de Castelo Branco), *Centúrias de Curas Mediciniais*, prefácio e tradução de Firmino Crespo, *Terceira Centúria*, vol. II, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Médicas, s.d., p. 188.

<sup>409</sup> «Confirma-se por uma carta, de 2 de abril de 1393», in *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, Liv. III, vol. III, tomo I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 113-115.

<sup>410</sup> Cf. Manuela Mendonça, «A Reforma da Saúde no Reinado de D. Manuel», in *Jornadas de História do Direito Hispânico*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, p. 221-241. Além de outros, vide, uma vez mais, Maximiano Lemos, *ob. cit.*, vol. I, p. 133-136.

cuidada organização ao novo hospital»<sup>411</sup>. Constituiu, na verdade, preocupação do «Venturoso» *regulamentar* as ciências e artes dos «físicos» cirurgiões e boticários, sobretudo dos que exerciam atividade em Lisboa, e continuar a dotar o Hospital de Todos-os-Santos com as rendas necessárias<sup>412</sup>. Contudo, era de toda a conveniência que a rede hospitalar se distendesse ao Império, em particular aos nódulos das rotas principais e aos centros de irradiação da colonização. Exemplifiquemos com a carta régia de 3 de maio de 1504, ao dotar a estratégica ilha de S. Tomé com o projeto da construção de um hospital na Povoação (a capital), para agasalho e recuperação dos doentes e pessoas miseráveis residentes e visitantes<sup>413</sup>. Melhor se compreende que o «Estado da Índia» fosse dotado de hospitais, como veio, de facto, a suceder e iremos concretizar.

Fazer hospital, para assistência dos que chegavam do Reino e dos que tinham a seu cargo a aquisição e o embarque das especiarias, em Cochim (primeira base comercial) foi uma das iniciais decisões governativas de D. Francisco de Almeida, como Vice-Rei, conforme o próprio dará notícia, em carta datada de 16 de dezembro de 1505 e endereçada a D. Manuel. O modelo do referido hospital poderá ter sido o de Todos os Santos, como esta referência parece indiciar: «Fiz aqui huum esprital que he muy proveitoso ainda que nom seja tam suntuoso como o de Lixboa, tem boa casa e boas camas com muita roupa [...] e de dentro della [casa] vêem os enfermos Nosso Senhor no altar maior da igreja e ouvem as misas cantadas...»<sup>414</sup>. O desenho progressivo do designado «Estado da Índia», particularmente com a centralidade conferida a Goa, poderá ajudar a compreender

---

<sup>411</sup> Cf. Manuela Mendonça, *ob. cit.*, p. 221-241.

<sup>412</sup> Cf., por exemplo, o alvará régio de 17 de setembro de 1515, em que lhe doa um escravo (dos melhores) por cada navio negreiro que, proveniente da Guiné, chegasse a Lisboa, in *Monumenta Missionaria Africana*, segunda série, vol. II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963, p. 118-119.

<sup>413</sup> In *Monumenta Missionaria Africana*, vol. I, Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1952, p. 196-198.

<sup>414</sup> In António Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias (Dir.), *ob. cit.*, p. 108. Também o Hospital de Todos os Santos dispunha, de facto, de uma notável igreja.

alguma degradação que atingiu o hospital de Cochim, a ponto de, em carta datada dessa cidade, a 20 de janeiro de 1548, Francisco Xavier informar estar «muito danificado e prove de edificios», o que deveria ser corrigido, «pelos muitos doentes que acudem dos que andão nas armadas e contino serviço de V. A.»<sup>415</sup>. Era verdade, pois, em 1565, de duas naus provenientes de Lisboa foram retirados 150 doentes que receberam, localmente, assistência, acabando por falecer 30. Durante a viagem, só numa dessas embarcações tinham perecido 90 pessoas<sup>416</sup>.

Em Goa, surgiu cedo um Hospital Real. Posteriormente, anexo ao Colégio dos Jesuítas, foi instalado um outro, tido também por modelar, como este excerto de uma carta do Irmão Reimão Pereira, datada de 8 de dezembro de 1552, enaltece: «[...] no qual hospital se recolhem todos os doentes da terra, de todas as enfermidades, asi molheres como homens; mas tem tudo muy bem repartido, porque nas casas onde estão as molheres não entra nenh~u dos homens, e asi, pelo consequente, na dos homens; e tem tudo muyto limpo com seus catres, esteiras, e xumaços, e colchões para a serventia do qual, tem sete ou oyto pesoas...»<sup>417</sup>. Assim se confirma que a assistência médica hospitalar, prestada pela Coroa/Estado e por instituições religiosas, cedo também se alargou aos «gentios» e, com mais razão, aos que se iam tornando cristãos. Com efeito, em finais do reinado do «Venturoso», já a Fazenda Pública pagava a um «físico» para visitar e curar os doentes cristãos de Goa<sup>418</sup>.

Porém, mais do que referenciar, quantitativamente, os institutos que prestavam serviço hospitalar no Ultramar Português, convirá

---

<sup>415</sup> In *Epistolae S. Francisci Xaverii aliaque eius scripta*, Tomus I (1535-1548), Ediderunt G. Schurhammer S. I. et I. Wicki S. I., Romae, Apud «Monumenta Historica Soc. Iesu», 1944, p. 416.

<sup>416</sup> «Carta do Irmão Jesuíta Jerônimo Roiz, datada de Cochim, a 20 de janeiro de 1566», in *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 9.º vol., p. 16.

<sup>417</sup> In *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, 5.º vol., p. 265.

<sup>418</sup> Cf. Alvará de 1519, In *As Gavetas da Torre do Tombo, ob. cit.*, p. 174.

perguntar pela sua qualidade geral durante o período em apreço. A resposta à questão, além de difícil, exige que se particularize institucional e temporalmente. Nuns casos, os encómios não faltavam, ainda que, compreensivelmente, mais da parte de quem instituía ou administrava; abundavam, noutros, as críticas e as solicitações, como esta carta do Vigário de Malaca para D. João III, datada de 27 de novembro de 1532, revela: «Ho espiritall dos doemtes desta cidade he muito mall provido em grande extremo e maneira, tanto que muitos doemtes perecem por nom terem as cousas neçeçarias dos ditos provimentos, principallmente as cousas da botica pera remedio de suas infermidades, e asy de bons físicos e sollorgiães [...] e asy barbeyros e bons samgradores pera samgrarem...»<sup>419</sup>. Solicitava, pois, mais e melhores agentes e que a botica viesse do Reino. Comentemos esta última petição.

Os provimentos em botica e mezinhas, naturalmente, variavam, em quantidade e de instituição para instituição, ainda que não tanto em natureza ou espécie. Em Goa, concretamente, pelos anos vinte de Quinhentos, o respetivo rol integrava xaropes, pós, óleos, unguentos, emplastos, águas rosadas e destiladas, vinagre, mel, açafraão, cânfora, incensos, gomas, pedra hume... Quanto a géneros alimentares, os mais requisitados eram carnes de galinha e cabrito, peixes, ovos, açúcar, farinha, arroz, abóbora, manteiga, laranjas, confeitos, vinhos... Alguns destes nutrientes integravam pratos de alimentos combinados, designadamente galinha e arroz ou laranjas e açúcar, sem esquecer as gemadas de ovos e vinho<sup>420</sup>.

Parte da «botica» era, efetivamente, enviada do Reino, ficando, como é óbvio, bastante cara a importação, até porque muita se

---

<sup>419</sup> In *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, 2.º vol., p. 222.

<sup>420</sup> Sob os títulos «Farmácia de Goa (anos de 1524, 1525 e 1526)» e «Hospital de Chaúl (1528)», in *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 2.º vol., p. 38-44, 58-72, 80-87 e 149-171, respetivamente.

danificava. Assim, as pessoas de menores recursos financeiros não tinham acesso nem a ela, nem às consultas dos «físicos», como referirá D. João Henriques, um atento observador da realidade da Índia, em carta, para o Rei, datada de Goa a 27 de outubro de 1548: «Huma obra de misericórdia se avia de prover sobre hus criados de Vosa Alteza, fidalgos pobres e outras pesoas que, por não terem dinheiros que dar ha fisiquos, nem ha boticas, morrem ao desamparo...»<sup>421</sup>. Aliás, no Reino, também a medicina era cara, como o deixou registado, por meados de Quinhentos, o Licenciado Francisco Dias, ao declarar que três coisas tinha dificuldade em compreender: o que levavam os boticários pelas mezinhas, os médicos e cirurgiões pelas curas e os juristas pelos conselhos<sup>422</sup>.

Um nota final que, justamente, deverá ficar exarada neste estudo. A partir de finais do século XVI, os Irmãos de S. João de Deus, os designados «Hospitalários», começarão a *revolucionar*, qualitativamente, a assistência hospitalar, ao separar os doentes por patologias e, sobretudo, ao humanizar os cuidados médicos que não tanto ao melhorar as instalações. Os «Hospitalários» instalar-se-ão, progressivamente, em várias parcelas do Império e da fama do Santo nascido em Montemor-o-Novo e da sua obra já dará testemunho lisonjeiro Duarte Nunes do Leão, fechando assim a respetiva notícia: «E sempre delle e de sua charidade darão fé pelos hospitaes os religiosos da sua ordem»<sup>423</sup>.

---

<sup>421</sup> In *Documentação para a História das Missões [...] – Índia*, 4.º vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1950, p. 84.

<sup>422</sup> Francisco Dias, *Memórias Quinhentistas dum Procurador del-Rei no Porto*, prefácio e notas finais de A. de Magalhães Basto, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1937, p. 99.

<sup>423</sup> Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 227.

(Página deixada propositadamente em branco)

## **O INSIGNE NATUROPATA AMATO LUSITANO (1511-1568)**

Em 1511, de pais judeus (ainda que aparentemente cristianizados), nascia, em Castelo Branco, João Rodrigues, conhecido por «Amato/ Amado Lusitano»<sup>424</sup>. Neste mesmo ano, no longínquo «Oriente», o Governador da Índia, Afonso de Albuquerque (1509-1515), conquistava Malaca, uma cidade tão rica em trato como Veneza, «porque a ella acode, comumente, no ano, de todas as partes, muito ouro, prata, pedraria, ambre, almiscre, beijoim, aguilla, seda, damasquos, pimenta, marfim, espravos e todo o genero de cousas que se buscar, em muita superabundancia», na analogia estabelecida pelo P.<sup>e</sup> Baltasar Dias e registada em carta datada de Malaca a 19 de novembro de 1556<sup>425</sup>. Em 1510, já Albuquerque se havia apoderado da ilha de Goa, onde instalará a sede do designado «Estado da Índia», um extensíssimo, mas descontínuo, «império luso», que se irá distender de Sofala a Ternate (nas Molucas).

Entretanto, em Marrocos, o nosso D. Manuel prosseguia a conquista de importantes cidades e vilas, com o apoio de algumas tribos de mouros («mouros de paz»), e acautelando os interesses de Portugal em relação a Castela através da demarcação de limites

---

<sup>424</sup> Sobre o percurso pessoal e a atividade profissional de Amato, cf., entre outros, Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal – Doutrinas e Instituições*, vol. I, Lisboa, Publicações D. Quixote – Ordem dos Médicos, 1991, p. 189 e segs.

<sup>425</sup> In *Documentação para a História do Padroado Português do Oriente – Insulíndia*, 2.º vol., Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1955, p. 327.

celebrava o Tratado de Sintra (1509). Neste mesmo ano, o «Venturoso», por cartas patentes de 4 de Maio, prometia aos judeus de Safim que nunca os expulsaria da cidade (a eles e aos sucessores) e que não os obrigaria à conversão ao cristianismo. Por sua vez, no Brasil, D. Manuel, embora com os olhos fitos na Índia rica das especiarias, começará a defender, diplomática e militarmente, o monopólio real do pau-brasil e manter-se-á atento às primeiras experiências da produção do açúcar, do algodão e do tabaco, com o apoio laboral do Índio e do escravo «negro» da Guiné e de Angola, em trânsito, respetivamente, por Cabo Verde e S. Tomé, sem esquecer o contributo do último no povoamento e na exploração económica dos espaços insulares atlânticos.

Eis, sumariamente, debuxado o estado do Império Ultramarino Português em começos de Quinhentos, um império geograficamente, como é óbvio, mais extenso que o «Estado da Índia», em formação, economicamente já muito rico, religiosamente empenhado na difusão rápida do Evangelho e da Civilidade, culturalmente inebriado com «novas novidades», mas financeiramente débil. Justifiquemos.

Aos enormes gastos náuticos e militares acrescia, não só, a mobilização forçada de marginais, mas também, de gente trabalhadora, alguma dela retirada à agricultura e aos ofícios. Presidia ao projeto imperial, naturalmente, o rei com a participação empenhada de nobres e eclesiásticos. A *exigência* da manutenção do *status* nobre ou aristocrático por parte dos construtores do Império, entre outros fatores economicamente desgastantes, obrigava à importação de bens de primeira necessidade e de luxo, com a inevitável contração de uma assustadora dívida pública nas praças financeiras da Flandres e da Itália. Grassava a corrupção entre os servidores («criados») e os «oficiais» do Rei, ainda que não fosse contudo este o factor social mais negativo, se se tiver presente a tendência endémica dos portugueses para a inveja e a denúncia quanto ao exercício dos cargos. Verdade

se diga que elas eram estimuladas pela Coroa/Estado, como via do revesamento dos «ofícios» do Poder e conseqüentemente de uma parte em prol da Coroa/Estado, mas concorriam, sem dúvida, para a debilidade da coesão nacional, constantemente ameaçada pela heterodoxia religiosa de judeus, cristãos-novos e mouros. Esta ameaça ao unionismo religioso e cultural afigurava-se perigosa para a realização do projeto expansionista-colonizador, até porque a Nação Portuguesa não contaria ainda dois milhões de habitantes. Nestas circunstâncias, o centro político decisor (a Coroa/Estado) procurava travar o êxodo individualizado (emigração) para as diversas e distantes regiões do Mundo e manter aninhada a Nação em torno da colonização. Estava a consegui-lo?

Depois de quase oito séculos de porfiadas e sangrentas batalhas contra o «infiel» ou «mouro» (muçulmano), toda a Península Ibérica acabara por ser *oficialmente* cristã, mas quer em Espanha quer em Portugal persistia uma particular atenção aos movimentos dos heterodoxos, os quais continuavam a ser, em alguns locais, relativamente numerosos e perigosos, a ponto de justificarem frequentes e ferozes perseguições populares. Em 1506, por exemplo, a matança, em Lisboa, de vários «hebreus» obrigou D. Manuel a intervir e a proteger estas «comunhas». No ano seguinte, facultou-lhes, mesmo, a permissão de saída de Portugal, sem serem espoliados dos seus bens. Em abril de 1512, o monarca renovou, por um período de 16 anos, a isenção de inquérito sobre crimes contra a fé, pelo que judeus, cristãos-novos, mouros e outros não-cristãos ficaram mais tranquilos. Tranquilidade relativa, já que, em 1515, ainda que sem grande empenho diplomático, D. Manuel solicitava ao Papa a instalação, em Portugal, de um Tribunal Geral de Inquisição, que julgasse os crimes contra a fé católica. Contudo, até 1521 (ano em que faleceu), tal areópago não fora institucionalizado entre nós, pelo que a meninice de João Rodrigues decorreu em Castelo Branco,

onde também havia uma significativa «comuna» judaica, em relativo sossego público.

Em 1529, João Rodrigues de Castelo Branco terminará, com 18 anos, o curso de Medicina em Salamanca, no seu dizer a universidade mais célebre de toda a Europa. Mesmo, as universidades de Alcalá de Henares e Valladolid sobrepujavam, em prestígio, a portuguesa, já que será o próprio D. João III a reconhecer implicitamente a inferioridade do nosso ensino superior, ao decidir criar, em Paris, «50 bolsas» para estudantes reinóis que frequentassem o Colégio de Santa Bárbara, dirigido pelo Dr. Diogo Gouveia<sup>426</sup>. Com efeito, em 1537, a Universidade será transferida de Lisboa para Coimbra, por ser cidade mais acolhedora e tranquila, mas também para renovar a instituição através da criação de novas cadeiras e da contratação de docentes com maior qualidade. Afetou-lhe, para tanto, importantes recursos materiais<sup>427</sup>.

Em Salamanca, João Rodrigues não aprendeu, apenas, medicina e cirurgia; aprofundou, igualmente, os seus conhecimentos nas línguas clássicas (latim, grego e hebraico) e nas línguas vernáculas (com relevo para o castelhano e o francês). António Nebrija ou Lebrija, autor da primeira *Gramática Castelhana* (publicada em 1492), foi seu mestre, convindo referir, a propósito, que só em 1536 Fernão de Oliveira logrará editar a primeira *Gramática da Linguagem Portuguesa*, embora logo seguida (em 1540) de uma outra saída da pena de João de Barros. Com uma importante diferença quanto às intenções dos

---

<sup>426</sup> Sobre a frequência portuguesa das Universidades de Salamanca e Alcalá de Henares, vide Joaquim Veríssimo Serrão, *Portugueses no Estudo de Salamanca*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1962; *Idem*, «Alcalá de Henares na Cultura Portuguesa do Renascimento», in *Portugaliae Historica*, 2.<sup>a</sup> Série, vol. I, *Portugal no Mundo*, Lisboa, FLUL – Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1991, p. 169-181; José Luís Pesel, «La Universidad clásica de Alcalá de Henares. Estudio y estado de la cuestión», in Luis Enrique Rodríguez San Pedro Bezares e Juan Luis Polo Rodríguez, *Universidades Clásicas de la Europa Mediterránea: Bolonia, Coimbra y Alcalá*, Salamanca, Ediciones Universidad, 2006, p. 195-208.

<sup>427</sup> Cf., entre outros, Fernando Taveira da Fonseca, «História da Universidade de Coimbra. Estado da Questão», in *Universidades Clásicas de la Europa Mediterránea. Bolonia, Coimbra y Alcalá*, Luis Enrique Rodríguez San Pedro Bezares e Juan Luis Polo Rodríguez (Coords.), Salamanca, Universidade de Salamanca, 2006, p. 111.

gramáticos castelhanos e portugueses: Nebrija pretendeu alcandorar, face à concorrência de outras línguas espanholas, o castelhano a língua de Império, enquanto o nosso Fernão de Oliveira, perante o exclusivismo do português não teve necessidade de o impor, a não ser em qualidade. Lutou, pois, sobretudo para que fosse bem falado e escrito por todos os súbditos do Reino e do Império, com o argumento de que a unicidade e a qualidade da língua-mãe contribuiriam para a unidade de colonizadores e colonizados. Em suma: entre outros fatores, a língua e a religião podiam, e deviam, concorrer para a união do Império. Não obliterou, igualmente, por meios coercivos este desiderato o sucessor de D. Manuel, ao ordenar, em Abril ou Maio de 1531, que o seu representante em Roma diligenciasse no sentido do Papa outorgar a necessária autorização para se criar em Portugal – com similitudes ao que estava em funcionamento em Castela – o Tribunal Geral da Inquisição. Efetivamente, pelas *Letras pontificias* de 17 de dezembro de 1531, chegou a ser nomeado para Inquisidor-mor o confessor do Rei português; só que o indigitado não aceitou.

As bem informadas comunidades judaica e cristã-nova em Portugal logo se voltaram a agitar, pelo que muitos dos seus membros rumaram à Flandres, para, depois, alguns deles se abrigarem em terras do Islam. A debandada, com os respetivos capitais, ameaçava ser tão grande que, em 1532, por carta de 14 de Junho, D. João III cassava, por 3 anos, a licença das saídas livres do Reino. Citemos o diploma: «E sendo eu ora enformado que allguns dos ditos crystãos novos queremdo se yr pera a dita terra de mouros se passam de meus reinos e senhoryos pera Framdes e outras partes de crystãos pera dhy se yrem a dita terra de mouros e vemdo como isto he muy grande desserviço de Noso Senhor e por outros justos respectos que

me movem [...]»<sup>428</sup>. Travou as saídas, mas não as estancou, como o prova a decisão, tomada em finais de 1533 ou começos de 1534, do médico João Rodrigues de Castelo Branco abandonar a sua terra natal. Ali exercera medicina após a formatura, ali observara casos ou curas médicas interessantes, ali começara a praticar a naturopatia. Por certo, deixava, a contra-gosto ou com grande saudade, a pequena pátria albicastrense, encastrada nas faldas das serras do Moradal e da Gardunha, e buscava a buliçosa e cosmopolita cidade de Antuérpia, como sucederá a outros portugueses ilustres e de que é exemplo o professor universitário Luís ou Leonardo Nunes<sup>429</sup>. Mas o que era, então, a vila de Castelo Branco? É possível retratá-la?

Por um «numeramento» realizado entre 1527-1532, sabe-se que o concelho de Castelo Branco contaria 1417 «fogos» (cerca de 5 000 pessoas). Como sucedia praticamente em todo o País, pese embora a crescente importância do comércio, era o setor primário que garantia a sobrevivência. Esta dominância afigura-se urbanisticamente representada na vila albicastrense, quando, entre 1509-1516, Duarte de Armas, engenheiro militar encarregado de debuxar as fortalezas raianas, a retratou em duas perspetivas (uma de sueste e outra de nordeste)<sup>430</sup>. O que se vê no respetivo debuxo? Manchas densas de olival e sobreiral envolvem o espaço amuralhado, a par de rincões de plantas que parecem ser videiras. O casario térreo, onde aflora só uma ou outra chaminé, revela níveis económicos baixos, ou até pobreza, e, por segurança, acantona-se no interior das muralhas. Enfim, pelos fortes traços da paisagem natural e pela modéstia das casas, parece tratar-se de uma comunidade agrupada, bastante ruralizada, ainda que aberta às trocas com o exterior, como a figura

---

<sup>428</sup> In *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, p. 280-284.

<sup>429</sup> Cf. Maximiano Lemos, *ob. cit.*, vol. I, p. 190.

<sup>430</sup> Cf., particularmente, João de Lisboa Almeida, *Reprodução anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darnas*, Lisboa, Editorial Império, 1943.

de um almocreve, tocando dois machos ou burros, sugere.

A vila de Castelo Branco foi, então, igualmente, pátria de um outro famoso médico – o Dr. Leonardo Nunes. O seu prestígio levá-lo-á a partir para Lisboa em 1546, como «físico» da Corte e com o estatuto de Fidalgo da Casa Real. Não nos parece haver, nestes dois exemplos, um simples acaso, antes os interpretamos como sendo reveladores da simbiose local entre a «arte tradicional de curar», a arte-ciência da medicina (cursada nas universidades) e a prática hospitalar<sup>431</sup>. Quanto à assistência ao nível local, por carta de 2 de abril de 1393, já D. João I havia confirmado a sucessão de um Rui Vasques, de Castelo Branco, na posse de um morgadio instituído por um seu bisavô, de nome Martim Esteves, o qual, «morador em outro tempo na vila, fez hu~um moorgado e sobceson [sucessão] ao qual anexou e apricou muitos beens que avia e mandou manteer h~ua capella e hu~u sprital pollos fructos della...»<sup>432</sup>. Enfim, desde, pelo menos, o século XIV, já havia em Castelo Branco uma instituição hospitalar e nela pôde praticar o «físico» João Rodrigues, além de sabermos que viajou e se estabeleceu temporariamente em outras cidades do centro de Portugal<sup>433</sup>.

A decisão de Amato Lusitano abandonar Portugal e tomar o caminho da Flandres, com curtas estâncias em Santarém e Lisboa, é coincidente com a morte, em 1534, do «homem justo e homem de Deus» (no dizer de um contemporâneo), que era o Papa Clemente VII. Tudo mudou, porém, com o seu sucessor, Paulo III, já que foi com a sua aprovação que a Inquisição entrou, oficialmente, em Portugal, mais propriamente, em Maio de 1536. Já, então, Amato residia em Antuérpia, onde viveu sete anos, exercendo largamente a clínica

---

<sup>431</sup> Cf., entre outros, «Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI», in *Cadernos de Cultura*. Castelo Branco, Semedo – Soc. Tipográfica, 2006, n.º XXIV, novembro, 137 p.; M. Ferreira de Mira, *História da Medicina Portuguesa*, Lisboa, 1948.

<sup>432</sup> In *Chancelarias Portuguesas*. D. João I, Livro III, Vol. III, Tomo 1, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 113-115.

<sup>433</sup> Cf. Maximiano Lemos, *ob. cit.*, vol. I, p. 190.

e relacionando-se com «físicos» famosos. Esclareça-se, a propósito do seu relacionamento pessoal e profissional, que Clemente VII não só resistira em anuir à criação do famoso Tribunal, como até facultara a entrada segura de muitos hebreus nos Estados da Santa Sé. Concretamente, em Ancona (Itália), foi-se formando, durante o seu pontificado, uma importante colónia de judeus portugueses, pelo que não será por acaso que, mais tarde (depois de 1547), Amato Lusitano a preferirá a Ferrara, onde aprofundara os estudos botânicos. Ele era, na prática, um homiziado religioso.

A simpatia de João Rodrigues de Castelo Branco pela religião judaica está registada, implicitamente, na *Cura IX da Primeira Centúria de Curas Mediciniais*, quando, a propósito da doença que vitimou o hebreu Alizalaín, comenta: «É todavia de grande conforto para os seus amigos o facto de ter vivido santamente e ter morrido inocentemente naquele dia em que os judeus aconselham a pedir a Deus perdão para os seus pecados»<sup>434</sup>. Estava a registar este comentário já em Ancona.

Coincidente com a oficialização da Inquisição em Portugal (o que acabaria, até, por a justificar), será a crescente degradação da situação interna do País, principalmente no domínio económico-financeiro, mas também no político-militar. Das graves ameaças externas à sobrevivência então do nosso Império, sobretudo no Norte de África e na Índia, lembraremos, a título de exemplo, mas simbólico, que em 1538, os Reis de Portugal e de Fez quase haviam sido constrangidos politicamente, por interesse de ambos, a celebrarem um tratado de paz, válido por 11 anos. Preocupava-os, com efeito, os avanços militares dos Xarifes do Suz, chefes tribais populistas e fundamentalistas do sul de Marrocos, empenhados

---

<sup>434</sup> Amato Lusitano (João Rodrigues de Castelo Branco), *Centúrias de Curas Mediciniais*, volume I, Universidade Nova de Lisboa, s.d., p. 81 (Prefácio e tradução de Firmino Crespo). As *Centúrias*, em número de sete, foram editadas entre 1551 (Florença) e 1561 (Tessalónica).

na unificação político-religiosa deste reino e na expulsão dos estrangeiros dominadores, entre eles os portugueses. Mas se, em Fez, se evidenciava mais intensamente a anarquia em que havia mergulhado a dinastia Merínida, na Índia, mais propriamente no Guzurate (rica região de tecidos, açúcar e outros bens exportáveis), a nossa fortaleza de Diu sofrera, também em 1538, um fortíssimo ataque chefiado pelos turcos, com réplica ainda mais intensa em 1546. A apropriação do domínio do Mar Vermelho, pelos otomanos, com a conquista da porteira-cidade de Adem (ainda em 1538), estava a dificultar as comunicações, sobretudo ao nível da informação, entre a Índia e Portugal. Enfim, o Império português basculava mais, mantendo um desesperado braço no Índico e despegando outro na direção do promissor Brasil. Mas, acima de tudo, era preciso manter coesa a Nação e firme o Império, que não apenas, através das armas. A sacrificar parcelas (e era necessário fazê-lo), que fossem abandonadas algumas fortalezas ou praças do Norte de África, tão difíceis e custosas de manter.

Já referimos, quanto a outras medidas estratégicas tidas por convenientes, a aprovação do Tribunal da Inquisição e, em 1539, um ano depois, chegavam a Portugal os primeiros representantes da Companhia de Jesus. Era preciso fortalecer também a Nação e o Império com a *pólvora* da ortodoxia religiosa. Assim, enquanto Simão Rodrigues, na qualidade de Provincial e com o projeto de fundar um colégio em Coimbra, ficava no Reino, Francisco Xavier, com mais dois Padres e um Irmão, embarcava, a 7 de Abril de 1541, rumo ao Oriente. A 1 de Fevereiro de 1549, sairá, também, de Lisboa mas com destino ao Brasil, outro célebre Inaciano, o P.<sup>e</sup> Manuel da Nóbrega. Acompanhá-lo-ão 2 Padres e 3 Irmãos, já formados no Colégio de Coimbra.

O interesse político-económico pelo Brasil era claro, como alternativa à hipótese de se soçobrar na Índia. Era Terra (já o referira Caminha) fértil

e os índios pacíficos. Era, contudo, necessário instalar, ali, um governo-geral que conferisse coesão às capitanias donatórias e era conveniente enviar missionários, capazes de ajudarem na formação de uma colónia pluriétnica e pluricultural, para ser política e economicamente sólida. A tarefa não era fácil, tanto para o poder temporal, como para o espiritual, sobretudo se não atuassem em sintonia.

Entretanto, em Itália, já Paulo III (1534-1549) instituíra, em 1543, a Censura e o Index dos Livros proibidos e, em 1545, inaugurara o Concílio de Trento, podendo perguntar-se se Amato Lusitano estaria interessado no que se passava no seu País. Sem o sabermos, retomemos a reconstituição do seu *curriculum* profissional.

Chegado a Antuérpia em 1534, publicara, em 1536, o seu *Index Dioscoridis*, identificando-se por *Joanne Roderico Castelli Albi Lusitano autore*. Esclareça-se que Dioscórides fora um famoso botânico e droguista do século I d.C., tendo estudado mais de 600 plantas, úteis pelo seu potencial medicinal<sup>435</sup>. Amato Lusitano, consciente da importância dos estudos de Dioscórides, foi não só ao ponto de os comentar, como de os valorizar com informações sobre plantas úteis de Portugal, do seu Império e até da Europa (como as que observou no jardim botânico de Ancona). Com que interesse? Porque a medicina mais avançada do seu tempo, logo também a sua medicina, continuava a procurar detetar, ao nível do «prognóstico» (e de acordo com a escola de Hipócrates e dos seus seguidores), as causas das doenças, usando a observação direta e estabelecendo analogias com casos modelares ou «curas referenciais»; já, ao nível do «diagnóstico» e das prescrições médicas, o largo uso de plantas e drogas (algumas integrando a categoria de

---

<sup>435</sup> João Rui Pita e Ana Leonor Pereira, *Estudos Contemporâneos sobre Amato Lusitano*, Aveiro, Coimbra, São Paulos UA Editora, Universidade de Aveiro, Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em <https://digitalis.uc.pt/handle/10316.2/35708>.

«especiarias») era preconizado abertamente, a par de outras terapias que, a seu tempo, enunciaremos. Assim, o «Médico-físico» (como se intitulará na dedicatória da 1.<sup>a</sup> *Centúria*) nascido em Castelo Branco também se dispôs a descrever casos ou «curas» típicas, agrupando-as em conjuntos de 100 («centúrias») e numerando-as, para melhor referência, através do método analógico ou comparativo. São conhecidas pelas *Sete Centúrias de Curas Medicinais* ou *Centuriae Medicinalia*<sup>436</sup>.

Exemplifiquemos com a «Primeira Centúria – Cura IX – em que se trata dum esfacelo, isto é, duma chaga que destrói o cérebro»<sup>437</sup>. Depois, o Médico albicastrense passa à descrição-narração do caso, referindo concretamente: «O hebreu Alizalaín, de vinte e sete anos, foi atacado duma doença gravíssima e mortal, no dia 4 de setembro de 1546, tempo a partir do qual nos propusemos a escrever estas Curas». Alizalaín morreu, segundo a anotação de Amato Lusitano por «corrupção do cérebro, isto é, gangrena ou apodrecimento», um prognóstico abonado por Hipócrates e Galeno. «Para melhor conhecer esta afecção», procurou indagar a vida do doente, particularmente os tempos mais próximos da doença, e o seu «temperamento». Igualmente importante, como princípio geral, era que o doente soubesse resistir à doença, bem próximo dum médico, a quem se pedia que fosse instruído, dedicado, agradável e sério<sup>438</sup>.

Em muitas das «curas» realizadas pelo «médico» João Rodrigues de Castelo Branco, era imprescindível recorrer à arte da cirurgia, pelo que ou convocava cirurgiões ou fazia ele próprio dissecações. Naturopata convicto, conforme já dissemos, privilegiava uma

---

<sup>436</sup> As *Centuriae Medicinalia* foram analisadas, criteriosa e ordenadamente, pelo médico Maximiliano Lemos, *ob. cit.*, vol. I, p. 205 e segs.

<sup>437</sup> *Ob. cit.*, vol. I, p. 80.

<sup>438</sup> Da dedicatória da 1.<sup>a</sup> *Centúria* das suas «Curas», a Cosme de Médicis (Príncipe da Toscana).

alimentação adequada e o uso medicinal de plantas e frutos (mediterrânicos e orientais). Disso é exemplo o seguinte remédio aplicado, por ele, a uma menina de sete anos, que descreve como formosa, bastante gorda e de «temperamento sanguíneo», a qual caíra numa febre contínua. Eis a composição e a preparação do fármaco que decidiu administrar-lhe: resíduos «de polpa da caneleira tirada recentemente, meia onça [37 grs.]; de ruibarbo bom, um dracma; de xarope rosado solutivo, duas onças; de decocção de flores e frutos cordiais em que se embeberam folhinhas de sene, três onças. Misture»<sup>439</sup>.

É que, nascido e criado em vila mediterrânea, rica em flora local, diversificada e de largo uso tradicional (como a cebola albarrã, a camomila, a erva cidreira ou a malva), não teve dificuldade em enriquecer a farmacopeia como o fizeram o seu mestre Dioscórides e tantos outros. Continuando a explicitar, na «Casa da Índia», em Lisboa, e na Feitoria Portuguesa, em Antuérpia, terá tido o ensejo de fazer a observação prática de algumas plantas asiáticas, africanas e, até, americanas.

A propósito, refira-se que, pela mesma altura em que Amato/Amado Lusitano rumava a Antuérpia, partia para a Índia outro famoso «físico» e boticário português, também ele aluno nas universidades de Salamanca e Alcalá. Falamos de Garcia da Orta, o qual, em 1563, publicará em Goa (atente-se no título): *os Colloquios dos simples e drogas e cousas medicinaes da Índia, e assi dalgumas frutas achadas nella, onde se tratam algumas cousas tocantes a medicina pratica, e outras cousas boas para saber [...]*<sup>440</sup>.

No prefácio dessa obra, o médico valenciano Dimas Bosque, então também na capital do «Estado da Índia», esclarecerá que

---

<sup>439</sup> Cura X, da *Primeira Centúria de Curas Medicinai*s, vol. I, p. 84.

<sup>440</sup> *Ob. cit.*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872.

Garcia da Orta, depois de praticar e lecionar na Universidade de Lisboa, embarcou, em 1534, para o Oriente, onde se notabilizou na arte médica «com muyta deligencia e cuidado, e exercitando-se na cura dos doentes». Ali exerceu a sua profissão «por espaço de trinta anos, curando muyta diversidade de gentes não somente na companhia dos visos-reis e governadores desta oriental India, mas em algumas cortes de reis mouros e gentios, comonicando com medicos e pessoas curiosas, trabalhou de saber e descobrir a verdade das medicinas simples, que nesta terra nace[m], das quais tantos engan[os] e fabulas não somente os antigos mas muytos dos modernos escreveram...». Enfim, facilmente encontramos, nestas duas luminárias da medicina portuguesa quinhentista (Amato Lusitano e Garcia da Horta), bastante afinidade nos respetivos saberes, em particular no grande interesse pela botânica medicinal.

Sob pena de perdermos o percurso rápido, ou bastante itinerante, do Dr. João Rodrigues, relembremos a sua estada em Antuérpia, onde atendeu, clinicamente, entre 1534 e 1541, o feitor português e a família, e onde publicou as suas primeiras obras científicas<sup>441</sup>. Depois de deixar Antuérpia, passou por Génova e fixou-se em Ferrara. Aqui, à *sombra* da Universidade e dos seus Colégios e sob o patrocínio da corte ducal, irá ensinar, curar e conviver com gente famosa, tentando esconder, o mais possível, a sua condição de judeu proscrito. Mesmo assim, com o alastramento da atividade inquisitorial a partir de 1542, sentir-se-á mais seguro em Ancona, onde em 1547 encontrou cerca de 3000 judeus fugidos de Portugal e muitos outros acolhidos durante o Pontificado de Clemente VII. Pouco tempo durará, no entanto, a bonança religiosa. No período do Pontificado de Paulo III e, sobretudo, no de Paulo IV (1555-1559), Amato Lusitano será mesmo perseguido, referindo, a

---

<sup>441</sup> Registe-se que só terminou a *Primeira Centúria de Curas Medicinai[s]*, em 1549, quando já estava em Ancona.

propósito: «nos acontecimentos ruinosos que se deram em Ancona no pontificado de Paulo IV [...] perdi todos os meus haveres e, para não ser preso e molestado pelos comissários dela [Inquisição], refugiei-me primeiro em Pesaro e depois em Ragusa»<sup>442</sup>.

Já, porém, a sua excelência nas artes médica e cirúrgica o alcançara à fama, sendo quase disputado por altas individualidades civis e eclesiásticas. Com efeito, na Terceira Centúria das suas *Curas Medicinai*s, datada de 1554 e dedicada ao Embaixador de Portugal junto da Santa Sé, D. Afonso de Lacerda, declarará ter ido, havia anos, a Roma «para tratar de uma doença o Sumo Pontífice Júlio III», tendo curado, igualmente, o diplomata e os seus criados e escravos<sup>443</sup>. E, à medida que irá redigindo as suas *Sete Centúrias*, o seu alto saber ombreará com o do italiano João Baptista Canano, pelo que disputará com ele a fama da descoberta das válvulas da veia grande ázigos. Efetivamente, a Cura LXX da *Quinta Centúria* tem a seguinte designação: «Em que se diz que os prolongamentos da veia ázigos, isto é, da veia sem par, se ligam às ramificações da veia cava que alimentam as partes interiores do tórax»<sup>444</sup>. Ousava, deste modo, contestar a teoria de André Vesálio, célebre médico do imperador Carlos V, muito embora o reconhecesse como «homem douto e da maior honorabilidade»<sup>445</sup>.

Mantendo-se como insigne naturopata, especializar-se-á em diversos campos médicos, particularmente no tratamento da sífilis, na dermatologia, ginecologia e urologia (era um atento observador das urinas). Para nos apercebermos melhor dos seus conhecimentos e do seu modo de diagnosticar e curar, revisitemos, no «Intróito de Amato às Curas Ragusinas», a cena em que «três patrícios» da cidade

---

<sup>442</sup> Da carta dedicatória da *Quinta Centúria* ao hebreu D. José Nassin, vol. III, p. 159-161.

<sup>443</sup> *Ob. cit.*, volume II, p. 159.

<sup>444</sup> *Ibidem*, volume III, p. 253.

<sup>445</sup> Sobre o estudo da veia azigós veja-se a apreciação crítica de Maximiliano Lemos, *ob. cit.*, vol. I, p. 196.

de Ragusa [Dubrovnik] estão a dialogar com Amato e a pedirem-lhe que observe, clinicamente, um outro «patrício»<sup>446</sup>:

«Amato: De que doença está sofrendo este enfermo?

Cervini: De febre contínua, com elevadíssimo delírio.

Amato: Pelo que dizem, pelos sintomas e pela mesma doença, época do ano e sua característica (pois estamos no Verão), julgo que este jovem, de temperamento sanguíneo, sofre de febre contínua e, embora pareça estar mal, em breve será libertado da doença. Com efeito, além de outros sinais, são disto confirmação bastante as suas pulsações. O delírio desaparecerá imediatamente se esta veia da testa for aberta agora e deixardes escorrer quatro onças de sangue. Se, porém, receardes a sangria, aplicai ventosas às costas, depois de incisões na pele [...].

Cervini: O nosso doente pede para te desejar boa saúde. Foi-lhe feita já a sangria que ordenaste. Começa agora a voltar a si e a sentir-se mentalmente melhor, de modo que todos não receiam já confirmar que era verdadeiro o teu diagnóstico, pois come um pouquinho melhor...

Amato: [...] Mas agora, uma vez que tenho à vista, e defronte, esta vossa cidade de Ragusa, dai-me licença para ir fazer a descrição dela. De facto, como assegura o divino Ancião [Hipócrates], isto é não só o primeiro dever, como o melhor da parte de um médico prudente e consciencioso».

Estamos perante um exemplo que prova a importância conferida pela medicina de então ao fator geográfico, pelo que, na descrição que faz da cidade de Ragusa, contam (e muito) a localização, o sítio e o clima. Mas, também, a economia, a forma de governo e a estrutura social não são esquecidas pelo Dr. João Rodrigues de

---

<sup>446</sup> *Ibidem*, vol. IV, p. 9-10.

Castelo Branco. Ou seja, ao nível do diagnóstico, a sua análise era diversa e global, valendo tanto para a saúde pública, como para a individual. Outra apreciação não era de esperar, já que os principais representantes da medicina do seu tempo continuavam a defender, desde finais da Idade Média, a «harmonia dietética», em que a qualidade do ar, a salubridade dos lugares habitados, as oscilações climáticas, as vantagens do exercício físico, das massagens, do banho, da alimentação adequada e, até, do equilíbrio psico-mental interagiam. Continuemos, porém, a reconstituir o percurso de Amato.

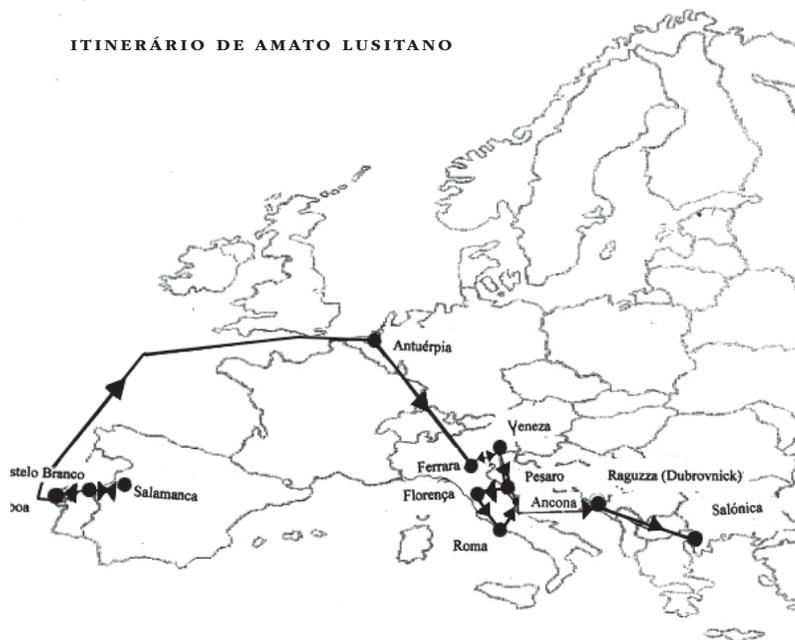
Por razões de segurança quanto ao seu estatuto de foragido religioso, deixa Pesaro em 1556 e acolhe-se a Ragusa, cidade com que vinha mantendo, desde há anos, relações oficiais e privadas de muita cordialidade. Terá pensado, então, em voltar a Portugal? Poderia fazê-lo em segurança? O que havia mudado?

O Império Português, por essa altura, ainda que mais virado para o Atlântico, em particular para o Brasil, não lograva prescindir do Índico das especiarias, enfrentando embora a crescente concorrência europeia. Enfim, poder-se-á dizer que o ambiente de crise não abandonara o nosso País, antes se ia reforçando, como o indiciam certas referências emblemáticas: em 1555, os franceses ocupam o Rio de Janeiro, porém Lisboa contará mais de 400 ourives; em 1557, morre D. João III e, no ano anterior, nascera D. Sebastião (confiando-se a regência do Reino a D.<sup>a</sup> Catarina até 1562); em 1563, ficará encerrado o Concílio de Trento, com decisões que marcarão a chamada Contrarreforma. Nestas circunstâncias, Amato Lusitano e outros trãnfugas político-religiosos há muito que deviam ter perdido a esperança quanto a uma possível reintegração social, quer em Portugal, quer mesmo na ainda designada Cristandade Ocidental. Optaram pela integração noutros *mundos*, como o Império Otomano, onde Soleimão o Magnífico (presidirá ao sultanato entre 1520-1566) continuava a alcandorá-lo, em extensão e em prestígio, ao apogeu,

a ponto dos turcos dominarem o Norte de África até Marrocos e da própria Roma se sentir ameaçada por eles. Constantinopla contaria, então, cerca de 700.000 habitantes (três vezes mais se comparada a Paris) e enchia-se de mesquitas e palácios que procuravam rivalizar com a majestosa igreja de Santa Sofia. A que devia este fortíssimo Império a sua grandeza? Sem dúvida, ao poderio da sua armada, ao potencial dos seus canhões e à mobilização de muitos milhares de homens, mesmo que fossem coagidos e até escravizados alguns. Ao invés, porém, muitos outros eram integrados, sem se olhar à etnia, à língua, à cultura e ao credo religioso. Aonde poderia acolher-se um judeu culto, científica e profissionalmente excelente, mas religiosa e socialmente proscrito?

Ponderando a sua situação e a oportunidade que o Império Otomano lhe oferecia, João Rodrigues de Castelo Branco decidirá refugiar-se em Salónica ou Tessalónica, na actual Macedónia Grega (cf. mapa abaixo). Corria o ano de 1558. Aí morrerá, a 1 de janeiro de 1568, vitimado pela peste. Antes, porém, haverá de proclamar, abertamente, que era judeu, pelo que terá adoptado, então, segundo se crê, o nome Ibraim ou Abraão, isto é, «Pai de todas as nações». Enfim, no seu novo onomástico, Amato Lusitano vazava, para sempre, a universalidade do seu ser e do seu insigne saber, e o Mundo, que não apenas Castelo Branco, desta vez sem ódio e ingratidão, considerá-lo-á «Amato ou Amado».

ITINERÁRIO DE AMATO LUSITANO



## **CRISES DO IMPÉRIO PORTUGUÊS NA ÉPOCA MODERNA**

Considerando as múltiplas potencialidades endógenas e a efetiva riqueza proveniente do exterior, posta à disposição dos portugueses ao longo da sua história (mesmo a mais recente), e sopesando os resultados obtidos em termos de crescimento económico e até de desenvolvimento sociocultural, quase se pode inferir que Portugal viveu sempre em crise. Claro está que esta apreciação, fundamentalmente estrutural e de longuíssima duração (iremos circunscrevê-la, porém, à Época Moderna), é generalista e pode resvalar para a caricaturização, mas é admissível e compreensível, sobretudo se quisermos representar a realidade a traços grossos. Ela própria (a apreciação) se contradiz, porque Portugal tem conseguido não só sobreviver como patentear, por vezes, uma imagem de algum riquismo, escondendo (adiando) embora problemas coletivos, ancestrais e ameaçadores. Porque assim era (e continua a ser), não faltaram alvitres ou sugestões de influentes e notáveis, alguns deles vendo o nosso País do exterior, para procurar resolver conjuntamente e debelar estruturalmente as crises.

E, sem mais delongas, passemos a documentar, focando, em concreto, o desequilíbrio ou o défice das rendas públicas e privadas suscitado pelos gastos excessivos, através de uma lei de D. Sebastião, de 28 de Abril de 1570. Citemo-la: «Primeiramente ordeno e mando

que pessoa alguma de meus Reinos e Senhorios, de qualquer estado e qualidade que seja, nam gaste, nem despenda mais que aquilo que tiver de renda. Antes encomendo a todos que trabalhem muito para gastarem menos do que assim tiverem de renda, e que o que lhes sobejar além do que gastarem, empreguem em bens de raiz, ou em prata chã, e nam em outras cousas escusadas e desnecessárias»<sup>447</sup>.  
O que poderemos depreender?

Repare-se que são recomendadas, como formas de fixar a riqueza, as práticas da poupança e do investimento com a aquisição de terra e prata, podendo perguntar-se se a propriedade agrícola deveria ser gerida diretamente ou arrendada e se a prata era apenas para entesourar ou para voltar a investir, por exemplo, no comércio Oriental, que suportava a «Rota do Cabo», ou na produção do açúcar brasileiro.

Quanto à sobreposição do arrendamento agrícola, em detrimento da gestão direta da propriedade rural, a modalidade que então vigorava no Reino era a de períodos curtos devido à crescente procura, resultando pouca preocupação com as benfeitorias, porque o interesse do rendeiro consistia em colher o máximo pelo menor investimento. Já quanto aos riscos do comércio, especialmente do marítimo e a longa distância, cresciam então os perigos não só com naufrágios, suscitados em grande parte pela decadência da nossa náutica, mas também pelo recrudescimento do corso, a cargo de franceses e ingleses em particular. Enfim, pela citada lei desconhecemos se se preconizava a manutenção de atividades económicas tradicionais ou se, ao invés, a adesão ao mercantilismo, como prática e doutrina, já era inequívoca e apelativa. Mesmo que o fosse, a mercancia exigia capitais e crédito (com base na prata), empresas sob a forma de companhias e bancos, equipamentos

---

<sup>447</sup> *Leys e provisões que el-Rey Dom Sebastião fez, 1570, apud* Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975, p. 240.

modernos (particularmente navios ligeiros para fazer o comércio e a guerra), mercadores ricos e úteis às nações. Ora, tudo isto (ou quase tudo) faltava em Portugal pelo que se impunha a recomendação da poupança, evitando-se os gastos inúteis e desnecessários. Por outras palavras, era necessário promover o *take off* da nossa economia<sup>448</sup>. Como?

E, quase sem querer, voltamos a abordar a propalada questão de ter faltado em Portugal uma burguesia expressiva em número e profissionalmente empreendedora, constituindo tal insuficiência um forte bloqueio à promoção do crescimento e do desenvolvimento. Aceitamos a causa. Porém, em nosso entender, tal bloqueio era inevitável e insuperável, porque, sobretudo desde o início da Expansão Ultramarina, centrámos excessivamente a nossa economia no que provinha do exterior, tornando-a muito dependente, e descurámos as potencialidades internas, ao ponto de se ter criado o mito de que o nosso território era pequeno e pobre. Repare-se que não estamos a excluir a possibilidade e, até, a vantagem de parte da renda nacional ser externa, ou seja, colonial à época. Ela constituiu-se, porém, na *parte do leão* e não houve vontade política para contrariar tal tendência. Até o esclarecido diplomata D. Luís da Cunha (1662-1749) se conformou com tal dependência, ao confessar: «As conquistas [as colónias] que suppus ser o acessório [sublinhe-se] de Portugal, eu as tenho pelo seu principal, e ainda garantes da sua conservação...».<sup>449</sup> Sujeitava-se à realidade, uma realidade em que participavam, sobremaneira, fatores sociais e ideológicos. Explicitemos.

Se optámos (apertados, é verdade, pela ameaça político-militar

---

<sup>448</sup> Cf., a propósito, Walt Whitman Rostow, *Etapas do Desenvolvimento Econômico (Um Manifesto não-comunista)*, tradução de Octavio Alves Velho e Sergio Goes de Paula, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974 (5.<sup>a</sup> edição).

<sup>449</sup> *Instrução política para Marco António de Azevedo Coutinho...*, policopiada, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Sala Gama Barros.

de Castela) por formar e manter um Império Ultramarino com a grande contrariedade de dispormos de fundos demográficos baixíssimos, a compensação para os recursos humanos deficitários teve de ser de natureza psicológica através da formação de uma ideologia cruzadística e miraculista, de cuja divulgação se encarregou particularmente o clero. Por sua vez, a necessária participação de uma elite guerreira, formada de quadros militares, teria de caber à nobreza. Logo, como poderia afirmar-se a burguesia mercantil, se *barrada* politicamente pela proeminência das duas ordens *principais*? Assim, no que concerne aos capitais e ao investimento nas frotas e armadas, em vez dos mercadores, a Coroa/Estado teve de se afirmar, já que o clero e a nobreza, pelos respetivos estatutos sociais, tendiam mais a consumir do que a produzir, a poupar e a investir. Enfim, justificavam, pelos comportamentos, a citada lei de D. Sebastião. Explicitemos um pouco mais.

Economicamente, para sustentar esta imbricada mas indispensável (sublinhe-se) rede de quadros guerreiros e eclesiásticos, às rotas dos víveres importados (porque escassamente produzidos no Reino) vieram colar-se as rotas dos bens de luxo, como a dos panos finos da Flandres e de Londres ou a dos brocados e das sedas orientais. Exigiam-nas os estatutos sociais da elite dirigente, que, naturalmente, replicava também no Ultramar. Para mais, o número de agentes improdutivos não deixava de crescer. Queremos testemunhos? O já citado D. Luís da Cunha verberará que «Se o excesso de Frades e Freiras he tão nocivo ao Reino, como fica dito, ainda he mais pernicioso nas suas conquistas [colónias], onde se necessita de gente que trabalhe nas suas plantações e nas suas minas para se augmentar o seu comércio»<sup>450</sup>. Faltava, efetivamente, quem trabalhasse. Deste modo, sensivelmente um século antes, já o Chantre de Évora,

---

<sup>450</sup> *Ibidem*.

Manuel Severim de Faria, num discurso sobre a demografia do Reino, observara: «Com tudo de presente experimentamos neste Reyno falta de gente, assim para a milícia [guerra], como para a navegação, e muito mais para a cultura da terra; pois por falta da gente Portugueza se servem os mais dos lavradores dos escravos de Guiné, e mulatos»<sup>451</sup>. Saíam os naturais ao cheiro da canela, no dizer do poeta, e entravam os alógenos (principalmente os escravos), para suportar as frágeis lavoura e artes mecânicas.

Produzia (insista-se) pouco o Reino, com a agravante dos que saíam para se sustentarem e enriquecerem, por inépcia e outros motivos não logravam aproveitar a maior parte das riquezas ultramarinas, quer com a realização de bons negócios quer com a transferência de rendas para o Reino. Não o realizavam os particulares, nem a Fazenda pública contava oficiais competentes. Com efeito, bem poderia proclamar Afonso de Albuquerque, designadamente em carta para Duarte Galvão, que «grande lago de mercadorias he a Índia», para logo lastimar a falta de dinheiro e de bens de troca que fossem rentabilizados nesse lago e que o Rei de Portugal só tivesse lá «feitores, escrivães de feitoria, homens que nam sabem contar dez reaes, nem sabem que cousa sam tratos, nem sabem enderençar as mercadorias onde façam fruto, nem ho mamaram no leite, nem nunca ho aprenderam, e assi está tudo como em mato maninho»<sup>452</sup>. Era a confirmação de que escasseava, efetivamente, uma burguesia empreendedora e uma administração competente.

Talvez estejamos a evidenciar as cores mais escuras, já que, insuficiente embora, lá ia chegando a Lisboa alguma renda proveniente do Ultramar. Mas faltavam os meios, sobretudo náuticos, a ponto do cristão-novo Duarte Gomes Solis ter apurado que, entre 1590

---

<sup>451</sup> «Discurso I Dos meyo, com que Portugal pode crescer em grande número de gente», in *Notícias de Portugal*, Lisboa Occidental, na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, [1740], p. 7.

<sup>452</sup> In *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, [1884], p. 402-405.

e 1592, de 22 embarcações que partiram da Índia só chegaram a Lisboa duas e, entre 1606 e 1608, de 33 só se salvaram três<sup>453</sup>. Devido também a fatores naturais desfavoráveis? Sem dúvida, mas, além de faltarem embarcações, verificava-se muita incúria nos aprestos náuticos. Esclareça-se, ainda, que algumas naves, por serem lentas, e virem excessivamente carregadas, desafiavam mais a cobiça de corsários e piratas.

Se a «Rota do Cabo» funcionava com dificuldade compensavam-na, entretanto, o Brasil e outras colônias, persistindo assim a dependência do Ultramar. O Capitão-mor das armadas do Oriente e Governador de Angola (1617-1621), Luís Mendes de Vasconcelos, será um dos que alertará para ela: «E não pode uma cidade [como Lisboa] e Republica ser grande e próspera, senão quando for abundante em si mesma de todas as cousas necessárias». Naturalmente, verberava o luxo e até o entesouramento não orientado para o investimento: «A aquisição de diamantes e pedras preciosas faz nos muito dano, porque nestas cousas se emprega muito dinheiro que nos podia servir em muitas de grande utilidade, e os diamantes não cultivam os campos, não sustentam as cidades nem as defendem dos inimigos»<sup>454</sup>.

Escasseava, enfim, principalmente a atitude investidora, ainda que a falta de dinheiro fosse crônica, apesar de vigorar, também entre nós, o princípio mercantilista da exigência de boa moeda. É justo lembrar, no entanto, que tempos houve em que se praticou, em Portugal, uma acertada política monetarista, ao valorizar-se a prata mais do que na Espanha e ao aceitar-se, por simulação do afundamento de embarcações provenientes das Américas Espanholas, o seu contrabando, no mar dos Açores. Assim, por vias enviesadas, parte dos metais ricos das Américas chegavam à Casa da Moeda em

---

<sup>453</sup> *Discursos sobre los comercios de las dos Indias...*, 1622, Lisboa, edição de Moses Bensabat Amzalak, 1943, p. 137.

<sup>454</sup> *Diálogos do Sítio de Lisboa*, 1608, in *Antologia dos Economistas Portugueses*, por António Sérgio, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924, p. 81 e 63, respetivamente.

Lisboa, o mesmo sucedendo desde San Lúcar (Sevilha) e por Medina del Campo. Circulavam, pois, muitas «piastras» («reales de a ocho») e «patacas» («reales de a quatro») e, quando as naus portuguesas estavam prestes a desgarrar para a Índia, então esse comércio (em parte clandestino) reavivava-se, porque, juntamente com outras mercadorias que serviam de para-moedas, eram a prata e o ouro que suportavam os nossos comércios Orientais, particularmente em certas zonas da Índia e na China. Queremos testemunhos?

Nos anos, económica e financeiramente difíceis de 50 e 60 da Era de Quinhentos, os Conselheiros de Estado, em Lisboa, continuarão a recomendar que, aos Governadores e Vice-reis da Índia, para o comércio da pimenta, «[...] se lhes mande ouro e prata fina como se pede pelos que nisso entendem, porque esta he cauza por que se vende antes aos Turcos que a nós, e assim se mande todo o cobre que se pede...»<sup>455</sup>. Lembremos, ainda, que, nos anos 70, D. Sebastião, pressionado politicamente pela necessidade da prata e do ouro para fazer o comércio Oriental, desdobrar-se-á em iniciativas e esforços para conquistar as utópicas minas de prata em Cambambe e Massangano, projeto inserido na colonização de Angola confiado a Paulo Dias Novais; para interiorizar a influência portuguesa no Monomotapa, através da expedição de Francisco Barreto, entre 1569 e 1573; para retomar a presença portuguesa no Norte de África, comprometida com a política que levaria à batalha de Alcácer Quibir, mas claramente orientada para o acesso ao ouro muçulmano...

Não era, contudo, só o comércio com o Oriente que concorria para «a falta grande que ha de dinheiro, que se leva fora do Reino»<sup>456</sup>. Levavam-no, já então e cada vez mais, os estrangeiros que abasteciam

---

<sup>455</sup> *Apontamentos, que os Prelados deste Reino fizeram* [...], nas cortes de Lisboa em Dezembro de 1562, Biblioteca Nacional de Lisboa, cód. 8/02 – R. 4524.

<sup>456</sup> *Ibidem*.

Lisboa e outras cidades reinóis, bem como a necessidade crescente de combatermos a pirataria e o corso. A insuficiência era estrutural e a crise contínua.

Avançemos no tempo e documentemo-la, agora, com a informação mordaz do P.<sup>e</sup> António Vieira, registada em carta de 21 de Novembro de 1671. Perguntava ele, ao destinatário, D. Rodrigo de Menezes: «Não é vergonha que se diga pelo mundo todo que, para El-rey de Portugal pagar um correio, é necessário que se vá pedir emprestado à Rua Nova?»<sup>457</sup>. E dava um exemplo bem pessoal: a Fazenda Real devia à família dele, Vieira, havia mais de cinco anos, 20 mil cruzados para garantir o apresto das naus da Índia. Também desde há muito que dívidas e vencimentos por conta do Estado eram pagos com a atribuição de cargos públicos e, compreensivelmente, os concursos (se os havia) nestas condições não poderiam ser isentos. Dará, igualmente, exemplo e comentará esta situação o famoso Pregador com as candidaturas para Governador do Brasil, após a morte de Afonso Furtado de Mendonça, em 1676: «Há mais de 15 pretendores ao pôsto, e entenda-se que o levará quem menos é para êle»<sup>458</sup>.

Deixemos, genericamente, as causas e as manifestações socioeconómicas e reconstituamos um período de crise. Seja o da conjuntura político-militar dos anos 30-40 do século XVI, que redundará em mudanças estruturais no Império Português. Fixemo-nos, primeiro, na factologia.

A 8 de Maio de 1538, os reis de Portugal e de Fez, por meio dos seus procuradores, celebrarão, em Arzila, um tratado de paz válido por onze anos, com interesse para ambas as partes. Para o rei de Fez, o convénio era útil porque os designados xarifes do Suz, região rica do sul de Marrocos, haviam principiado

---

<sup>457</sup> In *Cartas do P.<sup>e</sup> António Vieira*, vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 389.

<sup>458</sup> «Carta para Duarte Ribeiro de Macedo, de 1 de Junho de 1676», in *Cartas do P.<sup>e</sup> António Vieira*, vol. III, 1928, p. 221.

um bem sucedido movimento proselitista, fundamentalista e xenófobo que pretendiam alargar a todo o Marrocos e unificar, na pessoa de um deles, os senhorios locais. Compreendia-se, portanto, a necessidade de Fez reduzir os seus inimigos externos, pelo que era preciso assinar as referidas tréguas. Do lado português, a pressão não era menor, já que, nesse mesmo ano de 1538, os turcos otomanos haviam desencadeado feroz ataque à fortaleza portuguesa de Diu, postada à entrada do Golfo de Cambaia, o verdadeiro coração das economias do Índico. Ainda em 1538, os otomanos controlarão Adem, a porteira cidade do Mar Vermelho e fundamental para as ligações com o Mediterrâneo. Já antes, em 1534, caíra também Bagdade, pondo em risco, desta vez, o acesso pelo Golfo Pérsico ao «Mar Interior». Acrescenta-se, a propósito, que, em 1546, o assédio a Diu repetir-se-á, pondo-se a questão de até quando poderiam resistir os bastiões portugueses no Índico, principalmente Diu e Ormuz.

Esta situação justificava o quadro político-militar que se desenhava já nos anos 20 e 30 e que obrigou D. João III a pôr à consideração dos «notáveis» do Reino manter ou não as nossas fortalezas marroquinas, abandonando as de menor interesse e, em alternativa, conferir preferência ao Índico<sup>459</sup>. Venceu, por razões económicas e sociais, a preferência pela «Índia», ainda que se continuasse a evidenciar quanto era débil o nosso poderio ali.

Começava, entretanto, a robustecer-se a colonização do Brasil, onde, entre 1534-1536, D. João III procedera à criação de capitânias, doando-as a notáveis que as fizessem povoar e frutificar. Fixando o interesse económico no pau brasil, em Novembro de 1540, dará instruções ao seu novo embaixador em França que divulgasse, oficialmente: «[...] não se traga nem hum pao [brasil] sem a minha licença de que me

---

<sup>459</sup> Cf. vários «pareceres», in *Portugal em Marrocos na época de D. João III. Abandono ou permanência?*, por Otilia Rodrigues Fontoura, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

pagam direitos aquelles a que a dou para o trazerem, e, se isto não fora [feito] elle não valeria nada em França nem em Portugal...»<sup>460</sup>. Pretendia, enfim, o estanque régio do tintureiro pau brasil, rédito que será defendido por Portugal, apesar da concorrência de outras mercadorias, até ao século XIX.

Recordemos, porém, que o território brasileiro já começava a oferecer, nos anos 40 do século XVI, outras riquezas tanto ou mais valiosas que o «pau», como o açúcar, o tabaco e o algodão. Era fundamental, pois, que esta parcela do Império Luso se convertesse em proficua colónia tão ou mais rentável se comparada à distante Índia das especiarias. Assim, já depois de Francisco Xavier com mais três jesuítas terem embarcado na frota em que ia, por Governador da Índia, Martim Afonso de Sousa (chegarão em 1542), será a vez de, em 1549, desembarcarem no Brasil o P.<sup>e</sup> Manuel da Nóbrega e mais cinco membros da Companhia de Jesus na comitiva do primeiro Governador Geral, Tomé de Sousa. Os objetivos da entrada dos jesuítas eram similares aos que os haviam levado ao Oriente, ou seja, cristianizar os «gentios», recristianizar os portugueses ao serviço do Império e soldar, o mais possível, etnias e espaços disjuntivos. Ponhamos os olhos, por uns instantes, na colónia brasileira.

Considerando os resultados dessa colonização do Brasil, infere-se que, embora com manifestas discordâncias nos métodos e nos objetivos por parte dos decisores políticos e dos executantes, foi possível formar ali um razoável unionismo entre brancos, índios e negros ou entre «livres» e «escravos». Economicamente, o êxito da «economia do açúcar» poderá ser apreendido em indicadores como estes. Quando, em 1624, os holandeses atacarem a Baía, os cerca de 300 engenhos locais estarão a produzir perto de um milhão de arrobas de açúcar. Porém, nem tudo corria de feição para o lado

---

<sup>460</sup> *Instruções para D. Francisco de Noronha* (B.N.L., cód. 886).

português, já que (calcula-se), entre 1623 e 1638, os holandeses terão apresado mais de 500 navios carregados de açúcar. E para agravar a situação, em Angola cada vez se tornava mais difícil angariar a necessária escravaria, o que também pesava na queda dos lucros dos «senhores das fazendas» brasileiras. Em 1654, após a expulsão dos holandeses, ainda se estimava que a produção açucareira rondasse um milhão e duzentos mil arrobas anuais; contudo, por volta de 1670, começará um período crítico para a lavoura local, coincidente com a nova crise da prata, esta tão necessária (insista-se) para garantir o debilitado comércio com o Oriente<sup>461</sup>. Com efeito, Vitorino Magalhães Godinho avaliou que as naus portuguesas, a partir de 1590, só desembarcavam em Lisboa até 10 000 quintais de pimenta, em vez dos 40 000 que tinham chegado a trazer<sup>462</sup>. É que às nossas crescentes dificuldades financeiras apegava-se a subida dos preços no Oriente, obrigando os mercadores lusos a buscarem outras paragens e a elegerem outros negócios. Com pouco êxito em muitos casos. Por exemplo, em 1630, o Japão da prata fina expulsará os lusos, ficando os portos nipónicos abertos só aos holandeses. Entretanto, também a prata das Américas decrescia, enquanto ia aumentando a ameaça mongol na Ásia<sup>463</sup>.

Procuremos captar reflexos desta prolongada crise na capital do Reino, além do mais privada da sua corte, não sendo suficiente, ao invés do que sugeria Francisco Rodrigues Lobo, a instalação de pequenas «cortes nas aldeias», para que a civilidade não esmorecesse. Já quanto à civilização material ou ao quadro socioeconómico, o arbitrista Duarte Gomes Solis, entre outros, representará a Filipe III

---

<sup>461</sup> Cf., por ex., Vera Lúcia Amaral Felini, «Os Negócios do Açúcar: rotas, mercados e mercadores (Bahia, século XVII)», in *História do Açúcar – rotas e mercados*, Região Autónoma da Madeira – Centro de Estudos de História do Atlântico, 2002, p. 295-317.

<sup>462</sup> Cf. os capítulos sobre As Especiarias de *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 1.º e 2.º vols., Lisboa, Editora Arcádia, 1963 e 1965.

<sup>463</sup> Cf. Jorge Flores, *Nas Margens do Hindustão. O Estado da Índia e a expansão mongol ca. 1570-1640*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 483 e segs.

de Portugal, através dos seus «Discursos», um cenário negativo com reflexos mais notórios na cidade de Lisboa. Referirá haver nela «la mayor pobreza, que se puede tanto llorar como considerar»<sup>464</sup>. É que a vida era bastante cara; faltava a muita gente, até, um pedaço de pão e uma sardinha; o número de mulheres, muitas delas viúvas, superava excessivamente o dos homens, sendo obrigadas a trabalhar dia e noite para sobreviver com um salário de miséria; outras vagabundeavam pelas ruas, prostituindo-se. Enfim, a capital do Império era não só uma cidade pobre, mas também desmazelada nauticamente para poder apetrechar e armar frotas que garantissem a ligação com as «conquistas» (colónias)<sup>465</sup>. Que fazer? Privilegiar as «Índias das especiarias» ou as «Índias dos metais e das pedras preciosas»?

Portugal continuava a ter à sua disposição as Índias Orientais, economicamente (na opinião de Solis) superiores às Ocidentais, porque «los frutos de las Occidentales son finitos, y los de las Orientales infinitos»<sup>466</sup>. Mesmo assim, como dinamizar e robustecer o grande comércio. É que, na prática, toda a Península Ibérica se mostrava bastante débil quanto ao mercantilismo em curso, já que não dispunha nem de dinheiro nem de crédito financeiro suficientes. Impunha-se, por sugestão de Duarte Gomes Solis, valorizar o preço da prata das Américas; fabricar naves mais pequenas e mais rápidas para encurtar o tempo das viagens pela «Rota do Cabo» e, deste modo, reduzir em número e em resultados nefastos os ataques de piratas e corsários; enobrecer o ofício e o estatuto social dos mercadores, deixando de perseguir judeus e cristãos-novos; produzir no Reino matérias-primas, que alimentassem em particular as indústrias têxteis; importar só o estritamente necessário...<sup>467</sup>. Eis, pois, delineado um

---

<sup>464</sup> *Discursos sobre los comercios de las dos Indias*, p. 118-120.

<sup>465</sup> *Ibidem*, p. 118.

<sup>466</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>467</sup> *Ibidem*, p. 142 e segs.

esclarecido programa político e económico, em que, sem se prescindir do Império, se prestava maior atenção ao Reino quanto aos seus recursos, o que nem sequer contrariaria muito o consumo porque apoiado também pela produção nacional. Além disso, conferia-se destacado papel ao grande comércio<sup>468</sup>. Adiante-se, já, que este programa será adoptado, quase por inteiro, pelo diplomata Padre António Vieira, como passaremos a documentar.

Em 1634, Portugal conseguiu comprar à Holanda sete navios devidamente apetrechados, confirmando-se assim a nossa decadência na construção naval. Quanto ao seu interesse ou funcionalidade, pouca utilidade mercantil se retiraria desta encomenda, uma vez que a Espanha continuava a exigir que «a Armada de Portugal», integrada na «Armada del mar Oceano» (cujo papel principal era a defesa do Atlântico), fosse reforçada com mais naves e potencial humano para sustentar as crescentes investidas de holandeses e ingleses. Enfim, Portugal estava, também ele, cada vez mais mergulhado numa «economia de guerra», tanto externa como internamente, pelo que se multiplicavam os motins, os levantamentos populares e mesmo as revoltas, com expressão maior no período de 1629 a 1638<sup>469</sup>. Assim, 1640 era inevitável.

Com a «Restauração» não estancou a crise, antes recrudescceu. De Paris, a 4 de Fevereiro de 1672, Duarte Ribeiro de Macedo, em carta para o Padre António Vieira, avaliará e vaticinará, deste modo, a situação interna de Portugal: «O Reyno ficou exausto de cabedais do tempo passado, o corpo daquella monarchia perdeo tanto sangue com a doença de 28 anos que lhe são necessários 20

---

<sup>468</sup> Sobre Duarte Gomes Solis, a sua obra e a sua época, cf., de António Borges Coelho, «O Mercantilista Português Duarte Gomes Solis (1561/2 – c. 1630)», in *Portugaliae Historica*, 2.ª série, volume 1, Portugal no Mundo, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1991, p. 183-257.

<sup>469</sup> Sobre esta conflitualidade, cf. António de Oliveira, *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no século XVII*, Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de História Económica e Social, 2002.

para convallescer»<sup>470</sup>. Vieira, seu confidente e colega na diplomacia, acompanhara e participara na gestão desses 28 anos, estando, portanto, de acordo com o diagnóstico, mostrando-se, quanto às soluções, um mercantilista convicto. Justifiquemos, sumariamente, o seu pensamento.

Em finais de 1647, com efeito, já tomava como modelo a Holanda e, fiel ao pensamento de Solis, preconizava a compra de muitos navios e ligeiros<sup>471</sup>. Em 1648, defenderá que se fizesse guerra económica à Holanda, propondo, para isso, a criação em Lisboa de uma ou mais companhias mercantis concorrentes<sup>472</sup>. Em 1669, ufanar-se-á de ter ajudado a formar a Companhia do Comércio do Brasil, «que restaurou Pernambuco e Angola e deu cabedais ao Reyno para se defender»<sup>473</sup>. Em 1671, em carta de 24 de Outubro para D. Rodrigo de Menezes, questionará se se queria «judeus que enriqueçam Itália, França, Inglaterra e Holanda ou judeus que enriqueçam Portugal»<sup>474</sup>. Depois, em 1674, ao ter conhecimento de amostras de ouro, prata e esmeraldas enviadas do Brasil, na esteira de Solis e Ribeiro de Macedo mostrará, contudo, preferência pelas «Índias das Especiarias». Já anos antes, no sermão da Primeira Oitava da Páscoa de 1656, fazia considerações como esta: «[...] que utilidades se têm seguido à Espanha do seu famoso Potosi, e das outras minas desta mesma América? A mesma Espanha confessa e chora que lhe não têm servido mais que de a despovoar e empobrecer. Eles cavam e navegam a prata, e os estrangeiros a logram»<sup>475</sup>. Assim, em começos de 1675, perante a continuada dificuldade de restaurarmos o comércio com

---

<sup>470</sup> *Apud* Ana Maria Homem de Leal Faria, *Duarte Ribeiro de Macedo. Um diplomata moderno (1618-1680)*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2005.

<sup>471</sup> Cf., por ex., «Carta para o Marquês de Nisa, de 12 de janeiro de 1648», in *Cartas...*, vol. I, 1925, p. 120-129.

<sup>472</sup> Cf., por ex., «Carta para o Marquês de Nisa, de 20 de janeiro de 1648», *ibidem*, p. 129-140.

<sup>473</sup> «Carta para a Rainha D.<sup>a</sup> Catarina de Inglaterra, de 21 de dezembro de 1669», in *Cartas...*, vol. II, p. 289.

<sup>474</sup> *Ibidem*, vol. II, p. 375.

<sup>475</sup> «Sobre as verdadeiras e as falsas riquezas», in *Textos Literários – Autores Portugueses*, 1937, p. 30-31.

a Índia, defenderá a introdução de algumas plantas ricas (como a pimenta e a canela) no Brasil, para concorrer com os holandeses<sup>476</sup>. Politicamente, segundo ele, seria a forma de os vencermos.

Sem deixarmos de lembrar que Duarte Ribeiro de Macedo também esteve particularmente de acordo com a proposta da introdução das especiarias no Império luso, em 1675 o seu alvitre incidirá, porém, no incremento da produção manufatureira no Reino. Terá o apoio de Vieira nestes termos: «Em França há perto de trinta anos aprendi como tinha começado a enriquecer a indústria do Cardeal Richelieu, e não deixei de decorar a El-rey [D. João IV] esta minha lição»<sup>477</sup>. É conhecido, sobejamente, o *Discurso sobre a Introdução das Artes* no Reino, de Duarte Ribeiro de Macedo, mas convirá ter presente que a sua sugestão procurava: conciliar e equilibrar a industrialização com a comercialização das drogas e especiarias; estimular a produção interna da agricultura e da pecuária; controlar o luxo e a obtenção mirífica dos metais preciosos; combater a ociosidade no Reino e torná-lo mais populoso; diminuir o défice público. Enfim, Macedo era defensor da manutenção do Império, desde que, parcelarmente e no todo, concorresse para o crescimento e o desenvolvimento do Reino. Citemo-lo, a propósito: «[...] a sua conservação [das colónias] é dependente do valor dos frutos que nelas se cultivão...»<sup>478</sup>. Não obliterava, igualmente, o peso da concorrência estrangeira no açúcar e no tabaco, para evitar que a balança comercial se mantivesse desequilibrada.

Ao findar o século XVII, a crise comercial estará em vias de se extinguir, com o açúcar e o tabaco do Brasil a recuperarem e as mercadorias do Oriente a chegarem mais abundantemente. Apoiando-

---

<sup>476</sup> «Carta para Duarte Ribeiro de Macedo, de 28 de janeiro de 1675», in *Cartas...*, vol. III, p. 147-150.

<sup>477</sup> «Carta para Duarte Ribeiro de Macedo, de 19 de março de 1675», *ibidem*, p. 162-164.

<sup>478</sup> In *Antologia dos Economistas Portugueses*, por António Sérgio, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924, p. 243.

nos diretamente em Vitorino Magalhães Godinho, lembremos que «As chegadas a Lisboa do ouro proveniente do Brasil principiaram cerca de 1695, adquirindo um movimento muito rápido durante os dois últimos anos do século e a primeira década do seguinte»<sup>479</sup>. Como era enganadora esta recuperação! Já Duarte Gomes Solis, Luís Mendes de Vasconcelos e, mais recentemente, António Vieira e Duarte Ribeiro de Macedo não se haviam mostrado muito entusiasmados com a exploração do ouro e dos diamantes, sugerindo que a população imigrante no Brasil se dedicasse, antes, à produção do açúcar e do tabaco, sem esquecer o contributo piscatório do mar de Mazagão (Norte de África). Na esteira destes arbitristas, Ribeiro Sanches, contemporâneo de Pombal, defenderá, igualmente, que os colonos brasileiros se dedicassem à agricultura, à pesca e a algumas indústrias transformadoras, deixando para a Coroa/Estado o monopólio do ouro e dos diamantes<sup>480</sup>. Pouco eco político tiveram, no entanto, as suas palavras.

Cerca de 1760, começará a evidenciar-se, mais claramente, a crise do ouro e dos diamantes, agravando-se, também, o comércio do açúcar. A baixa nas produções brasileiras, com reflexos notórios nos lucros das grandes companhias comerciais e agrícolas, ferirá, uma vez mais, o sistema mercantilista, lançando o Estado para nova crise financeira e a Nação para um grande descontentamento social. Além do mais, continuava a faltar a almofada interna da produção agrícola e industrial, susceptível de alimentar algumas exportações e compensar as importações necessárias. Por outras palavras, ficava demonstrado que o Ultramar não bastava.

Descurávamos, de facto, a utilização suficiente e adequada dos recursos reinóis para reativar as componentes da produção e da produtividade,

---

<sup>479</sup> *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990, p. 491.

<sup>480</sup> «Dificuldades que tem hum Reyno Velho para emmendarse, 1777», in *Obras de Victor de Sá, Ribeiro Sanches...*, Livros Horizonte, 1980, p. 52-54.

de modo a suportar a maior parte do consumo interno. Escudávamo-nos, por certo, no mito de que Portugal era um País pequeno e pobre, não tendo em conta que já o Infante D. Pedro, um dos promotores da nossa Expansão Ultramarina, chamara a atenção para, acima de tudo, se investir e modernizar o Reino. Ele tinha viajado e tivera a oportunidade de cotejar a situação de algumas nações estrangeiras com a nossa. Assim, a sua famosa «Carta de Bruges», de finais de 1425 ou princípios do ano seguinte e dirigida ao Infante D. Duarte, já regista, para emenda, muitos dos males crónicos da Nação e da sua governação<sup>481</sup>. Discordava, concretamente, que o valor da honra superasse tanto o valor do proveito (porque «[...] os homens que sesudos são e usão de razão [...] não trabalham de boamente sem esperança de ganho e proveyto»); condenava a gente comum por desprezar a aprendizagem de um ofício e preferir integrar a criadagem de El-rei, dos príncipes e de outros senhores; verificava que a população reinol pouco crescia devido às saídas numerosas com a emigração e a colonização compulsiva de Ceuta; considerava que o povoamento do Reino era muito assimétrico, entre o litoral e o interior; reprovava a administração da justiça por ser escassa e lenta em relação ao número de oficiais («[...] e eu vejo, em vosa corte, muytos officiaes de justiça e de todos eles sayr poucos desembargos...»); estranhava a tributação excessiva, em muitos casos para suportar despesas tantas delas inúteis («O senhor rey [D. João I] e vos [D. Duarte] e nosoutros todos, sobreditos, fazem tam grandes despesas, que a terra o nom pode suportar; e por ysto, se lanção peytas e outras imposições, per [pelo] que ela [a Nação] he muyto gastada [desgastada]»). Tudo isto se passava em começos do século XV.

Continuamos na atualidade, por falta de reformas estruturais,

---

<sup>481</sup> In *Monumenta Henricina*, vol. III, Coimbra, 1961, p. 140-149.

a alimentar mitos antigos, como o de Portugal ser um país territorialmente pequeno. Lembremos que é o 13.º maior em área, entre os 27 da União Europeia. Será pobre em recursos naturais? Não tanto como se apregoa, e sobretudo se delapida, podendo evocar-se, a propósito que, nas cortes de Lisboa, de 1562, já os prelados do Reino sugeriam: «[...] pela falta grande que há de dinheiro, que se leva fora do Reino, se mande entender em se aproveitarem as terras como melhor deva ser [...]; e se aproveitem as mattas do Reino»<sup>482</sup>. Como é difícil emendar este «velho» e querido Portugal!

---

<sup>482</sup> B.N.L., cód. 8/02 – R. 4524.

**O HISTORIADOR VISCONDE DE LAGOA  
NO SEU CÍRCULO CIENTÍFICO-  
CULTURAL**<sup>483</sup>

Em abril de 1912, o arrogante «Titanic» realizava a sua primeira e última viagem. «Foi nessa tarde brumosa da primavera londrina que à mente juvenil do autor, excitada pelas cenas lancinantes presenciadas junto aos escritórios da empresa proprietária do «Titanic» e, logo, pela voz unisona [*sic*] de uma nação reclamando a imortalidade para os míseros comparsas da tragédia, se apresentou, confusa, vaga, indefinida, a visão magnífica de uma obra que arrancasse à ingratidão e ao olvido [...] os obreiros anónimos, os humildes da epopeia portuguesa de além-mar». Acabamos de citar o historiador Visconde de Lagoa numa passagem do prólogo do seu estudo *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente* (séculos XV, XVI e XVII)<sup>484</sup>. Relembra a motivação que fizera germinar a sua vocação de historiador, que a semente, essa, fora depositada por herança dos pais: «A meus pais, a cujos ensinamentos e exemplo devo o culto da História, a persistência no trabalho»<sup>485</sup>.

O erudito bibliófilo e historiador João António de Mascarenhas

---

<sup>483</sup> Um resumo deste artigo foi objeto de conferência proferida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a 30 de março de 2016.

<sup>484</sup> *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII)*, 3 vols., Lisboa, 1942-1947.

<sup>485</sup> Dedicatória de *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII)*.

Júdice, 4.º Visconde de Lagoa (com título reconhecido, em 1924, por D. Manuel II no exílio), nasceu na Vila de Lagoa (Algarve) a 27 de Outubro de 1898. Formado em Engenharia, como alguns outros vultos da historiografia portuguesa do seu tempo, afirmou-se tarde no ofício de historiador. Tinha 40 anos quando publicou o seu primeiro estudo, segundo a lista bibliográfica elaborada pelo seu conterrâneo Alberto Iria ao referir à cabeceira *Fernão de Magalhães (A sua vida e a sua viagem)*, em 2 volumes, Lisboa, Seara Nova, 1938<sup>486</sup>. Apresentemos sumariamente esta obra.

Trata-se de um importante estudo, em que, no volume I (com 347 p.), depois de uma extensa «Introdução», aborda questões como a naturalidade, a genealogia e o brasão do Famoso Navegador, a sua partida para a Índia Portuguesa e o regresso ao Reino a fim de participar na conquista de Azamor em 1513. Seguem-se as referências à sua ida para Sevilha, após se ter incompatibilizado com D. Manuel I, e à submissão do seu projeto náutico em parceria com Rui Faleiro, ao feitor Juan de Aranda e, em última instância, a Carlos V. As inevitáveis intrigas e invejas surgem narradas no cap. VIII (p. 233-250) e o apresto final da expedição, com Rui Faleiro a cair na loucura e a ter de ser afastado, pese embora ser ele o principal detentor de um muito apregoado (mas pouco fiável) método de avaliação das longitudes, ocupam as páginas seguintes. Sendo o problema das longitudes o que, então, se impunha no domínio da náutica, como é sabido, o autor do *Fernão de Magalhães* não hesitará em se embrenhar nessa e em outras questões intrincadas da navegação eólica quinhentista, como a definição de rotas possíveis, a tipologia das embarcações ou a avaliação da tonelagem da frota do Navegador Português.

Já o livro ou volume II (com 326 p.) reproduz um relato (em

---

<sup>486</sup> In *Studia*, n.º 1, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, Jan. 1958, p. 360-379, sob a epígrafe «Visconde de Lagoa – Notas bio-bibliográficas».

tradução portuguesa) da «Viagem», sob a epígrafe «Navegação e Descoberta da Índia Superior, feita por mim António Pigafeta, Veneziano, Cavaleiro de Rhodes» (p. 11-215), acompanhado de um «Estudo náutico do roteiro da viagem de Fernão de Magalhães» (p. 217-236) da autoria do Comandante João de Freitas Ribeiro. Fechará com um «Apêndice Documental» (p. 239-277) e uma «Bibliografia» sem distinção de fontes e de estudos.

Dedicada ao já então reconhecido estudioso Armando Zuzarte Cortesão, irmão de Jaime Cortesão, e com um prefácio do Dr. António Baião, esta obra inaugural do percurso historiográfico do Visconde teve bom acolhimento. Contudo, o prestigiadíssimo Comandante Gago Coutinho não se inibiu, nem eximiu, de a corrigir em comentários enviados a título pessoal. Efetivamente, em carta de 23 de fevereiro de 1938, comunicará ao autor: «Tomei a liberdade de fazer alguns *comentários* à parte do seu «Fernão de Magalhães», que se dignou oferecer-me. Fará dêle [*sic*] o caso que entender, podendo até certos retoques serem feitos em erratas»<sup>487</sup>. Que saibamos, o Visconde não fez ou, pelo menos, não divulgou os tais «retoques», apesar de ter em elevada e reconhecida consideração o saber científico-técnico do crítico. Não esfriou, contudo (antes se reforçou), a amizade entre ambos, nem o autor do *Fernão de Magalhães* perdeu o ensejo de se integrar no círculo da fina-flor dos estudiosos portugueses que então se dedicavam à investigação nas áreas dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, como veremos. Que o primeiro trabalho do Visconde de Lagoa lhe granjeou prestígio prova-o o texto intitulado «Fernão de Magalhães e outros navegadores portugueses ao serviço da expansão peninsular e europeia» e editado no capítulo XVII do vol. II da monumental *História da Expansão Portuguesa no*

---

<sup>487</sup> Cf. João Marinho dos Santos, *Notícia Historiográfica*, sob a epígrafe «Gago Coutinho corrige e esclarece o Visconde da Lagoa», in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 14, Coimbra, 2014, p. 345-355.

*Mundo*<sup>488</sup>. Trata-se, com efeito, de um resumo do aturado estudo que publicara, em 1938, sobre o Grande Navegador, a que adiciona alguns informes sobre outros nautas portugueses, certos deles expatriados, e sobre os seus serviços. Será exemplo a expedição organizada pelo Vice-Rei da «Nova Espanha» e capitaneada pelo «portuguez honrado, valiente y pratico en la marina», de seu nome João Rodrigues Cabrilho, a qual teve lugar em 1542 e por missão explorar o litoral da Califórnia. Será objeto, como explicitaremos, da última obra do Visconde.

Retomando, ainda, a relevância da sua investigação sobre Fernão de Magalhães, deve-se citar a comunicação (depois publicada) que, em 1939, apresentou no «Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo» (1.<sup>a</sup> secção), sob o título «Da influência da cartografia coeva no descobrimento do estreito de Magalhães»<sup>489</sup>. Como o próprio reconhece, este trabalho «[...] mais não é do que a reprodução ampliada de quanto sobre o assunto escrevi na introdução da minha obra *Fernão de Magalhães*»<sup>490</sup>. Faz, portanto, uma incursão, minuciosa, na produção cartográfica anterior à viagem do Navegador Português, para concluir que a existência de um estreito entre o Atlântico e o Pacífico estava por provar, embora prevalecesse em Castela a ideia (fantasiosa) de haver uma comunicação, algures, entre os dois oceanos e que Magalhães a terá procurado, sem pôr de lado a alternativa de poder dobrar o cabo do continente americano<sup>491</sup>. Já em 1951, voltará a resumir a viagem encetada por Magalhães na publicação *Grandes Viagens Portuguesas de Descobrimto e Expansão («Antecedentes históricos, sinopse e esquematização cartográfica»)*, em parceria com o Contra-Almirante

---

<sup>488</sup> *Ob. cit.*, Lisboa, Editorial Ática, 1939, p. 305-328.

<sup>489</sup> Separata, Lisboa, 1939, 40 p.

<sup>490</sup> *Ob. cit.*, p. 6.

<sup>491</sup> *Ibidem*, p. 40.

Freitas Ribeiro, infelizmente interrompida com a morte deste e quando só a «Introdução» estava definitivamente revista<sup>492</sup>.

Pelo reconhecimento da sua valia científica, sem dúvida, mas também pelo seu carácter afável, modesto e amigo, sem esquecer o seu *status* social, o Visconde de Lagoa foi alargando e diversificando o seu círculo científico-cultural. Recordemos que, na redação dos capítulos da «monumental» *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (em 3 volumes, Lisboa, Editorial Ática, 1937, 1939 e 1940), colaboraram, a seu lado, além de muitos outros, personalidades como Damião Peres, David Lopes, Joaquim de Carvalho, Veiga Simões, Fontoura da Costa, Quirino da Fonseca, Armando Cortesão, Jaime Cortesão, Serafim Leite, Hernâni Cidade, Marcelo Caetano, Oliveira Boléo, Gastão Sousa Dias, Norton de Matos, Armindo Monteiro, Mendes Correia, Aarão de Lacerda... A direção científica foi confiada a António Baião (Diretor do Arquivo da Torre do Tombo), Hernâni Cidade (Professor da Universidade de Lisboa) e a Manuel Múrias (Diretor do Arquivo Histórico Colonial), enquanto a responsabilidade artística coube a Luís de Montalvor.

António Baião já lhe dera a honra de redigir o prefácio do *Fernão de Magalhães* e contemplou-o com a oferta de, pelo menos, duas separatas de trabalhos seus em 1949 e 1951. Para o papel de prefaciador pesou, por certo, a decisão do Dr. Baião ter transcrito na íntegra, em 1932, uma «Certidam sobre as perguntas que se fizeram a dous espanhoes que chegaram à Fortaleza de Malaca [...]», datada de 5 de fevereiro de 1522<sup>493</sup>. Ambos os nautas haviam desertado da nau «Vitória», uma das cinco embarcações da armada de Fernão Magalhães, já então capitaneada por Luís de Mendonça. Os espanhóis foram encontrados em Timor e levados ao capitão

---

<sup>492</sup> Lisboa, Ministério do Ultramar – Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1951 (em 2 volumes ou duas Partes).

<sup>493</sup> T.T., Corpo Cronológico, m. 101, n.º 87, sob a epígrafe «A viagem de Fernão de Magalhães por uma testemunha presencial», in *Arquivo Histórico de Portugal*, vol. I, Lisboa, p. 276-280.

português de Malaca, «por ser serviço de sua Alteza», para que dessem informes sobre a Viagem, tendo Baião sugerido que «seria certamente oportuno fazer minucioso confronto desta narração com tôdas as outras conhecidas desde Pigafeta até Francisco Albo».

A Afonso Lucas, «jurisperito conselheiro», dedicará o Visconde o estudo «Da influência da cartografia coeva no descobrimento do estreito de Magalhães» e, a Marcelo Caetano, «A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto. Tentativa de reconstituição historiográfica». Por sua vez, de Augusto da Silva Carvalho, Sarmiento Rodrigues, Albert Kammerer, Frazão de Vasconcelos, Costa Lobo, Augusto Casimiro, Charles Ralph Boxer, Hernâni Cidade, Teixeira Botelho, Georg Schurhammer, António Álvaro Dória, Marquês de Rio Maior, Luís Silveira, Mário Chicó, Joaquim Paço d'Arcos, António da Silva Rego, Carlos Alberto Ferreira, Elaine Sauceau, Luís Silveira, Joaquim Bensaúde, Teixeira da Mota, António Baião, Alexandre Lobato, além de outros, recebeu o Visconde de Lagoa testemunhos, gravados em exemplares de produções científico-culturais dos próprios, de apreço, admiração, afetuosa amizade ou de singela homenagem. Assim o confirma o seu espólio bibliográfico.

Porém, entre tantos, alguns naturalmente se destacaram nas relações profissionais e pessoais com João António de Mascarenhas, sendo um deles, sem dúvida, Carlos Viegas Gago Coutinho. Do seu *curriculum* invejável destacava-se: a realização, entre 1907 e 1910, de importantes trabalhos de geodesia na África Oriental; a participação numa missão em S. Tomé e Príncipe, de 1915 a 1918; a demarcação de parte da fronteira de Angola (1912-1914). Porém, o que mais robustecia o currículo de Coutinho era a *invenção* do «astrolábio de precisão» ou, mais propriamente, a adaptação do sextante de horizonte artificial com bolha de ar. A afinidade das técnicas e dos processos de navegação marítima da Idade Moderna com as dos primeiros tempos da navegação aérea haviam permitido o feito que

mundialmente ecoou em 1922. O seu companheiro, Sacadura Cabral, chegou mesmo a acalentar o objetivo, infelizmente logrado com a sua morte próxima, de realizar, por via aérea, a circum-navegação do Mundo, «copiando a rota de Fernão Magalhães». Ofertas de exemplares de trabalhos historiográficos do «amigo» Gago Coutinho para o «Prezado Senhor Visconde de Lagoa» encontram-se quase uma vintena no Fundo da sua Biblioteca sediada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tais ofertas cobrem um aro temporal que vai desde 1930 a 1953, o que prova que as relações entre ambos se iniciaram antes da publicação do *Fernão de Magalhães*, editado pela «Seara Nova», e que elas persistiram vitaliciamente<sup>494</sup>. Vinte e nove anos os separavam nas idades, já que Coutinho nasceu em 1869 e Lagoa em 1898, mas bem próximos foram os marcos das suas mortes (em 1959 a do primeiro e em 1957 a do segundo). Quando Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 1922, realizaram a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, João António de Mascarenhas Júdice era um jovem de 24 anos. Em 1925, o herói da aeronáutica assumiu a presidência da «Comissão de Cartografia» e foi então que alguns «seareiros» pensaram em propô-lo à Presidência da República. Em 1936, Coutinho integrará a Comissão Organizadora do «I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo», realizado em 1937. No ano seguinte, a «Seara Nova» (lembramos) editará o primeiro grande estudo do Visconde sobre *Fernão de Magalhães (A sua vida e a sua viagem)*. Estava consolidado um elo importante das relações entre Gago Coutinho, João António Júdice e alguns dos «seareiros». É que da parte do Visconde não faltarão, igualmente, as manifestações de apreço científico, para com o seu amigo Gago Coutinho, como esta a propósito da reconstituição do itinerário da primeira viagem

---

<sup>494</sup> Sobre o perfil biobibliográfico de Carlos Viegas Gago Coutinho, remetemos para a tese de Doutoramento em História de Rui Manuel da Costa Pinto, sob o título *Gago Coutinho (1869-1959), geógrafo-historiador. Uma biografia científica*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011 (policopiada). Mas, poderá ver-se, também, J. Teixeira Marinho, *O Almirante Gago Coutinho*, separata do n.º 210 do *Boletim Geral das Colónias*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943, 20 p.

do Gama: «Tal é a rota mui criteriosamente marcada pelo Almirante Gago Coutinho, que é um mestre no assunto»; ou esta outra referente à viagem de Cabral: «Tal é a reprodução da rota cabralina, traçada pelo Sr. Almirante Gago Coutinho com base em profundo estudo do assunto e em experiência pessoal de navegação veleira naquelas paragens do Atlântico»<sup>495</sup>.

As ligações pessoais e profissionais (no domínio da história) do Visconde aos irmãos Jaime Cortesão e Armando Cortesão também devem ser tidas como primevas. De 1937 (antes, portanto, da publicação do *Fernão de Magalhães*) data, com efeito, a oferta de um exemplar do estudo «The Pre-Columbian discovery of America», da autoria de Jaime Cortesão, e, em 1938 e 1939 (certamente para agradecer a dedicatória do *Fernão de Magalhães*), Armando Cortesão enviar-lhe-á, «com um abraço muito amigo», reproduções de trabalhos seus. As relações com os irmãos Cortesão, historiograficamente, têm-lo influenciado do ponto e vista científico? Vejamos.

É sabido que Jaime não foi o conceitor, mas o principal divulgador e defensor da designada «teoria do sigilo», a qual mobilizou significativo número de aderentes, apesar de alguns deles a virem renegar ou lhe votarem sérias reservas<sup>496</sup>. Na «Introdução» ao estudo *Fernão de Magalhães*, o Visconde de Lagoa já adere a ela quando observa, por exemplo, e citamos: «Desgraçadamente, o rigoroso sigilo que as instâncias oficiais portuguesas faziam impender sobre o progresso dos descobrimentos, provocou a perda de múltiplos documentos cartográficos que seriam de inestimável valia para a posteridade»<sup>497</sup>. Simples conjectura, que lhe permitiu avançar com esta outra: «Estas e outras circunstâncias que oportunamente

---

<sup>495</sup> Nota de *Grandes Viagens Portuguesas...*, p. 201.

<sup>496</sup> Cf. Jaime Cortesão, *A Política de Sigilo nos Descobrimientos nos tempos do Infante D. Henrique e de D. João II*, Lisboa, Comissão executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

<sup>497</sup> *Ob. cit.*, vol. I, p. 42.

traremos a público persuadem-nos de que o Brasil foi descoberto entre 1487 e 1498 (inclusive) mantendo-se rigoroso sigilo em torno de tal acontecimento para não distrair as iniciativas e os esforços lusíadas do caminho marítimo para a Índia»<sup>498</sup>. Em 1951, não só continuava adepto da propalada «teoria do sigilo», como se via obrigado a defender-se. Com efeito, em nota de fim de página de *Grandes Viagens Portuguesas*, podemos ler: «A despeito da autoridade que reconhecemos ao Dr. Duarte Leite, faremos alguns reparos à argumentação de que usa para taxar de imaginária a expedição [às Canárias] de 1415...»<sup>499</sup>. Que reparos? Entre eles, o uso da técnica da derivação ou da distração das atenções externas sobre Ceuta, para que a cidade fosse tomada de surpresa. E com que fundamento histórico? «O carácter mistificador da expedição e a circunstância de ser ela desprovida de resultados materiais aparentes podem explicar o silêncio de que foi objeto por parte de Azurara e do deão de Compostela». Esclarecerá o Visconde que, depois de a haver aceito, Duarte Leite, num estudo intitulado *O Sigilo*, haverá de declarar que não divisava «rasto de tal segredo nas crónicas e noutros documentos históricos, se bem os interpreto»<sup>500</sup>. E concluirá que a *teoria do sigilo* estava construída «sobre textos indevidamente invocados ou interpretados tendenciosamente, sobre factos de diverso significado, e por vezes sobre conjecturas fantasiosas»<sup>501</sup>.

A mesma posição crítica perfilhava o docente da Universidade de Coimbra, Álvaro Júlio da Costa Pimpão, ao classificar de *catastrófica* a teoria de Cortesão, quando atribuída às *Crónicas portuguesas*, sobretudo a partir de 1454, «uma função especialíssima nos debates internacionais» sobre as Conquistas e Descobertas

---

<sup>498</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>499</sup> *Ob. cit.*, p. 121.

<sup>500</sup> Cf. «Sobre a descoberta da Terra Nova» e o «Sigilo», in *História dos Descobrimentos*, vol. I, Lisboa, Edições Cosmos, 1960, p. 371 e 411-449.

<sup>501</sup> *Ibidem*, p. 417.

Ultramarinas, o que justificava a sua censura prévia<sup>502</sup>. Tais omissões resultariam de ordens dadas, pelo infante D. Henrique e por D. João II, a Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina. Quanto às crónicas destes e às de Fernão Lopes, pretensamente desaparecidas, Pimpão objetará não estar provado que tenham sido realmente escritas e, quanto a aparentes ou até reais omissões, explicá-las-á «por questão de critério seletivo [dos Cronistas] e não por questão de sigilo»<sup>503</sup>. E insistirá que não estando a *Crónica dos feitos da Guiné*, de Zurara pronta em 1453, como poderia ser ela, então, utilizada em qualquer pleito anterior com Castela. Enfim, dirá que, metodologicamente, «[...] o próprio fundador [divulgador, corrigimos nós] da teoria do sigilo em mais de um caso formula hipóteses, não demonstra factos, e, se acaso os Cronistas omitiram factos, é preciso demonstrá-lo»<sup>504</sup>.

Já Damião Peres, em trabalho publicado na *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, depois de lembrar que Jaime Cortesão não foi o primeiro a abordar o assunto do «sigilo», mas fora sim «o seu verdadeiro teorizador», sintetizará a propósito: «De tudo o que fica exposto, há que concluir não ter existido uma política de sigilo, sistematicamente organizada e prosseguida durante o século áureo dos Descobrimentos, embora deva admitir-se que o poder público, em determinados períodos, e em grau diverso, conforme as circunstâncias, se esforçou por conservar secretos os elementos vitais da obra nacional da expansão ultramarina»<sup>505</sup>.

Se a influência dos irmãos Cortesão parece manifestar-se na obra historiográfica do Visconde (e não estamos só a pensar na política de «sigilo», mas também na importância conferida à geografia e à

---

<sup>502</sup> *A historiografia oficial e o sigilo sobre os descobrimentos*, comunicação ao «I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo», separata, Lisboa, 1938, 33 p.

<sup>503</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>504</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>505</sup> «A política de Sigilo», *ob. cit.*, vol. II, Lisboa, Editorial Ática, 1939, p. 21.

cartografia), outros o marcaram igualmente, como, por exemplo, na hipervalorização da componente económica e na tentativa de *apagar* o fulgor tradicional da história fatural e acontecimental. Até por atitude patriótica, o historiador Visconde de Lagoa não renunciou a esta história tradicional, mas procurou praticar também a outra que os seus cultores consideravam mais objetiva e ampla, de método crítico, de finalidade interpretativa ou problematizadora, de natureza documental, numa palavra mais científica. Documentemos com a conquista de Ceuta.

No contexto da luta polemicista entre as duas «histórias» ou correntes historiográficas, António Sérgio, em 1920, havia publicado um estudo *revolucionário* sobre o tema, o qual será reeditado, em 1949, sob a epígrafe *A Conquista de Ceuta (Ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara)*<sup>506</sup>. Procurando responder a duas questões («Porque se efectuou a tomada de Ceuta? Onde proveio a iniciativa do empreendimento?»), Sérgio, com base na análise da *Crónica da Tomada de Ceuta*, formulará a «hipótese» (o termo é seu) da sugestão ter partido do Vedor da Fazenda, João Afonso, um representante da «burguesia do comércio marítimo com carácter cosmopolita», e de ser «este factor a impulsionar então a nacionalidade, com o *seu* rei à sua frente, para realizar a *sua* política». Enfim, conquistar Ceuta fora «um acto preliminar para a solução do problema em que se empenhava o alto comércio: o do tráfico ultramarino»<sup>507</sup>. É que, para António Sérgio, havia então, em Portugal, uma «classe de dinheirosos» e uma classe média burguesa, bem representadas pelo Rei e pelos Infantes, os quais subalternizavam os valores cavaleirescos. Contrariava, assim, a interpretação «romântica e pouco atenta à crítica das fontes», apresentada por Oliveira Martins e por outros mais afetos à história literária, mas

---

<sup>506</sup> In *Ensaio*, de António Sérgio, tomo I, Coimbra, Atlântida, 1949, p. 307-329.

<sup>507</sup> *Ibidem*, p. 323-324.

sem substância. O ensaísta (não o historiador, como fará questão de frisar) António Sérgio empolava, pois, a vertente económica, em particular a comercial, e escamoteava a religiosa e a política, não tendo também em suficiente conta nem o papel das conjunturas, nem a visão global das componentes. Concretamente, o período que antecedeu, em escassez de meios financeiros e navais, a conquista da Cidade marroquina não foi suficientemente dimensionado; foi sim hiper valorizada a atividade marítima, mesmo durante a primeira dinastia. Nem foi por Sérgio, nem por outros, como defenderá Jaime Cortesão, ao relevar que «A actividade marítima está não só nas raízes da nacionalidade [portuguesa], donde sobe como a seiva para o tronco, mas é como a linha medular que dá vigor e unidade a toda a sua história»<sup>508</sup>.

Seja. Porém, em nosso entender, o que a realidade portuguesa de finais de Trezentos – começos de Quatrocentos deixa perceber (e, até já, antes) é que, no seu todo e como predominância, a população integrava-se numa «organização do tipo camponês», com a terra a pertencer sobretudo aos não-produtores (nobres e eclesiásticos) e com a produção e as trocas a assentarem na agropecuária. Impunhasse, então, um género de vida ligado mais ao setor primário que ao secundário, pese embora o interesse pelas lides do mar e do comércio<sup>509</sup>. Mas, revisitemos também a interpretação do Visconde no que concerne a esta temática.

Na «Introdução» ao seu *Fernão Magalhães*, aludira já à inevitabilidade geo-histórica (conceito de Cortesão) de Portugal «não permanecer estranho às lides do mar» e de «a exemplo da influência económica no prosseguimento das cruzadas, a expansão comercial [ter sido] o móbil que impulsionou, na Península, o movimento

---

<sup>508</sup> *Os factores democráticos na formação de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974, p. 93.

<sup>509</sup> Cf. o nosso estudo «O Mar e a Independência nacional – relendo Jaime Cortesão», in João Marinho dos Santos, *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa*, vol. II, Coimbra, Palimage, 2010, p. 11-24.

das grandes navegações e descobrimentos». Mais: na política dos decisores de Quatrocentos, o Islame fora derrotado pelo cerceamento da riqueza ao seu dispor<sup>510</sup>. Posteriormente, na «Introdução» de *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente*, como «ponto de vista pessoal» (Sérgio também se recusara formular uma tese), o Visconde de Lagoa defenderá que «Ceuta foi o início e simultaneamente o factor histórico que provocou a transição do primeiro círculo mercantil – o dos produtos do mar e de alguns do solo – para o segundo – o do oiro, dos escravos e do marfim – foi consequência do gradual incremento que ao comércio adveio da bem conduzida política externa e do correlativo desenvolvimento da frota nacional»<sup>511</sup>. Mais concretamente, estava convicto de que, apesar de faltarem os documentos que a comprovem, a política naval de Afonso IV «foi em gradual progresso», mostrando-se o rei um digno continuador da obra do pai<sup>512</sup>. Também D. Pedro e, sobretudo, D. Fernando se distinguiram, em seu entender, na construção naval e no fomento do comércio; porém as guerras em que este último se envolveu e a má administração financeira concorreram para que D. João I encontrasse o «erário vazio». E aproximamo-nos, seguindo a interpretação de Lagoa, da decisão da conquista de Ceuta, mais propriamente do seu papel na «política de ressurgimento económico» perseguido por «O da Boa Memória». Se bem interpretamos a posição conjectural do Visconde, D. João I preconizou a solução de Portugal *substituir* as Repúblicas Italianas (em particular Veneza) no eixo comercial de longuíssima distância que articulava o Mediterrâneo Central (em ambas as margens) e o Noroeste Europeu (Inglaterra, Flandres, França), onde usufruíamos de privilegiada posição. Claro está que Veneza era um empecilho, mas os venezianos estariam

---

<sup>510</sup> *Ob. cit.*, p. 13-16.

<sup>511</sup> *Ob. cit.*, p. VII.

<sup>512</sup> *Ibidem*, p. XXIII.

dispostos a *dar-nos a mão* nas «câmaras [bolsas] comerciais» que controlavam. Logo, «o sucesso do empreendimento dependia em alto grau das permutas a realizar em Marrocos, não só pelo volume de aquelas como ainda por ser o oiro um dos principais artigos de troca, e por dêle depender a compra vantajosa das mercadorias que Portugal importava do Norte europeu»<sup>513</sup>. Enfim, para sermos importantes «atravessadores» ou grandes intermediários, como o eram os venezianos, precisávamos do ouro marroquino. Só que as rotas caravaneiras que o traziam do Sudão, a par dos escravos e do marfim, foram desviadas para Túnis, após a conquista de Ceuta, suscitando a surpresa nos decisores políticos portugueses de então, pelo que tiveram que buscá-lo na Guiné. Eis resumida a sua posição sobre o projeto da conquista de Ceuta.

Esta interpretação excessivamente economicista do Visconde, na esteira das de Jaime Cortesão e de Sérgio (insistimos), terá eco já no próprio título de um estudo que, em 1940, publicou nas *Memórias do Congresso do Mundo Português*, a saber: «Estímulo económico da Conquista de Ceuta»<sup>514</sup>. Além da hipertrofia do económico e de outros desvirtuamentos da realidade, formulou «hipóteses», pontos de vista pessoais e, até, «teses», que pouco ou nada têm de científico. É a persistente questão do equilíbrio entre a objetividade e a subjetividade, tão discutida no tempo do Visconde, com a escola dita científica a apontar o dedo ao anacronismo deformador da realidade. Exemplifique-se com o designado «plano da(s) Índia(s)», a que aderiram, entre outros, Joaquim Bensaúde, Fontoura da Costa e o próprio Visconde de Lagoa. Fundamentalmente, atribuirão ao Infante D. Henrique já a «traça de descobrir a rota da Índia» (a expressão crítica é de Duarte

---

<sup>513</sup> *Ibidem*, p. XLV.

<sup>514</sup> *Ob. cit.*, vol. III, tomo I, Lisboa, 1940, p. 55-57.

Leite), para aí continuar o combate ao Islam<sup>515</sup>. Concretamente, num estudo sob o título «Descobrimientos marítimos africanos dos portugueses com D. Henrique, D. Afonso V e D. João II», Fontoura da Costa haverá de opinar, apoiando-se na posterior bula de Calisto III, de 12 de Março de 1456, sobre a concessão à Ordem de Cristo da espiritualidade de todas as terras descobertas pelos portugueses, que: «O comando [confiado ao «Infante»] da sua esquadra, em 1415, muito deve ter contribuído para a determinação das explorações do Atlântico oriental: o conhecimento que desejava obter das costas ignoradas da África, visava já certamente o caminho da Índia pelo Sul do continente negro»<sup>516</sup>.

Também para o Visconde, o Infante D. Henrique teria sido o «sintetizador do plano das Índias», muito embora o historiador soubesse quanto a designação «Índias» era, na época, equívoca ou de configuração indeterminada<sup>517</sup>.

Independentemente da maior ou menor subjetividade com que se faz ciência, personalidade e modo de estar em sociedade são, obviamente, duas componentes que enformam qualquer obra imaterial ou mesmo material. Concretamente, exige-se ao cientista, no dizer de Edgar Morin, ciência «com consciência», não tendo nós dificuldade em vislumbrar tal nexos (além do empenho investigador) nos trabalhos históricos do Visconde de Lagoa, pese embora a discordância científica que dele se possa ter. Estava, naturalmente, em melhores condições para testemunhar quem o conheceu ou com ele dialogou epistolograficamente, como foi o caso do famoso orientalista Albert Kammerer. Tendo presente o estudo *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente*, em carta dirigida

---

<sup>515</sup> Cf. José Manuel Azevedo e Silva «O Engenheiro-Historiador Joaquim Bensaúde», in *A historiografia dos descobrimentos através da correspondência entre alguns dos seus vultos*, de João Marinho dos Santos e José Manuel Azevedo e Silva, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2004, p. 69-110.

<sup>516</sup> In *Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Publicações da 1.ª secção, vol. II, Descobrimientos, Lisboa, 1938, p. 8.

<sup>517</sup> «Introdução» de *Fernão de Magalhães*, vol. I, p. 15.

ao autor e que este decidiu divulgar à laia de prefácio, observará Kammerer: «Et cette oeuvre magistrale, comment ne pas admirer le désintéressement qui vous l'a fait entreprendre comme une contribution personnelle, payée par une vie de labeur acharné, à la glorification de vos compatriotes, en hommage à leurs vertus. Et votre mérite est accru du fait que votre livre, d'un secours bienfaisant aux historiens, comporte le sacrifice délibéré de la personnalité de l'auteur, l'effacement, la modestie, l'absence d'éclat»<sup>518</sup>.

Registe-se que, para além da «amizade de que tanto se ufanava», o Visconde tinha proporcionado ao «Orientalista» e aos demais leitores da referida obra um guião do objetivo e do objeto dessa sua «despretensiosa tentativa de atenuar uma lacuna, não de preenchê-la»<sup>519</sup>. Já aludimos às circunstâncias da notícia do retumbante afundamento do «Titanic» e de como elas tocaram o jovem João António Júdice, podendo esclarecer-se agora, usando palavras do autor, que «*Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente* é a suma biográfica, tão minuciosa quanto o permitem a lição das crónicas e das demais notícias fidedignas chegadas até nós, dos obreiros – monarcas, vice-reis, governadores, generais, capitães, pilotos, marinheiros, homens de armas, missionários, mercadores, cronistas, etc. – de berço ilustre ou condição modesta, dilectos da fama ou vítimas do olvido, cujo sangue e suores correram no leste africano, nas regiões asiáticas, nos arquipélagos levantinos»<sup>520</sup>. Em artigo publicado, a 10 de Fevereiro de 1945, no «Diário de Lisboa», João de Barros apreciará, para além do título, a qualidade historiográfica desta obra, tendo escrito: «Todos dessa época de quem o Visconde de Lagoa obteve informações fiéis são citados e biografados dentro dum critério de exactidão e segundo as normas cuidadosíssimas

---

<sup>518</sup> *Ob. cit.*, p. 11-12.

<sup>519</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>520</sup> *Ibidem*, p. 15.

de rigorosa ciência nas páginas elucidativas do admirável livro»<sup>521</sup>. E acrescentemos, ainda: pela simples enunciação das categorias socioprofissionais dos agentes e pela limitação geográfica tendo em conta a extensão do Império Português (o Visconde planeava fazer outro tanto para a banda ocidental), advinha-se a magnitude desta empresa (chamemos-lhe assim) historiográfica, que Kammerer enfatizará deste modo: «Mon cher ami. L'oeuvre presque gigantesque que vous avez osé entreprendre est de nature à faire reculer les courages les plus laborieux et à susciter l'admiration»<sup>522</sup>.

Eis um traço forte da personalidade do Visconde de Lagoa e com tradução assegurada na sua produção historiográfica: a tomada de consciência de uma qualquer necessidade e a vantagem da sua utilidade pública levavam-no a concretizá-la sem sopesar o trabalho necessário. Dará testemunho desta sua faceta, por exemplo, o Comodoro Manuel Maria Sarmiento, ao referir que era preciso, por exigências diplomáticas, colocar, a 28 de Abril de 1957, uma placa de bronze no monumento erguido em San Diego, na Califórnia), para homenagear João Rodrigues de Cabrilho; o tempo urgia e o Visconde logrou executar, em tempo *record*, a tarefa encomendada pelo Ministério do Ultramar e no âmbito das atividades do «Centro de Estudos Históricos Ultramarinos». Foi no dizer do Comodoro, «a última obra a que o Visconde de Lagoa dedicou, mais do que talento de historiador o seu entusiasmo de grande patriota»<sup>523</sup>. Depois de divulgado em inglês, o estudo foi publicado, em 1958, sob o título *João Rodrigues Cabrilho. Achegas para a sua biografia*.

Obra igualmente encomendada a título oficial (pelo subsecretário de Estado das Colónias) foi a inventariação das cartas de brasão das

---

<sup>521</sup> «Grandes e Humildes», in *João de Barros e o Diário de Lisboa (1941-1950)*, vol. III, recolha e notas de António de Barros, Edição Casino Figueira, 2015, p. 309-310.

<sup>522</sup> *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente*, p. 15.

<sup>523</sup> Do «Prefácio» de *João Rodrigues Cabrilho. Achegas para a sua biografia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958.

idades e vilas da Índia Portuguesa (em número de 17). Por falta de fontes históricas, o Visconde teve dificuldade de realizar este trabalho, dando notícia do seu esforço e do seu empenho patriótico em *Achegas para o estudo do brasonário português da Ásia*<sup>524</sup>.

Relevemos, por associação, esta outra vertente da personalidade e do comportamento cívico de João António de Mascarenhas Júdice: a sua plena adesão à corrente historiográfica que tinha por objetivo principal defender e enaltecer as «glórias nacionais», de que foram paladinos destacados o Visconde de Santarém e Joaquim Bensaúde. O primeiro ao empenhar-se na reputação das pretensas navegações pré-henriquinas à Guiné; o segundo ao eliminar a possibilidade da influência de Regiomontanus, através de Martim Behaim, na génese da náutica astronómica e ao acentuar que ela brotou «do ambiente científico» da Península Ibérica. Retomemos as críticas aos proclamadores das «glórias nacionais» ou aos «tradicionalistas», por parte dos defensores da «história científica», invocando que elas assentavam não tanto nos encómios dos «feitos dos nossos maiores», mas mais na aceitação acrítica desses feitos. Com Alexandre Herculano à cabeça, a verberação do «historismo» justificava-se por os atos considerados heróicos não serem sujeitos ao critério da sua utilidade para o «progresso moral e material do povo» em cujo nome haviam sido realizados. Tal critério perfilava-se na mente e no ideário dos que, em finais do século XIX e começos da centúria seguinte, lutavam por alterar a tendência decadentista em que a sociedade portuguesa mergulhara. Verificando, sem dificuldade, que o nosso *País* se encontrava «desnacionalizado», designadamente a associação cultural «Renascença Portuguesa» (em que já se destacavam Jaime Cortesão e Teixeira de Pascoais) tentará reavivar o fenómeno reversível da nacionalidade, apresentando um *tipo* de português e um

---

<sup>524</sup> Separata de «Garcia da Orta», in *Revista da Junta de Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar*, n.º especial, p. 221-228.

*modelo* de herói (catalisadores do progresso em épocas de orgulho lusíada), com o objetivo de retomar esse progresso. Neste sentido, a psicologia, a literatura e a história teriam um papel importante a desempenhar. Em campo oposto ao dos «renascentistas», verberando o «sentimentalismo» e impondo a «racionalidade a todo custo», como estratégia do mesmo projeto, perfilavam-se particularmente Raúl Proença e António Sérgio, os quais, com os seus amigos da «Seara Nova», se recusavam a «encerrar numa mentalidade ortodoxa e sem nunca se submeter a conveniências pragmáticas»<sup>525</sup>.

Temos dificuldade em integrar o historiador Visconde de Lagoa numa das correntes historiográficas que, em parte, se digladiaram. Do que não temos dúvida é que ele buscou a *verdade* histórica, sobretudo através do método do avanço por «tentativas» ou «achegas» de caráter provisório. Com efeito, 5 dos 17 trabalhos historiográficos que individualmente realizou patenteiam, no título ou no «subtítulo», os termos «tentativa» ou «achega», surgindo, não raro, a devida justificação. Exemplifiquemos com esta passagem do prefácio de *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente*, em que esclarece não ser «uma obra de fundo, completa, definitiva, é apenas desprezível tentativa de atenuar uma lacuna, não de preenchê-la»<sup>526</sup>. E, em *Observações e correcções ao volume inicial do «Glossário toponímico da antiga historiografia portuguesa ultramarina*, dirá que corrige «Muitos topónimos precariamente identificados [no *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Ultramarina...*] antes da nossa associação à Junta de Investigações do Ultramar e quando não dispúnhamos dos elementos de trabalho actualizados que depois nos proporcionou o ilustre secretário da comissão da Junta,

---

<sup>525</sup> Da «dedicatória à memória de Raúl Proença» do primeiro volume da segunda edição dos *Ensaios*, de António Sérgio, Coimbra, Atlântida, 1949. Cf. o nosso estudo «Notas para o (re)conhecimento de Jaime Cortesão», in João Marinho dos Santos, *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa*, vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, p. 195-223.

<sup>526</sup> *Ob. cit.*, p. 15.

Dr. Luís Silveira...»<sup>527</sup>. Estudo igualmente prospetivo no sentido da identificação topográfica é o que publicou, em 1950, sob o título *A Dupla Liampó das Crónicas Portuguesas*<sup>528</sup>.

Outro traço forte da personalidade de João António de Mascarenhas Júdice será o reconhecimento, devidamente publicitado e agradecido, a quem o ajudava. Os seus trabalhos revelam abundantemente esta faceta, como uma vez mais e para exemplo a confirma o estudo *Grandes e Humildes*, onde confessa ter recebido «valiosa contribuição de alguns estudiosos de amabilidade comprovada». E cita os seus nomes: Albert Kammerer, Gago Coutinho, Freitas Ribeiro, António Baião, Francisco Rodrigues (jesuíta), Afonso Lucas, Armando Cortesão, Frazão de Vasconcelos, Figueiroa Rego e Carlos Alberto Ferreira (ex-funcionário da Biblioteca da Ajuda). Não se esquecerá do «apoio» particular que, entre outros, lhe proporcionaram António Sérgio, Câmara Reis, a Editora Gráfica Lisbonense e a Sociedade de Geografia de Lisboa. Mas, não desistamos da tentativa de caracterizar, o melhor possível, a personalidade do Quarto Visconde de Lagoa.

Buscava, a par das relações individuais, a integração em associações científico-culturais, tendo trabalhado em algumas delas. Concretamente, a partir de 23 de Setembro de 1946, João António de Mascarenhas Júdice passou a exercer funções de investigador-historiador na «Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar», abrindo-se-lhe a possibilidade, então, de colaborar (por vezes, nos respetivos corpos diretivos) com outras prestigiadas instituições da ciência e da cultura em Portugal, designadamente com: a Comissão de História da Sociedade de Geografia de Lisboa, o Instituto Português de Arqueologia, o Instituto de Coimbra, a Academia

---

<sup>527</sup> Separata de «Garcia da Orta», in *Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar*, vol. I, n.º 1, p. 145-157; O *Glossário Toponímico* [...] concretizou-se em 4 volumes, Lisboa, Edição da Junta de Investigações Coloniais, 1950-1954.

<sup>528</sup> *A Dupla Liampó das Crónicas Portuguesas*, Lisboa, Ministério das Colónias – Junta de Investigações Coloniais, 1950, 18 p. + 3 mapas.

Portuguesa da História, o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, a Junta de Investigações Coloniais. Nesta última, o seu desempenho mereceu de Luís Silveira, em nome da respetiva Comissão executiva, a seguinte apreciação, registada no texto de apresentação do *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina* (I parte sobre a Ásia e Oceania): «O Senhor Visconde de Lagoa, como investigador contratado da Junta de Investigações Coloniais, tem executado trabalho de merecimento e proveito»<sup>529</sup>. Testemunhará o seu caráter, de forma directa, o exigente crítico e «ensaísta» António Sérgio na dedicatória que, em 1949, lhe fará do exemplar do tomo I dos seus *Ensaíos* (2ª edição): «Ao Lagoa, amigo firme, nobre, rectilíneo, lealíssimo – lembrança muito afectuosa do António Sérgio». Já quanto à sua imagem de historiador, esta dedicatória de Alberto Iria, ao tempo diretor do Arquivo Histórico Ultramarino, gravada num exemplar do volume II e tomo I da sua obra *Descobrimientos Portugueses. O Algarve e os Descobrimientos*, poderá ser representativa: «Ao meu bom amigo e ilustre patricio, o Ex<sup>mo</sup>. Senhor Visconde de Lagoa, a quem a historiografia ultramarina portuguesa deve inestimáveis serviços, como Mestre dos Mestres nesta aliciante matéria»<sup>530</sup>. Está datada de julho de 1956 e o destinatário faleceria, como se disse, um ano depois.

Não fecharemos este curto ensaio sem o registo, *ad memoriam*, da seguinte nota: A partir de 1967, o numeroso e riquíssimo espólio da «Biblioteca do Visconde de Lagoa» passou a integrar, por iniciativa do Ministério da Educação, o património de três instituições culturais – a Biblioteca Nacional de Portugal, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e o Instituto de História da Expansão Ultramarina (FLUC), cabendo a esta 1262 obras, algumas delas muitíssimo raras.

---

<sup>529</sup> *Ob. cit.*, vol. I, Lisboa, Junta de Investigações Coloniais, 1950. Em 1953 saíram os volumes II e III e, no ano seguinte, uma «Corrigenda e Adenda» à I.ª parte, tendo ficado por realizar a II.ª parte sobre África, América e Ilhas Ocidentais.

<sup>530</sup> Lisboa, Edição do Instituto de Alta Cultura, 1956.

(Página deixada propositadamente em branco)

**João Marinho dos Santos** tem desenvolvido produção científica principalmente nas áreas de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa e de História Local, como prova, além de numerosos artigos e capítulos de livros, a publicação de *Os Açores nos Séculos XV e XVI*, Ponta Delgada, 1990, 2 vols. (740 p.); *Pobreza e Cultura no Concelho de Almeida*, 2 vols., Maia, 1991 (421 p. + 24 fotos); *Diogo do Couto: Tratado dos feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia*, em col., Lisboa, 1998 (206 p.); *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa*, vol. I, Coimbra, 1998 (223 p.); *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa (séculos XV e XVI)*, Lisboa, 1998 (371 p. + 42 grav.); *Os Portugueses em Viagem pelo Mundo – Representações Quinhentistas de Cidades e Vilas*, Lisboa, 1998 (362 p. + 80 grav.); *Vasco da Gama – A Honra, o Proveito, a Fama e a Glória*, em col., Porto, 1999 (323 p.); *A Historiografia dos Descobrimentos através da correspondência entre alguns dos seus vultos: Joaquim de Carvalho, Joaquim Bensaúde, Duarte Leite e Fontoura da Costa*, em col., Coimbra, 2004 (307 p.); *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas – Almeida*, Viseu, 2005 (238 p.); *O Concelho de Almeida – Esboço Histórico-Sociológico*, Viseu, 2005 (295 p.); *Santa Cruz do Cabo de Gué d’Agoa de Narba – Estudo e Crónica (edição em português e Árabe e em col.)*, Viseu, 2017 (317 p. – Prémio Gulbenkian 2008 da Academia Portuguesa de História); *Sarzedas Vila Condal*, Viseu, 2008 (221 p.); *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas – Castelo Branco*, Viseu, 2008 (261 p.); *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa*, vol. II, Coimbra, 2010 (220 p.); *Sarzedas nos Forais de 1212 e 1512*, Coimbra, 2012 (174 p.); *Ceuta não foi conquista mas começo dela*, Coimbra, 2017 (127 p.); *Costumes e Foros de Castelo Bom*, Lisboa, Edições Colibri/Academia Portuguesa da História, 2018 (282 p.). É atualmente Professor Catedrático Jubilado da Universidade de Coimbra.

Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2021

1 2



9 0

I  
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS  
U